

Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada
Metodologias para a intervenção

João Paulo Cabeleira Marques Coelho

Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Novembro 2005

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada
Metodologias para a intervenção

João Paulo Cabeleira Marques Coelho
Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de mestre em
Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico

Dissertação realizada sob a supervisão do Professor Manuel Fernandes de Sá,
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Porto, Novembro de 2005

biblioteca
25/7/06

Entrada em 26/07/2006
Registo n.º 102936

T.6.4.1

Agradecimentos

Certamente sem a ajuda e apoio de muitos não conseguiria chegar aqui, ou pelo menos chegar a este ponto com a mesma satisfação e entusiasmo. Antes de mais, agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional e pela permanente compreensão.

Um muito obrigado ao orientador, o Professor Manuel Fernandes de Sá, por acreditar na prova, pelo entusiasmo e pela permanente discussão sobre possibilidades e aprofundamento. Abrigado também ao professor Maurizio Morandi que, apesar da distância se prontificou no esclarecimento e arranque sobre esta linha de investigação.

Obrigado à Sílvia pela ajuda incansável e pelo permanente optimismo através do qual tudo foi parecendo mais entusiasmante e cujo sacrifício correspondia a algo válido e concretizável. Também à Xana, Carla e Filipa, pois sem a discussão e trabalho do ano curricular, que se prolonga como facto permanentemente, não partiria com o mesmo afinco ou esclarecimento. À Ana, à Mariana, Marta, Gabriel e João pela permanente disposição. Ainda um muito obrigado ao Arquitecto Madureira e a toda a tripulação do escritório pelo incentivo constante e disposição em ouvir.

Muito obrigado ainda a todos aqueles que me incentivaram e me deram o seu apoio constante.

Resumo

Esta tese aborda as questões da intervenção sobre o património arquitectónico relativas aos lugares de uso variável na cidade consolidada. Propõe uma reflexão sobre uma modalidade de espaço público e as suas dimensões patrimoniais englobando, quer os factos perenes que caracterizam e fixam o seu espaço, quer o conjunto de actividades e arquitecturas efémeras que ampliam a sua pré-disposição à variação. A compreensão sobre as capacidades de polivalência e mutação em espaço público centra-se em espaços abertos de elevado valor estrutural na vida comunitária e forma urbana.

A reflexão sobre capacidades e possibilidades da intervenção sobre os espaços públicos de uso variável exige a referência a elementos mais complexos e abrangentes do que a sua apreciação formal, incluindo princípios de caracterização de um espaço mental e sensitivo que determinam a apropriação e desenvolvimento de latências expressas na forma do lugar. Evocam-se assim, para além dos factores da caracterização física do lugar, pessoas, imagens, sensações e memórias que participam na construção de uma geometria variável de acordo com factores de tempo, ritualidade e apropriação.

A primeira parte deste estudo é dedicada à clarificação dos conceitos que se encontram na base do questionamento e compreensão do espaço público, património e variação dos fenómenos de apropriação, procurando necessárias relações entre factos perenes, efémeros e contexto sócio-cultural.

A segunda parte aponta o conjunto de factores que participam na caracterização da urbanidade, debruçando-se simultaneamente sobre o papel do efémero na caracterização, desenvolvimento e expressão de fenómenos cíclicos e quotidianos sobre o espaço da cidade.

O terceiro capítulo detém-se sobre as teorias e processos de intervenção na cidade, incidindo essencialmente na crescente consagração do espaço público como facto patrimonial e elemento fundamental na revitalização da imagem e vivência urbana. Apuram-se princípios de uma metodologia de intervenção apropriada aos espaços de uso variável e à inclusão do efémero, dando resposta às condicionantes derivadas do património arquitectónico e património intangível presente nos factos da cidade.

O quarto capítulo centra-se na análise de casos concretos aferindo sobre as qualidades físicas dos seus espaços e a sua relação com os fenómenos de variação e efémero. As referências e casos de estudo partem do reconhecimento de elementos comuns e variáveis com forte incidência ao nível do suporte e desenvolvimento de actos que expressem a dimensão cultural da cidade.

Conclui-se que a pré-disposição do espaço à variação se centra no grau de liberdade concedido pelo desenho urbano. O excesso de projecto das intervenções sobre o espaço público aniquila capacidades e latências a si inerentes, eliminando a sua necessária polivalência enquanto lugar de expressão da cultura, hábitos e ritos da comunidade. O reconhecimento da validade patrimonial destes factos urbanos e respectivos componentes arquitectónicos dependem de uma intervenção sobre o património conciliadora dos valores contidos na dimensão física e intangível intrínseca ao lugar.

Abstract

This thesis approaches the questions about the intervention on the architectural patrimony related to the places of variable use on the consolidated town. It proposes a reflexion on a modality of public space and its patrimonial dimensions taking into account the perennial facts that characterize and fix its space and also the set of activities and ephemeral architectures that extend its predisposition to variation. The comprehension over the polyvalence and mutation capacities on the public space is centred on open spaces of high structural value on the community life and urban shape.

The reflexion over the capacities and intervention possibilities over the public spaces of variable use demands the reference to more complex and wide range elements than its formal appreciation, including characterization principles of a mental and sensitive space that determine the appropriation and development of latent expressions on the place's form. Beyond factors of the place's physical characterization, people, images, sensations and memories that participate on the construction of a variable geometry in accordance with factors of time, rituality and appropriation are evoked.

The first part of the present study is dedicated to the clarification of concepts that are on the basis of questioning and comprehension of public space, patrimony and variation of the appropriation phenomenon, searching the necessary relations between everlasting facts, ephemeral facts and social-cultural context.

The second part points the group of factors that participate on the characterization of urbanity, analyzing simultaneously the role of ephemeral on the characterization, development and expression of cyclic and quotidian phenomenon over the city space.

The third chapter stops around the theories and intervention procedures on the city, having incidence essentially on the growing consecration of the public space as patrimonial fact and fundamental element on the image and urban live revitalization. Principles of an intervention methodology appropriated to the spaces of variable use and to the inclusion of the ephemeral are refined, giving answer to the conditionings derivate from the architectural patrimony and intangible patrimony present on the city facts.

The fourth chapter centres on the analysis of concrete cases valuating the physical qualities of its spaces and its relation with the variation and ephemeral phenomenon. The references and case studies depart from the recognition of common and variable elements with strong incidence at the level of support and development of acts that express the city cultural dimension.

We might conclude that the predisposition of the space to the variation is centred on the freedom grade given by the urban draw. The project excess of interventions on public space annihilates capacities and latent factors inherent to it, eliminating its necessary polyvalence as place of culture, habits and rites expression of the community. The patrimonial validity recognition of this urban facts and respective architectural components depend on an intervention over the patrimony conciliatory of the values contained on the physical and intangible dimension intrinsic to the place.

Résumé

Cette thèse aborde les questions d'intervention sur le patrimoine architectonique relatives aux lieus d'usage variable dans la cité consolidée. Elle propose une réflexion sur une modalité d'espace public et ses dimensions patrimoniales englobant soit les faits dotés de pérennité qui caractérisent et fixent son espace, soit l'ensemble d'activités et architectures éphémères qui amplifient sa prédisposition à la variation. La compréhension sur les capacités de polyvalent et de mutation en espace public se centre en espaces ouverts d'élevé valeur structurale dans la vie communautaire et forme urbaine.

La réflexion sur capacités et possibilités d'intervention dans les espaces publics d'usage variable exige la référence à des éléments plus complexes et généraux que son appréciation formale, inclusivement principes de caractérisation d'un espace mental et sensitif qui déterminent l'appropriation et développement de potentialités latentes expresses dans la forme du lieu. On évoque comme ça, au-delà des facteurs de caractérisation physique du lieu, personnes, images, sensations et mémoires qui participent dans la construction d'une géométrie variable en accord avec facteurs de temps, rites et appropriation.

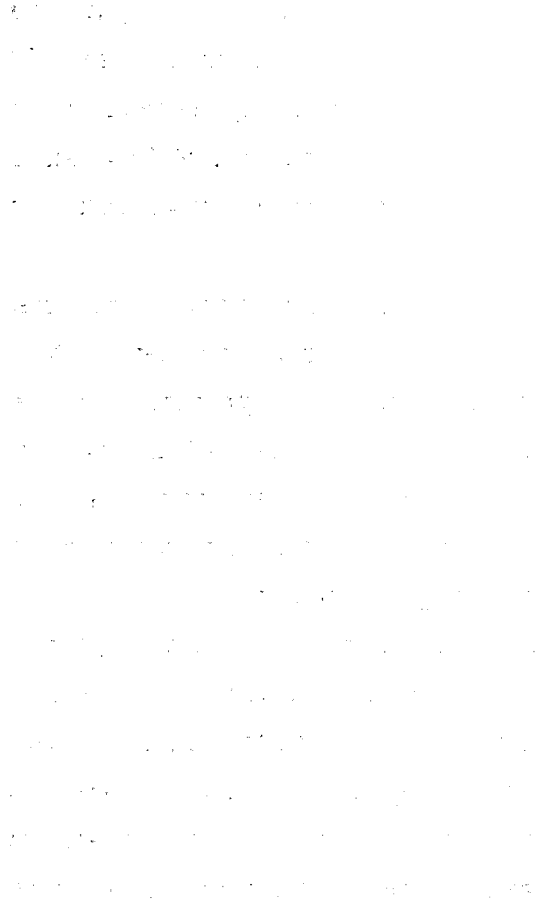
La première partie de cet étude est dédiée à la clarification des concepts qui se trouvent à la base de la quête et compréhension de l'espace public, patrimoine et variation des phénomènes d'appropriation, cherchant les nécessaires relations entre des faits dotés de pérennité, éphémères et le contexte social et culturel.

La deuxième partie pointe l'ensemble de facteurs qui participent dans la caractérisation de l'urbanité, en se penchant simultanément sur le rôle de l'éphémère dans la caractérisation, développement et expression de phénomènes cycliques et quotidiens sur l'espace de la ville.

Le troisième chapitre se détient sur les théories et procédés d'intervention à la ville, avec incidence, essentiellement, sur la croissante consécration de l'espace public comme fait patrimonial et élément fondamental dans la revitalisation de l'image et vivance urbaine. On épure principes d'une méthodologie d'intervention appropriée aux espaces d'usage variable et à l'inclusion de l'éphémère, en donnant réponse aux conditionnels dérivés du patrimoine architectonique et patrimoine intangible présent aux faits de la ville.

Le quatrième chapitre se centre à l'analyse de cas concrets étalonnant sur les qualités physiques de ses espaces et a relation avec les phénomènes de variation et éphémère. Les références et cas d'étude partent de la reconnaissance d'éléments communs et variables avec fort incidence au niveau du support et développement d'acts qui expriment la dimension culturelle de la ville.

On conclut que la prédisposition de l'espace à la variation se centre au degré de liberté concédé par le dessin urbain. L'excès de projet aux interventions sur l'espace public anéantit capacités et latences à soi inhérentes, élminant sa nécessaire polyvalence comme lieu d'expression de culture, habitudes et rites de la communauté. La reconnaissance de la validité patrimoniale de ces faits urbains et respectifs composants architectoniques dépendent d'une intervention sur le patrimoine conciliatrice des valeurs contenus dans la dimension physique et intangible intrinsèque à l'endroit.



Prefácio

0.1 Considerações sobre a escolha do tema

A escolha do tema *"Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada. Metodologias para a intervenção"* surge como o resultado de um encadear de experiências, interesses e preocupações pessoais. Tal interesse pelos fenómenos e espaços da variação resulta de um processo de sedimentação de conhecimentos adquiridos pela experiência pessoal e directa do espaço urbano a par de interesses suscitados durante a formação académica, assim como pelas oportunidades de envolvimento profissional em questões que tocam a discussão e intervenção no espaço público.

A participação no programa *Erasmus* possibilitou o contacto com realidades e trabalhos que abordavam, quer o tema, quer a sua inclusão em metodologias de trabalho nas disciplinas do urbanismo e da intervenção sobre a cidade. Por outro lado, o ano curricular de mestrado, ao abordar as questões de montagem e sedimentação de um programa para um edifício monumental, obrigou à abordagem de pontos teóricos que tocam este tema. Envolvia-se nessas discussões a consideração sobre áreas de influência, capacidades de flexibilização e montagem do desenho de espaço público como possibilidade de dinamização e organização de lógicas estabelecendo pontes entre conteúdos patrimoniais e de uso na abordagem do construído.

Tal como refere Gasto Bachelard *"a casa natal está fisicamente inscrita em nós. Ela constitui um grupo de hábitos orgânicos (...). Em suma, a casa natal inscreveu em nós a hierarquia das diversas funções do habitar."*[1] Da casa poder-se-á estender esta ideia ao ambiente urbano em seu redor, não que esta condição implique um fatalismo da forma e da cultura em que se cresce, mas porque é inegável a sua influência nas opções e escolhas individuais. O facto de ter habitado em situações que correspondiam a espaços urbanos caracterizados por dinâmicas variáveis e inclusão de elementos formais que adquiriam significado aquando do desenvolvimento

[1] BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

de actividades cíclicas como feiras, festivais, exposições e romarias, pode ter sido determinante como referência ou ponto de partida original. Como tal, não é alheio o facto de ter habitado frente a um campo de feira onde se incluíam equipamentos de grande escala e monumentos a pessoas cuja memória se liga à dinamização do evento. Tal como hoje, habitando frente a uma igreja permite contactar constantemente com fenómenos de variação sobre o espaço. No adro da igreja cruzam-se actividades religiosas, económicas e cívicas, pela realização de mercado, romaria, procissões e manifestações. Acções que caracterizam a vivência do espaço, assim como a própria percepção das formas que se alteram consoante a inferência dos eventos sobre o espaço.

A frequência de um mestrado sobre a intervenção no património arquitectónico e a consequente realização de uma dissertação no âmbito desse mesmo permitiu desenvolver um conjunto de conhecimentos e reflexões mais profundas associando os espaços da variação à intervenção na cidade, nomeadamente sobre lugares de referência patrimonial. O rumo que tomou a prova permitiu desenvolver interesses sobre o espaço urbano, não segundo uma lógica abstracta e generalista, mais ligada ao planeamento à grande escala, mas das metodologias e peculiaridades face a factos arquitectónicos e urbanos concretos na sua relação com a cidade e respectivos sistemas. Encontra-se aqui uma reflexão sobre os conteúdos da cidade, nomeadamente na organização da sua dimensão pública como facto patrimonial. Estabelece-se uma procura e discussão sobre métodos de intervenção que implicam a abordagem da matéria patrimonial, nas suas complexidades e possibilidades de entendimento de uma intervenção sobre estas.

0.2 Problema, enquadramento temático e princípios metodológicos da dissertação

O problema da intervenção na cidade, e em especial da intervenção nos centros históricos, surge essencialmente como uma questão cultural, um produto directo da cultura histórico-crítica. Um problema cultural onde se confronta material físico e fenómenos intangíveis que constituem parte integrante da complexidade urbana: suporte edificado *versus* a espessura cultural e social.

A cidade deve ser compreendida como um todo complexo, cuja totalidade do seu organismo se constrói com base na complementaridade das partes que a constituem. Como tal, é importante compreender os seus problemas específicos de modo a que a intervenção nos núcleos históricos englobe, nas suas resoluções e princípios, instrumentos que sirvam a construção da globalidade urbana. Só assim é possível evitar que núcleos centrais, no seu valor acrescido de símbolo, de monumento ou de espaço de referência, se isolem da complexidade e globalidade do planeamento urbano, cristalizando-se e perdendo a sua importância na participação e valorização do quotidiano colectivo.

A questão levantada por esta tese centra-se nas metodologias de intervenção sobre espaços de uso variável incluídos na cidade consolidada. Pela sua complexidade, tanto do ponto de vista formal, como do ponto de vista dos conteúdos culturais, estes espaços permanecem na cidade como oportunidades em aberto para o desenvolvimento de dinâmicas e valores a partir de uma base material já sedimentada e rica em memórias e fenómenos latentes. Prendendo-se com um sistema de operações, princípios e diligências a tomar para intervir

sobre o ambiente físico construído, as metodologias assumem-se como ponto de partida orientador da discussão e processos de trabalho para a intervenção sobre os espaços públicos.

A procura de uma metodologia específica para a intervenção no património arquitectónico visa assegurar as qualidades reconhecidas ao património construído tendo domínio do conjunto de práticas e usos destes factos pela população. A compreensão das particularidades próprias aos espaços de uso variável pretende incluir no campo do projecto e reflexão patrimonial as capacidades dinâmicas de uso em espaços urbanos.

Tendo por objectivo uma reflexão sobre espaços polivalentes e mutáveis na cidade consolidada, esta dissertação constrói-se em função de uma abordagem crítica sobre os métodos de intervenção nesses espaços. Não tendo a pretensão de uma análise histórica ou tipo-morfológica, pretende-se que a análise persiga e questione uma modalidade de espaço apresentando possíveis passos metodológicos a adoptar. A dissertação constrói-se como uma ferramenta de reflexão quer para o trabalho de projecto, quer para a montagem de estratégias sobre lugares público que abarquem essa polivalência e mutabilidade. Não se centrando na proposta de projecto, o trabalho analisa e focaliza o projecto proposto, ou latente, no espaço existente e na sua ocupação cíclica.

Pertencendo o objecto de estudo ao campo da ambiguidade e da incerteza é difícil denomina-lo por meio de um termo exacto, que o defina sem essa margem de indeterminação que lhe é intrínseca. Sendo o título da prova *"Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada. Metodologias para a intervenção"*, pretende-se analisar espaços, na cidade consolidada, aos quais, pelas suas características, esteja subjacente esse carácter versátil e aberto. Por espaços de uso variável entender-se-ão aqueles que, pelo modo como se configuram e estabelecem relações, reúnem em si dinâmicas associadas à capacidade de expressão da cultura urbana, quer relativa ao quotidiano, quer relativa a eventos pontuais e cíclicos. São espaços que pelas suas características e elementos perenes, associados a outros de cariz efémero, permitem absorver funções relevantes no que toca à dimensão cultural, representativa, económica e relacional do meio. Estes não vivem da especialização mas de um conjunto de capacidades latentes que irrompem periodicamente, através de eventos e usos de elevado significado e influência para a cidade, ou encontram-se quotidianamente promovendo os espaços enquanto lugares de expressão cultural espontânea.

A intervenção sobre o espaço público coloca constantemente problemas sobre a sua dinamização e ocupação por parte da comunidade, os quais se devem incluir na montagem de programas e estratégias. O uso do espaço público passa não somente por questões de fruição das suas qualidades ambientais, mas também pelo desenvolvimento de práticas culturais que lhes conferem um sentido mais profundo e no qual se revê a identidade da cidade e da sua comunidade. Estes espaços da variação são lugares de práticas tão profundas e ancestrais como feiras, procissões, jogos, corridas, touradas; elementos incontornáveis na formação da identidade e sedimentação de raízes culturais locais agregadoras da população. Revelam-se importantes elementos da vida urbana, dotando a sociedade de coesão e possibilitando o confronto das suas diferenças. Importa então (re)conhecer a potencialidade encerrada nos espaços da cidade consolidada e suas capacidades no desbloquear de processos de regeneração urbana.

Procura-se uma abordagem assente nas possibilidades e potencial de transformação intrínsecos a esses espaços destacando-se de uma abordagem de fixação e cristalização do conjunto de factores que o definem e

caracterizam. Uma transformação que pode assumir diferentes níveis de acordo com exigências e dinâmicas do meio, desempenho sobre a memória e identidade colectiva, e com a sua posição na hierarquia dos factos e capacidade de influência na cidade.

Os espaços aqui associados a esta capacidade de polivalência e mutação (praças, campos, rossios e terreiros) interessam pelas suas características espaciais e relacionais que abarcam não só uma série de actividades do mais diverso carácter (religioso, comercial ou civil), como detêm ainda uma ampla capacidade de abertura e pré-disposição ao suporte do quotidiano. São complexos lugares civilizacionais que se estabelecem como base da vivência urbana, do mesmo modo que geram um grande número de relações que caracterizam a dimensão física e social da cidade.

As questões sobre o espaço público incluem assim margens de interpretação e apropriação que aí se exercem, considerando características como a ambiguidade e incerteza como possibilidades de qualificação do espaço e da sua vivência. Ainda que importantes para o entendimento de polivalências e usos efémeros, estes conceitos podem conduzir a outro tipo de espaços como os territórios de ninguém ou territórios vagos. Porém, essa consideração é afastada, uma vez que os espaços em análise se incluem entre os "lugares" da cidade histórica que, pela sedimentação de material, memórias e atributos significativos, os afastam dos factos vagos e sem reconhecimento.

De modo geral, os espaços da variação possuem no seu esquema e configuração margem de manobra para a realização periódica de eventos cíclicos, sendo no espaço temporal intermédio mais do que meros vazios. São factos latentes no que toca a possibilidades de configuração e dinamização quer dos elementos físicos que os caracterizam, quer da representação e expressão da comunidade que determina o seu efectivo valor.

Os espaços associados a festividades, mercados e feiras, assumem especial interesse na intervenção sobre a cidade consolidada, tanto pela sua posição no organismo urbano, como da referência que constituem para os seus cidadãos. O investimento sobre os equipamentos a si associados, e nomeadamente dos mecanismos efémeros, ajuda a acentuar a variação significativa que aí se exprime reclamando sobre estes espaços a capacidade de polivalência e mutabilidade.

A abordagem sobre o espaço público de uso variável passa essencialmente pela compreensão de qualidades inerentes ao seu desenho e usos enquanto factores pertencentes a uma metodologia de intervenção. Não se desvia da inegável interdisciplinaridade exigida no processo de regeneração, mas centra-se essencialmente sobre questões subjacentes ao desenho urbano na exploração de princípios de variabilidade, expressão cívica e cultural em espaço público. A construção de uma metodologia centra-se aqui numa dimensão mais analítica do que propositiva, baseando-se numa reflexão sobre conteúdos e capacidades do espaço do que num modo concreto de intervenção.

Mais do que procurar caminhos ou procedimentos genéricos e universais para uma intervenção, importa estabelecer constantes que funcionem mais como um guião do que respostas burocráticas esquecendo a peculiaridade e especificidade de cada intervenção. Sobre o papel da análise, Aymonino (1984) afirmava que esta fornece apenas um quadro de relações ou regras possíveis que se colocam entre a intervenção e a realidade. No fundo, poder-se-ia afirmar que a análise manifesta a realidade e suporta o projecto influenciando-o através das expressões latentes na realidade. A análise da realidade física do meio seria completada com uma

análise da natureza social, relacional e cultural patente na cidade, permitindo aferir sobre a condição quotidiana do espaço público e do seu papel sobre o *habitar* a cidade.

O trabalho não pretende definir um manual de intervenção, tipo tratado da arquitectura e da cidade, mas antes expor um conjunto de questões a colocar perante o objecto de projecto, podendo assumir-se como um trabalho inclusivo, interactivo e de reflexão sobre a intervenção nos espaços de uso variável na cidade consolidada. Não se constrói com um manual de intervenção, uma vez que cada intervenção se confronta com as particularidades morfológicas, funcionais, sociais e históricas de cada lugar. A casuística na intervenção sobre cada caso, assim como a análise dos sistemas que lhe são característicos, impede uma abordagem do tipo normativo que reduziria o projecto a um conjunto de generalidades desprovidas de sentido face ao facto arquitectónico ou urbano concreto visado pela intervenção. Poderão sim, ser lançadas um conjunto de reflexões que possuem uma dimensão operativa sobre o acto de projecto, mas que têm apenas uma dimensão de partida na reflexão e montagem de uma abordagem metodológica servindo de base a uma aproximação ao objecto, questionamento e crítica para a construção de um processo. Importam aqui modos e processos de acção que possam contribuir para a compreensão e valorização do património urbano, arquitectónico, social e cultural da cidade existente.

A intervenção em espaço público, não se reduzindo a um problema exclusivo do seu desenho, engloba uma complexidade de questões que compõem a cidade reclamando uma interacção disciplinar que vai muito além da análise qualidades tectónicas inerentes ao espaço urbano. A intervenção deve ter em conta a complexidade sistémica caracterizadora da cidade na sua dimensão funcional e social, incluindo o quotidiano, assim como valores e expectativas atribuídas ao espaço e à oportunidade criada por esta. Ao projecto de espaço público encontra-se subjacente a qualidade de vida dos seus cidadãos, qualidade que depende da integridade ambiental. Como tal, o projecto deve extravasar para além da sobrevivência física do espaço absorvendo em si a dimensão estética e cultural dos lugares compreendendo-os como parte integrante do quotidiano e não como simples cenário ou fundo simbólico. "*Sem esquecer as referências fundamentais ao papel de espaço público na cidade, são as impressões das pessoas, as suas necessidades, e expectativas, as ligações ao lugar e a sua participação activa na criação e manutenção de espaço público que constituem a base social do espaço público.*"[2]

A reflexão sobre as questões da cidade toca temas e disciplinas variados que, pela sua complexidade, nomeadamente ao falar de intervenção na cidade consolidada, não encontram espaço para um aprofundamento sistemático numa prova como uma dissertação de mestrado, com o risco de perder o objectivo a que esta se propõe. Pela extensão e constante evolução dos temas relacionados com o estudo e reflexão sobre a cidade, o espaço público e os processos de intervenção é necessário balizar a matéria de estudo dentro de limites precisos existindo alguns pontos que apenas "introduzem" outras matérias de modo a contextualizar o tema tratado, apontar as suas complexidades e estabelecer ligações com outros problemas sem que o fluir do texto derive noutras direcções perdendo o seu fio condutor.

A organização do material resultante da observação e reflexão sobre os casos concretos de estudo surge com o fim de estabelecer ligações entre a reflexão sobre os espaços de uso variável e a sua intervenção, assim

[2] ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço urbano. Proposta metodológica.* Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2003, pp. 8.

como confirmar conhecimentos e situações expostas. Mais do que uma abordagem projectual sobre os espaços focados pretende-se a montagem de propostas estratégicas e programáticas baseadas no lugar e capacidades latentes.

Existe uma forte convicção sobre o interesse patrimonial desses espaços, entendidos como bens culturais capazes de satisfazer necessidades imateriais. Associam-se aí uma dimensão patrimonial (material), a uma dimensão cultural intangível (manifestações culturais cíclicas ou quotidianas, programadas ou espontâneas tendo sempre por suporte o espaço físico da cidade).

É imperativo aferir, a partir das práticas de uso e reconhecimento de tais espaços, que valores do passado subsistem e quais são passíveis de serem integrados na sociedade contemporânea. Que valores deverão *"(...) integrar-se com os novos valores que o processo de modernização da sociedade torna necessários... dever-se-á estudar criticamente as potencialidades e disponibilidades a satisfazer determinadas necessidades e verificar se estes serão de privilegiar em detrimento de outros."*[3]

0.3 Clarificação da estrutura da prova

A dissertação organiza-se segundo diferentes grupos, numa lógica de aprofundamento constante dos conceitos basilares, desde uma abordagem conceptual até uma abordagem sobre factos construídos. Sob este princípio a prova organiza-se em quatro grandes grupos, sendo que cada um estabelece ligações a temas complementares: **exposição do objecto e conceitos de estudo; espaço público: espaço relacional e construção urbana; metodologias de intervenção na cidade, a procura do espaço público; referências e casos de estudo.**

O primeiro grupo, **exposição do objecto e conceitos de estudo**, clarifica o tipo de espaços e conceitos abordados por esta dissertação tecendo considerações que visam tanto o esclarecimento da terminologia como das relações e interdependências entre os diferentes conceitos na relação com a realidade construída. Pretende-se, mais do que uma enumeração de conceitos ou de espaços, uma abordagem crítica sobre os valores associados a um tipo particular de espaço nos aglomerados urbanos, assim como às potencialidades que esses mesmos encerram. Procura-se reflectir sobre as valências em redor das quais os espaços visados pelo estudo se desenvolvem, consolidam e adquirem significado, quer no interior da forma da cidade, quer na esfera cívica caracterizada pelos modos de apropriação, relação e vivência do espaço urbano. Este capítulo da dissertação contém uma constante que o atravessa em toda a sua dimensão: a diversidade e variação de fenómenos sobre a experimentação do espaço público que se constituem como reflexo da cultura urbana, demonstrando o valor do espaço urbano e da cidade como fenómeno e lugar da e para expressão de cultura.

O segundo grupo, **espaço público: espaço relacional e construção urbana**, reflecte sobre os factos e fenómenos que constroem e caracterizam a cidade, em particular o seu espaço público. Particulariza-se sucessivamente, estreitando e delimitando o campo de reflexão em função do objecto de estudo, focando-se em espaços, dentro ou nos limites da cidade consolidada, que obedecem aos princípios de variabilidade, mutação e

[3] MARSELLI, G. *in* DI STEFANO, Roberto. *Il recupero dei valori. Centro storici e monumenti limiti della coservazione e del restauro.* Edizione scientifiche italiane, Napoli, 1979, pp. 24.

transformação dos seus usos. Procura-se a análise e caracterização do espaço público cujo uso incida, para além das questões funcionais delimitáveis à habitação, serviços ou representação, sobre questões de uso espontâneo ou programado que revelem modos de estar e usar a cidade. O espaço público visto como espaço cívico reflecte um determinado modo de viver a cidade e logo de os membros da sua comunidade se relacionarem e identificarem perante os outros.

Para a reflexão sobre tais espaços é imperativo falar sobre a distinção sobre os elementos que o caracterizam e que se distinguem em dois grandes conjuntos: elementos perenes e elementos efémeros. Sendo necessário abordar a pertinência destes na caracterização da cidade e as suas diferentes valias enquanto factos pertencentes ao conjunto patrimonial que constitui o stock do material construído na cidade e se incluem na espessura cultural caracterizadora do contexto.

A abordagem das **metodologias de intervenção na cidade, a procura do espaço público** aparece no seguimento da prova como uma aproximação à experiência e corpo teórico (a consciência), sobre a intervenção no património urbano. Esta constitui uma exploração crítica sobre os modos como se efectuaram as intervenções na cidade. Sobre este aspecto dever-se-ão ter como base três grandes períodos: um anterior à revolução francesa, onde a cidade e o património é considerado como material de trabalho; um posterior à revolução francesa e coincidente com o arranque da revolução industrial, que se caracteriza pela consciencialização e teorização sobre o património, os seus valores e modos de intervenção; por fim o período após a segunda guerra mundial, cuja importância advém não só da sua proximidade temporal, como pela inclusão de um maior número de variáveis nos modos de entender e intervir sobre a cidade.

Neste grupo, além da abordagem sobre método e consciencialização sobre modos de intervir na cidade (nas suas arquitecturas e nos seus espaços), importa aferir sobre a complexidade de elementos que se devem reunir para a construção de um projecto de intervenção no espaço da cidade. Factores que interessam tanto pela complexidade de factos físicos que constroem o ambiente urbano, como pelos factores humanos, nomeadamente os que reportam à expressão do património intangível e que inferem no modo de habitar, usar e conferir significado ao suporte físico da vida urbana.

O quarto grupo debruça-se sobre a análise e verificação de todo o corpo de conceitos sobre casos concretos. As **referências e casos de estudo** partem de um modo comum de uso e função perante a organização da vida urbana a par de um mesmo princípio espacial com forte significado ao nível da expressão cívica e de lugar de suporte para o desenvolvimento de actos espontâneos ou organizados que expressem a dimensão cultural da cidade. Não se pretende a abordagem estrita das actividades deixando para o material físico de suporte o papel de cenário, pretende-se antes compreender hábitos e o modo como cidade e esses mesmos hábitos se configuram mutuamente numa dialéctica complexa que atravessa várias gerações na construção do ambiente físico e social. Além dos casos concretos de estudo cuja selecção é devidamente argumentada, existe um conjunto de outros exemplos que servem, não para ilustração, mas para complementar ou reforçar a informação exposta. Em outros países o âmbito do espaço público na sua relação com eventos efémeros é bastante mais desenvolvida, o que permite retirar daí lições sobre modos de intervenção.

É a partir deste conjunto de considerações e de análise sobre casos concretos que se torna possível elaborar um conjunto de considerações finais sobre a polivalência e mutação em espaço público, reflectindo sobre a

pertinência dos territórios da ambiguidade e da reversibilidade enquanto base operativa para a valorização de processos de intervenção sobre o espaço da cidade.

Mais do que a dissertação sobre um tipo urbano, o trabalho procura o conhecimento de uma modalidade específico de espaço dentro da cidade que, pelas suas características, permanece como um momento de incerteza, de indefinição inclusivamente na atribuição de "nome" ou tipo. É no momento em que se despoletam os fenómenos em si latentes que estes espaços, assim como os elementos que participam na sua caracterização, ganham significado e lógica na sua relação entre a dimensão física e humana da cidade. Espaços que em estado latente parecem organismos estranhos, alheios à cidade e à sua vida, mas que quando ocupados e em funcionamento parecem ser os motores de activação da dinâmica urbana.

Agradecimentos 5

Resumo 7

Abstract 9

Résumé 11

Prefácio

0.1 Considerações sobre a escolha do tema 13

0.2 Problema, enquadramento temático e princípios metodológicos da dissertação 14

0.3 Clarificação da estrutura da prova 18

Índice

1 Exposição do objecto e conceitos de estudo 29

1.1 Exposição, crítica e rede de relações dos conceitos 31

1.1.1 Clarificação da natureza do espaço 32

1.1.1 Apropriação e valores do espaço 37

1.1.3 Questões para um método de intervenção 40

1.2 Espaço público e a manifestação da variedade cultural e humana na urbe 45

1.2.1 Importância do espaço público para a cidade e a comunidade 45

1.2.2 Lugar de encontro, confronto – relacionamento 46

1.2.3 A cultura urbana como cultura de espaço público 48

1.2.4 Manifestações no espaço: a importância dos eventos cíclicos 49

1.2.5 Rito, ciclicidade e marcação do tempo 51

1.2.6 Tipo de eventos e valores inerentes 52

2 Espaço público: espaço relacional e construção urbana 59

2.1 Espaço público como cidade 61

2.1.1 Caracterização do espaço urbano: a construção do público 61

2.1.1.1 Factores de caracterização do espaço público 65

2.1.1.2 Variação na caracterização do espaço público 70
2.1.2 Espaço público nas relações físicas e humanas da cidade 72
2.1.3 O espaço público na cidade canónica 75
2.1.4 Espaço público e manifestação de cultura 81
2.1.5 Espaço público como base de expressão da comunidade urbana 86
2.1.6 Cidadania e espaço público 93

2.2 O efémero como arquitectura e património 99
2.2.1 A pertinência patrimonial do efémero 101
2.2.2 Estruturas perenes e efémeras no espaço público 106
2.2.3 Significado do efémero na expressão cultural da urbe 112
2.2.4 O determinismo do efémero na flexibilidade espacial 116

3 Metodologias de intervenção na cidade. A procura do espaço público 119

3.1 Teorias de intervenção na cidade. Métodos para a intervenção no espaço público 121
3.1.1 A formulação dos princípios de intervenção 123
3.1.2 A evolução da intervenção sobre o património urbano após a 2ª Guerra Mundial 131
3.1.2.1 A reconstrução: modernismo e reconstrução integral 132
3.1.2.2 A contestação ao modernismo. A prioridade à salvaguarda patrimonial 134
3.1.2.3 Inclusão do espaço urbano na reflexão e instituição de princípios tutelares 138
3.1.2.4 O regresso à cidade histórica. A cidade como lugar para viver 141
3.1.3 A revitalização da importância do desenho urbano e do espaço público 146

3.2 O projecto de espaço público. Resposta ao património arquitectónico e intangível 155
3.2.1. A resposta à identidade e imagem da cidade 156
3.2.2 A importância atribuída ao espaço público 161
3.2.3 Processos de intervenção 165
3.2.4 Passos metodológicos. A montagem do projecto de intervenção 172
3.2.4.1 Problema, identificação e análise do contexto. Mecanismo de avaliação 173
3.2.4.2 Conceito de conservação, qualificação e valorização a aplicar 177
3.2.4.3 Carácter das estratégias. Estrutura organizativa 181
3.2.4.4 Mecanismos de desenho 191
3.2.5 Elementos perenes e efémeros na intervenção sobre o espaço público 193

4 Referências e casos de estudo 199

4.1 Fundamentação da escolha dos casos de estudo 201
4.1.1 Elementos comuns e variáveis 203
4.1.2 Universalidade e casuística na metodologia de investigação e intervenção 205

4.2 Análise e caracterização de casos 207
4.2.1 Casos de referência 207
4.2.2 Espaços de uso variável em Portugal 216
4.2.3 Casos de estudo 219
4.2.3.1 Caracterização e dimensão patrimonial do espaço 220
4.2.3.2 Ciclos de ocupação: Pré-disposição à variabilidade e apropriação cíclica e espontânea 242
4.2.3.3 Quadros síntese 253
4.2.4 O desenho: variação e reversibilidade 259
4.2.5 O excesso de projecto *versus* a ocupação circunstancial e criativa dos utentes no espaço urbano 265

5 Considerações finais 271

5.1 Polivalência e mutação em espaço urbano 274
5.2 O território da variação e incerteza como base do projecto de intervenção em espaço público 276

Fontes 281

Bibliografia 283
Índice de figuras, quadros e plantas 291

Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada
Metodologias para a intervenção

1 Exposição do objecto e conceitos de estudo

1.1 Exposição, crítica e rede de relações dos conceitos

1.1.1 Clarificação da natureza do espaço.
1.1.2 Apropriação e valores do espaço
1.1.3 Questões para um método de intervenção

1.2 Espaço público e a manifestação da variedade cultural e humana na urbe

1.2.1 Importância do espaço público para a cidade e a comunidade
1.2.2 Lugar de encontro, confronto – relacionamento
1.2.3 A cultura urbana como cultura de espaço público
1.2.4 Manifestações no espaço: a importância dos eventos cíclicos
1.2.5 Rito, ciclicidade e marcação do tempo
1.2.6 Tipo de eventos e valores inerentes

1.1 Exposição, crítica e rede de relações dos conceitos

Pretendendo esta dissertação debruçar-se sobre os valores inerentes à intervenção/projecto em espaço público de relevante importância patrimonial e com elevada disposição à variabilidade, é necessário clarificar e sistematizar um conjunto de conceitos essenciais a essa reflexão.

Um trabalho deste tipo obriga ao aprofundamento da terminologia referente à especificidade dos espaços e respectivos valores, imprescindíveis à compreensão dos factos visados pelo estudo e à clarificação de uma metodologia de intervenção sobre esses mesmos factos urbanos. Ligando-se o objecto ao campo da cidade, às características dos seus espaços públicos e ao valor destes para a colectividade, parece pertinente que a sua abordagem terminológica se organize em três grupos: clarificação da natureza do espaço; apropriação e valores do espaço; questões para um método de intervenção.

Por clarificação da natureza espacial entende-se o esclarecimento do objecto de estudo na sua dimensão de espaço público, colectivo e relacional e o modo como estes se assumem na formulação da urbanidade, na cidade consolidada, histórica ou patrimonial. Neste âmbito delimita-se, logo à partida, o foco de atenção e de intenção no qual se centra a dissertação. A apropriação do espaço e os valores a si atribuídos além de caracterizarem as especificidades dos objectos sobre os quais se debruça o trabalho, permitindo aferir sobre possibilidades que ajudem a consubstancializar uma metodologia de intervenção. Metodologia essa que de acordo com a natureza do espaço, dos objectivos e dos valores perseguidos, possui um campo disciplinar próprio, a intervenção na cidade consolidada, e como tal um corpo teórico de conceitos que lhe são intrínsecos. A escolha de palavras-chave, conceitos, e o modo como se aborda cada um serve logo de imediato para centrar e determinar o âmbito desta reflexão dentro do vasto campo que é a discussão arquitectónica e a intervenção sobre o património edificado.

1.1.1 Clarificação da natureza do espaço

A reflexão sobre o espaço da cidade e da intervenção sobre este implica o esclarecimento do valor de urbanidade, clarificando e ponderando sobre as particularidades que caracterizam espaço público, espaço colectivo, espaço relacional assim como a natureza que determina a cidade como facto histórico e patrimonial. Os valores de público, colectivo e relacional devem ser ponderados sobre as especificidades decorrentes de um contexto histórico e consolidado, onde a gestão e interacção entre património físico e humano é determinante.

Interessa aqui o **espaço público** na sua dimensão patrimonial, pelo seu desenho e particularidades estruturantes, e logo na sua especificidade face à problemática da intervenção e metodologia projectual de acordo com o património construído. Interessam os lugares públicos enquanto elemento resultante da sobreposição e sedimentação da acção do homem na cidade; o espaço público como elemento de inter-relação entre a globalidade do património edificado; o espaço público como património urbano, arquitectónico e cultural que participa na imagem da cidade e se constitui como elemento estruturador da identidade urbana.

"O espaço público é um conceito jurídico: um espaço submetido a uma regulação específica por parte da administração pública, proprietária ou que possui a faculdade de domínio do solo e que garante a sua acessibilidade a todos e fixa as condições da sua utilização e de instalação de actividades."[1]

Esta definição esclarece logo à partida a natureza da propriedade, acesso e gestão sobre o espaço público, mas talvez mais determinante, para a sua caracterização, separa logo à partida espaço público de espaço privado. No fundo é a partir do confronto entre estas duas dimensões (pública e privada), que se joga a articulação do espaço urbano, sendo a partir daqui que se instituem matrizes relacionais (relações físicas e humanas). Estabelece-se a organização do cadastro determinando direitos de edificação, de salvaguarda de espaço aberto e de destino social das suas funções.

A distinção entre público e privado é resultado do pensamento, ou melhor, da deposição e sucessão de pensamentos que comandaram a cidade. Segundo Sola-Morales[2] o interesse e reflexão sobre o espaço público terão tido início com o pensamento utópico do século XIX, onde os modelos para as cidades ideais (objectivo) e a municipalização (instrumento) constituíam-se como pilares ideológicos de toda a política progressista do urbanismo. Nos dias de hoje a dificuldade de intervenção sobre o construído na cidade, leva a uma igual aposta sobre a qualidade e desenho do espaço público na sua capacidade de agente valorizador e dinamizador da revitalização urbana. Apoiando-se ideologicamente sobre os valores inerentes ao espaço público políticas urbanas, como as seguidas em Barcelona, Lyon, Copenhaga ou Glasgow, continuam a demonstrar a importância destes espaços no progresso do urbanismo, nomeadamente nos processos de intervenção sobre a cidade existente. Desde os anos 60 que, com a contestação às intervenções modernas do pós-guerra, movimentos cívicos e políticos reclamam a qualificação do espaço público, particularmente na cidade tradicional, como modo de qualificar a dinâmica da cidade, melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, e defender as particularidades que identificam o aglomerado urbano e a sua comunidade.

---

[1] BORJA, Jordi, *Ciudadanía y espado público*. Disponível *in* http://urban.cccb.org/

[2] SOLA MORALES, Manuel. *Espaços públicos/ Espaços colectivos. in* "Urbanismo", nº4 , Lisboa, 1999.

O espaço público caracteriza-se pela sua acessibilidade: acessibilidade a todos (por ser da comunidade e para a comunidade) e acessibilidade de todos (enquanto facto determinante e centralizador da cidade valorizando a intensidade e disponibilidade do seu uso). Mas a questão da acessibilidade conhece hoje contornos ambíguos na cidade contemporânea devido à proliferação de estruturas privadas, ou de gestão privada, que, aparentando estarem abertas a todos, criam condicionalismos ao acesso e modos de apropriação, espartilhando o conjunto das relações e interacções urbanas como identificam S. Graham e S. Marvins (2001).

No sentido da acessibilidade, pertença e abrangência do espaço por parte da variedade humana que constitui a comunidade não é possível determinar uma função do espaço público. Ainda que o projecto do ambiente urbano sob princípios de viabilidade e ordem pública tente determinar-lhe um uso específico, o espaço público é na sua essência um espaço multifuncional.

Scott Brown (1980) esclarece que o conceito de espaço público deveria ser definido não por princípios de propriedade ou uso mas pela capacidade de o espaço suscitar identificação e pertença na comunidade. Sendo assim, o espaço público reclama para o seu domínio valores e referências que o instituem como espaço de relação e identificação. A dinâmica própria a estes espaços institui-se como parte do interesse de toda a comunidade colocando a cidade e os seus espaços como bens de interesse colectivo. Mais do que vazio estruturante da construção urbana, o espaço público assume-se como lugar de contacto, de animação e de expressão da comunidade urbana.

Este ponto eleva o conceito espaço público para além da condição de pertença ao domínio público incutindo-lhe valor e significado associado à sua multifuncionalidade. O espaço da cidade e o seu valor enquanto espaço público enriquece-se nas lógicas criadas entre cidadãos e ambiente físico, sendo estas premissas mais determinantes na cidade histórica e consolidada. Tanto pela tipologia e desenho do espaço, como pela sedimentação de princípios de uso e elementos simbólicos, a cidade histórica assume nos seus espaços uma maior valorização da dimensão pública e identitária constituindo-se como elemento de referência. O espaço público da cidade histórica cria posicionamento face ao presente no valor de informação, formação, agregação e expressão, assim como posicionamento face à base ancestral e acumulativa que determina e atesta a sua profundidade e validade cultural. É no âmbito desta linha de pensamento sobre espaço público que se inserem os espaços de uso variável na cidade consolidada, reflectindo sobre a polivalência e mutação intrínseca aos seus valores e às pré-disposições e latências manifestas no seu desenho e acentuadas pelo efémero.

A extensão de capacidades de uso e significado levam à confusão entre o conceito de espaço público e o de **espaço colectivo**. Porém este segundo conceito, mais abrangente que o espaço público, desliga-se da condição base de bem público para se instalar na condição de elemento aberto à comunidade. Mas será a abertura do espaço colectivo universal? Permitirá o espaço colectivo a mesma possibilidade de expressão que o espaço público?

A noção de espaço colectivo é baseada na simultaneidade de público, e acesso público condicionado, o que implica a inclusão de uma série de condições e restrições que anulam a amplitude e abrangência subentendidas no espaço público. Segundo Maurice Cesari (1976) o espaço *colectivo* de uma cidade pode-se definir como o *"sistema unitário de espaços e de edifícios englobados no território urbanizado que têm incidência sobre a vida colectiva, que definem um uso comum para amplos extractos da população e que constituem a sede e os*

lugares da sua experiência colectiva".[3] O espaço colectivo assenta assim numa complexa rede de territórios públicos e privados onde variam as determinantes sobre a sua ocupação, apropriação e vivência do espaço.

Na cidade a amplitude de actividades que formam o conjunto da vida colectiva (comércio, lazer, trabalho, activismo cívico, cultura, etc.), não é absorvida exclusivamente pelo solo público havendo como que uma partilha de funções, ou complementaridade, entre a esfera pública e privada. Muitos dos sectores privados na cidade ocidental (como a banca), têm vindo a apropriar-se de elementos monumentais, alterando correspondências entre o valor simbólico do construído e a respectiva instrumentalização desses símbolos; transformam-se referências na posição e importância das instituições perante o espaço da cidade e os cidadãos. Além da alteração das condições subjacentes ao construído que configuram o espaço público, o sistema de espaços colectivos ao ser absorvido ou estendendo-se ao interior de instituições (metro, galerias comercias, equipamentos de apoio, etc.) perde parte da sua amplitude significativa, de uso e acesso que lhe conferiria a condição de público. As responsabilidades sobre o espaço (manutenção e gestão) condicionam os modos de acesso, uso, apropriação e expressão, quer para o indivíduo, quer para a comunidade, e são elas que, em grande parte, determinam a diferença entre colectivo e público. Mas, como sugere Gregotti (1986), uma articulação entre espaços públicos e espaços privados de uso público além de enriquecer a possibilidade de variabilidade do espaço urbano pode, através da responsabilização dos privados na gestão do espaço da cidade, surtir efeitos positivos sobre a cidade.

Ao espaço público, de acordo com as capacidades de uso e agregação, pode-lhe ser concedida a dimensão de **espaço relacional**. Este conceito prende-se a questões sociais e antropológicas que por sua vez se reportam aos valores, capacidades e desempenho do desenho urbano, uma vez que é partir da matriz espacial que se determinam os níveis de relacionamento.

A qualidade dos relacionamentos e interacções urbanas encontra-se intimamente ligada à qualidade do próprio espaço público. A lógica social e antropológica do espaço é detectada no arranjo espacial, arquitectónico e urbano (Hillier e Hanson, 1984), sendo que "*o tipo de relacionamento é definido em termos de relações espaciais, mas na prática, o seu processamento depende do modo como o espaço se organiza.*"[4] O desenho surge assim como factor determinante na instituição das relações e como tal essas capacidades inerentes ao espaço público aparecem de modo mais ou menos acentuadas de acordo com as condições oferecidas pelo desenho urbano ao uso, à fruição, ao estímulo, à surpresa: à actividade. Segundo Hillier e Hanson (1987) o espaço detém a capacidade de juntar o que a sociedade separa. O espaço público, nomeadamente os espaços que se constituem como referência pelas qualidades e capacidades de agregação possibilitando o encontro e confronto entre a variedade que caracteriza o meio social urbano, desafia lógicas e hierarquias sociais juntando e relacionando no seu interior essa variedade de indivíduos. Esta reflexão, embora toque princípios de relação que gerem e identificam a comunidade, procura antes de mais a análise de lógicas de desenho inerentes à apropriação dos espaços da cidade e à manifestação da sua identidade.

---

[3] CESARI, Maurice. *El espacio colectivo de la ciudad.* Colección de urbanismo, Oikos-Tau, Barcelona, 1990, pp. 87.
[4] HEITOR, Teresa Valsassina. *A vulnerabilidade do espaço em Chelas. Uma abordagem sintáctica.* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, pp. 23.

Dentro do conceito de espaço relacional surgem duas noções que exprimem o tipo de relações que se estabelecem no espaço: espaço artificial e espaço concreto. Estas apelam tanto ao nível dos usos, os existentes e os implementados por processos de regeneração urbana, como ao nível da gestão e da limitação nos comportamentos, implicada por essa mesma gestão. O espaço artificial baseia-se no entendimento do espaço urbano como espaço de consumo, de controlo dos comportamentos e de ruptura de uma relação de troca entre homem e meio, enquanto que por oposição se determina o espaço concreto: o da liberdade de uso e de expressão, feito de contradições, de conflitos, de símbolos e de memórias.

Oferecendo-se a cidade como produto de consumo rompe-se com elementos essenciais na autenticidade da vida e actividade urbana; elimina-se a capacidade de absorção da espontaneidade regulando-se comportamentos. Sendo o comércio e a cultura fortes apostas para a activação e dinamização de espaços e zonas urbanas, o modo como estes são geridos pode determinar a ruptura de relações e de uma ampla dialéctica entre cidadão e meio. A cidade apresentada como produto tem tendência ao controlo de hábitos e comportamentos eliminando uma vivência do espaço baseada na discussão e participação activa dos seus indivíduos. A possibilidade de troca e da construção de relações em pressupostos dialécticos (confrontando numa mútua construção ambiente e comunidade) são possíveis no espaço concreto. Espaço onde existe comércio e cultura, mas em que o controlo destes sobre o uso e apropriação espacial não se impõe de modo determinante e propositivo, abrindo o espaço da cidade à experiência.

As relações caracterizam-se na proporção que se estabelece entre a qualidade do espaço e a variedade e quantidade de cidadãos que lhes reconhecem valor, importância e uso. O espaço artificial por referência é um espaço semelhante ao dos centros comerciais onde a artificialidade, quer do ambiente físico quer humano, aniquila a possibilidade de expressão individual e a assumpção do espaço como lugar cívico (formação, informação e expressão).

A **cidade** na sua globalidade é um reflexo do material acumulado pela sociedade ao longo da sua história expressando fisicamente o sistema de produções humanas. Lewis Mumford (1961) salienta que desde o início da civilização a cidade institui-se como estrutura predisposta e equipada para "*armazenar e transmitir os bens da civilização*".[5] Do mesmo modo, a abordagem de Aldo Rossi (1971) aponta a cidade como facto humano que se constitui como depósito de "fadigas" e se consolida como testemunho de valores e memórias. A cidade assume-se como grande depósito e expressão dos resultados da evolução da civilização que se reflectem na sua forma e carácter, institui-se como forma cultural, sendo ela espaço de encontro e contradição. A cultura urbana é definida pela "*peculiar combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação, cuja manifestação exterior foi a cidade histórica.*"[6]

Na complexidade que forma a cidade contemporânea destaca-se a **cidade histórica**: centro da génese urbana e cerne referencial da sua identidade. O *lugar* por excelência dada a densidade de estratos, acumulações e somatórios, assumindo-se como figura memorial pela contenção de factos relevantes à memória nos seus elementos físicos que, como tal, adquirem a dimensão de património cultural e documental.

---

[5] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas.* Martins Fontes, São Paulo, 1998, pp. 38.
[6] *Idem*, pp. 38.

Os centros históricos definem-se como lugares monumentais cuja riqueza não se encerra apenas sob monumentos, enquanto factos isolados, mas na sua estrutura espacial, na configuração das construções domésticas, etc. Encontra-se aqui contida toda uma complexidade material e documental que se refere aos mais variados níveis de importância e abrangência simbólica. A definição de cidade histórica possui assim uma dupla condição: condição material, ligada à construção e seu valor físico; condição espiritual, ligada aos valores e significados inerentes às formas construídas ou ao relacionamento processado entre a comunidade e ambiente. Tais condições existem numa relação de simultaneidade, porém, o progressivo culto dos factos urbanos e arquitectónicos antigos, sobrevalorizando os valores materiais, leva frequentemente à confusão entre os valores de âmbito patrimonial histórico e cultural com valores no âmbito de património enquanto bem económico. Valoriza-se mais a condição material dos factos em detrimento da sua condição espiritual, retirando densidade ao património. Retira-se aos factos construídos a sua importância enquanto marca através da qual se assinalam acontecimentos, ideais, modos de estar, toda uma panóplia de factos culturais e antropológicos que determinam a identidade urbana. Os espaços de uso variável reflectem essa dualidade entre factos pertencentes a um património físico e a um património intangível.

Porém, a cidade enquanto figura memorial não é um facto permanente ou imutável no que toca às suas marcas e valores. No seu processo de constante transformação a cidade submete os seus valores à acção do tempo e à sucessão de gerações que lhe atribuem importância e significados relativos à evolução dos acontecimentos e ao contexto *presente*. O centro histórico é transformado na matéria pela acção do tempo como o é pela evolução do pensamento e consciência colectiva, variando valores e ajustando hierarquias semânticas.

Se a cidade se entendesse como objecto, em detrimento de valores mais profundos para a comunidade que a habita, esta valeria apenas como matéria e suporte de informação. A partir do momento em que esta se assume como presença no quotidiano, passando de elemento passivo a elemento activo e participante, deve entender-se como factor dinâmico na construção do presente que simultaneamente encerra valores do passado e memórias que conferem profundidade e referência à sociedade. É com esta passagem da matéria à construção dos espíritos que a cidade deixa de ser exclusivamente facto documental, acumulador de memórias, para se abrir e despoletar processos de pensamento que fortalecem a sua dimensão espiritual e identitária. Aqui os espaços de uso variável assumem-se como lugares motores da relação entre passado e presente da comunidade que se expressam nos modos de uso quotidianos e nos eventos cíclicos que marcam ritmo sobre a vida da colectividade.

O centro histórico ergue-se como construção material, suporte de informação e memória, na qual a comunidade se encontra por meio de elementos comuns de referência que servem a uma constantemente estruturação e revisão da identidade colectiva. É um ambiente privilegiado na sedimentação de factos humanos relevantes para o entendimento físico da cidade a par do entendimento da complexidade de eventos e componentes que caracterizam e determinam a identidade do meio e da sua comunidade.

A **cidade consolidada**, ou canónica, não coincide necessariamente com a denomina de cidade histórica, ou de conteúdo patrimonial. A sua definição é mais ampla prendendo-se com a estabilidade das regras e tipomorfologia dos elementos que a compõem do que no seu valor material, documental ou memorativo. O

conceito de cidade consolidada encontra-se assim vinculado à estabilidade de regras e tipo específico de temas e relações que determinam os espaços urbanos.

A cidade histórica prende-se a valores de documento, memória e referência simbólica; a cidade patrimonial ao stock construído e à exemplaridade deste; a cidade consolidada prende-se a valores de estabilização dos espaços, que ainda que capazes de absorver transformação e modernização se encontram solidificados do ponto de vista das regras que determinam a sua configuração global. Essa estabilidade assenta maioria das vezes em questões inerentes aos traçados, sendo este um dos elementos com maior perenidade na configuração da cidade.

1.1.2 Apropriação e valores do espaço

Na condição de lugar vivo e activo o espaço público pressupõe uso e estruturação de capacidades de relacionamento. Nesse âmbito, o espaço público, pelas características do seu desenho e valores implícitos, encontra-se sujeito a processos de apropriação que se organizam segundo princípios de tempo, variação e incerteza, proporcionando uma série de possibilidades na relação entre meio e comunidade. Pelos elementos simbólicos que contém como pela expressão de ritos e hábitos comunitários, o espaço público organiza-se sobre uma matriz espacial que determina e caracteriza o confronto e encontro da população. Como tal, além do espaço e do conjunto de factos perenes que o caracterizam dever-se-ão considerar as possibilidades derivadas do efémero e que determinam a sua capacidade de variação e logo uma maior abrangência nas possibilidades de apropriação.

A palavra **efémero** tem a sua raiz etimológica no vocábulo grego que significa *"o que dura um dia"* ligando-se determinantemente a condicionantes temporais sobre a actividade humana. No que toca ao espaço urbano o valor de efémero entende-se a dois níveis distintos: ao nível da ocupação do espaço por elementos físicos; ao nível da duração dos acontecimentos que se apropriam do espaço. Porém, para a ocorrência do efémero, está subjacente ao espaço público a sua propensão à versatilidade. Sob o domínio da ambivalência e polivalência o conceito de **versátil** determina-se pelo carácter multifacetado do espaço urbano capaz de desempenhar um efeito multiplicador ao nível simbólico, funcional e relacional. Um espaço versátil detém a capacidade de dilatar e contrair capacidades de interface, de mediação, frente às necessidades e anseios da comunidade. Pelas características específicas expressas no desenho urbano o espaço público pode conter capacidades para se adaptar ao momento, moldando-se de acordo com circunstâncias efémeras. Um espaço demasiado rígido e cujas possibilidades de ocupação, vivência se encontram ditadas e encerradas por um desenho excessivamente propositivo impossibilita uma resposta contínua às necessidades e exigências sobre possibilidades de variabilidade de apropriação.

Essa mesma versatilidade é indissociável da **reversibilidade**, capacidade de alterar o movimento e tendência de apropriação restituindo as coisas a um estado sensivelmente similar ao que apresentava previamente. Esta última é capaz de sugerir entre o lugar e o seu usuário uma atitude mais informal, aberta ao momentâneo, à instabilidade e mutabilidade, tão enraizada na velocidade e quantidade de fenómenos da cidade

contemporânea. A reversibilidade é *"aberta ao temporal, ao efémero, o impermanente; própria da cultura da mobilidade, da precariedade, e da amortização contingente dos acontecimentos."*[7]

No âmbito da versatilidade e reversibilidade, o espaço público, nomeadamente o de carácter polivalente e mutável, funciona na possibilidade permanente de **extensão**: de ser uma extensão, reflexo dos movimentos da comunidade; de se estender ele próprio nos usos ou campos de influência a outros lugares da cidade. *"A extensão fala de diversidade, do contacto com a multiplicidade com a qual se constituem os lugares. Propõe também a contenção da pluralidade dos acontecimentos espaciais em concordância com a diversidade que nos rodeia."*[8] O conceito de extensão pressupõe a ideia de forma aberta aludindo a uma natureza expansível e dinâmica proporcionada por uma lógica evolutiva[9] que está dependente de factos previstos e imprevistos; fortuitos e programados.

Nestes valores encontra-se uma **diversidade** de possibilidades inerentes ao espaço enquanto acto físico assim como aos eventos enquanto actos comportamentais. *"Este é um tempo de diversidades, que proclama a constante simultaneidade de acontecimentos individuais em estruturas globais: essa condição «multi» - plural – envolve o local com o global, o particular com o geral, o geral com o individual evidenciando a incidência – e emergência – do singular no colectivo, já não como parte de um todo senão como especificidade «interligada com o todo» (como presença independente – autónoma – e participativa à vez) falando, então, de combinação e de entrelaçamento, de coexistência e de simultaneidade."*[10] A **flexibilidade**, enquanto capacidade de mutação efémera, destina-se à transformação a que se deve associar a uma maior polivalência e versatilidade do espaço e que engloba o quotidiano e o evento nas capacidades do espaço. O desenho de espaço público assente neste tipo de premissas associa acções tácticas de ordem estrutural (organização e abertura à eventualidade de acontecimentos) com acções efémeras que determinam a distribuição e ordenação do espaço segundo esquemas mais ou menos evolutivos. No entanto, a capacidade de variação e polivalência do espaço incorre na **indeterminação** a qual é associada a fenómenos de perda de identidade e valor. Porém, é essa mesma indeterminação que pode suscitar fenómenos de revisão acrescendo valor ao espaço público. *"(...) estas mudanças periódicas (...) têm a grande responsabilidade de proporcionar a fixação de novas actividades, de alterar a percepção do sítio e de poder encorajar os utilizadores comuns a explorar possíveis potenciais das suas próprias modificações no espaço."*[11]

Contudo, existe como que uma necessária proporção entre os valores de variação e estabilidade presentes no espaço assumindo-se este como facto polissémico. A identidade usufruir assim dos efeitos determinados por fenómenos de alteridade[12], uma vez que a capacidade de identificação do espaço de uso variável passa pelos processos de confronto derivados da flexibilidade e mutação cíclica que lhe são inerentes. Tendo como base um conjunto de valores constantes e um outro de valores variáveis, o espaço público detém mecanismos que abrem

---

[7] GAUSA, Manuel. *Reversibles. In* AAVV. *Diccionario Metapolis, arquitectura avanzada.* ACTAR, Barcelona, 2001, pp. 518.
[8] MORALES, José. *Extensión. In* AAVV. *Diccionario Metapolis, arquitectura avanzada.* ACTAR, Barcelona, 2001, pp. 220.
[9] Da evolução enquanto acto não linear ou constante. A evolução é variável e cíclica, dependendo de factos episódicos.
[10] GAUSA, Manuel. Diversidad. *In* AAVV. Diccionario Metapolis, arquitectura avanzada. ACTAR, Barcelona, 2001, pp. 173.
[11] ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço urbano. Proposta metodológica.* Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2003, pp. 166.
[12] "Situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença..." *In* AAVV. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Temas e debates, Lisboa, 2005, Volume II, pp. 486.

possibilidade a ser uma e outra coisa, a se transformar, a se colocar em questão, e assim valorizar os vários pólos entre os quais se joga a sua apropriação, percepção e significado cíclico.

Os processos cíclicos (espontâneos ou programados) correspondem a uma ocupação espaço/temporal caracterizada por concentrações ocasionais que implicam a dilatação de fenómenos presentes ou latentes. A ocupação efémera busca indícios sobre o desenho urbano e factos arquitectónicos do espaço onde se desenvolve, procurando suporte, modos de integração instituindo uma relação de descoberta e exploração de factores latentes. Essa variabilidade corresponde tanto à pré-disposição do desenho urbano como à diversidade da envolvente, quer funcional, quer do ponto de vista das solicitações e anseios que se geram em redor do espaço de referência. A densidade da envolvente pode ser assim apontada como factor determinante para a variedade, transformação efémera e propensão à alteridade do espaço público.

O espaço em foco nesta dissertação abarca territórios da incerteza urbana, figuras urbanas que tratam da inexistência de pressupostos absolutos, exactos e invariáveis sobre a determinação (uso, forma e significado) do espaço. Mais do que fixar regras e modos de usar, os espaços da variação tratam de propor, de enunciar valores para a sua ocupação abrindo possibilidades a um sem número de variáveis e combinações (muitas vezes instantâneas), segundo lógicas de acção abertas. Essas lógicas encontram-se frequentemente no espaço em estado latente, ou seja, o espaço possui nas suas regras, no seu desenho, a abertura, a possibilidade ...

Os territórios da incerteza levam ao fim da concepção e intervenção projectual baseada em princípios de determinação absoluta sobre a configuração do espaço e dos seus valores, referindo-se antes a uma configuração variável do universo e aberta à multiplicidade. Essa variabilidade não anula no entanto a anterior apropriação do espaço uma vez que possui nas suas características a possibilidade da reversibilidade. Dada a impossibilidade de prever acontecimentos futuros enunciam-se um certo número de resultados possíveis, de possibilidades tácticas. Existe deste modo como que uma cumplicidade entre o desenho e uso, ambiente e comunidade, *"porque eu não estou destinado a um uso em particular e porque vocês não se consideram destinados a um uso em particular, tudo ia (vai) bem entre nós"*[13]

O princípio do elemento vago institui-se como determinante na apropriação do espaço. O valor de vago encerra no seu interior a qualidade de incerteza, indeterminação e imprecisão ditadas pelos factores latentes no espaço, pela possibilidade de (...) sugerida pelo espaço. O carácter de vago pode também balançar entre a ordem e reformulação dessa ordem, em que o momento de reformulação da ordem faz parte de uma sucessão baseada numa regularidade temporal. O desencadear de eventos no espaço público constitui-se como momento de "caos" (afronta e reformula a ordem quotidiana), que se inscreve numa ordem efémera dos acontecimentos.

Na pluralidade de leituras sobre o espaço público o aumento da ambiguidade sobre a atribuição funcional e social deste aumenta a pluralidade de significados. A esse território da ambiguidade pode ser atribuída uma dimensão experimental dependente do uso e da interpretação das suas capacidades latentes pelo cidadão. *"A palavra experimental pode convir, desde que não seja compreendida enquanto designante de um acto destinado a ser julgado em termos de êxito e fracasso, senão simplesmente como designadora de um acto cuja saída é*

[13] GARCÍA DUTTMAN, Alexander. *Eliminación de las huellas. In* Quaderns, nº 211, Barcelona, 1995.

desconhecida"[14]. Pela capacidade experimental intrínseca ao próprio objecto arquitectónico ou urbano este deixa de ser entendido como uma unidade para se tornar permeável a novas conexões: conexões com a envolvente, com a matéria e com a comunidade.

Longe de uma atitude de sistematização rígida de valores, o espaço público ao abarcar a indeterminação, com o objectivo da mutabilidade e variabilidade, dirige-se essencialmente a novos efeitos e conotações que contenham um potencial de nova significação. "*Entenderíamos por indeterminação um certo estado de suspensão da significação precisa do objecto, produto da recolocação dos limites em que este se inscreve.*"[15]

Mas afinal o que determina o estatuto de património histórico e cultural aos factos urbanos e arquitectónicos? Qual é o conjunto de valores que distinguem a cidade histórica da globalidade da estrutura urbana?

A cidade moderna e o sistema económico e social em que esta se baseia tende a conceber o indivíduo como consumidor, que permite alimentar a máquina económica que é a cidade. Por outro lado, com a invasão dos lugares de discussão pública pelas novas tecnologias deslocalizam-se estes *lugares* do espaço urbano para os espaços virtuais. À participação directa, inclusivamente do ponto de vista físico, sucede-se a participação através de meios de comunicação telemática que retiram aos lugares de informação e discussão, de encontro e confronto a importância da experiência corporal e do espaço como lugar de construção da memória. A cidade passa a lugar de satisfação das necessidades reais e induzidas no indivíduo. "*Reduz-se a própria cidade a um bem de consumo, privada de relações com o passado que consentiriam ao homem de confrontar-se, sobre o plano humano, com os seus semelhantes que lhe precederam.*"[16]

Existe logo à partida uma necessidade de valorização do centro antigo enquanto detentor do valor de lugar face à globalidade da estrutura urbana. O centro histórico determina-se como lugar objectivo, pois aí se inscrevem as marcas objectivas da identidade, dos relacionamentos e da história. É o valor documental inerente à cidade enquanto testemunho (colectivo e individual), que pelos registos aí encontrados, pela surpresa da acumulação de factos físicos e espirituais distingue o valor mais profundo do centro histórico. É a experiência espacial do encontro e confronto dos indivíduos que permite a construção de lugares objectivos por oposição aos lugares subjectivos em que os modos de relação com os outros são transferidos para a residência como espaço interface baseado na linguagem e deixando de lado a comunicação pela experiência corporal e a determinação dos comportamentos ao espaço.

1.1.3 Questões para um método de intervenção

A intervenção sobre a cidade histórica pressupõe um acto de conhecimento sobre o saber contido no seu material físico. Num mundo globalizado e cada vez mais tipificado e estandardizado o olhar sobre a cidade histórica e os elementos patrimoniais que ela contém traduz-se numa busca pela originalidade e identidade da comunidade, do seu lugar no mundo contemporâneo. A intervenção sobre o património cultural e histórico

---

[14] CAGE, John. *In Silence. In* CONDE, Yago. *Arquitectura de la indeterminación.* ACTAR, Barcelona, 2000, pp. 75.
[15] CONDE, Yago. *Arquitectura de la indeterminación.* ACTAR, Barcelona, 2000, pp. 59.
[16] DI STEFANO, Roberto. *Il recupero dei valori. Centro storici e monumenti limiti della coservazione e del restauro.* Edizione scientifiche italiane, Napoli, 1979, pp. 6.

resulta em parte do medo de perda da liberdade e da diferença, resultante de princípios de estandardização, assim como da procura de escalas de diálogo: a relação entre matéria construída e corpo; as relações sociais colocadas em causa pela virtualidade, artificialidade e carências qualitativas e referenciais dos novos espaços da cidade. Mas acima de tudo a intervenção sobre o património urbano e arquitectónico surge da valorização do património na sua dimensão cultural.

A conversão da cidade em objecto documental contentor de saber (história, cultura, memória) é, como refere Choay (2000), resultado da grande transformação ocorrida no espaço urbano consecutiva à revolução industrial. No entanto, a discussão em redor das atitudes face à cidade histórica é longa compreendendo duas facções que se chocam permanentemente: uma romântica e conservadora, que institui a cidade como museu cristalizando-a no tempo; uma outra progressista que viabiliza a transformação e adaptação do material existente num processo contínuo de qualificação da cidade.

Muitas das intervenções sobre a cidade colocam em causa a versatilidade subjacente ao espaço *concreto* no momento em que apostam na homogeneização do material físico e humano e, ao mesmo tempo, na eliminação de elementos simbólicos resultantes da sedimentação do património físico. A retirada de elementos ou imposição excessiva do desenho origina um ambiente falso e artificial deitando por terra a sugestão e espontaneidade derivada da lenta e secular acumulação de referências. "*O que no passado consistia numa operação de mutação gradual do tecido urbano, torna-se hoje uma verdadeira intervenção substituinte da primitiva estratificação (sedimentação); o que resulta na destruição de estruturas originais sem a aquisição de novos significados humanos.*"[17] O espaço, alheado dos pormenores documentais que atestam a sua validade cultural, encontra-se em risco de eliminar as suas possibilidades de extensão e de variação semântica.

A reciclagem urbana implica aceitação do fim do tempo de vida e reinício de um outro a partir de uma nova condição existente. A cidade emerge deste modo como objecto mutável, capaz de se adaptar e oferecer continuidade à vida e desenvolvimento das especificidades locais, diferindo da conservação que pretendia habilitar algo que já fora válido num tempo específico (a fixação da imagem e da matéria construtora da cidade). A reciclagem implica o uso do material existente mas para a construção de uma matéria coerente em si (não é uma operação de reparação). No entanto, a operação de intervenção sobre a cidade histórica deve necessariamente pensar a intervenção no património arquitectónico e urbano como parte da globalidade urbana integrando-se nas suas estratégias de planeamento. Não no sentido da homogeneização, mas no sentido de que a cidade é um organismo global, sendo da cidade histórica que emana um conjunto de referências materiais e espirituais possibilitadoras da construção da cidade como processo contínuo e coeso.

Os processos de renovação urbana não podem ser compreendidos como uma mera operação de imagem (de fachada ou repavimentação), estes devem basear-se numa actuação segundo programas que abarquem três finalidades: a reestruturação, a revitalização e a conservação. Contudo, processos como a conservação estrita ou o restauro urbanístico tendem a basear-se na fidelização da construção urbana a um período ou imagem específica, cristalizando o ambiente urbano e aniquilando possibilidades de transformação e adaptação contínua

[17] *Idem*, pp. 1.

da cidade. Impede-se o desenvolvimento de uma efectiva vivência urbana que absorva as especificidades do contexto cultural e social do presente.

Como tal, os métodos de intervenção sobre o espaço público urbano devem assentar antes de mais em processos que preservem modos de viver esse espaço, que preservem modalidades capazes de produzir uma imagem de cidade. A intervenção sobre os centros históricos e o conjunto dos seus espaços públicos passa pela conjugação dos valores culturais inerentes ao material construído e pela sua apropriação pelos usuários. As metodologias de intervenção devem assim ter em conta a amplitude de acontecimentos que caracterizam a cidade e a vivência dos seus espaços públicos chamando para o âmbito da análise, conhecimento e matéria de trabalho, os valores intrínsecos tanto ao material edificado como ao material humano presente nos centros históricos. É sobre esse conjunto de valores que se deve construir a reflexão e metodologia operacional para a intervenção nos centros históricos.

Quais são os parâmetros e valores do contexto levados em conta na intervenção? Que valores são tidos como base ou referência? O que deve ser continuado pelo projecto urbano? O que é que deve ser acrescentado pelo projecto ao existente?

A qualificação do espaço público deve assentar em premissas da sua pertinência enquanto elemento referencial do organismo urbano, incluindo os valores identitários e agregadores da comunidade urbana contidos na matéria patrimonial. No campo da intervenção, o projecto urbano surge como motor dinâmico capaz de valorizar e despoletar processos de recuperação da envolvente construída, assim como das suas capacidades funcionais e conteúdo humano que se reflectem na vivência e actividade do espaço urbano. A sedimentação material implícita ao centro histórico é aproveitada como elemento de trabalho na transformação da cidade determinando a expressão do tempo presente. Como tal, a intervenção sobre os espaços públicos do centro histórico não é uma intervenção absolutamente nova, mas que toma em conta o material existente e lhe dá continuidade. A que níveis é operada essa continuidade? Ou, que tipo de cedências são feitas entre o novo e o velho?

A consideração sobre o objecto urbano prende-se à ponderação dos valores inerentes à cidade velha e à cidade nova mas, acima de tudo, ao homem. O homem enquanto usuário e habitante mas também como receptor e transmissor de um património intangível que começa hoje a ser alvo de classificação e inventariação (hábitos, tradições, expressões efémeras da cultura). A desagregação da presença dos princípios humanos na cidade, pensando-se que a causa dessa perda está na falta de interesse espiritual do homem face ao meio, reduz o ambiente urbano a uma conquista da *felicidade* de ordem meramente material. É a confusão entre felicidade baseada no bem-estar material e a outra baseada na fruição da beleza e continuação da estruturação dos conteúdos culturais da cidade, que conquista o estatuto de estado de satisfação espiritual. Há como que uma confusão entre os meios (o ambiente físico) e os fins (a sustentabilidade de vida no centro histórico), que leva muitas vezes à contemplação exclusiva dos valores materiais do património na montagem de metodologias de intervenção.

Poderão os espaços de polivalência e expressão cultural espontânea constituir-se como elementos motrizes da conquista de satisfação espiritual no espaço público? Ou, não passarão estes espaços de lugares comuns para a satisfação hedonística da comunidade? Poderão esses lugares de encontro na cidade ser um modo de

escapar à virtualidade das relações contemporâneas? Poderão ser esses espaços dinamizadores de uma efectiva vivência e referência face ao património? O facto de se tomar o projecto urbano como um contínuo, construtor de pontes entre os dois tempos, faz-se com base a que níveis?

Sobre este conjunto de questões baseadas no papel que devem assumir os espaços públicos com fenómenos de variação dever-se-ão ainda colocar questões como: De que modo se intervém ou transformam os espaços públicos tradicionais? Que conteúdos materiais são transpostos do passado para o presente? Que valores adquirem esses espaços para o indivíduo contemporâneo?

Serão os espaços públicos meros suportes de cenografias do passado para o fluir de uma vida urbana artificializada? Os espaços da cidade histórica determinam um contacto directo com o real, sem intermediários ou extensões virtuais aos sentidos, sendo capazes de dar referências para a consolidação e afirmação da identidade.

1.2 Espaço público
Manifestação da variedade cultural e humana na urbe

1.2.1 Importância do espaço público para a cidade e a comunidade

Importante para a análise dos valores inerentes ao espaço público é a compreensão da presença de um espaço existencial e dos diferentes níveis que o compõem, como defende N. Schultz (1975). Entender a articulação de factores existenciais inerentes ao espaço conduz a uma compreensão mais profunda da construção da urbanidade: as relações físicas e psíquicas no espaço urbano; o espaço nas suas diferentes escalas de relação com o indivíduo e a sociedade. A construção da cidade não se apresenta apenas como resultado de uma construção formal, ela detém no seu interior complexas relações onde se confrontam valores físicos e psicológicos inerentes tanto ao homem como ao lugar. Os diferentes níveis que compõem esse espaço existencial são determinados por uma larga margem de valores antropológicos correspondentes à sedimentação de um longo e contínuo diálogo entre homem e ambiente. Os diferentes elementos podem ser hierarquizados de acordo com a sua escala física face à escala do corpo humano assim como através das relações dinâmicas e simbólicas entre homem e ambiente. É possível ligar este conjunto de relações à extensão de funções do corpo (a escala do pequeno artefacto), ao acomodar do corpo (o mobiliário), ao seu movimento (a casa, a cidade) ou à relação com o ambiente natural (a paisagem). O nível de articulação entre os elementos é determinado pela particularidade do contexto temporal e cultural referindo-se à cidade como um vasto sistema de sedimentação de conhecimentos e hábitos humanos.

Não retirando importância a outros campos da actividade humana (social, político e cultural), o espaço pode entender-se como base da existência humana. Todos os componentes da vida humana, encontrando-se subordinados à condição de espaço, pressupõem uma localização, uma identidade, um lugar para se

desenvolverem. Aliás, a condição de estar (da existência de um espaço de acção), de estabelecimento de um referente físico, é a base do cosmos. A cidade enquanto fenómeno resultante da cultura onde se encontra reunida a complexidade da existência da comunidade e sua organização, exprime os valores da cultura na formalização dos seus espaços. O espaço urbano pela dimensão e importância na estruturação da cidade assume-se como base de referência, como síntese, no *estar* na cidade. O espaço prende-se a valores *cósmicos* determinantes para a organização da vida humana e que, como tal, se expressam na formalização da obra urbana e arquitectónica: *"representar com a arquitectura o destino dos homens, construir a cidade como uma grande mímica dos seus destinos particulares. A cidade reflexo do quotidiano humano, da acumulação de experiências e do valor de descoberta."*[18]

A relação entre cultura, conhecimento, valor antropológico e forma urbana é a chave para a percepção e análise do espaço urbano. Não se reduzindo a análise e consequentemente o projecto sobre o espaço público a valores materiais do lugar, estes devem alargar-se às ideias latentes contidas no material urbano (religião, economia, política, social, etc) e que expressam a cultura urbana.

A forma urbana constrói a identidade do lugar denunciando o exercício do homem. O valor da colectividade, da integração, da identidade, do estar é o valor base do habitar. No entanto, o espaço urbano não pode ser entendido como um organismo autónomo e encerrado mas como fonte de comunicação com os outros níveis espaciais (a escala da cidade e da casa), estabelecendo-se ele próprio como ponte entre os diversos níveis espaciais. Esta comunicação pressupõe troca, implicando o encontro e confronto dos elementos físicos e humanos que constituem a totalidade do ambiente. Uma relação com esta base de comunicação e de ponte entre as várias escalas do espaço pode-se verificar através de exemplos como o da cúpula da Catedral de Florença, os Campos Elíseos em Paris ou o Terreiro do Paço em Lisboa. A cidade relaciona-se com estes factos como elementos de orientação na sua estrutura, ao mesmo tempo que estes se projectam e estabelecem relações entre a cidade e o território determinando a relação com o ambiente natural e a sua escala. Estes factos urbanos e arquitectónicos expressam os valores dos seus cidadãos, reforçando a identidade da cidade sobre o território envolvente e dentro de si mesma.

1.2.2 Lugar de encontro, confronto – relacionamento.

O espaço urbano, pelas suas características, implica um conjunto de relações variáveis de acordo com a sua abrangência geográfica, funcional, social e simbólica. Entendendo-se o espaço da cidade como fonte de comunicação são-lhe inerentes conceitos como encontro e confronto, os quais tocam sempre em valores de diferença e variabilidade. O espaço público reveste-se de um substrato relacional que é construído com base num sem número de actividades que fazem parte do *estar* na cidade e que passam por questões práticas de deslocação, trabalho, abastecimento, etc., como por outras menos prosaicas ligadas ao lazer ou à simples fruição do espaço urbano. O significado das actividades assumidas pelo cidadão determinam a sua relação com o espaço público, contribuindo para a atribuição de valores e significados, ao mesmo tempo que determinam a

[18] MONESTIROLI. Antonio.*La arquitectura de la realidad*. Ediciones del Serbal, Barcelona, 1993.

relação para com os restantes indivíduos da comunidade. Mais importante do que o valor intrínseco às actividades é o significado que estas assumem para os seus actores e que se prendem com o seu contexto histórico de produção.[19]

A questão do contexto histórico é uma permanente na atribuição de valor ao espaço público, principalmente quanto mais vasta for a dimensão patrimonial atribuída e contida pelo espaço. Sobre o espaço público confrontam-se questões ao nível da interpretação dos objectos, dos conteúdos comportamentais e da gestão da memória que se relacionam não só com a deposição e sedimentação do material que o constitui fisicamente mas também com o uso e envolvimento directo com os factos determinando-lhes valor. O contexto histórico determina a relação com o espaço e cria implicitamente quadros de valores referenciais que determinam o relacionamento entre os indivíduos no espaço público: relações que dependem da abrangência semântica do espaço e da quantidade de indivíduos que lhe reconhece valor. Há como que uma relação biunívoca entre espaço e actividade, da qual depende atribuição de significado e a sua dimensão relacional, regulada pelo contexto histórico. "*As actividades sociais de lazer, as vivências lúdicas, o convívio, são em termos de motivação individual uma dimensão importante na vida das pessoas e, ao mesmo tempo, uma dimensão da realidade social urbana suficientemente autónoma para constituir um ponto de partida para o conhecimento da diversidade social e cultural de qualquer cidade.*"[20]

O que neste trabalho se aponta como uma possibilidade inerente ao espaço público, Graça Cordeiro (1990) refere como sendo uma responsabilidade das colectividades e associações existentes na cidade, colocando sobre estas a responsabilidade pela celebração das festividades cíclicas anuais ao nível do bairro. A estas poder-se-á realmente atribuir o papel de força motriz desses eventos cíclicos, porém, o seu lugar, o seu referente espacial é o espaço urbano. De acordo com a autora essas "*celebrações rituais, que ao longo do ano criam o encontro periódico de mulheres e homens de diferentes idades e condições, actuam como dinamizadores das relações de vizinhança e de inter-conhecimento dos habitantes de certas partes da cidade.*"[21]

O evento, tanto programado como espontâneo, surge associado a questões de ritualidade onde a identidade colectiva se coloca como elemento vital de agregação e reunião dos diferentes elementos. Quase como sucede à escala da família, os rituais de celebração ou homenagem constituem-se como elemento primordial de reunião e encontro. Mas essa mesma ritualização não é um elemento estanque e imutável, uma "sociedade aberta" implica deixar lugar para a "tradição do novo". Este factor pode ser entendido pela presença e expressão de comunidades imigrantes, mas também pela mutabilidade que os próprios processos de ritualização implicam: alteração do quadro geral de valores; alteração de escalas urbanas e sociais, alteração do quadro tecnológico que gere o ritual, etc.

---

[19] Existe um conjunto bastante amplo de actividades que só por si não se revestem de particular importância mas cuja razão de ser passa pela capacidade que estas têm de agregar, integrar e criar princípios identitários que determinam a coesão social. No seguimento dos encontros ocasionais do quotidiano urbano que Jane Jacobs (1961) tanto se refere, poderemos invocar a importância dos eventos espontâneos proporcionando momentos de reunião e visibilidade dos indivíduos em espaço público.
Os jogos tradicionais são disso um exemplo, embora de modo geral se circunscrevam aos elementos masculinos da comunidade. São elementos importantes para o uso e apropriação do espaço público, constituindo-se como importantes momentos de relação e intercâmbio entre elementos da sociedade.

[20] INDIAS CORDEIRO, Graça. *Sociabilidade e associativismo popular em Lisboa: alguns elementos para a identificação de um terreno urbano.* in "Viver (n)a Cidade", LNEC, ISCTE, Lisboa, 1990, pp. 133.

[21] *Idem*, pp. 135.

O entendimento do espaço público como lugar dos ritos, da expressão pessoal e social, deve incluir-se nas políticas urbanas e consequentemente no desenho da cidade. Porém, em muitas das políticas para a cidade, ao cidadão é-lhe atribuído o carácter de consumidor e, como tal, o desenho urbano prevê e controla pretensiosamente todos os seus comportamentos (como acontece em grandes espaços colectivos de carácter comercial e com uma gestão privada). "*Se as pessoas não podem actuar no seu meio e não o podem ajustar às suas necessidades, o meio pode chegar a actuar sobre elas e quem sabe de que modo. (...) Quando as pessoas «sentem» e «pensam» que podem controlar e influenciar o seu meio ambiente, relacionam-se com ele com atitudes muito distintas de quando não podem. Quando falamos de territorialidade, dizemos de uma maneira de sentir-se «possuidor» personalizando o meio, deixando a sua própria marca.*"[22]

O cidadão deve ser tido como sujeito activo e dinâmico sobre o espaço da cidade permitindo-se a variedade de comportamentos e a livre expressão de rituais. Um desenho aberto e a valorização da paisagem cultural em espaço público implicam uma intensa participação dos cidadãos. Só deste modo é possível que o espaço público detenha um valor efectivo sobre a cultura e vida urbana e, nomeadamente, no desenvolvimento da cidadania proporcionando encontro, confronto entre os elementos da sociedade, valorizando-se como efectivo espaço relacional. Mas como pode a intervenção e o projecto de espaço público condicionar o valor relacional intrínseco ao espaço?

1.2.3 A cultura urbana como cultura de espaço público

Um dos garantes da cidade e da permanência da identidade cultural passa pelo respeito e valorização do seu passado. O cuidado depositado na gestão do património físico e humano da cidade reflecte-se no modo como se reconhece o lugar e se confere continuidade no que toca à absorção da cidade histórica pelo quotidiano urbano. Os valores culturais da cidade passam muito para além da conservação de monumentos, da reabilitação do património arquitectónico e urbano construído, relacionando-se intimamente com os fenómenos e eventos do quotidiano que identificam a vida urbana e caracterizam a matriz cultural da comunidade.

A cultura urbana, cultura de espaço público, passa determinantemente pelo entendimento e reforço da qualidade de vida urbana, como garante da perpetuação da cidade enquanto palco privilegiado de expressão do cidadão e do contexto global em que este se inscreve. A cultura urbana dos residentes forma-se através da participação cívica e é tanto ou mais forte consoante a qualidade de espaço público e a capacidade que este tem de absorver as variações desejadas pelos cidadãos. Quanto maior for a capacidade formativa e informativa da cidade maior é a capacidade de facultar a intervenção, o exercício dos direitos de cidadania e a expressão cultural por parte dos seus cidadãos. "*A defesa da qualidade de vida urbana, da identidade cultural, não é possível se não houver uma base social, ou seja, se a comunidade não o exigir e se não se mobilizar e organizar para a sua concretização através da discussão das propostas dos planos e do desenvolvimento local integrado (...).*"[23]

---

22 RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana.* Colección arquitectura/perspectivas, Gustavo Gili, Barcelona, 1978, pp. 316.
23 GONÇALVES, Maria João. *Reabilitação urbana, desenvolvimento local, cultura urbana. In* AA.VV. *III encontro nacional de municípios com centro histórico.* Associação portuguesa de municípios com centro histórico, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

O maior problema sobre a intervenção na cidade passa por saber como preservar o seu valor patrimonial mantendo-a como fonte activa e geradora de emprego e sem a reduzir a um bem comercial que destrua a sua dimensão cultural. Como possibilitar que a cidade funcione e se transforme sem que as dinâmicas que lhe são intrínsecas a destruam?

"A preservação do património não significa resistir à modernidade, ou a transformar as cidades em museus. Existem muitos elementos de compromisso para com o património urbano: arquitectura urbana histórica, certamente, mas também design moderno, os legados da cidade na educação, cidadania, responsabilidade civil a par de parâmetros sociais e actividades que animam a sociedade urbana."[24] Mais do que a preservação de uma imagem urge preservar os modos de produzir a imagem da cidade[25] articulando funções, mantendo relações sociais, fixando população e continuando o espaço público como elemento primordial da vida cívica.

Entendendo-se a cidade como lugar de formação e informação esta resulta como lugar privilegiado de cultura: a cultura do passado expressa na acumulação do seu material físico e a cultura como fonte de informação do que é a cidade e o espaço urbano, onde a partir do passado se expressam os valores contemporâneos do actual contexto e os anseios face ao futuro. Neste âmbito, a diversidade cultural aparece como um elemento tão necessário à cidade tal como a biodiversidade é necessária à conservação da natureza.

Consequentemente, o desenvolvimento de centros históricos pode ser inscrito numa política de renovação que combine de modo dialéctico o entendimento do passado com a inovação aplicada ao ambiente e actividade urbana no global. Esta política coloca o cidadão como peça central exigindo a sua participação activa na construção do futuro do território urbano.

Só perante uma preocupação global sobre os espaços da cidade e do território é possível perpetuar tradições e culturas. Ainda que em muitos casos a modernização possa ser adversa a hábitos e particularidades que permitem a manutenção e perpetuação do património edificado, esta pode desempenhar um efeito transformador e construtivo sendo um motor da tradição. A intervenção na cidade e o desenho de espaço devem sempre equacionar os valores de perpetuação e transformação de hábitos dando possibilidade a que o espaço detenha condições para o estabelecimento de pontes entre tempos diferentes/gerações diferentes, que trabalham em simultâneo no espaço da cidade.

1.2.4 Manifestações no espaço: a importância dos eventos cíclicos

As manifestações culturais colectivas em espaço público podem ser organizadas de acordo com o quadro ou categoria mental da sua génese, determinando-se o seu carácter e significado. Para tal pode-se sistematizar a variedade dos eventos em três grandes grupos baseados no seu valor simbólico, institucional e funcional: eventos religiosos, comerciais e cívicos. No entanto, tal sistematização não é linear ou absoluta face à complexidade dos eventos urbanos actuais mas, principalmente, devido à grande quantidade de público e consequentemente de solicitações que este imprime ao acontecimento.

---

[24] WIESE NVON OFEN, Irene. Can city provide strong social ties? in AAVV. Partnerships for world heritage cities. Culture as a vector for sustainable urban development. World Heritage Papers, UNESCO World Heritage center, Paris, 2003.

[25] NOISETTE, Françoise. Town planning project and heritage: towards a new approach. In AAVV. Partnerships for world heritage cities. Culture as a vector for sustainable urban development. World Heritage Papers, UNESCO World Heritage center, Paris, 2003.

A distinção entre valores tão dispares quanto o sagrado e o comércio ou a demonstração de cidadania num evento urbano não é fácil dada a sedimentação de acontecimentos, de apoios, de exigências e de aproveitamento que se foram instituindo em redor do elemento primário que determinou a génese desse mesmo facto. De tal modo é necessário, para a caracterização do evento, distinguir um conjunto de valores, símbolos e ritos primários em função dos quais este se foi complexificando.

Existe assim um conjunto de valores que se podem considerar como condições motrizes do acontecimento a par de um outro grupo que se poderá denominar como condições consequentes. Existe ainda um terceiro conjunto a que se poderá denominar como valores de reacção à globalidade das anteriores condições. A condição motriz do evento é o elemento que determina a sua génese, podendo este ser a comemoração de um santo, de um acontecimento de avultada importância histórica, uma festividade de raiz pagã ou pré-cristã, uma festividade ligada ao encerramento de uma actividade de avultado valor para a comunidade ou parte desta (vindimas, colheitas, fim do curso universitário, etc.), ou simplesmente a marcação de datas chave do calendário como o fim do ano. Por condições consequentes podem-se considerar todos os elementos que gravitando em redor do elemento motriz o apoiam, sem que muitas das vezes se relacionem directamente. Estas condições consequentes num evento poderão ser tão mais extensas quanto mais abrangente for o apelo do evento em relação à comunidade, criando assim condições de apoio e de agregação que abarquem a variedade de público que aí ocorre. No entanto, em muitos casos, esses elementos podem vir a tornar-se o ponto fulcral do evento, dada a transformação de tradições, actividades ou das necessidades da comunidade. Em muitos encontros desencadeados por festividades religiosas o comércio, a diversão e o lazer tornaram-se de tal modo importantes e incontornáveis que da condição motriz que era a comemoração religiosa ficou apenas o nome e a data.

Por outro lado, encontra-se o conjunto das reacções onde muitas vezes se encontra a projecção do nome da cidade, associada à dinâmica proporcionada pelo acontecimento ou, a uma escala mais pequena e porventura de difícil quantificação, a importância do acontecimento como factor determinante de informação e formação do cidadão. As reacções estendem-se assim a diferentes escalas: a reacção no cidadão e a reacção na comunidade (tanto na que gera o evento, estimulando a sua auto-estima, como noutras comunidades acentuando competitividades e impondo imagens).

A determinação destas condições caracterizadoras do evento interessa não só para a descrição do evento mas também para apurar os modos de ocupação do espaço. É a transformação do espaço público que, ainda que se registando de modo temporário ou transitório, determina a leitura e as possibilidades de apropriação e que se reflecte de modo mais perene em elementos físicos desse mesmo espaço. Os eventos efémeros ou cíclicos influenciam, por vezes, de modo determinante a configuração do espaço público, quer pelo modo como se implantam elementos arquitectónicos de apoio (fontes, pórticos, balaustradas, plataformas, modelação do chão), quer pela disposição e relações entre o edificado, ou até mesmo nas tipologias e formalização da arquitectura que o delimita. Porém, além dos elementos físicos perenes que caracterizam o espaço dever-se-á ter em conta os elementos efémeros como os elementos de ordem prática (tendas, bancas, toldos, etc.), e os elementos de ordem simbólica (pórticos, arcos, luzes, andores, etc.).

Os elementos de carácter efémero variam de acordo com as condições motrizes e consequentes do evento, assim como de acordo com o grau de organização e importância cultural assumida pelo mesmo na cidade. Do

mercado à procissão, da tourada às danças populares o tipo de actividades sobre o espaço público varia determinando a imagem do evento e a transformação física e simbólica do próprio espaço urbano.

As festas, romarias, feiras e comemorações, entre outros, são pela sua excepcionalidade e ciclicidade associadas a uma panóplia de elementos e conjunto de situações que se constituem como momentos de *perturbação* passageira na ordem pré-determinada pela estrutura física da cidade e pelos hábitos do quotidiano. Introduzem-se momentos de excepção que marcam ciclicamente o calendário da comunidade e que interferem fortemente no espaço físico do quotidiano. Além dos momentos de excepção já estipulados no calendário, a introdução de novos momentos não correspondentes a esse rol, são de um modo geral celebrações de carácter mundano como o festejo de vitórias (conquistas tidas como algo da comunidade – futebol, títulos da cidade, etc.), ou celebrações quase pessoais como baptizados, casamentos, etc.

1.2.5 Rito, ciclicidade e marcação do tempo

Os tempos de uma comunidade podem ser marcados a dois níveis: um nível quotidiano ou diário; um nível sazonal ou anual. A regulação desses tempos encontra-se estritamente ligada a ritos da comunidade, ao tipo de hábitos instituídos que regulam as suas actividades balançando entre o trabalho e o descanso e irrompendo em momentos pontuais de singular importância. Os eventos que marcam a cadência temporal de uma comunidade podem também ser de dois tipos: eventos programados e espontâneos. Cada um desses eventos liga-se a graus de organização específicos mas, acima de tudo, a regras próprias da marcação do tempo. Os eventos programados relacionam-se com datas concretas e a razões (condições motrizes) específicas. A sua ciclicidade é constante e esperada, sendo apenas interrompida por motivos de força maior, um evento programado é um acto institucionalizado nos hábitos e referências da comunidade e, muitas vezes, encontra-se ligado a um espaço público em particular. Pela importância assumida na ritualidade urbana, um evento programado pode, no espaço em que se desenrola, possuir um conjunto de elementos perenes que atestam a sua importância e validade cultural e patrimonial (quer dos factos físicos quer dos elementos imateriais).

O evento espontâneo, por seu lado, não se prende a uma força motriz específica, reconhecível ou esperada pela comunidade. Um evento deste tipo, sem uma periodicidade concreta ou reconhecível, prende-se mais a pequenas acções de quebra da rotina quotidiana e é geralmente associada à apropriação do espaço público por um grupo limitado de indivíduos. No entanto, esta regra não é assim tão rígida uma vez que eventos espontâneos podem assumir grandes proporções, como por exemplo uma manifestação. O que efectivamente caracteriza o evento espontâneo é a falta de regra temporal e o factor surpresa na apropriação espacial. Este tipo de evento é também mais dependente da imaginação individual sobre os aspectos latentes no espaço público distinguindo-se dos elevados níveis de organização subjacentes aos eventos programados.

Os valores de manipulação e reversibilidade aparecem ligados tanto à avaliação do grau de modificação ou de adaptabilidade de um lugar, como à importância do evento na marcação dos tempos da comunidade e ao seu nível organizativo. Quanto maior for a importância do evento maior é a transformação aplicada sobre o espaço da cidade. A capacidade de mudança pode ser conseguida pela "*localização efémera ou alteração sucessiva do*

posicionamento dos componentes do espaço público, pela adição de novos elementos mais ou menos provisórios e pela alteração da configuração física do espaço."[26]

Na marcação do tempo, a reversibilidade reveste-se de particular importância, uma vez que é ela que possibilita a reposição da ordem quotidiana e corrente, acentuando a sucessão e a ciclicidade no uso do espaço urbano. Sem a facilitação de uma reposição do estado anterior tornar-se-ia difícil a distinção entre a ordem quotidiana e o momento do evento. O espaço estaria sujeito a uma permanente sucessão de fenómenos sem momentos de pausa. Por outro lado, a falta de distinção entre os momentos de ordem quotidiana e evento efémero, impossibilitaria o desenvolvimento e consolidação de uma base referencial construtora da identidade do lugar.

A necessidade de momentos de reposição na ordem urbana prende-se com a necessidade de estabelecimento de ordem inerente à actividade urbana mas também de momentos de descompressão sobre a estrutura urbana. A pausa funciona assim como reforço da base identitária da realidade física e social do lugar e simultaneamente como reforço da singularidade do evento, é esta sucessão que determina a valorização da regra e da excepção. Essa bipolaridade de momentos no espaço urbano atesta a importância dos espaços de encontro para a cidade e para a comunidade, constituindo-se como escape à regra e marcação de referências temporais na vida de cada indivíduo. Criam-se pontos de referência que permitem distinguir acontecimentos e tempos precisos na rotineira sucessão dos dias. Na sociedade contemporânea com o tempo ditado pela máquina e pela virtualidade dos meios de suporte da vida actual, estes momentos constituem-se como elementos necessários para a materialização dos contactos humanos e escape ao isolamento da cidade contemporânea.

1.2.6 Tipo de eventos e valores inerentes

Regra geral, a regulação dos tempos de uma comunidade emanam das instituições detentoras de poder e cultura. A igreja, enquanto instituição que conformou fortemente a cultura ocidental, moldou igualmente a organização temporal das comunidades e dos eventos que obviamente se associavam a manifestações de carácter religioso. O calendário religioso, na sua sucessão de festividades dedicados a santos e patronos, a episódios e eventos marcantes da liturgia, moldou hábitos, rituais e ritmos quer do quotidiano quer dos momentos de excepção que rompiam com a rotina do dia-a-dia. O tempo e a sucessão de eventos exigiam necessariamente a reunião da comunidade e como tal, no fenómeno de sedimentação cultural, instituíram-se momentos maiores de reunião variando de comunidade para comunidade de acordo com as suas referências, histórias ou santos de eleição.

Tal ainda hoje se regista numa dimensão intangível da cultura e hábitos herdados, já não obviamente baseado no fervor religioso de outros tempos, mas baseado na popularidade da festa e na possibilidade de romper com "rotinas", transgredindo relações e regras determinadas no quotidiano. Esta não é uma realidade

[26] ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço urbano. Proposta metodológica.* Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2003, pp. 166.

que marque apenas um mundo rural, mas que continua a marcar as grandes cidades bastando pensar na Semana Santa em Braga, no Santo António em Lisboa ou no São João no Porto.

Romarias, peregrinações e festividades religiosas atraem peregrinos e foliões fazendo destas reuniões de carácter religioso privilegiados locais de troca, favorecendo o comércio e a circulação de bens pessoas e ideias. Como refere Luís Carvalho (1989), no seu estudo sobre a cidade medieval portuguesa,[27] quase todas as cartas de feiras portuguesas marcam o prazo da feira em relação a uma festa religiosa. O nascimento das feiras prende-se assim ao desenvolvimento do culto e das festividades populares. Pela análise etimológica da própria palavra *feira* verifica-se que esta provém do vocábulo latim que designa os dias consagrados às festas e ao descanso, tal como no italiano contemporâneo feriale (dia de descanso).

Mas se a igreja protegeu, de início, a feira ou o mercado, como modo de atrair gente à festividade, tentou posteriormente opor-se a que se fizessem ao domingo, dia dedicado ao serviço de Deus e ao descanso semanal. Calendário que se mantém ainda hoje, com raras excepções, ou por a feira se realizar em vilas com estruturas eclesiásticas pouco significativas ou por a feira se implantar em local completamente apartado do adro da igreja.

Porém, a festividade a um Santo em particular, continua a ser um momento único para a comunidade, e a importância que a festividade deteve, ou ainda detém, é demonstrada pelas estruturas arquitectónicas, perenes ou efémeras, erguidas e pelo modo como estas interferem na formulação de espaços urbanos, estendendo-se até mesmo em complexos percursos abarcando a cidade ou a paisagem envolvente.

As feiras e mercados constituíram-se desde a idade média como importantes elementos da estrutura económica na cultura ocidental. A necessidade de promover a troca de produtos entre o homem do campo e o homem da cidade não surge como uma mera necessidade prática do abastecimento aos aglomerados urbanos mas também como uma necessidade de estabelecer contacto entre pontos distantes permitindo a divulgação de notícias e ideias. Estes acontecimentos representavam inicialmente o ponto de contacto entre produtor e consumidor mas, com a gradual evolução dos negócios, passam para a mão de mercadores e viajantes que percorrem grandes distâncias, divulgam notícias, estabelecem contactos e possibilitam a introdução de novos produtos, ideias e hábitos. Essa ligação sucessiva de pontos no território é ainda hoje possível de constatar dada a rotatividade e alternância das feiras numa determinada região.

O desenvolvimento dos mercados e das rotas comerciais no ocidente coincidiu com o aparecimento das grandes aglomerações urbanas, e ainda que não seja possível afirmar que os mercados foram elementos capazes de fazer surgir novas aglomerações, estes permanecem como forte elemento impulsionador do dinamismo urbano, constituindo-se como força dinamizadora da economia a par da política, da sociedade e da cultura, uma vez que estimulava a circulação de bens e ideias.

A feira talvez seja por excelência o grande espaço de confronto e relação entre os cidadãos, cidadãos do mesmo núcleo urbano, mas principalmente entre cidadãos de diferentes proveniências. Os mercadores assim como os jograis desempenhavam um importante papel na divulgação de notícias, histórias e realizações de outras paragens. Transportavam consigo cantares e um inesgotável manancial da poesia popular.

---

[27] CARVALHO, Sérgio Luís. Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo. Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

A situação periférica das feiras portuguesas face aos grandes mercados europeus (onde já durante a idade média se sistematizavam as feiras em rede acentuando dinâmicas económicas e comerciais), direcciona estas para um conjunto das relações internas ao território ainda em consolidação, privilegiando-se a ligação do litoral com o *interland* luso-castelhano. A esfera de influência das feiras em Portugal era pequena, quer pelo afastamento das grandes rotas comerciais, quer pela pequenez do território que abastecia. Portugal constituía-se quase como zona exclusiva de consumo, sem produção ou trânsito significativo. No entanto, o papel da feira não deixa de ser significativo na configuração de alguns espaços urbanos. Organizadas a princípio no interior das cidades depressa passam para os arrabaldes juntamente com largas franjas da população, onde haveria espaços mais amplos, que com a idade moderna e nomeadamente a restauração (1640) se consolidam pela monumentalização de estruturas anteriores (ex: conventos mendicantes) ou pela construção de novos elementos significativos que fazem a ponte entre a cidade amuralhada e o território em consolidação dos arrabaldes ou de importantes eixos de comunicação territorial.

No estudo de Luís Carvalho (1989) estabelecem-se relações entre o desenvolvimento das condições jurídicas das feiras e o direito urbano. À feira eram atribuídas condições de "paz da feira" proibindo no seu local todo o tipo de disputa, vingança ou acto de hostilidade, protegendo quem afluísse ao mercado no espaço onde este tinha lugar e na viagem de ida e volta. Esta medida de segurança, incentivava o fluxo de gente e a rentabilização económica do evento, fazendo destes eventos pontos de contacto privilegiados entre as pessoas. O mesmo autor estabelece uma diferenciação entre feira e mercado que não se baseia apenas numa ordem de grandeza mas em raios de influência. Assim, o mercado teria um valor mais local respondendo a questões imediatas de abastecimento, enquanto por outro lado, as feiras constituíam-se como pontos de reunião com uma referência territorial mais ampla. Os ciclos comerciais tendem a ocupar todo o ano, instituindo hierarquias na rotatividade dos mercadores e na sua concentração o que determina a importância da feira e o seu grau de influência ao nível da abrangência e domínio sobre o território.

Mas que papel desempenha a feira na actual economia de mercado? Que importância tem esta num mundo onde as comunicações à distancia e a divulgação de ideias são tão facilitadas? Que posição assume esta na estrutura urbana actual?

" *(...) A feira tem um sentido que ultrapassa o de intercâmbio material; muito próxima do centro urbano, conserva uma função histórica de momento especial de troca; troca de produtos, troca de serviços e de informação, troca de olhos... ainda. O dia de feira é paradigma semanal de continuidades e de inter-relações regionais, também porque então se revelam melhor as diferenças e as contradições, também porque então a cidade se completa, a cidade toda, essa que se constitui de um centro e das paragens que se lhe referem.*"[28] Ainda que os desenvolvimentos recentes tenham alterado drasticamente os modos de consumo, comunicação e reunião associados, eventos como a feira detêm um valor inegável ao nível do património imaterial dado o seu conteúdo cultural, histórico e antropológico.

Os eventos cívicos organizam-se segundo três padrões distintos: os eventos associados à expressão do poder, os eventos de marcação de posição face ao poder e os eventos decorrentes do quotidiano. Ao longo da

[28] GESTA, Alexandra. *Sentimentos nativos. In* AA.VV. *III encontro nacional de municípios com centro histórico*. Associação portuguesa de municípios com centro histórico, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

história a iconografia e os relatos escritos abundam sobre as diferentes vertentes, mas o peso institucional e o nível de organização destacam sempre a expressão das instituições do poder.

Do período romano chegam relatos das entradas triunfais em Roma, comemorativas de grandes batalhas que expandiam a área de influência do império. Esses rituais eram associados ao culto do imperador deificando as personagens do poder. Encontrando expressão urbana na valorização de percursos que culminavam no lugar da expressão cívica por excelência, o fórum, esses rituais apoiados em grandes estruturas efémeras poderiam ser eternizados à *posteriori* convertendo elementos efémeros em construções perenes, como os arcos, que passavam a desempenhar funções incontornáveis na organização da urbe.

Com o renascimento, redescobrindo-se a grandeza romana, são repescados temas da expressão dos grandes eventos cívicos à qual se associa a evolução do poder político e social na época. Mas é no período Barroco que a organização dos grandes eventos urbanos assume uma maior escala e sentido feérico. A montagem de "espectáculos" públicos assume-se como instrumento da manifestação e validação do poder absoluto exprimindo a repressão das classes dominadas. Os actos de fé, a demonstração da grandeza do poder real e a demonstração do poder económico dos sistemas imperiais marcam a cidade durante a idade moderna com grandiosas encenações que procuram a manutenção da ordem institucional vigente. Os grandes eventos instauravam o estado de vigilância sobre todo o tipo de desvios por parte dos cidadãos, principalmente do ponto de vista dos "desvios intelectuais". Eram assim modos de manter a ordem, respondendo à manutenção e expressão da ordem social do antigo regime. O regozijo popular, a alegria generalizada, a loucura colectiva funcionavam não só como válvula de escape, como também serviam para a manutenção do "equilíbrio" e a relação entre as diferentes classes. "*A festa com o seu poder mágico, com a capacidade de tornar visível «o real maravilhoso», deixar em suspenso a monotonia obscura da vida quotidiana, criando um espaço e tempo utópicos, proporcionava uma evasão indispensável para aliviar o peso das pressões e obrigações (...)*".[29]A festa regia-se assim segundo factores intencionais, racionais (expondo a sua razão moral, política, económica) e factores irracionais (patentes na espontaneidade de comportamentos associados à festividade).

Ainda que não tendo a expressão de outros tempos e reflexo sobre o espaço da cidade, as festividades cívicas permanecem como elementos de agregação e marcação dos tempos da comunidade. O festejo programado e organizado de grandes datas encontra lugar na demonstração do espírito colectivo usando como base a referência a monumentos ou espaços evocativos dos acontecimentos passados. O espaço público assume-se como espaço da expressão e referencial físico na comemoração dos eventos, retirando partido de elementos simbólicos que aí contidos organizam o espaço. Ainda que a partir do século XIX a festa pública tenha sido em grande parte substituída pelo espectáculo privado de grupos em círculo fechado (clubes, casinos, sociedades de recreio), abrigando-se assim da desordem social e urbana, esta aparece posteriormente sob novas roupagens de propaganda nos grandes eventos como as feiras internacionais criadoras de um optimismo fundado no poder económico e comercial de uma burguesia ou aparelho de estado triunfante.

Por outro lado, os eventos cuja dinâmica surge a partir da sociedade encontram igual lugar no espaço público. Com um menor nível de organização e muitas das vezes até espontâneos retiram partido dos valores de

[29] BONET CORREA, Antonio. *Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español.* AKAL Arte y estética, 1990, pp. 5.

referência, da imagem e capacidade de agregação subjacente aos grandes espaços de referência. Os eventos servem a marcação de posição face ao poder instituído ou fomentam ainda fenómenos de competição urbana ou até mesmo nacional.

As cerimónias comemorativas são tendencialmente celebrações patrióticas que, realizando-se em redor de um monumento (intencional ou não), evocam valores ou momentos de elevado significado para a comunidade. Estas comemorações podem ser festividades cívicas como o 1º de Maio, que como festa revolucionária que é, não se debruça sobre o passado mas sobre o que há-de vir.

O recurso aos elementos simbólicos ou espaços de referência é já de si uma marcação de posição ao mesmo tempo que responde à abrangência do evento e dos valores neles contidos. Manifestações de contestação política, de manifestação de ideais, comemoração de vitórias ou feitos singulares em espaço de relevante importância acentuam o carácter do evento e o seu interesse, atestando a sua projecção face aos objectivos propostos. A capacidade do espaço abarcar este modo de eventos demonstra não só a predisposição do espaço à manifestação da cidadania como se torna o próprio espaço em elemento dinâmico da expressão cívica: o espaço oferece lugar à manifestação cívica e é simultaneamente lugar de formação cívica.

A inclusão do quotidiano sobre os eventos de dimensão cívica, não se prende tanto à realização de festividades mas antes ao desenvolvimento de actividades subjacentes ao dia-a-dia da comunidade. Expressam hábitos e relações entre os membros da comunidade ou reflectem o prolongamento de funções sobre o espaço público. A inclusão do quotidiano atesta a capacidade de expressão da civilização e dos seus modos de relação sobre o espaço da cidade instituindo processos contínuos e diários de ocupação e apropriação espacial.

2 Espaço público: espaço relacional e construção urbana

2.1 Espaço público como cidade

2.1.1 Caracterização do espaço urbano: a construção do público

2.1.1.1 Factores de caracterização do espaço público

2.1.1.2 Elementos da variação na caracterização do espaço público

2.1.2 Espaço público nas relações físicas e humanas da cidade

2.1.3 O espaço público na cidade canónica

2.1.4 Espaço público e manifestação de cultura

2.1.5 Espaço público como base de expressão da comunidade urbana

2.1.6 Cidadania e espaço público

2.2 O efémero como arquitectura e património

2.2.1 A pertinência patrimonial do efémero

2.2.2 Estruturas perenes e efémeras no espaço público

2.2.3 Significado do efémero na expressão cultural da urbe

2.2.4 O determinismo do efémero na flexibilidade espacial

2.1 Espaço público como cidade

Considerando o espaço público como cidade, este assume a condição de base construtora e organizadora da urbanidade apelando directamente a capacidades naturais de relação e encontro. É sobre este que se cruza toda a variedade de factos que participam na formulação e formalização da cidade, valorizando-se a partir daí tanto os factores físicos (dimensão espacial/estética) como os factores humanos (sociedade, política, religião e economia), enquanto agentes participativos na construção urbana. A cidade, o espaço público, institui-se como espaço relacional no qual se organizam, se cruzam, se encontram e confrontam a variedade dos factos que geram e identificam a cidade.

Como tal, a ideia de espaço público desprende-se de uma concepção estritamente ligada à forma para se estender a uma abordagem relacional onde, ao conjunto dos factos físicos que compõem a cidade, se consideram simultaneamente o conjunto dos factos humanos que a caracterizam e lhe conferem profundidade. Este é um fenómeno cultural que ao se estabelecer como espaço de relação/comunicação, é simultaneamente produtor e produto de cultura.

A compreensão da real espessura do espaço público implica assim um conhecimento alargado da diversidade de fenómenos que se relacionam entre si através do urbano. Há uma necessária compreensão dos factos físicos que participam na construção da matéria urbana e simultaneamente de quem a ocupa, vive, constrói, visita ou usufrui, determinando a sua importância e validade cultural. Logo aqui há um necessário imperativo de conhecimento do real, na sua complexa profundidade, longe de esquemas ideais ou empíricos na abordagem das relações urbanas.

Na sua dimensão relacional, o espaço público, reclama a confluência entre conceitos como o de *urbs, polis e civitas*, que podem resumir o conjunto das relações instituídas na cidade. A *urbs* define-se pela aglomeração urbana: é um território definido pela densidade demográfica, social, funcional e de matéria construída. A *polis* é o lugar da política: lugar do poder, da participação e representação através das instituições e tutelas da cidade e

do seu governo. Por fim, a *civitas* é o lugar do cidadão: a cidade é o lugar de produção e expressão de cidadania.

Enquanto *lugar* a cidade não se restringe a uma colectânea de factos físicos, sendo necessário verificar e trazer para o campo da arquitectura, nomeadamente para o do desenho urbano e intervenção sobre o construído, factores presentes no quotidiano e que conferem e acrescem valor à dimensão física da cidade. Os processos de pensamento da sociedade que habita a cidade (processos sociais, económicos, políticos, etc.) constroem o ambiente por meio de uma relação que se desenvolve em ambos os sentidos: matéria e espírito. O espaço público, enquanto plataforma relacional articuladora dos factores existenciais que lhe são intrínsecos, determina a identidade local atribuindo posição, tanto ao cidadão como à comunidade, perante os outros. A identidade aparece como valor de distinção e diferença sem que se possa confundir como homogeneidade. A cidade, o espaço público, são, aliás, território da variedade, e da construção de um uno (a identidade) a partir do confronto de diferenças.

O espaço público, detentor de uma dimensão relacional e existencial, não se pode encontrar constrangido ou encerrado sob princípios de inflexibilidade ou rigor dominador. As relações, principalmente sob o pressuposto de que se caracterizam segundo padrões de reciprocidade entre os seus factos, apelam à variação num jogo constante de forças entre matéria/espírito, entre factores físicos e humanos. Daí resulta que o espaço de diversidade na cidade, de absorção de eventos variáveis e imprevisíveis, constitui por excelência o lugar onde reside a capacidade de integração da cidade, opondo-se ao espaço controlado que, tendendo à exacerbação de uma imagem ou "identidade", resulta no direccionamento e formatação dos comportamento do cidadão. Pode-se sintetizar esta oposição entre a cidade do desconhecido, da capacidade de integração e absorção do novo, por oposição à cidade conformada, fechada e elitista. Esta oposição determina a capacidade de expressão que o espaço público oferece à comunidade, assim como o desenvolvimento da cidadania.

2.1.1 Caracterização do espaço urbano: a construção do público

Do conjunto de factos físicos que constroem a cidade estes podem-se organizar segundo dois grandes grupos: o edificado e o espaço aberto ou livre. É na complexa relação originada por este binómio que a cidade adquire forma e determina parte essencial das suas qualidades espaciais e semânticas. Estando obviamente dependente do tipo de vicissitudes que a originam e desenvolvem, nomeadamente o tipo de fundação da cidade (construção segundo forma pré-definida ou por progressiva e continuada conjugação do material), é na medição de forças entre espaço encerrado e espaço aberto que se determina e constrói parte substancial da cidade formulando o seu sistema de espaços colectivos e configurando os seus espaços públicos (S. Kostof 1992).

É da relação destes dois factores que se estrutura parte importante da urbanidade, determinando-se a relação entre cheio e vazio, público e privado. A cidade constrói-se de acordo com uma complexa rede relacional determinada por circunstâncias que, a par do confronto do sistema de espaços abertos e fechados, influem na sua forma e organização, na sua imagem e espírito. Participam aqui factores tão diversificados como: quadro ambiental base, topografia e hidrografia; o tipo de estrutura comunitária; quadro de valores sociais; quadro

primeiro, espaço/forma construída, aquele que se institui como base para a compreensão e validação dos restantes: dimensão local e global; constituição e representação. O espaço e a forma construída formam um sistema de natureza contínua baseado nas relações entre as formas. A dimensão local corresponde ao conjunto das relações directas entre os espaços e formas construídas, enquanto que o global identifica as inter-relações estabelecidas entre todos os espaços presentes na configuração: a cidade encontra os seus padrões no modo como os espaços se organizam localmente e se estruturam globalmente. Constitui, porque a estrutura das relações espaço/forma, conformam potencialmente a circulação, a permanência e a acessibilidade aos elementos construídos e promove a capacidade funcional dos espaços constituintes, desenvolvendo diferentes aptidões face ao movimento e encontro de indivíduos, à localização de usos e actividades, às formas de apropriação e utilização dos espaços. Representa, porque exprime através dos seus espaços e formas a realidade concreta da comunidade que alberga e os tipos de sistemas que esta organiza.

Forma e espaço permanecem na base da construção urbana acentuando-se a importância do espaço público como sustentáculo relacional da cidade. Sendo a cidade o seu espaço público, como refere Oriol Bohigas (2003), a história da cidade e das intervenções sobre esta é a história dos seus espaços públicos, que reflecte todo a complexidade relacional aí presente. Estes espaços reflectem relações entre os habitantes, entre poder e cidadania, materializando o complexo jogo de relações humanas na configuração das ruas, das praças, dos parques, dos lugares de encontro e nos monumentos.

Mas que papel assume o espaço público na cidade e sociedade contemporânea? Que funções passam a desempenhar de ora avante os espaços públicos da cidade consolidada? Que novas lógicas deverão inferir no projecto de requalificação de espaço público? Poderá a dinamização cultural e a manifestação espontânea por parte dos cidadãos constituir parte integrante da sua revitalização?

A respeito do futuro da forma urbana, K. Lynch (1960) apontava a necessidade de introduzir uma certa flexibilidade e polivalência, sendo que "*a forma de uma cidade ou de uma área metropolitana não apresentará uma ordem gigante, estratificada. Será uma estrutura complicada, contínua como um todo, contudo intricada e móvel. Tem de ser elástica aos hábitos de milhares de cidadãos, aberta a mudanças de função e significado, receptiva à formação de novas imagens*"[1]. Do mesmo modo, N. Portas (2000) introduz sobre a rigidez dos instrumentos de planeamento (como por exemplo no PDM's) a possibilidade de ajuste e variação consagrando uma maior adaptabilidade dos planos à evolução das exigências e circunstancialismo urbanos, sem no entanto perder uma noção global e coerente das estratégias e objectivos perseguidos.

---

[1] LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 1996, pp.132. (Edição original 1960)

Há neste discurso como que a desmontagem do espaço público especializado e controlado, destinado a um uso concreto e monopolizador. O ritmo de transformação e adaptação do mundo contemporâneo exige, não que se preveja o futuro de modo completo e fechado, mas, ao invés, que o presente não aniquile a possibilidade de reformulação. Estando o nível da riqueza simbólica do espaço público e da cidade directamente ligado ao número e variedade de cidadãos que atribuem valor aos factos da cidade, esta deve também permitir a renovação da relação com os cidadãos, quer com os presentes, quer com as gerações futuras. Assim, a cidade histórica possui um permanente confronto com o presente, não no sentido de se aniquilar, mas no sentido de renovar os seus usos e logo os seus significados e reconhecimento. Em relação a estas alterações já J. Goethe (1788) referia que a tradição não interessa como mero facto pitoresco ou original encerrado em si mesmo, mas sim no desenvolvimento de uma eterna novidade gerada a partir da extensão dos elementos do passado. Aqui pode-se entender esta extensão como desenvolvimento de continuidades entre novo e velho ou como uso continuado do velho em que a sucessão de novos indivíduos renova a memória e a atribuição de significado ao material histórico.

Apesar da proliferação dos novos "espaços públicos", nomeadamente os disponibilizados pelas novas tecnologias da comunicação como a televisão ou a Internet, a sua virtualidade continua longe de oferecer a complexidade inerente ao espaço público físico. A sua maior distinção permanece na materialidade do espaço, na sua capacidade de retenção de memórias e na necessária experiência física envolvendo directamente o indivíduo, comunidade e factos físicos.

É no conjunto dos espaços livres que se encontra o sistema de espaços colectivos que constituem a espinha dorsal da realidade urbana. O Colectivo não é um conceito que se prenda a valores quantitativos mas à modalidade de laços, capacidade relacional. Assim sendo, este sistema é determinante no conjunto da cidade uma vez que não só caracteriza o conjunto das relações entre vazio e edificado, mas também qualifica as relações da cidade com elementos naturais e com a grande escala do território.

O uso colectivo apresenta-se como reunião de usos diversificados implicando uma diversificação dos lugares e das modalidades de uso no seu interior. Cada grupo institui os seus lugares de referência, podendo estes serem coincidentes entre diferentes grupos, registando-se aí um modo de relação específica a cada grupo ou indivíduo. Mesmo numa sociedade pretensamente homogénea os usos colectivos alteram-se segundo divisões biológicas e sociais: sexo, idade, actividade laboral, etc. "*A definição do conjunto dos espaços colectivos advém da especificidade de modos culturais, históricos, geográficos e espaciais, funcionamentos e vivências sobre o espaço urbano num determinado período, numa certa cidade, de atribuir significados e hierarquias de uso ou de cultura às partes da cidade.*"[2]

A classificação de espaço público recai sobre os espaços com capacidade de uso colectivo, distinguindo-se no interior do sistema de espaços colectivos pela sua abertura e carácter enquanto facto público. M. Morandi (1996) refugia a sua definição de espaço público em questões de valor e memória deixando de lado a exclusividade sobre a capacidade de uso. De acordo com um princípio de uso um espaço em estado latente não poderia ser considerado público. Por outro lado, um mesmo espaço poderia ser entendido simultaneamente

[2] CESARI, Maurice. *El espacio colectivo de la ciudad.* Colección de urbanismo, Oikos-Tau, Barcelona, 1990, pp. 86.

económico e tecnológico, consagrando as actividades de produção, serviço e conhecimento; processos e modos de produção; as relações de troca e comunicação; desenvolvimento e investimento ao nível das infra-estruturas. Todos estes factores participam na produção da cidade relacionando-se através de uma complexa rede que simultaneamente determina a eficácia e importância de cada factor no interior da cidade.

Hillier (1987) parte de uma base de relação edificado/espaço aberto para aprofundar o valor e complexidade relacional que define a cidade. As especificidades do tecido urbano são agrupadas em três conjuntos sendo o

como público e não público de acordo com ciclos de funcionamento, por exemplo, de acordo com os seus horários e níveis de uso. Sendo o espaço público um lugar de participação, a classificação dos valores a si inerentes advém do reconhecimento que os cidadãos fazem sobre a sua matéria, a qual deriva de uma relação entre *cultura* e *espaço* onde o cidadão desempenha um papel activo.

O espaço público de uso variável institui-se na cidade como lugar *"capaz de conter os mais variados e imprevisíveis eventos, espontâneos ou não, e onde as pessoas com comportamentos e fins diversificados participam quotidianamente e naturalmente em actividades colectivas."*[3] De acordo com a definição de Chermayeff (1971), um espaço monofuncional não poderá ser entendido enquanto espaço público. Nesta reflexão encontra-se implícita, não só uma crítica ao monofuncionalismo e zonificação propagandeados pelo movimento moderno, como um apelo à consideração pela incerteza de usos e apropriações sobre o espaço da cidade. O espaço público é, por valor implícito à sua capacidade relacional, um espaço capaz de absorver diferentes usos, simultaneamente ou em tempos distintos, considerando em si condições de variabilidade. Desenvolve-se aí uma complexa relação entre colectividade e individualidade, um jogo de identidade entre o nós e o eu, sendo que um espaço funciona tanto melhor, e é mais público, consoante a capacidade que em si contém de promover fenómenos de integração e expressando hábitos quotidianos de apropriação.

A dimensão dos espaços públicos passa por um necessário equilíbrio entre o valor da colectividade e do indivíduo. Tendo necessariamente de ser amplo para absorver um número considerável de pessoas, de outro modo a sua abrangência na cidade encontrar-se-ia diminuída, este necessita de mecanismos para, simultaneamente ou no quotidiano quando os grandes eventos se encontram suspensos, conseguir integrar o indivíduo isolado. Apesar do indivíduo se poder perder na multidão mantém a sua identidade e cada um procura elementos diferenciados sobre o espaço. *"A ideia de espaço colectivo que assim se estabelece à escala urbana é aquela de um espaço com capacidade de reunir a complexa identidade urbana."*[4] As manifestações crentes de um sentido cultural de massas tipificado tendem a não tolerar a diferença e muito menos a sua possibilidade de integração, sem ser por processos de assimilação. São caso disso as praças militares ou avenidas para os desfiles de estado que consagram o princípio de um espaço homogeneizador, tipificante e instituidor de uma ordem de uso e de expressão única e unívoca.

A flexibilidade do espaço público poder-se-á arrastar para o nível do espaço concreto, o da liberdade de uso e de expressão, feito de contradições, de conflitos, de símbolos e de memórias. Não se tratando o espaço público como um referencial unívoco, detentor de um valor absoluto, esse espaço na sua multiplicidade qualitativa pode acolher uma maior variedade de valores, logo ampliando possibilidades de apropriação e quantidade de indivíduos que o determinam como referência.

2.1.1.1 Factores de caracterização do espaço público

Ao espaço público reconhece-se a sua validade enquanto lugar aglutinador de fragmentos da colectividade. Na sua multiplicidade de usos e possibilidades de comportamentos, estes incluem um conjunto de

---

[3] CHERMAYEFF, Serge; TZONIS, Alexander. *La forma dell'ambiente collettivo*, Il Saggiatore 1971. Citado *in* MORANDI, Maurizio. *La città vissuta: significati e valori dello spazio urbano.* Alínea editrice, Firenze, 1996, pp.87.

[4] MORANDI, Maurizio. *La città vissuta: significati e valori dello spazio urbano.* Alínea editrice, Firenze, 1996, pp. 91

condicionantes que infere na sua caracterização, podendo esta última ser realizada de acordo com quatro grupos de factores: quantitativos; temporais; qualitativos; localização na cidade. É nesta série de condições que, segundo Maurice Cerasi (1976) se determinam os valores inerentes ao espaço e a sua importância ao nível das relações urbanas.

Os factores **quantitativos** referem-se a questões de abrangência física e significativa do espaço sobre os diferentes sistemas da cidade; reportam às capacidades de influência do espaço enquanto elemento de referência na cidade através da sua forma, dinâmica e significados.

A quantificação do número de indivíduos que se relacionam com o espaço demonstra o nível de abrangência dos seus símbolos, informação e reconhecimento. Esse mesmo número importa não só pela capacidade absoluta de indivíduos por si abrangidos mas também pela quantidade diferenciada de valores e usos que estes atribuem ao espaço. Um espaço é tão mais amplo nos seus usos, valores e dimensão referencial, quanto maior e diversificada for a quantidade de indivíduos que o reconhecem e lhe atribuem validade. Por outro lado, importa quantificar a sua influência ao nível dos factos físicos, o que obviamente é também dependente da sua localização (que se verá mais adiante), assim como da sua dinâmica e capacidade de reconhecimento. A sua amplitude é verificada sobre o seu raio de influência sobre a envolvente cuja quantificação depende maioritariamente da implementação de uma reacção recíproca em que o espaço se estabelece como factor determinante e determinado pela configuração da envolvente.

Os factores **temporais** abarcam as aptidões do espaço para a acumulação de memória (sedimentação de tempos diferenciados), para a ritualização (despoletar de fenómenos cíclicos), e para a marcação de tempos ao nível da forma, usos e reconhecimento. O tempo no espaço infere sobre os seus conteúdos e pré-disposição ao desenvolvimento de actividades. Existe aqui a capacidade de uma construção do espaço público baseada na simultaneidade entre factos permanentes, factos acrescidos e factos efémeros. Os fenómenos de reconhecimento e de ampliação da capacidade de abrangência são também resultantes da acção do tempo sobre o espaço e a arquitectura.

No debate sobre as questões patrimoniais e o espaço da cidade, o tempo infere na consideração sobre o valor dos elementos de composição da cidade, sobre a sua dimensão patrimonial e sobre o confronto entre tempos distintos. Há aqui uma necessária reflexão entre passado e presente aferindo da validade e importância dos factos num confronto entre a sua dimensão documental, cultural e histórica e a sua dimensão de facto vivo e transcendente que marca a densidade e espessura da cultura colectiva. A permanência de diferentes tempos encontra-se sujeita a mutações e (re)avaliações por parte da comunidade que o identifica.

No âmbito dos factores **qualitativos** encontra-se uma série de elementos que se baseiam não só nas qualidades físicas do espaço, mas também na sua gestão e manutenção, assim como na qualificação dos seus usos. Importam aqui factores de dimensão, geometria, tipomorfologias do construído, relação com a estrutura envolvente, conteúdo das formas, símbolos e capacidade semântica do espaço e respectivas arquitecturas, no seu alcance sobre a construção física do espaço e estabelecimento de princípios relacionais.

O espaço da cidade pode ser entendido de duas formas, como expõe Brandão Alves (2003). Num primeiro modo, a cidade é entendida como uma paisagem em aberto onde se vão dispondo edifícios como objectos tridimensionais e construtores do território, de outro modo, a cidade é compreendida a partir dos espaços

abertos que se estabelecem entre a construção. Enquanto na primeira abordagem os edifícios são os elementos positivos da construção urbana, o edificado vale-se como figura, na segunda essa ideia é transposta para o espaço urbano em que os edifícios se formalizam e implantam a partir do espaço aberto. A primeira abordagem parece contudo mais próxima dos modos de construção urbana da cidade moderna, enquanto a segunda, pela relação mais determinante do espaço aberto, do traçado urbano, é mais próxima da cidade antiga e dos seus princípios canónicos. A configuração do espaço público implica necessariamente uma articulação e relação com as arquitecturas que o formalizam e caracterizam, sendo essa articulação em rede dos diferentes espaços colectivos e arquitecturas que o formalizam que determina a qualificação da cidade, diferenciando significativamente a cidade "histórica" das recentes periferias e dos padrões modernistas de cidade. A qualificação advém da riqueza de articulação, da qualificação dos seus traçados e infra-estruturas, das funções e significados possíveis sobre o espaço.

A geometria e dimensão dos espaços determinam logo à partida proporções, que inferem na forma, conforto e dinâmica, exprimindo capacidades e pré-disposições físicas do espaço para abarcar nos seus limites grupos e actividades significativas para a comunidade. São automaticamente expressas tendências de forma e capacidades de reunião no espaço, sendo que as tendências de forma inferem automaticamente na valorização e atribuição de valores ao espaço. A geometria resulta das vontades do espaço, das sucessivas operações de consolidação e das suas relações de intercâmbio com a envolvente, determinando-se deste modo: forma, pontos de troca, pontos focais, qualidades de figura e fundo. A configuração bidimensional do espaço carrega em si uma série de significados nomeadamente ao nível da posição e relação com as restantes formas urbanas. Um vasto espaço, como os visados por esta dissertação (campos, rossios, praças, alamedas), distingue-se dentro da cidade na sua bidimensionalidade e pela influência desta sobre as figuras da envolvente. Pela sua dimensão e geometria, os espaços aqui visados são indispensáveis ao desenvolvimento de articulações, dinâmicas e pausas face aos restantes elementos da malha.

Na sua forma, dimensão (largo, estreito, sentido longitudinal ou concêntrico, tendência de planta irregular, regular) e articulação, o espaço expressa valores e coloca ao dispor dos usuários pré-disposições que inferem sobre o seu uso e reconhecimento. O modo de chegada e os pontos de charneira entre estas figuras urbanas e as restantes figuras (ruas, avenidas, passagens, envolvente natural, etc) determinam muito da valorização do seu espaço. De acordo com o tipo de articulação, chegada, pausas e mudanças de enfoque infere-se sobre o destaque dos elementos arquitectónicos e a valorização do vazio ou elemento central destacado. O espaço é mais ou menos inclusivo consoante a solidez dos limites e a maior ou menor abertura proporcionada pelas suas articulações. A localização de entradas nos lados ou nos vértices privilegiam a continuidade construtiva da sua envolvente ou os edifícios nos seus topos, do mesmo modo que a disponibilidade do espaço central, com percursos na envolvente ou atravessado por esses, valoriza a sua condição de estar e de uso ou privilegia a mobilidade, dinamismo e intercâmbio com o restante espaço urbano. Por outro lado, a existência de mecanismos no espaço central como estátuas, fontes, monumentos, etc. possibilita o desenvolvimento de forças centrípetas sobre forma e espaço envolvente. Por exemplo, a *Place Vendomê* em Paris atravessada ao centro por um grande eixo urbano valoriza dinâmicas de relação e abertura com a cidade ao mesmo tempo que o monumento central parece funcionar como foco no seu interior e referência sobre as perspectivas de acesso à

praça. Já a *Place des Vosges*, pela continuidade do porticado no seu perímetro e por as interrupções na construção se localizarem nos cantos, valoriza o sentido de inclusão acentuando a interioridade urbana. Ainda em Paris a *Place du Palais Royal* constrói o seu espaço excluindo-se da estrutura envolvente, apartando o seu espaço da cidade e conferindo-lhe uma dimensão quase privada. Praças como a do *Capitólio* em Roma recorrem à colocação de um elemento central como elemento focal e unificador do espaço, enquanto que a *Praça da Signoria* em Florença ou a *Piazza del Campo* em Siena valorizam o grande edifício de representação da comunidade e do poder da cidade, o palácio comunal, este constitui-se como elemento gerador e referencial da cidade e do espaço público que lhe serve de suporte. Ainda que enunciáveis em termos genéricos, os factores qualitativos como dimensão, proporção, forma e articulação podem conjugar uma grande variante de situações consoante as determinações relacionais criadas sobre o espaço público.

Decorrente da geometria, dimensão e proporção das partes afere-se sobre a escala do espaço determinando questões de conforto e fluxo. O conforto resulta da relação entre corpo e factos urbanos, a qual proporciona a capacidade de bem-estar e reconhecimento, determinando até que ponto o espaço se tornará num ambiente afectivo (Herbert Gans 1982). Sem uma relação sensitiva com o objecto não é possível dispor dos benefícios emocionais e estéticos desse mesmo, do mesmo modo que sem o uso estes benefícios também não podem ser atingidos. A escala afere-se no conforto e uso do espaço colocando questões sobre a dimensão do indivíduo frente ao espaço e frente ao número de indivíduos que aí se reúnem. Os fluxos são decorrentes dessa relação experimental e corpórea sobre o espaço e da inevitabilidade de movimento. A relação com o espaço, a sua avaliação, apreensão e reconhecimento deve muito ao modo como é percorrido (a pé, de bicicleta ou de veículo motorizado). A diferentes modos de movimentação correspondem diferentes modos de relação, uso e apropriação do espaço mas acima de tudo diferentes construções da ideia de lugar, tendo em conta que a estruturação de lugar e a instituição de referências memoriais é proporcionalmente inversa à velocidade (P. Virilio 1993). Por exemplo, a Rotunda do Marquês em Lisboa é um nódulo de articulação viária, que pela sua dimensão e modo predominante de movimentação dificulta o reconhecimento dos indivíduos no seu interior. Já praças como a do Rossio em Lisboa, ou o Terreiro da Sé no Porto, permitem um fácil reconhecimento dos indivíduos no seu interior derivado da sua escala mas também da praticabilidade pedonal do seu espaço. Existe assim uma relação directa entre escala, experiência e capacidade de averiguação dos elementos no interior do espaço inferindo, sobre os usos e capacidades de reconhecimento intrínsecas à construção de lugar.

O conjunto dos factores qualitativos estende-se ainda para além das questões estruturais do espaço abrangendo necessariamente conteúdos formais e informadores dos factos que o constituem. Segundo Rapoport (1969) os significados encontram-se expressos, não só numa matriz espacial, mas também nos aspectos icónicos do ambiente construído (sinais, materiais, cores, formas, paisagismo, etc.). Além do esquema espacial, da sua articulação e proporção dos seus elementos importa, para a caracterização dos factos urbanos, as suas particularidades materiais. Condições expressivas da resolução construtiva de pavimentos, fachadas e demais elementos que inferem sobre a qualidade formal do espaço e na sua imagem. Da estrutura tipomorfologica, arquitectónica e urbanística, emanam tendências de forma, que associadas à resolução de problemas particulares decorrentes das especificidades do meio (por exemplo da disponibilidade de

determinados materiais, condições climáticas, etc.) e ao contexto cultural que os originam, determinam a sua qualidade.

Uma das características prevalecentes à construção da cidade advém da existência de elementos dominantes que lhe conferem unidade e uniformidade. Uma lógica métrica e tipológica que caracteriza, não só o edificado, mas que também se reflecte na modulação dos espaços da cidade determinando ritmos e evidenciando a excepcionalidade das construções monumentais. Essas regras encerram em si condicionantes derivadas da expressão construtiva e sua matriz espacial base determinando espacialidade e simbologias específicas do contexto. Estes sistemas métricos construtivos são adoptados e determinados pelos circunstancialismos históricos e culturais definindo a imagem da cidade.

O mobiliário urbano é, juntamente com os grandes elementos urbanos e arquitectónicos, um factor qualitativo na caracterização do espaço, sendo pela sua dimensão e mobilidade um dos dados mais susceptível ao tempo e à eliminação. Este reveste-se de particular interesse pelo modo como caracteriza, determina e apoia as funções que aqui têm lugar. Pelo modo como as exigências sobre o uso do espaço vão evoluindo, o mobiliário urbano torna-se alvo de substituição o que muitas vezes não atente ao seu intrínseco valor organizativo e patrimonial. Essas campanhas de alteração, substituição ou eliminação advêm da acumulação de funções ou da evolução de tendências e campanhas de limpeza/informação e publicidade. Em espaços como o da *Praça de Santa Croce* em Florença, a disposição dos bancos juntamente com a linha de guia formalizam o espaço central, onde por intermédio de estruturas efémeras justapostas se possibilita a realização do *Calcio Storico*. Em praças como as do centro de Guimarães, alvo de intervenções da autoria de Fernando Távora, o mobiliário é atendido como elemento do projecto que, juntamente com os pavimentos e elementos distintivos como as fontes, deve ser incluído numa concepção e leitura global do espaço dotando-o de condições de conforto adequadas ao seu uso e abrangência.

Os factores de **localização** na cidade referem-se à posição dos espaços no interior da globalidade do sistema urbano. A sua posição face à centralidade e relação com os eixos estruturantes conferem-lhe posicionamento no interior das hierarquias urbanas permitindo deduzir acerca da sua abrangência enquanto lugar de referência e de encontro. Valores como a continuidade face à envolvente determinam a sua importância sequencial e capacidade de concentração. A caracterização do espaço passa assim pelo modo como este se implanta na cidade, que resulta em parte da evolução e opções sobre o desenvolvimento da cidade e da atribuição de importância a factos e eventos ao longo do tempo.

A localização dos espaços na estrutura da cidade reflecte-se nas suas capacidades de encontro, reunião e integração, existindo entre este factor e as possibilidades relacionais do espaço uma reciprocidade directa. A relação com a centralidade, entre os bairros e a globalidade da estrutura urbanizada, permite compreender a sua capacidade agregadora. A ruptura ou interrupção das relações espaciais é factor de desagregação da cidade determinando o fim da compreensão de uma continuidade sequencial por uma percepção de somatórios e referências isoladas. Na sua complementaridade funcional com a envolvente os espaços de uso variável dilatam capacidades de abrangência abarcando possibilidades de variação, intercâmbio e (in)dependência. Na cidade contemporânea, o cisma entre a habitação e as actividades profissionais e extra-profissionais fragmenta complementaridades no interior da estrutura urbana. Esse cisma reflecte-se ao nível do espaço público,

repercutindo-se igualmente ao nível de outros sistemas relacionais aí presentes, como a vida cívica e inter-câmbio cultural e social entre os membros da comunidade.

É com base neste conjunto de factores (quantidade, tempo, qualidade e localização) que se gera e caracteriza o desenho urbano, sendo este um caso particular do desenho do ambiente humano em geral. É da abordagem sobre os factores de caracterização do desenho urbano que se recolhe a tendência e pré-disposição do espaço à variabilidade. A Multiplicidade de comportamentos, apropriações e usos encontram-se associados simultaneamente à fixação de referentes e à possibilidade de manobra proporcionada pela configuração formal do espaço. Os limites físicos e semânticos não são instituídos exclusivamente pela forma construída, resultando necessariamente da instalação das actividades e das pessoas.

2.1.1.2 Elementos da variação na caracterização do espaço público

Um espaço mutável associado ao evento programado pontual e ao evento espontâneo quotidiano, como aquele onde se instala a feira ou se realiza uma corrida de touros, encerra em si uma duplicidade decorrente da realização do acontecimento. É ele uma praça, um largo ou um campo que através dos elementos de suporte à realização do evento e apropriação particular do seu espaço se transforma num outro. Ocorrem alterações ao nível perceptivo e da possibilidade de experiência variando a sua configuração e possibilidade de uso numa outra hipótese de espaço. O areal de Ponte de Lima converte-se, durante a realização da feira, em extensão do espaço urbano. O espaço hipostilo de campos de feira, como o de Pedras Rubras ou Barcelos, converte-se num conjunto de eixos paralelos unidos por uma cobertura vegetal. O vazio do Rossio de Évora converte-se em extensão da cidade organizando ruas e espaços abertos. A mutação do espaço e dos fenómenos de ocupação resulta de reflexos de rituais cíclicos implícitos à actividade urbana e que inferem sobre a determinação qualitativa do espaço que se baliza entre as suas possibilidades: possibilidade de ser um e de ser outro. A partir do momento em que cessa a sua actividade, o espaço deixa de ser reconhecível na fórmula anterior, variando assim simultaneamente com a ciclicidade de rituais e instituindo ciclos de variação espacial.

A variação nos modos de construir a cidade não é exclusivamente determinada pela forma resultante de uma interpretação cultural de técnicas e soluções aplicadas à matéria. O uso dos lugares altera-se juntamente com as transformações sociais e culturais do meio, sendo que os usos alteram frequentemente os próprios lugares. *"As modalidades de uso, mesmo porque se modificam em presença de um mesmo espaço, têm um valor conotativo daquele espaço e permitem interpretá-lo."*[5]

Henry Prost (1923), aquando da realização do plano de ampliação e modernização para Marrakech, descreve que o interesse da Praça Djema el Fna reside mais no movimento buliçoso que se regista quotidianamente, do que no cenário composto quase unicamente por construções em ruínas sem qualquer qualidade arquitectónica. Os espaço é caracterizado não pelos elementos físicos que o compõem mas pelas diversas sensações que se estabelecem entre todos aqueles que o ocupam – uma troca contínua de papéis entre observadores e observados – definindo os muitos lugares que compõem o seu grande espaço.

---

[5] MORANDI, Maurizio. *Inquietudini e sicurezza nelle architecture e negli spazi della cittá*. In. AMENDOLA, Giandomenico. *Paure in cittá*. Liguori editore, 2003, pp. 13.

A descrição destes espaços de uso variável exige a referência a elementos mais complexos e abrangentes do que a sua geometria ou caracterização formal, abrindo-se a descrição do lugar a princípios de um espaço mental e sensitivo. Evocam-se assim pessoas, imagens, sensações e memórias que participam na construção de uma geometria variável de acordo com factores de tempo e apropriação. A construção do lugar eleva-se a uma condição que exige a sua consideração como elemento abstracto/mental baseado no momentâneo e no registo de acções e sensações que, embora decorrentes dos factores materiais que caracterizam o espaço, não se fixam neles. A extensão de entendimento sobre o lugar não se restringe aos padrões da sua materialidade, ampliando-se sobre o modo como este é vivido e percebido.

Nesta variação, sobre os espaços na cidade e dos respectivos esquemas de composição pode-se estender a sua capacidade de alteração funcional e significativa. Está-se perante a possibilidade de alteração de um espaço noutro mas também, como refere H. Prost (1923), perante a possibilidade da definição de muitos lugares dentro de um outro. Há obviamente sobre o material físico caracterizador do espaço uma inflexão do seu sentido pela justaposição de funções e até da consagração de diferentes estados de uso e apropriação dentro de um mesmo espaço. Neste podem acumular-se funções diversas que pelas suas características aceitam factores de transformação variáveis, permitindo a actualização funcional e simbólica do espaço. Essa actualização advém do uso, criando sistemas para a atracção de públicos. Os espaços de função, uso ou valor exclusivo têm tendência a desaparecer ou a subordinarem-se a outros de maior abrangência uma vez que não aceitam a evolução ou não se abrem a possibilidades ainda que latentes na sua matéria. A precisão funcional, com a construção de espaço em função de um fim exclusivo, pode determinar a longo prazo a sua ruína, esquecimento e perda de reconhecimento.

Grande parte dos centros históricos, invadidos maioritariamente pelo sector terciário e um abusivo acesso motorizado, perderam muito da sua qualidade enquanto espaço público ao uniformizar as suas actividades e modos de mobilidade. Retiraram variedade ao sistema de relações entre os espaços abertos e fechados, privilegiando uma função e um modo de acesso e de relação, que não vai de encontro à necessária abrangência de usos e de utentes capazes de sustentar a capacidade de vida urbana.

As funções que conduzem à formação dos grandes espaços públicos são frequentemente funções institucionais ligadas à administração da cidade ou à dotação de equipamentos (religiosos e culturais). No entanto, na cidade canónica é presente a sua complementaridade com outras funções, como a residência ou a actividade económica e recreativa, dentro do mesmo espaço ou numa intrincada articulação com a envolvente directa. À transformação do espaço público encontra-se assim subjacente a transformação dos próprios espaços do habitar, não tanto do espaço privado do habitar, mas do habitar a dimensão pública proporcionada pelos espaços urbanos.

A identificação do lugar abarca questões da sua natureza, inclusão de memória e valores arquitectónicos, resultando estes da simultaneidade de uma categoria do pensamento humano e dos factos físicos caracterizadores e formalizadores de espaço. No campo da arquitectura e da urbanística o lugar resulta como espaço físico em que importa salientar as relações desse ambiente físico com o homem.

Está-se assim perante condicionantes de uma relação espaço/habitante que origina e determina significados e valores do espaço, instituindo-o como fenómeno social. A compreensão sob o ponto de vista dos usos e

significados implica cruzar uma abordagem física e humana sobre o espaço, reunindo os aspectos qualitativos do espaço físico e as exigências colectivas, sociais, económicas e culturais que aí se exercem. Segundo Ittelson (1960) o entendimento do espaço integra condicionantes do campo perceptivo e expressivo a par de valores estéticos, adaptativos, integrativos e instrumentais, abrangendo o sistema geral de relações. Lawton (1970) complementa, reunindo na compreensão física do espaço urbano o indivíduo, ambiente pessoal, ambiente suprapessoal e ambiente social. A sobreposição e cruzamento das várias dimensões e sistemas urbanos propõem a multiplicidade de ambientes (social, cultural e físico) na construção de um ambiente genérico.

2.1.2 Espaço público nas relações físicas e humanas da cidade

A validade do conceito de espaço público estende-se muito para lá da sua estrutura física e organizativa. A cidade incorpora, constrói-se e caracteriza-se por sistemas específicos de relações sociais, de cultura e de instituições políticas de auto-governação que se cruzam e encontram possibilidade de expressão sobre o espaço público. Esta perspectiva enunciada por M. Castells e J. Borja (1997) é reforçada mais tarde ao enfatizar-se a inclusão do valor de fenómeno cultural sobre o espaço público, J. Borja e Z. Muxí (2003). A cidade, e logo o seu sistema espacial, entende-se como produto físico, político e cultural complexo caracterizador do contexto em que se insere. O seu espaço responde a imaginários ou valores de concentração populacional, de actividades, mistura social e funcional, capacidade de auto-governo e âmbitos de identificação simbólica e de participação cívica. A cidade, nomeadamente o sistema de espaços públicos, institui-se como lugar de encontro e de intercâmbio, factores fundamentais para a consagração do espaço urbano como lugar relacional e de manifestação cultural.

Contudo, na cidade contemporânea, *"o espaço público, cada vez mais fraccionado nos seus diversos âmbitos, perde o papel de lugar distinto na exploração e encontro com o estranho, de lugar de experiência recíproca e pragmática dos outros, de espaço colectivo entendido – segundo a feliz definição de Chermayeff e Tzonis – como lugar capaz de conter os mais variados e imprevisíveis eventos espontâneos ou não, onde as pessoas com comportamentos e objectivos diversos participam quotidianamente e naturalmente na actividade colectiva."*[6] A crítica aos processos de elaboração da cidade moderna, cuja organização espacial assentava num excessivo mecanicismo funcional e relacional, pretende recuperar a importância do espaço público, nomeadamente na sua essência enquanto lugar de relação dos factos e sistemas caracterizadores da cidade e dos seus modos de vida específicos. A cidade modernista obedecia a princípios de compartimentação funcional negligenciando a complexidade das combinações e possibilidades de relacionamento intrínsecas ao espaço urbano. A consagração das capacidades relacionais humanas em espaço público exige um simultâneo reconhecimento deste enquanto espaço de acção, de comportamento e de movimento.

Nesta linha de pensamento, J. Rémy (1994) refere que a cidade se encontra submetida a um conjunto de lógicas que ordenam o seu espaço, determinando a sua "constituição" e representação. Existem assim quatro lógicas base que o caracterizam e que, pelas suas especificidades, distinguem cada sistema urbano dos

[6] *Idem*, pp 3.

demais: funcional; residencial; de movimentos; de apropriação. Estas reflectem-se sobre a construção física dos factos, tal como sobre o tipo de relações físicas e humanas, determinando o tipo de apropriação e de atribuição de valores espaciais à cidade.

Sob os princípios de uma lógica funcional confronta-se uma tendência de especialização do espaço e uma outra exigindo multiplicidade, possibilitando a ampliação de oportunidades relacionais e dinâmicas. Os centros históricos, território de elevada concentração material e memorial que se estabelecem como factos referenciais na globalidade urbana, assistem a uma crescente especialização dos seus espaços o que contradiz a sua necessária abrangência funcional, simbólica e vivencial. A cristalização dos tecidos antigos, nomeadamente na sua dimensão física, impossibilitando a continuidade de competências para a dinamização e absorção como referente na vida urbana cria nestes uma crescente dependência das periferias desagregando progressivamente as relações até então aí presentes. As relações subjacentes à espacialidade e vida urbana passam a gerir-se em função de dois modos de compreender, fazer e viver o espaço urbano. Liderados por figuras tão distintas como a cidade antiga e cidade nova anulam-se possibilidades de troca, de interface ou continuidade, concentrando toda a capacidade de transformação e modernização numa destas, e toda a capacidade memorativa e referencial numa outra. Esta decomposição acentua-se nos usos, pulverizando diferentes funções pela cidade apartando-as da sua necessária complementaridade. O estilhaçar dos espaços, das funções e núcleos de referência reflecte-se de modo acentuado na intensidade dos fluxos necessários ao estabelecimento de relações entre as várias partes, funções e indivíduos que compõem a cidade. *"A mobilidade torna-se, portanto, condição de adaptação e de participação na vida urbana."*[7] A capacidade de mobilidade e a consagração de um espaço móvel tornaram-se condicionantes para o relacionamento e participação no meio urbano.

Por outro lado, a lógica residencial determina o modo como se localizam os cidadãos, onde habitam, o que corresponde a um mesmo modo de especialização espacial na cidade. A distribuição dos elementos de uma comunidade rege-se por regras de valores sociais e económicos levando à formação de agrupamentos regidos por categorias sócio-profissionais ou económicas. Na medida em que determinadas funções se localizam não no bairro de residência mas em centros especializados, não é possível estabelecer uma correspondência entre casa, trabalho e lugares de referência significativa acentuando-se a fragmentação da cidade e da sua comunidade. Os lugares do habitar afastam-se progressivamente dos lugares da memória e da referência identitária o que se acentua com o significativo esvaziamento de habitantes nos centros e áreas históricas. Contudo, assiste-se actualmente a tendências de regresso à cidade, onde os novos padrões de vida introduzidos por uma população diferente criam pressões à sua transformação e inclusive à modificação das suas qualidades de lugar. Esse fenómeno, gentrificação, implica assim uma revisão sobre os lugares da memória colocando novas exigências e expectativas.

A compreensão das capacidades relacionais em espaço urbano não se deve centrar em questões da lógica de produção de espaços mas sim nas suas lógicas de apropriação, debruçando-se sobre o que um espaço estruturado e identificável, juntamente com as variantes do seu uso social, possa significar para a colectividade

[7] RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *A cidade: rumo a uma nova definição.* Afrontamento, Porto, 1994, pp. 74.

em geral. O espaço público deve constituir um trunfo para a participação na transacção social deixando de lado factores que se estabeleçam como *handicap* acentuando fenómenos de marginalização e exclusão, fenómenos de degeneração urbana. Este deve incluir uma dimensão polivalente, variável, cíclica e ritual, dilatando potencialidades de resposta a usos, anseios e desejos do cidadão no seu quotidiano, assim como na capacidade de expressão de uma cultura urbana e cívica.

As modalidades de apropriação em espaço público são determinadas por modos de interacção "*tanto ao nível do sistema social quanto aos níveis dos sistemas cultural e da personalidade, formas de integração que incorporam a mobilidade espacial como condição de dinâmica social.*"[8] A capacidade de encontro estende-se para além do espaço aberto, podendo ser ampliada por equipamentos ou serviços que gravitam e estabelecem intercâmbios directos com o espaço aberto. Ampliam-se assim os lugares de encontro, permitindo desenvolver e estender capacidades de intercâmbio e de diversidade inerentes à cidade. "*Se a diversidade e o intercâmbio são dimensões fundamentais, a cidade «cidade» é aquela que optimiza as possibilidades de contacto, a que aposta pela diferenciação e na mistura funcional e social, a que multiplica espaços de encontro.*"[9]

Dos fenómenos presentes em espaço público existe uma necessidade de demonstração do querer e sentir das populações que reverte e excita opções acerca da materialidade e configuração do desenho urbano. Nos processos de formulação dos espaços, e agora de intervenção, existe assim uma procura das possibilidades de uso e fruição da cidade que se coadune aos seus fluxos e complexidade sistémica. Brandão Alves (2003) atribui à polivalência de espaço público o despertar de prazer e bem-estar baseado num reconhecimento da matéria urbana. A qualidade do espaço público encontra-se deste modo dependente da sua liberdade de uso, a qual passa pela gestão de uma série de direitos, permitindo um saudável confronto entre os diferentes habitantes e utentes do espaço.

Um dos maiores problemas sobre a intervenção nos centros históricos não é o de controlo das suas dinâmicas mas o da sua manutenção e desenvolvimento. A visão sobre a revitalização dos centros passa, na maioria das vezes, pelo fomento de uma indústria cultural, que indo de encontro a princípios de dinamização e fruição do património construído, não deve dominar ou tomar o monopólio da área. A actividade cultural deve ser integrada e complementada num leque mais alargado de funções que, explorando o capital "móvel" baseado em sistemas de mobilidade e flexibilização do espaço, permitiria o uso permanente e profundo destas áreas em sintonia com a sua efectiva capacidade relacional. Aos centros é necessário promover uma maior extensão funcional, proporcionando variedade na oferta e disponibilização destas áreas como lugares habitáveis e não como museus funcionando sob horário de expediente. A noção de lugar deriva da existência de relações complexas entre o espaço físico e quem o ocupa, nomeadamente de quem nele habita, trabalha ou lhe reconhece valor de referência sobre a identidade do meio. O lugar caracteriza-se pelos valores não individualizáveis à sua abrangência estética ou geométrica. Este é descrito a partir de objectos concretos transmissores de valores universais, históricos e sociais que colocam questões sobre a capacidade potenciadora e gestora de relações.

---

[8] *Idem*, pp. 78.
[9] BORJA, Jordi, MUXí, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, Março, 2003, pp. 30.

O habitar o espaço urbano impõe necessidades de ocupação e transformação, que se contrapõem ao imobilismo depositado na sobrevalorização material e estética dos factos construtores da cidade. A matéria urbana e a sua comunidade são resultado de uma relação mútua e dialéctica que caracteriza a sua profundidade cognitiva e cultural. A intervenção impõe-se assim como momento de interpretação das capacidades relacionais expressas na matéria construída: uma interpretação de cultura assim como das aspirações e ambições de quem usa/habita o espaço. O espaço urbano enquanto espaço de expressão de vida determina os valores existenciais do indivíduo contribuindo para o seu percurso cognitivo. "*O espaço urbano é assim essencialmente um espaço de descoberta, um ambiente de possibilidades*"[10] Espaço no qual o homem se movimenta, cria laços e inter-relações entre os outros e as *coisas*.

2.1.3 O espaço público na cidade canónica

O centro da cidade surge, dentro do conjunto de factos urbanos, como factor de articulação da globalidade urbana. Em primeiro lugar a sua condição referencial de centro determina-o como lugar de encontro das diferentes partes da cidade, a reunião da dimensão "local", sendo elemento de referência base na estrutura global e por se instituir enquanto lugar de manifestação de uma pertença comum. " *(...) O centro é assim o lugar que se sobrepõem e sobretudo o lugar onde se desenrolam as actividades vistas como sendo particularmente importantes, aquelas que se situam ao nível hierárquico mais elevado. É, além disso, o lugar simbólico por excelência, o da história e da memória colectiva.*"[11]

Os espaços públicos do centro da cidade histórica surgem como elementos gestores do património. O seu valor acrescido face ao restante material urbano advém, não só da sua validade patrimonial, mas, acima de tudo, da sua pertinência e abrangência enquanto facto articulador residindo aí a referência génese do organismo espacial urbano. A qualidade do espaço público depende da qualidade das suas sucessivas intervenções, depositando e acrescentando informação que se constitui como parte significativa da expressão cultural do contexto, contendo matéria e princípios relacionais que identificam e caracterizam a cidade. É na sua densidade material que se expressa toda a espessura da grande construção física e social que é a cidade. Parte incontornável da identidade urbana reside sobre os espaços de uso variável na cidade histórica encontrando-se aí, não só elementos plásticos e articuladores que demonstram a sua riqueza, como expressões dos hábitos e modos de viver a cidade que caracterizam o meio. Os centros, na sua capacidade de articulação entre vazio e edificado, entre material físico e humano, constituem-se como lugares polissémicos por excelência: atractivos para o exterior, integradores para o interior, multifuncionais e simbólicos, combinando em si a complexidade de fenómenos e relações inerentes à cidade.

Ao falar-se de arquitectura e espaço público, relação sintetizada no conceito de desenho urbano, não é possível deixar de lado a dicotomia entre monumento e cidade. Importa aferir sobre o modo como estes factos se relacionam e de que modo se influenciam mutuamente, quer do ponto de vista da construção e

---

[10] NORBERG SCHULTZ, Christian. *L'abitare, Elect, 1984.* Citado *in* MORANDI, Maurizio. *La cittá vissuta: significati e valori dello spazio urbano.* Alínea editrice, Firenze, 1996, pp.124.
[11] RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *A cidade: rumo a uma nova definição.* Afrontamento, Porto, 1994, pp.92.

caracterização do desenho urbano, quer do ponto de vista da potencialização das suas valências patrimoniais, referenciais e qualitativas sobre a cidade. *"Os monumentos existem em referência a contextos rurais ou urbanos onde concretizam a sua dimensão social e cultural, podendo definir a estrutura deste espaço envolvente ou, pelo contrário, serem influenciados por esta."*[12] Daqui se depreende a instituição de uma relação biunívoca entre monumento e cidade, inflectindo na sua mútua estruturação, valorização e instituição de significados.

A consagração patrimonial do espaço urbano e das arquitecturas anónimas, repetitivas e instituidoras de regras e padrões na cidade, elementos de fundo da urbanidade, só se realizou posteriormente à consagração e validação da inegável pertinência dos monumentos, como refere N. Portas (1984). O património urbano surge, numa fase inicial da reflexão sobre o património, por extensão como elemento cenográfico e contextualizador dos monumentos. Ao tecido urbano não se reconhecia a sua autonomia patrimonial, detentora de características morfológicas, funcionais e simbólicas próprias que o determinam como condição de testemunho cultural da cidade, assim como das relações e instituições urbanas. O reconhecimento desse valor histórico, cultural e artístico da cidade processa-se apenas no fim de oitocentos (como será aprofundado no capítulo seguinte) numa perspectiva romântica, historicista e culturalista que nasce igualmente do confronto com o pragmatismo progressista e higienista decorrente da revolução industrial. Face a um contexto de transformação tão acelerado a consciencialização dos valores inerentes aos testemunhos do passado surge associado ao medo da perda de memória e factos referenciais. A posterior emergência dos apostolados modernistas tentou retirar todo o valor à cidade antiga, essencialmente no que toca às características morfotipologicas do seu espaço público, que, a favor de uma pretensa melhoria das condições de vida na cidade, o esvazia da sua importância enquanto espaço estruturante e dinamizador do habitar a cidade.

No entanto, a partir dos anos 60 uma nova perspectiva sobre o espaço público, nomeadamente pelas suas capacidades articuladoras, relacionais e referenciais, retoma perspectivas pré-modernas no modo de encarar o sistema de espaços abertos como factor de composição urbana. Acções como o Maio de 68 em Paris, ou os princípios defendidos pelo Situacionismo francês, retomam a valorização do espaço público na sua mais ampla abordagem relacional. O conceito de espaço público adquire a definição que ainda hoje vigora: espaço de acesso universal e livre expressão, espaço de encontro, confronto e reunião da colectividade. A crítica ao modernismo pretende pôr fim à esterilidade do espaço aberto racionalista assente numa sobrevalorização mecanicista da vida urbana. Segundo Constant (1974), a cidade deveria, na sua estrutura, proporcionar a variação de elementos e uma constante descoberta, quer do meio físico quer humano. Ensaios comos os de Lefebvre, *Direito à cidade* (1968) e *Crítica do espaço público* (1974), apontam essa tendência valorizadora do espaço público e da cidade. Essa retoma a modos pré-modernos de fazer espaço urbano implica não só uma retoma de modos de fazer cidade segundo princípios canónicos, como também a consciencialização sobre os valores intrínsecos à cidade consolidada existente, nomeadamente do valor dos seus espaços públicos.

A exigência colectiva por uma maior qualidade do ambiente urbano surge das mais diversas frentes: da necessidade de resposta a novas lógicas de organização espacial e funcional da cidade; da necessidade de renovação e integração de áreas degradadas; da resposta a uma nova consciência cultural; da revitalização de

[12] TOMÉ, Miguel. *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. FAUP publicações, Porto, 2002, pp.87.

áreas centrais ou determinantes para o funcionamento do sistema urbano; da competitividade entre centros urbanos; da necessidade de conservar a cidade existente e agarrar periferia.

O espaço público de padrões canónicos assume-se como elemento fundamental na construção da identidade e imagem da cidade, acrescendo-se ainda o papel de elemento estruturante e vertebrador do território urbano. O espaço público é entendido como o grande ligante da cidade: ligante não só do ambiente físico, mas igualmente do ambiente humano permitindo habitar, usar, percorrer e estabelecer escalas relacionais. A qualidade do espaço público encontra-se directamente relacionada com a qualidade do planeamento global da cidade já que depende das medidas e interacções entre as políticas desenvolvidas pelos diferentes intervenientes na cidade (poder municipal, poder metropolitano, poder privado e grupos de pressão cívica), assim como do controlo sobre os interesses aí gerados.

A abordagem da cidade antiga através dos seus espaços públicos implica a compreensão, não só das suas especificidades compositivas, através dos factores qualitativos que participam na sua construção física, como da sua relação sistémica com a globalidade da cidade. Desse modo, é possível verificar a sua peculiaridade e influência, assim como aferir acerca dos erros e fenómenos que participam na sua descaracterização.

O espaço público não pode ser reduzido à ideia de superfície sobre a qual se constrói a cidade. Segundo Secchi (1986) o solo urbano não se deve circunscrever a um somatório de categorias desconexas: funções, usos e significados, redução a um mero suporte amorfo ou elemento métrico e quantificável. Estes espaços resultam e participam nas dinâmicas de um conjunto sistémico que constrói uma realidade particular. A consideração do espaço público deve incorporar à sua dimensão física, segundo Cullen (1966), a experiência pessoal, favorecendo a concepção poética da cidade. Este deve deixar de ser uma sucessão de descrições e explicações sobre o existente, um mero suporte físico e ambiental, para ser entendido como contentor de múltiplas visões e experiências que se integram na globalidade dos sistemas e processos dinâmicos subjacentes ao desenho urbano. Por outro lado, Bacon (1967) completa o anteriormente exposto apontando que a cidade se entende a partir da sua complexidade física sem perder a consciência das sucessivas operações que a produziram. Compatibiliza-se aqui a dimensão física, a dimensão experimental e relacional a par de uma outra histórica e memorativa. É esta última que se constitui como elemento forte de distinção da cidade antiga face à globalidade do sistema urbano. A definição dos componentes que participam na construção do espaço público deve ser sempre referida a um tempo específico na história, o que implica a aceitação da evolução e transformação física dos espaços a par do seu entendimento pelo cidadão que os usa. O espaço público encontra-se permanentemente sujeito a (re)avaliações e renovações por parte da comunidade que este serve e suporta.

De acordo com a classificação que Brandão Alves (2003) faz sobre os espaços da cidade canónica, estes podem dividir-se em diferentes tipos nos quais se incluem espaços de lazer, competição e espectáculo, espaços para actividades culturais e recreativas, espaços de reserva e desafogo, que nesta dissertação são reunidos e sintetizados sob o conceito de espaços de uso variável.

Estes espaços são, muitas vezes, tidos como áreas de reserva e desafogo constituindo-se como um instrumento de prevenção no futuro da cidade. Incluem assim potencialidades subjacentes à necessária suturação, articulação dos tecidos, construção de equipamentos, ou então de espaço público de suporte a

actividades latentes, cíclicas e espontâneas ligadas a rituais ou a fenómenos de apropriação quotidiana. Esta última vertente ligada a fenómenos de apropriação, a mais relevante no âmbito da dissertação, possibilita a instalação de actividades nómadas como tendas de recriação, circos, festejos, feiras, jogos, espectáculos ao ar livre, etc. Resumindo, uma parafernalia de situações subjacentes ao contexto concreto demonstrando uma particular dinâmica cultural e cívica da comunidade. Contudo, é necessária a sua identificação e compreensão dentro do sistema de espaços abertos da cidade, aferindo sobre as particularidades dos seus factores quantitativos, temporais, qualitativos e de localização. Esses espaços de uso variável possuem dimensões, localização, caracterização e equipamentos (infra-estruturas), capazes de suportar a variedade de funções a si destinadas, assegurando simultaneamente a continuidade física e funcional com o meio ambiente envolvente.

O aproveitamento destes espaços implica o despoletar de uma maior diversidade no desenvolvimento de actividades nómadas, assim como uma maior variedade nas possibilidades de uso e apropriação quotidiana. Como refere Isabel Guerra (2000), o pensamento sobre a cidade e os seus espaços tende a valorizar os grandes movimentos e as grandes funções urbanas esquecendo a escala temporal e geográfica da vida quotidiana. O urbanismo deveria incluir a cidade quotidiana como lugar civilizacional, de cultura e encontro, respondendo aos modos de vida quotidiana na sua diversidade. Do mesmo modo, o campo da intervenção sobre o património que deveria integrar nas suas preocupações, não só a base física e espacial desse quotidiano entendida como facto físico patrimonial, mas também os hábitos, usos, apropriações e actos espontâneos do quotidiano. Estes últimos são eles próprios expressão de uma extensa e prolongada sedimentação cultural.

A não contemplação do quotidiano nos processos de planeamento e intervenção urbana reflecte-se, pelo menos no contexto urbano europeu, num progressivo abandono do espaço público e da cidade antiga, sendo que, a vida colectiva se completa muitas vezes fora do solo público. Este acto é concomitante com a desagregação dos modos de vida urbanos e o consequente desmantelamento dos seus valores, imagens e significados. A absorção de estruturas simbólicas por entidades privadas acentua a subversão dos valores intrínsecos à expressão plástica dos factos físicos que se intensifica ainda mais com monumentalização e artificialidade de grandes equipamentos privados, como os grandes centros comerciais, instituidores de um espaço colectivo, muito longe da liberdade e possibilidade de apropriação e variação subjacente aos factos públicos. Assiste-se na cidade ao uso dos suportes que exaltam uma crescente ambiguidade entre as funções e a manifestação espacial e formal da construção. F. Choay (1979) define este tipo de configurações espaciais segundo um princípio de «redução semântica» dos espaços urbanos. Os espaços deixam de possuir um referente local ou global e os signos a si associados passam a desempenhar uma função móvel, desvinculada do lugar e dos seus elementos.

Daí ressalta a urgência e importância subjacente à intervenção e regeneração dos centros e áreas antigas. A questão dos valores patrimoniais introduzida por Aloïs Riegl (1903) sobre os monumentos, assim como a questão das categorias de classificação, podem à luz da actual compreensão e reflexão mais extensiva sobre o património, englobar factos arquitectónicos e urbanos, chegando mesmo a incorporar uma dimensão intangível que inclui ritos, práticas e hábitos comunitários. Abranger-se-iam não só os factos físicos presentes na cidade como a sua intrínseca dimensão relacional, incluindo processos de produção, ocupação e apropriação do

espaço, o que, como se verá mais adiante, pode contribuir para a patrimonialização de processos, ritos e factos associados à produção do efémero.

A inclusão do quotidiano implica ainda a compreensão da aptidão dos espaços públicos enquanto lugares de encontro. Essa capacidade é inerente às características físicas do espaço, assim como ao seu valor de referência urbana conjugando uma série de valias cujo significado abrange parte significativa da população. As áreas antigas, e os espaços de uso variável assumem plenamente essa condição. No entanto, a sua relação com o restante organismo urbano deve possibilitar o acesso, abertura e equidade, permitindo que este funcione numa permanente relação de intercâmbio. "*Os encontros acidentais são produzidos pelo carácter da acessibilidade urbana. Uma das consequências da densidade e da adjacência nas cidades é um contínuo pôr à prova da acessibilidade.*"[13] Um dos direitos à cidade identificados por J. Borja (2003) aponta a importância da acessibilidade, pois é ela garante da democratização do espaço e garante das dinâmicas e funcionamento da cidade. A universalização do acesso ao centro, encurtando distâncias e evitando a sua congestão, permite que a comunidade e os seus espaços de encontro e respectivos símbolos se aproximem, reforçando a manifestação de uma cultura urbana e a expressão de cidadania.

Os espaços de uso variável ao incluírem a festa ou outro tipo de fenómenos cíclicos instituem-se como lugares de realização e afirmação da memória colectiva. Porém, na cidade contemporânea esse tipo de fenómenos é substituído ou travestido em actividades de lazer que, em vez de apelarem ao encontro, confronto e união, se constituem como factores de dispersão e isolamento.

Estes lugares exprimem parte da imagem e identidade urbana reconhecível não só pelos seus habitantes mas também a quem a visita ou frui. Espaços como os da realização de mercados, feiras, romarias ou outros grandes eventos podem, no entanto, balançar entre a ideia de lugar e não lugar. A circunscrição da actividade a um tempo específico e delimitado, a qual corresponde a um amplo reconhecimento e uso intensivo é contrabalançado por um momento de desactivação. A consideração do quotidiano sobre a sua formalização e dinamização, ainda que com um grau de abrangência reduzido, implica eliminação de uma compreensão destes como espaços marginais face a lugares urbanos prevalentes e de uso permanente. Os espaços de suporte a estas actividades são tendencialmente transferidos a áreas periféricas, uma vez que a urbanística e a implementação de desenho urbano têm dificuldade em lidar com o seu nível de incerteza. Essa transferência implica não só a perda da sua capacidade dinâmica, por relação aos factos envolventes e suporte espacial de referência, mas implica também a perda de dinâmicas constantes e cíclicas intrínsecas às áreas antigas. Os mercados, por exemplo, suportaram constantemente essa tendência de afastamento passando de actividade consagrada sobre uma tipologia espacial urbana para uma tipologia arquitectónica autónoma. Os espaços onde estes se encontravam na cidade implicavam, além da matriz espacial e da complementaridade com arquitecturas da envolvente, a construção em seu redor de determinado tipo de equipamentos que suportam e qualificam a actividade comercial como pórticos, monumentos, poços, fontes, etc. e cujo uso era adoptado, ainda que com diferentes níveis de apropriação, pela vida quotidiana. A importância do seu espaço sobre o

[13] SORKIN, Michaes. *El trafico en la democracia. In* Quaderns

conjunto espacial da cidade era proporcional ao modo como estas se integram na vida urbana e relevância do evento na vida económica e social do meio.

A inclusão do quotidiano e do conjunto dos seus eventos programados ou espontâneos implica a inclusão de incertezas e capacidades de mutação sobre o desenho urbano. Urge incluir a variabilidade de usos, de significados e no tempo (quer ao longo do ano, quer na sua variação diária). Os espaços públicos de uso variável permanecem assim numa dualidade: entre uma conformação espacial fixa, assente na configuração formal/perene, e a multiplicidade de ser outros, assente numa pré-disposição à transformação momentânea derivada das pessoas e dos mecanismos do efémero. Há uma dualidade sobre as suas dimensões enquanto espaço de mediação e espaço de conflito resultante dos factos físicos e humanos participantes na sua variabilidade e mutação.

Mas como é que a cidade canónica incorpora nos seus valores essa variabilidade?

O significado das formas urbanas e arquitectónicas não surge como facto encerrado e perene, estes mesmos valores são passíveis de serem revisitados, (re)avaliando-se a sua validade e pertinência dentro da cidade. A variabilidade dos usos e apropriações, variando o espaço entre aquilo que é e a possibilidade de um outro, não implica a perda dos valores inerentes à sua espacialidade e linguagem plástica. Estes momentos implicam antes uma avaliação e teste de valores explícitos na forma e implícitos nas suas capacidades latentes. Os espaços da cidade histórica, apesar de consolidados, são mais susceptíveis a estes fenómenos de avaliação e transformação semântica e funcional, dada a sua solidez significativa de base patente nos factores qualitativos que a constroem.

A cidade histórica, na sua forma e espacialidade canónica, é caracterizada por um contínuo de espaços definidos pela massa construída, enquanto que a cidade moderna baseia a sua construção em organismos arquitectónicos autónomos geradores de um imenso vazio. O vazio não empresta à comunidade a mesma latência de usos urbanos, por outro lado, é a definição inerente aos espaços abertos da cidade consolidada que excita e despoleta fenómenos de transformação compatibilizando-se com a variedade. A diversidade tipológica de espaços construtores da cidade, assim como a clareza na instituição de fronteiras entre público e privado reforçam a dimensão pública inerente à cidade antiga que se reflecte na sua capacidade e pré-disposição ao desenvolvimento de actividades colectivas.

A caracterização dos dispositivos de organização e expressão espacial (pavimento, vegetação, mobiliário urbano e elementos de apoio) infere em modos específicos das suas capacidades relacionais e de variação. Em espaços como a *Piazza del Campo* em Siena, ou *Piazza San Marco* em Veneza, o valor dos seus elementos físicos é, pela sua qualidade e valor documental e histórico, uma importante valia na sua condição patrimonial, referencial e memorativa. A qualificação conquistada nas sucessivas intervenções é, como refere Bacon (1967), motivo de enriquecimento da dimensão física, simbólica e referencial do espaço e base de valores latentes e expectativas que possibilitam a variação. A força da imagem da *Piazza del Campo*, não impede a realização das corridas ou um uso quotidiano livre no interior da sua forma. O mesmo se processa na escadaria da Praça de Espanha em Roma, onde a configuração do lugar, a sua riqueza formal, perspectica e relacional incita ao encontro, ao casual e à variação, retirando partido do seu elevado conteúdo formal e memorativo para a consagração do seu quotidiano.



2.1 Praça de Espanha, Roma. Os mecanismos arquitectónicos como dispositivo para o encontro, confronto, observação e exibição dos cidadãos na cidade.

As relações com a envolvente nos grandes espaços abertos, com pré-disposição à variabilidade, acentuam fenómenos decorrentes da sua articulação e dinâmica envolvente. Entre a rua e o espaço amplo (praça, rossio, campo) desenvolvem-se relações de dinamismo/pausa, de abertura e relação perspetica/encerramento. O dinamismo do acesso, chegada, acentuada na perspectiva, assim como nos atravessamentos, constrói-se de modo particular na cidade antiga, sendo que, na cidade moderna estas relações são esquematizadas, quando mesmo inexistentes, devido à autonomia dos seus organismos arquitectónicos e impossibilidade de espaço no vazio entre si gerado.

O sistema perspéctico surge, na cidade antiga, como importante facto da composição urbana, determinando a singularidade dos espaços acentuando e enriquecendo fenómenos relacionais. A reunião ou encontro dos cidadãos aparece, modo geral, associada à existência de um ponto focal/perspectico ou à pontualização num espaço aberto.

O espaço urbano na cidade antiga encara-se como lugar produto/representação da cidade oferecendo possibilidade de expressão às suas actividades, dinamismo cultural, económico e social, assim como possibilidade de representação do quotidiano.

2.1.4 Espaço público e manifestação de cultura

De entre os espaços que formam o sistema de espaços colectivos existem uns que, pelas suas características, são mais propensos à manifestação de cultura exprimindo usos e apropriações próprios ao contexto em que se encontram. Todavia, estes não se devem consagrar como museus ou salas de espectáculo, o seu estado mais corrente é o de **latência**, despoletando fenómenos e funcionando ocasionalmente como espaço de manifestação.

Mas poderá o quotidiano conferir uso e ocupação a esses elementos?

No que se refere à dimensão do espaço urbano, enquanto lugar de manifestação cultural, ele poderá caracterizar-se a partir da sua potencialidade e capacidades subentendidas na sua matéria. Por ambiente potencial poderá entender-se o ambiente físico capaz de desencadear acções e interpretações a partir do seu material construído. Segundo M. Morandi (1996) um projecto, uma obra arquitectónica ou urbana, é somente um **ambiente potencial** capaz de despoletar determinados fenómenos funcionais e significativos. O ambiente não

se encontra assim determinado e encerrado na sua construção física, o ambiente é um motor de apropriações e interpretações por parte do usuário. No caso dos factos urbanos é o cidadão que lhe confere valor e determina ocupação. Existe assim, subjacente aos factos urbanos, um permanente estado de latência que necessita de forças de activação. A emergência de valores inerentes à matéria mas não explícitos, parte da capacidade potencial intrínseca ao espaço, a sua capacidade de sugestão, esperando reconhecimento por parte do cidadão. A latência pode ser acelerada ou atrasada de acordo com as alterações físicas e sociais da envolvente.

Contudo, essa activação encontra-se dependente das características de um **ambiente influente** que impõe a necessidade de reconhecimento sobre as capacidades de sugestão do espaço, permitindo que a versão do ambiente potencial seja adoptada de modo manifesto ou implícito pelos utentes. Este ambiente influente é passível de possuir diferentes valores (comercial, cívico, político, lúdico e memorial), tantos quanto as relações desenvolvidas e proporcionadas sobre o espaço público. Os ambientes influentes podem-se organizar de acordo com uma complexa rede de hierarquias, valores e padrões de comportamento dentro de uma mesma cidade. A diversidade dessa rede corresponde à mesma variedade de grupos e indivíduos que compõem a sociedade.

O enquadramento de manifestações culturais no espaço urbano consagra valores subjacentes à **variabilidade** e **reversibilidade** exigindo ao espaço a capacidade de garantir um tipo de ocupação progressiva ou cíclica. Isto é, um tipo de ocupação ajustável no espaço temporal (ao longo do ano e do dia, dependendo da dinâmica intrínseca ao meio), proporcionando no tempo variação do tipo de actividades e adequação à dimensão do grupo a que se destina. Existe uma variação anual referente à realização de grandes eventos com alargada participação por parte dos elementos da comunidade. Por outro lado, encontra-se uma variação com incidência diária correspondente ao quotidiano e a um grupo menor de indivíduos, por vezes facilmente delimitável e caracterizável, que o usa espontaneamente.

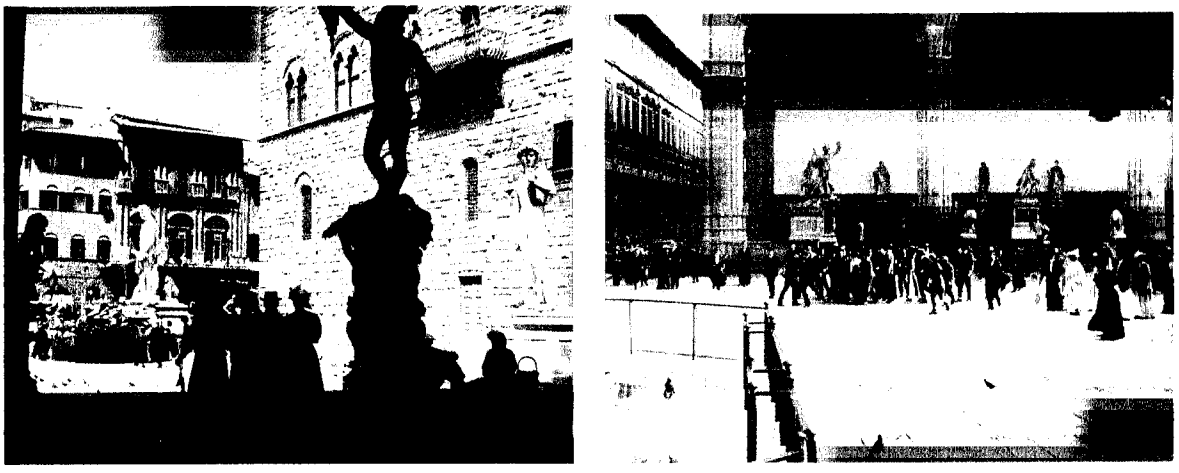
Estas variações subjacentes ao espaço público partindo do reconhecimento que lhe é atribuído inferem nos valores e modos de apropriação que se geram sobre este. Assim, o ambiente influente determina não só o uso, como determina parte importante do seu significado que se estende para além da expressão física inerente aos factos urbanos. Um mesmo espaço, com a mesma potencialidade e valor latente, em ambientes influentes distintos (ambientes culturais diferenciados), implica uma diferente apropriação espacial e atribuição de significados.

É a partir deste tipo de relações e de sequências de interpretação dos fenómenos espaciais que o ambiente, o lugar, actua como elemento gerador do espaço existencial, confrontando factores físicos e psíquicos. O espaço de identificação colectiva é entendido como resultado da "*apropriação por parte do homem, de um mundo e logo de uma identidade.*"[14] Enquanto lugar da manifestação cultural da cidade, o espaço público reflecte a profundidade que constitui e caracteriza a cidade. Não se fala apenas da expressão cultural de acontecimentos mas da variedade de factos que caracteriza a comunidade, as suas instituições, os seus espaços e o seu modo de estar e se apropriar destes.

Na Florença do renascimento, a encomenda de obras de arte destinava-se não só ao enriquecimento de galerias privadas, onde o acesso seria condicionado, mas também ao enriquecimento do espaço colectivo

[14] NORBERG SCHULTZ, Christian. *L'abitare*. Electa, Milano, 1984.

urbano. Cada família, na sua disputa por estatuto urbano e político, encontrava na arte e na cidade um veículo para o reconhecimento da sua importância. O espaço urbano, no seu enriquecimento pela arquitectura e peças de elevado valor artístico, submetia-se a lógicas de representação das famílias que patrocinavam a encomenda. O espaço da cidade desenvolve-se assim como lugar da representação, lugar de confronto de ideias e ambições. As Loggias florentinas, concebidas como extensões dos palácios sobre o espaço público, disponibilizavam espaços exteriores de apoio à representação. Estes mecanismos permitiam aos seus mecenas disponibilizar as obras de arte à cidade (demonstrando riqueza, poder e cultura), ao mesmo tempo que detinham um palco privilegiado para a sua representação e participação na cidade.



2.2. Piazza della Signoria. 2.2.1 Vista da praça desde a Loggia. 2.2.2 Vista da Loggia Dei Lanzi desde a praça.

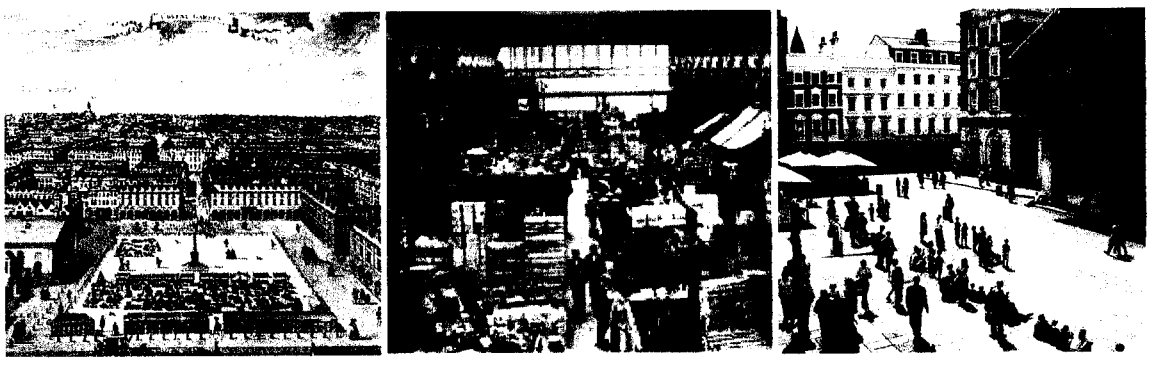
Exprimem-se valores próprios de uma cultura urbana e social que obviamente se revelam sobre o espaço público. O ambiente influente determina o conjunto das atitudes culturais sobre a cidade estabelecendo modos de construção e formalização das suas estruturas físicas. A exploração e ampliação dos valores latentes permitem a abertura de leques interpretativos criadores de disponibilidade à variação e versatilidade de uso. O espaço público desempenha assim funções vitais na manifestação de uma cultural urbana, exprimindo condições próprias da existência da comunidade.

A discussão em torno da importância inerente ao espaço público aparece ciclicamente na história da cidade, sendo, de modo geral, reflexo de períodos em que a cidade se coloca em risco, como sugere Borja (2003). Os períodos de crescimento e desenvolvimento económico e urbano têm tendência a enfatizar a forma arquitectónica, geralmente autónoma, procurando objectos passíveis de se transformarem em ícones. Contemporaneamente os espaços da cidade, ou os acontecimentos que nele têm lugar, especializam-se dando lugar a fenómenos de segregação social e zonificação funcional. A especialização funcional dos lugares e a perda de importância dos acontecimentos públicos contribuem deste modo para a perda de qualidades de auto-representação dos cidadãos e da própria cidade. Como exemplo, pode-se referir o grandioso desenvolvimento económico e urbano consequente à revolução industrial que desenvolveu inúmeros ícones, organismos arquitectónicos e simbólicos autónomos, e que, através do desenvolvimento de novas tipologias, permitiram construir organismos especializados que encerraram funções anteriormente inerentes ao espaço público. Todos os programas que se retiraram do espaço público urbano, por razões higienistas, de segurança, de moral ou de

ordem pública, eram programas que constituíam parte importante da diversidade urbana. A sua especialização, ora alheou os espaços da cidade da sua vivência, ora os elitizou, determinando fenómenos de segregação por intermédio do condicionamento do acesso aos lugares de manifestação cultural.

Neste ciclo de transformação poder-se-á referir o fenómeno de evolução das praças maiores espanholas. Estas tornaram-se progressivamente em organismo exclusivos face à envolvente urbana dando posteriormente origem a estruturas especializadas que continham parte das suas manifestações como as praças de touros, ou os salões de festas da aristocracia e posteriormente da burguesia. A especialização dos espaços e das suas actividades com consequente afastamento do "público" surge primeiro como modo de consagração de uma actividade. Existe nesta tendência a necessidade de demonstrar ordem sobre a cidade, as suas actividades e os seus cidadãos.

A tendência de afastamento da dimensão pública é constatada pela proliferação de novas tipologias como as galerias comerciais, mercados, pavilhões de feiras, edifícios de espectáculo, praças de touros, etc. O acelerado desenvolvimento da indústria e do comércio especializa actividades tão caras à vida e convivialidade urbanas como as feiras. Anteriormente realizadas sobre os espaços livres da cidade, estas passam a desenvolver-se em complexos autónomos que se institucionalizam como monumento. Os pavilhões de Les Halles em Paris ou o edifício de Covent Garden em Londres são, pela retórica das suas formas, os novos monumentos da cidade. Exprime-se um novo passo no avanço da cultura urbana, tal como acontece com a construção dos museus e posteriormente com os cinemas, as galerias comerciais, os pavilhões multi-usos. O edifício de feira de Albacete (1783), analisado por Bonet Correa, transporta para o seu interior referências tipológicas do espaço da feira na cidade: a sua organização a partir de ruas, a construção de casas de feira, a referencia do esquema em função de um espaço aberto central.



2.3 Covent Garden, Londres, três fases da sua evolução. 2.3.1 Vista da Praça urbana rodeada por edifícios regulares cujos porticados oferecem mecanismos de suporte e protecção ao vazio central. 2.3.2 Interior do mercado construído no centro da antiga praça. 2.3.3 Com a transferência do mercado em 1974 o edifício e espaços envolventes dão lugar a um novo centro cívico da cidade conjugando comércio, cultura e lazer.

A perda de valor de espaço público em relação a determinadas actividades afecta as suas capacidades enquanto lugar de manifestação e representação de cultura. A redução da sua polivalência e o desenvolvimento de factos especializados implicam uma perda quantitativa e qualitativa dos elementos que o caracterizam. O desenho da cidade e dos seus espaços públicos exprime constantemente a procura de novas lógicas e possibilidades de uso, que se evidenciam nos seus espaços, determinando as metodologias de intervenção

sobre estes. Novos determinismos ou ambições culturais da urbanidade reflectem-se sobre o reconhecimento, apropriação e logo nos modos de intervir sobre o existente.

Existe no desenvolvimento da urbanística, desde a revolução industrial, uma tendência para a dispersão, acentuando problemas sobre o material contido na cidade histórica. Ainda que no século XIX a cidade se continue a construir a partir do seu espaço público encontra-se, nessa nova cultura urbana, uma tendência para a procura de novos modelos espaciais. A cultura do século XX, vacilando entre a modernização e conservação patrimonial (o medo da perda da memória e referencias culturais), procura modelos de uma escala mais vasta. Contrapõem-se tendências tão díspares como as defendidas por Sitte ou Le Corbusier, que no fim de século se encontram ainda no pensamento conservador e revivalista dos irmãos Krier e na cidade genérica de Rem Koolhaas. Apresentando-se a cidade contemporânea como tendencialmente amorfa, fragmentada, dispersa e informal, exige-se a redefinição dos espaços públicos urbanos não só nas áreas em crescimento mas também nos centros consolidados.

A transformação global da cidade repercute-se sobre os núcleos centrais e antigos. A pressão de determinados usos, terciarização do tecido edificado e excesso de tráfego, em oposição ao esvaziamento da cidade por parte de outros, habitação e extensão do habitar sobre o espaço público, provocam desequilíbrios que se repercutem ao nível das dinâmicas dos próprios espaços colectivos. Esta alteração funcional e sistémica dos núcleos centrais e antigos exige que, a uma efectiva intervenção sobre o material edificado, se proceda à (re)avaliação dos valores de espaço público. Uma (re)avaliação do seu papel ao nível das relações, da organização dos sistemas e da sua efectiva relevância enquanto referência e património, procurando a redefinição do desempenho dos espaços públicos da cidade existente no seu novo contexto territorial e metropolitano.

Além da localização e abrangência sobre o reconhecimento da sua matéria, os espaços de uso variável são elementos determinantes na construção da identidade urbana. A densidade do material, informação e memória sedimentados ao longo da sua história, longa e curta[15], estabelece-os como lugares: lugares de referência na cidade, na comunidade e no tempo. "*O espaço público tem também uma dimensão sócio-cultural. É um lugar de relação e de identificação, de contacto entre as pessoas, de animação urbana e às vezes de expressão comunitária.*"[16] Segundo A. Vidler (1992) é a imagem da cidade, a dos seus espaços públicos significativos, que permite aos cidadãos identificar-se com o passado e presente como uma entidade cultural, política e social. Deste modo os espaços públicos, à semelhança dos monumentos, consagram-se pelo seu carácter referencial e institucionalizador de lugar.

Em Siena, a Piazza del Campo é o espaço central das dinâmicas urbanas estabelecendo-se como ambiente forte e influente na sua vida comercial, cívica e governativa, assim como lúdica e memorativa. A continuidade do seu uso, da manutenção de dinâmicas próprias e da conservação dos elementos caracterizadores do espaço, que sustentam um modo próprio de apropriação do espaço por parte da comunidade, permitiram a validação permanente da sua importância e valor referencial. Por outro lado, a Place des Voges em Paris, pelas alterações provocadas sobre a disponibilidade do seu grande espaço central e pela extinção das instituições que a

[15] Por história longa e curta, entende-se, a história relativa ao tempo da humanidade e a relativa ao tempo do indivíduo.
[16] BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, Março, 2003, pp. 46.

dinamizavam, perde a sua capacidade de influência. Tendo surgido como praça de representação do poder real e cenário das suas manifestações e espectáculos perdeu parte da sua influência encontrando-se num estado de latência. A transformação do seu espaço central em jardim impossibilita que a praça se dinamize, através da activação do espaço central, como grande plataforma de encontro e manifestação de cultura urbana. O seu carácter actual aproxima-se mais das *squares* londrinas, ligadas a programas residenciais, do que ao de uma praça urbana com elevada potencialidade de promoção de encontros. O valor uso proporcionado por estes ambientes urbanos é assim facto interdependente da forma da cidade, das instituições aí presentes e de uma cultura e modo de viver a cidade.

Pressupondo o espaço público como domínio público, uso social colectivo e capacidade de estabelecer relação entre a complexidade de sistemas da cidade, é implícita a sua consagração como facto polivalente e variável, permitindo no seu interior uma abrangência mais vasta possível. Como lugar de relação e manifestação é imprescindível que o espaço público possua qualidades formais como a continuidade dentro do espaço urbano e a faculdade de se estabelecer como factor ordenador do mesmo. Como agente ordenador, este possibilita a sua valorização enquanto elemento aglutinador e de referência, tanto ao nível dos factos humanos como físicos que constroem a cidade. Por outro lado, a desejada continuidade sobre o espaço público urbano facilita a relação de sistemas aumentando o reconhecimento e eficácia do espaço público como artefacto comunicacional. Um espaço de referência na cidade, pode desenvolver-se muito mais ao nível das dinâmicas e influências na mesma proporção em que a relação entre este espaço e os envolventes seja mais contínua.

O desenvolvimento e activação dos fenómenos de expressão cultural em espaço público encontram-se intimamente ligados à qualidade da globalidade do seu "cenário" urbano. Factores como continuidade, centralidade e amplitude do reconhecimento da imagem e capacidade simbólica dos ambientes urbanos determinam o seu nível de uso e a capacidade de influência do espaço sobre a cidade e a sua vida. A organização morfológica e semântica do espaço resultam de uma relação dialéctica entre estes e o conjunto de comportamentos e sensações proporcionados pelo espaço a partir dos quais se atribuem significados, reconhecimento da matéria e se estabelecem modos particulares de apropriação. Diferentes contextos ou momentos culturais têm obviamente distintos modos de conceber cidade e de viver os seus espaços e, como tal, de lhe atribuir significado. "*Um espaço incorpora em si uma série de possíveis interpretações e estas variam de acordo com as concepções culturais de quem o percorre e o usa.*"[17]

2.1.5 Espaço público como base de expressão da comunidade urbana.

Segundo a linha de pensamento de Oriol Bohigas (2003) **o espaço público é a cidade**. À valorização do espaço público na cidade há uma necessária exigência em consagrar o seu protagonismo social e estético na urbe. A intervenção sobre a cidade necessita assim de frentes metodológicas de projecto em que se acentue a importância da forma urbana para a vida e representação da colectividade e que simultaneamente ordene o espaço público como factor de aglutinamento social e criador de identidades. O afastamento da intervenção na

[17] MORANDI, Maurizio. La cittá vissuta: significati e valori dello spazio urbano. Alinea editrice, Firenze, 1996, pp. 31.

cidade destas duas frentes metodológicas, procurando uma suposta cidade radicalmente livre, como a cidade construída a partir das premissas enunciadas nos manifestos e ensaios modernistas, levou à instituição de uma cidade sem forma, sem bairros, sem ruas, sem praças. Quando se enunciam estes conteúdos formais e espaciais eles não se referem unicamente ao valor físico da construção da cidade mas, e de modo acentuado nas áreas antigas, ao reconhecimento destas enquanto entidades sociais se não mesmo existenciais ou metafísicas. A cidade afastou-se de modos ancestrais de organização e reconhecimento, patentes na cidade antiga, destruindo factores importantes de relacionamento e organização do quotidiano. A própria cidade antiga no modo como se transformou, principalmente no campo dos usos, tem vindo a perder parte importante dessas suas capacidades.

Intervenções acríticas e inconscientes sobre áreas antigas da cidade, não só descaracterizam esteticamente os seus espaços públicos, como introduzem transformações capazes de destruir qualidades de relacionamento e vida urbana. A alteração de funções, remetendo para a alteração do uso e apropriação dos espaços de representatividade podem, segundo M. Morandi (1996), influir mais sobre o património urbano que a alteração física de um elemento significativo.

Hillier (1987) consagrara já a cidade como representação, expressão concreta da comunidade e dos seus sistemas, revelando a cidade, nomeadamente o conjunto dos seus espaços públicos, como reflexo da dimensão antropológica e cultural dos seus habitantes. O espaço público é o **lugar da representação**, aquele em que a sociedade se faz visível através das mais diversas manifestações da vida (política, religião, sociedade, cultura, etc.). J. Borja (2003) acrescenta ao discurso sobre o espaço público uma dimensão cívica. O espaço público não pode ser entendido como um resíduo entre as construções que povoam a cidade e muito menos como um vazio considerado público assente exclusivamente em valores jurídicos.

Da matéria que constitui o espaço público e da sua disponibilidade para o uso falou-se da predisposição do espaço sob valores de potencialidade, mas pode-se também referir a um espaço público cidadão. Assim, ao espaço público potencial, espaço residual, vazio entre a complexidade de construções que configuram a cidade, poder-se-á acrescentar o conceito de um espaço público cidadão: "*espaço efectivo de representação e construção da colectividade*"[18].

O espaço público é não só o lugar de relacionamento da complexidade de factos que compõem a cidade como, a partir deste pressuposto, se assume, segundo T. Czamowsky (1991) como **artefacto comunicacional.** "*Deste ponto de vista a sociedade, ou cultura, é tida como sendo «pessoas em comunicação», o que é simultaneamente uma das grandes características da cidade – e uma das explicações para o seu crescimento fenomenal – é a sua capacidade única de servir como ponto nodal para comunicações regionais e, internamente, providenciar acesso físico a redes de contactos e de trocas.*"[19] Sobre o espaço público debruçam-se áreas tão díspares como: a psicologia comportamental, a linguística, a biologia, o planeamento urbano; sendo comum entre todas elas o termo *comunicação* invocando o interesse comum aí presente, estabelecendo ligações entre os indivíduos e ainda fomentando fenómenos e compromissos de desenvolvimento. A

[18] BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, Março, 2003, pp. 15

[19] CZARNOWSKY, Thomas V. *The street as a comunication artifact. In* ANDERSON, Stanford. *On Streets*. The MIT press, Cambridge Massachusetts, 1991, pp. 207.

comunicação estabelece o tipo de conhecimento celebrado entre o homem e o ambiente envolvente, quer se trate do ambiente natural ou construído. No fundo, a cidade pode ser entendida simultaneamente como artefacto comunicacional, uma vez que ela expressa determinados modos de entender e estar no mundo, e como meio para a comunicação, pois é nos seus espaços e forma que os indivíduos se relacionam.

Herzog (1990), ao falar de um novo entendimento sobre os museus contemporâneos, indica que estes, à semelhança da cidade, são estruturas híbridas constituindo-se como espaços para comunicação e contemplação. Mas a noção de contemplação, ainda que presente na cidade e explorada na incessante procura do belo, pode ser perversa. A excessiva valorização da imagem conduz à noção de cidade museulógica, em que a comunicação se reduz aos valores contidos nos factos materiais urbanos e não ao princípio de troca biunívoca entre cidadãos e ambiente. A sobrevalorização do valor estético e artístico da cidade implica a cristalização dos factos arquitectónicos e urbanos quebrando a necessária **relação dialéctica entre meio e indivíduo** que permite não só a evolução da cidade como a instituição de um reconhecimento e vivência urbana mais profundo e significativo.

As tecnologias actualmente presentes no espaço público e privado permitem o desenvolvimento de comunicação remota entre os membros da sociedade, eliminando a contingência dos relacionamentos a um espaço físico e logo da presença física dos indivíduos, constituindo-se eles próprios como "espaço público" virtual. Porém o espaço público (físico/urbano) permanece como indutor da comunicação onde se pressupõe a experiência entre os membros da sociedade e simultaneamente a experiência física entre o indivíduo e os factos materiais que caracterizam o ambiente. Os processos de comunicação são fenómenos essencialmente públicos que reclamam a presença física dos interlocutores possibilitando a experiência do gesto, da cor, da temperatura, do espaço, da distância, etc.

O espaço urbano possui a capacidade de preencher e despoletar fenómenos de comunicação garantindo condições de acessibilidade, possibilitando encontro e confronto de um amplo número de indivíduos, e um conjunto de características materiais que qualifiquem a comunicação. A comunicação estabelecida em espaço público encontra-se sujeita às fragilidades incluídas nas características formais e sociais presentes no espaço. Por exemplo, a excessiva dominância e sentido de pertença de um grupo, patente nos factos físicos e modos de apropriação, pode incutir noutros o sentimento de estranheza ou transgressão. Por outro lado, a falta de referências ou apoios à permanência e ao reconhecimento do espaço por parte do indivíduo, pode desenvolver a sensação de vazio, eliminando a capacidade de relacionamento e de comunicação.

Nas áreas antigas e principalmente no centro histórico, a concentração de material ampliando as capacidades potenciadoras do espaço, acrescentam possibilidades de reconhecimento e logo de estabelecimento de comunicação. Comunicação essa baseada na quantidade de informação contida no material físico que formaliza os espaços, assim como na informação implícita atribuída pelo sujeito ou grupo através do seu reconhecimento sobre o espaço.

Por virtude da multiplicidade de uso e proximidade, o espaço público, pode efectivamente ser considerado como mecanismo capaz suportar uma alargada intensidade e possibilidade de modos de comunicação entre os membros da sociedade. É neste ponto que se colocam os espaços visados por esta dissertação, os lugares de uso variável na cidade consolidada: espaços que fomentam essa capacidade máxima de troca, confronto e

formação dos seus cidadãos tendo por base um ambiente rico em artefactos que permitem o reconhecimento do passado e a continuação e referenciação dos processos de comunicação e troca.

A polivalência em espaço público surge desde logo associado à variedade de relações presentes no espaço, e agora associa-se igualmente à variedade das comunicações aí estabelecidas: comunicação através do património, comunicação da variedade de usos, comunicação entre a variedade de sujeitos que se apropria do seu espaço, comunicação entre o passado e o presente. Como tal, o espaço público deve conter capacidade de manobra para que a colectividade, ou melhor, os grupos que constituem a sociedade, encontre aí espaço para a sua expressão, representação e reconhecimento.

Mas com esta necessária variedade poderá o espaço público conter núcleos especializados?

Ao longo da história das cidades é constante a instrumentalização dos espaços de uso em função de determinados valores: expressão política, económica, religiosa, cívica, etc. Nos regimes autoritários é bem presente essa instrumentalização do espaço e respectivos usos. Encontrando-se por oposição, nos regimes democráticos uma mais ampla abrangência e grau de liberdade sobre o espaço público. A **instrumentalização** do espaço, ou melhor, a excessiva valorização de uma componente espacial (formal, semântica, relacional, funcional), incorre na diminuição das suas capacidades latentes, diminuindo assim a sua pré-disposição à actividade. A valorização de um factor em detrimento de outros anula parte significativa da abrangência do espaço sobre o seu dinamismo junto dos factos físicos e humanos presentes na cidade. Conduz à instituição de modos de comportamento e apropriação, aniquilando a variabilidade de usos e significados. O seu estado latente é reduzido a um conjunto de valores em função do serviço a um determinado fim.

O espaço público, para a sociedade contemporânea, assume-se como **elemento polissémico**, e isto tanto sobre os espaços da cidade antiga como da cidade contemporânea. Um espaço deste tipo encontra possibilidades na sua latência capazes de fomentar a variação de sentidos e apropriações. Esse sentido polissémico, além de intrínseco à condição espacial, pode-se estender aos próprios eventos urbanos. Estes dispõem de vários significados, ou níveis de abordagem, podendo ser tão mais amplos quanto a quantidade de indivíduos envolvidos na sua realização e participação.

O espaço variável e mutável, a partir da condição de polissemia, pode ser um elemento não só de aproximação das pessoas mas também dos diferentes componentes físicos da forma urbana. Pode-se constituir como facto capaz de atenuar descontinuidades sobre a experiência da cidade. Ao sintetizar dentro de si diferentes possibilidades de encontro, de uso e de significado, o espaço concebe-se como extensão unificadora de elementos distintos que participam na cidade. Constitui-se como ponto de suturação na malha física e humana da cidade. O empobrecendo do sentido inclusivo necessário à experiência do espaço público elimina significativamente possibilidades de confronto e encontro entre os membros da sociedade.

Enquanto artefacto comunicacional e território base para a expressão da comunidade urbana, é necessário aferir sobre a margem existente no espaço público para a expressão espontânea e programada. Isto é: *"é preciso saber se tudo aquilo que houve foi projectado ou destino, se o homem construiu segundo os próprios desígnios ou se, pensando fazê-lo, fez algo que já estava dito e decidido."*[20] A partir do material existente no

[20] ARGAN, Giulio Carlo. *Projecto e destino*. Editora Ática, São Paulo, 2001, pp. 12.

conjunto dos espaços da cidade é necessário aferir sobre os usos resultantes do projecto e os usos resultantes da interpretação pessoal por parte do indivíduo. Uma interpretação de usos latentes, contidos nos factos físicos, e de usos resultantes do projecto e processos racionais na consolidação do ambiente físico edificado.

O autor remete o confronto entre imprecisão e racionalismo como um combate de forças travado pelo ambiente natural e o ambiente construído. A transposição dessa luta entre natureza e artifício para o ambiente social reflecte-se em manifestações cíclicas, semelhantes aos ciclos da natureza, que estabelecem ideias próprias de tempo e espaço. As manifestações no ambiente urbano reflectem-se nos tempos que gerem a sociedade assim como nos modos de ocupação do espaço que muitas das vezes não são constantes mas, ao invés, dependentes dos ritmos sazonais.

A ideia dos espaços urbanos como factos polissémicos institui-se como mais valia na valorização do ambiente físico, dos eventos e dos próprios cidadãos. Ao deter vários significados é possível, não só conferir uma maior possibilidade de usos ao espaço, como também outorgar-lhe diferentes alcances atraindo uma amplitude maior de usuários. As políticas de marketing urbano apostam frequentemente na reestruturação do espaço público ou na construção de equipamentos na perspectiva de suporte dos eventos. Mas, e de que modo podem essas intervenções suportar o *"evento do quotidiano"*?

Enquanto factos dinamizadores do meio físico e humano importa aferir sobre a diferença entre evento programado e evento espontâneo. Isto é, entre o grande evento (cíclico, expressão das tradições ou instituições) e o pequeno evento (ligado à vivência e uso quotidiano do espaço público). Enquanto facto contentor de grande dinamismo, as festas surgem como eventos programados e organizados, de acordo com a sua escala e carácter, e onde participam instituições educativas, populares, religiosas, políticas, sindicais, etc.

Por outro lado, encontram-se os pequenos acontecimentos marcantes do quotidiano urbano. Sendo estes resultado da fruição, do ócio, de necessidade de relacionamento, da simples percorrência dos espaços da cidade, determinam parte importante da apropriação e reconhecimento do valor do material urbano. A sua abrangência é geralmente curta, restringindo-se a pequenos grupos e até mesmo ao indivíduo, porém, é este conjunto de eventos que determina a continuidade de uso e de manutenção das condições inerentes ao espaço. Estes pequenos acontecimentos, quotidianos e espontâneos, reflectem modos próprios de ocupação dos espaços intrínsecos a cada cultura constituindo parte do material "genético", de uma base cultural muitas vezes inconsciente, sobre o entendimento da cidade e a colocação do indivíduo perante o ambiente físico e social. Reflectem tradições sobre a ocupação do espaço, demonstrando hábitos resultantes da sedimentação de vivências sobre a cidade. O (re)uso quotidiano do espaço público reflecte práticas culturais ressaltando fenómenos latentes e a descoberta quotidiana da cidade. Sendo a cidade suporte físico da existência é na inclusão destes lugares no quotidiano do cidadão que se potencia o seu uso e o seu valor de facto público e base do relacionamento da comunidade.

O momento evento associa e dinamiza fenómenos de metamorfose e inversão da cidade, alterando a percepção física do espaço, as relações sociais e o estado de espírito colectivo. Ao desenvolvimento da festa na cidade são comuns os estados de excesso, de paródia, transgressão, fantasia, fervor e alegria. Mas hoje o que mais caracteriza a festa é a **conquista do espaço** (abertura, oferta e alteração de uso do espaço urbano) e do **tempo** (desafio às regras horárias e possibilidade de tempo inteiramente livre). O evento urbano é

necessariamente irregular, raro, frágil e impõem-se como fuga possuindo um carácter desregularizador do espaço e do tempo. Ao desafiar a ordem urbana estabelecida propõe-se uma nova ordem momentânea associada a uma lógica própria de fluxos, de pontos focais, de densidades no uso do espaço, de apropriações espaciais e símbolos.

A espacialidade típica do evento urbano é a *Borderline*. De acordo com Guardigli (2004) este estado limite dos eventos traduz-se em duas situações passíveis de verificar nos espaços de recepção aos grandes eventos: a localização em áreas limite da cidade e a realização explorando capacidades limite do espaço.

A localização dos eventos nos limites da cidade em campos, corredouras, terreiros e rossios, aparece como resultado da necessidade de amplos espaços abertos. Encontrando-se geralmente nas franjas da cidade, estes espaços encontram-se igualmente libertos de constrangimentos permitindo o desenvolvimento de práticas, como feiras de gado ou torneios, sem prejudicar necessariamente o normal ritmo da cidade. Estes espaços permitem também criar algum distanciamento de áreas marcadas por outros circunstancialismos, nomeadamente de carácter simbólico ou institucional que comprometeriam os valores associados ao evento. A sua situação periférica, em zonas de interface entre a cidade e o território envolvente, adequa-se à necessária abrangência do evento no que toca à sua esfera de influência. Este é local de encontro das gentes da cidade e do território envolvente, ampliando-se assim o número de participantes e estendendo a repercussão dos valores ou mensagens aí presentes. Ainda hoje, espaços nos limites (que já não são tão claros como na cidade pré-industrial) são usados com base nos mesmos pressupostos de libertação face aos circunstancialismos de áreas mais centrais (problemas de ruído, de ocupação e transformação de pavimentos, perturbação da mobilidade, incompatibilidade entre o evento forma urbana, edificado e usos) assim como pela abrangência pretendida. Eventos como festivais de grande escala (como o são as queimas das Fitas no Porto ou Coimbra em recintos próprios e afastados do centro) ou feiras e mostras (que se deslocalizam progressivamente para fora da cidade). Em Lisboa, os grandes espaços abertos, hoje incluídos na cidade, denotam a deslocalização progressiva das feiras (Rossio, Parque Mayer – onde permanece uma estrutura especializada em espectáculos, Campo pequeno – em que a praça de touros é um resíduo/memória da feira do gado, Campo Grande – onde até recentemente se mantinha um parque lúdico, Odivelas).

Por outro lado, encontra-se o limite como processo de exploração das capacidades do espaço consolidado. Recorre-se à especulação da sua substância e possibilidades latentes desencadeando fenómenos de descoberta sobre o existente. Largos, praças e ruas são usados, pela sua qualidade formal, funcional e semântica, como suportes estimulantes e evocativos para a expressão cultural da cidade no seu espaço público. Os circunstancialismos colocam-se, não como entraves, mas como desafios ao enriquecimento do evento. Os valores sedimentados na cidade são revisitados, reavaliados e (re)usados como factores de acréscimo qualitativo às acções que aí decorrem. O desenvolvimento do evento num espaço rico de valores e matéria arquitectónica permite igualmente ampliar o seu reconhecimento. A associação à matéria urbana e arquitectónica reconhecida e seus factores identitários acresce a abrangência significativa do evento. Por outro lado, a centralidade destes espaços, acessibilidade e facilidade de determinação da sua localização, uma vez que são espaços (re)conhecidos por todos, confere ao evento um estatuto específico. Um estatuto que resulta da relação biunívoca entre evento e espaço permitindo a valorização de ambos os factos. Usam-se assim

espaços centrais que devido à sua qualidade arquitectónica, associação a edifícios marcantes e centralidade, servem de enquadramento às manifestações culturais da urbe. À exploração dos limites está também implícita a exploração de mecanismos efémeros que estendem as possibilidades latentes no espaço. Estes mecanismos permitem completar elementos, colmatar falhas ou carências da arquitectura, ou por outro lado, subverter os valores e qualidades expressas na conformação do lugar, explorando novas "dimensões" desse espaço.

Os eventos, ou mais particularmente as festas, constituem-se como os momentos de maior alteração, senão mesmo perturbação, do espaço urbano. Estes não se esgotam em acontecimentos populares e tradicionais, ligados à manifestação de um património intangível, estendendo-se à exploração de pré-disposições ou novos anseios da comunidade urbana. Manifestações, festivais e festividades exprimem hoje a necessidade de dinamização urbana, activando mutuamente os espaços da cidade e a sua comunidade. Do investimento em festas de outros tempos[21] estas aparecem hoje como grandes operações de marketing.

Explorados enquanto instrumentos de marketing, os eventos atraem sobre o espaço público a atenção dos média e da população, divulgando a imagem, dinâmicas e vigor do organismo urbano. Por outro lado, procuram incutir ao cidadão (aos que vivem na cidade, e os que de longe a admiram) determinadas preocupações instituindo-se como privilegiados veículos para a transmissão de valores cívicos, religiosos, económicos, culturais ou preocupações de prática artística e sensibilização estética. Pode-se referir como exemplo a Expo de Lisboa que, além da mensagem sobre a problemática ambiental, transmitia uma imagem positiva do país (capacidade empreendedora, organizativa e executiva) e demonstrava um novo nível de exigência sobre a cidade e nomeadamente sobre a qualidade dos seus espaços públicos. A outra escala pode-se referir a Festa das Flores de Campo Maior, onde ciclicamente se cruzam valores religiosos com rituais pagãos ligados à sucessão das estações e em que a intervenção colectiva sobre o espaço da cidade exprime práticas artesanais locais e valores de comunidade e apropriação espacial específicos do lugar.

Os eventos reflectem na sistematização e conformação dos espaços urbanos tradições, práticas culturais e anseios criando dinamismos passíveis de serem usados como meio para a intervenção na cidade. Possibilitam a revitalização dos espaços públicos apoiados num reconhecimento e consciencialização da sua importância por parte dos cidadãos. A capacidade e pré-disposição do espaço à expressão da comunidade entram no campo da intervenção como problema de projecto: problema metodológico, de programa e de desenho. No âmbito da expressão da comunidade urbana é iminente a necessidade de transmissão e conservação de memórias que passam simultaneamente entre material urbano e práticas culturais aí patentes.

"Assim, pois, a festa no sentido forte do termo – vista enquanto ruptura colectiva e momentânea das imposições do tempo da economia e da hierarquia – enfraquece-se e vê-se muitas das vezes substituída por manifestações de carácter privado e/ou comercial, e diluída numa oposição tempo e lugar de trabalho, tempo e lugar de lazer, a qual lhe retira o significado colectivo global que outrora tinha."[22] A alteração dos eventos ao nível das relações sociais repercutem-se igualmente nos fenómenos de apropriação e reconhecimento sobre os lugares públicos urbanos. Espaços, outrora revestidos de uma importância singular, veem o seu valor reduzido,

---

21 " (...) a Espanha no antigo regime não olhava a gastos para a realização de festas sabendo que com estas institucionalizava o equilíbrio de classes, logrando a ansiada paz social." *in* BONET CORREA, Antonio. Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español. AKAL – Arte y estética, 1990, pp. 28.

22 RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *A cidade: rumo a uma nova definição.* Afrontamento, Porto, 1994, pp. 82.

senão mesmo anulado, com a desactivação ou transferência do evento para outros espaços. Lugares privilegiados da expressão colectiva e de reafirmação da existência e unidade de grupo, numa dada cultura e estrutura social, são substituídos por outros sem a mesma profundidade significativa.

A desagregação das relações de vizinhança, de trabalho, de cidadania e de ocupação do tempo livre acentuam o desmembramento e perda de reconhecimento sobre o espaço público e a expressão comunitária. A residência ao afastar-se do espaço de trabalho acabou por anular uma espécie de continuação que existia entre ambos os espaços, um forma de réplica das relações e condições de trabalho entre o indivíduo e a vizinhança. Esta separação tão evidente em sectores como as zonas antigas, tendencialmente esvaziadas de habitantes e ocupadas pelo terciário, acentua assim os espaços colectivos a promoção da individualidade em detrimento dos valores públicos e comunitários. A perda da capacidade de expressão no espaço da cidade é também a perda de um espaço público da cidadania. Assim, ao ponto de vista das latências funcionais e simbólicas que conduzem ao desenvolvimento de fenómenos de apropriação, como refere M. Morandi (1996), deve-se juntar um ponto de vista social e político, como refere J. Borja (1998). Ao espaço público acresce-se a valência de lugar da cidadania, espaço de participação e construção do saber e da crítica.

2.1.6 Cidadania e espaço público.

Por **cidadania** entende-se, de acordo com a definição de J. Borja (2003), o estatuto que reconhece os mesmos direitos e deveres para todos os que vivem, e convivem, num território caracterizado por uma forte continuidade física e relacional e simultaneamente com grande diversidade de actividades e funções. De entre os factores que compõem e caracterizam a cidade, a dimensão humana patente e presente nos seus espaços, traduzida nas relações entre a comunidade e contemporaneamente entre esta e espaço físico, é dos elementos mais peculiares e indissociáveis do carácter da cidade.

À cidade é reconhecida a sua importância como espaço de cidadania, ou como prefere Ascher[23] (1996), espaço de civilidade. A autora define "civilidade" como a *"capacidade de usar «conveniências», as «boas maneiras em uso num grupo social»* "[24], é decorrente do estar ao lado, encontrar, cruzar, evitar um vasto número de indivíduos como se subentende do viver na cidade. Enquanto que este conceito de civilidade reporta ao nível das relações e trocas, ao princípio dos contactos, o conceito de cidadania relaciona-se mais com o campo dos direitos e a expressão destes mesmos como define J. Borja (2003).

O valor de cidadania implica a pré-existência de um vasto conjunto de relações entre os indivíduos que compõem a comunidade, ou seja implica a existência de civilidade. À *posteriori* pressupõe comportamentos como agregação; coesão; contestação; encontro; identificação; assim como o nível a que estes se registam, e demonstra capacidades de expressão, participação e representação do indivíduo ou grupos na vida colectiva (política e social). Contudo, a escala e complexidade da cidade contemporânea, nomeadamente no que se

[23] Segundo Françoise Ascher (1996), o conceito de cidadania (pelo menos no caso francês), remete para a consideração face ao valor de pátria e princípios de nação, enquanto que o conceito de civilidade remete directamente para a escala e particularidade da cidade. Assim, civilidade reporta directamente às relações urbanas e à instauração de uma consciência colectiva de pertença a uma colectividade urbana.
[24] ASCHER, François. *Metapolis. Acerca do futuro da cidade.* Celta, Oeiras, 1996, pp. 101.

refere à fragmentação social e à existência, não de uma maioria mas de um conjunto cada vez maior de minorias, acentua processos de défice de civilidade e de cidadania.

Mas esgotar-se-á a cidadania no campo dos direitos e deveres? Sendo este um pressuposto da vida em comunidade e do seu quotidiano de que modo se relaciona com o espaço da cidade? Será o espaço urbano um mero cenário à expressão cívica? Ou serão o espaço público e o conjunto dos sistemas que nele se encontram factores incontornáveis para o desenvolvimento da cidadania? De que modo a intervenção na cidade histórica influi sobre os processos de expressão cívica?

Num universo tão heterogéneo aos mais variados níveis (político, social, económico, étnico, etc.), como a cidade contemporânea, e numa tendência crescente de fragmentação, tal é o crescimento ou a dimensão espaço/temporal/relacional contemporânea, assiste-se a um fenómeno de heterogeneização das próprias regras de civilidade e de expressão física. De acordo com Ascher (1996), a civilidade pode dar origem a uma diversificação no registo das relações individuais e sociais urbanas, mas, inversamente, corre o risco de se reduzir a algumas regras base elementares, uma espécie de código simplificado resultante de um mero denominador comum dos usos de uma população heterogénea.

A cidadania não se esgota no campo dos direitos e deveres. Enquanto acto colectivo humano necessita obviamente de espaço, de um lugar para a sua formulação, transmissão e expressão, extravasando para o campo da forma da cidade e das relações por esta proporcionadas. O espaço urbano não surge assim como um mero cenário, mas sendo ele a base das relações urbanas e simultaneamente artefacto comunicacional, assume-se como lugar de cidadania. O espaço público constitui uma garantia e um incentivo ao cidadão no acesso aos meios para o exercício da sua cidadania sendo também ele resultado desse mesmo exercício. Resultado da cidadania nos modos como se mantém, apropria e reclama a sua importância, do mesmo modo, que vai sedimentando informação nas suas formas. O sistema de espaços públicos há-de permitir assim a expressão colectiva, as manifestações cívicas, a visibilidade dos diferentes grupos sociais tanto à escala do bairro como da centralidade urbana, constituindo-se como uma mais valia na auto-estima dos cidadãos.

Assumindo-se a cidade como *civitas, o* lugar produtor e de exercício de cidadania, o espaço público destaca-se do papel de fundo, de cenário, para se tornar elemento contemporaneamente participativo, formativo e condicionador da cidadania. O espaço público, além de lugar cívico, assume-se como lugar político dando lugar à participação, formulação e representação do poder através dos cidadãos e instituições.

A negação da cidade, do espaço público, representa o isolamento do indivíduo, ou grupos, excluindo-se da vida colectiva acentuado fenómenos de segregação. Esse isolamento surge, muitas das vezes, como consequência de opções ao nível das políticas de cidade e logicamente na própria forma urbana ou falha dos sistemas que sobre si se relacionam. Uma deficiente mobilidade urbana, dificultando o acesso a áreas centrais ou significativas do ponto de vista dos encontros e confrontos dos indivíduos na cidade, pode acentuar esse isolamento. O défice de espaços polivalentes promotores de intercâmbio esmorece a abrangência das relações urbanas. Um espaço público incapaz de na sua variabilidade absorver novas comunidades, como os emigrantes, determina também a sua exclusão da esfera visível da sociedade, impedindo uma efectiva representação na cidade.

Os espaços monofuncionais e especializados tendem a ser espaços marginais a partir do momento em que cessa a actividade que os domina. Este princípio é um dos factores que em muito contribuiu para a insegurança sobre o espaço urbano e a criação de estigmas ou medos sobre o mesmo. Por exemplo, o abandono dos campos de feira após a realização desta é um factor que vincula não só dois momentos distintos na qualidade formal do espaço como determina a activação de valores e aderências diferenciadas por parte dos cidadãos. "O *espaço público contribuirá mais para a cidadania quanto mais polivalente seja funcionalmente e mais favoreça o intercâmbio.*" [25]

A segmentação e especialização dos espaços urbanos aniquilam a sua polivalência determinando a marginalização do mesmo. A especialização rompe o vínculo simbólico entre espaço e cidadão reduzindo a sua capacidade relacional a um conjunto de ligações menos abrangentes. Restringe-se a sua amplitude quantitativa, número de cidadãos para os quais o espaço possui valor e constitui referência, assim como qualitativa, dinâmica de uso, taxa de ocupação e actividade. Uma rígida sectorização, instituindo compartimentos para cada função que, obrigando à redução do espaço a um conjunto de elementos especializados, conduz à perda de grande parte significativa da sua dimensão cívica. Como tal, é necessário que o espaço disponha de factores que incorporem a flexibilidade facilitando as relações entre os diferentes espaços públicos e realizando transições graduais o mais próximas possíveis da continuidade.

A especialização do espaço resulta de políticas na produção e intervenção sobre o espaço da cidade exigindo uma renovação de instrumentos urbanísticos. No caso do centro histórico, onde o terciário domina o espaço edificado, é necessária a aposta em programas de habitação de modo a desenvolver níveis de ocupação, uso e vivência permanentes. Muitas das intervenções sobre a cidade existente apostam em temas como força motriz para a sua activação, no entanto, essa aposta excessiva num determinado sector (por exemplo: cultura, turismo, comércio) potencia a sua sectorização face à globalidade de fenómenos da cidade. Assiste-se ao despoletar de fenómenos de gentrificação, quer em relação a residentes, quer em relação a usuários, contradizendo a necessidade de activação dos espaços nas suas capacidades de encontro e intercâmbio, das suas valências enquanto lugares de expressão do vigor cultural, comercial, cívico, social e político.

A conquista e activação do espaço público implicam a aquisição de direitos cívicos e legalidade. O espaço público é tido como lugar de possibilidade de participação contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e do governo local. O reconhecimento da dimensão cultural e da possibilidade de manifestação física implica a existência de requisitos fundamentais que constroem o sentido de lugar e ligam o homem ao meio. Segundo Brandão Alves (2003), esses requisitos fundamentais passam pelas capacidades de legibilidade, relevância e pelas características subjacentes à imagem. A legibilidade compreende a propriedade ou capacidade de comunicação do lugar com o utilizador incutindo graus de liberdade e abertura a potencialidades de utilização. Esta resulta da expressão da natureza do lugar transmitindo modos de estar e possibilidades de interacção entre espaço e utilizador. A relevância refere-se ao nível evocativo ou simbólico patente no espaço, podendo este nível ser resultado do projecto ou do fenómeno de sedimentação de informação ao longo do tempo. Por fim, as características subjacentes à imagem, mais particularmente à pele do espaço prendem-se às atitudes sobre os

[25] BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, Março, 2003, pp. 111.

revestimentos do espaço: planos verticais (fachadas); planos horizontais (pavimentos). No fundo fala-se da imagem do espaço e do que esta infere no relacionamento, físico e emotivo, entre homem e espaço determinando o tipo de utilização.

A diversidade cultural das cidades, expressa na variedade de públicos, é ainda mais acentuada nas grandes cidades por fenómenos de imigração, interface populacional e turismo. A multiplicidade cultural exige que o desenho urbano a considere como facto importante na intervenção sobre a cidade. A intervenção, em espaços de valor patrimonial reconhecido, não poderá obviamente subverter os valores aí patentes, no entanto, a intervenção deve ter em conta a nova dimensão cívica presente na cidade. A intervenção sobre os espaços da cidade não pode correr riscos de, através do desenho de espaço público, segregar parte da comunidade que o usa eliminando parte da sua potencial dinâmica. Há a necessidade de **dar sentido ao lugar tal como é.** A polivalência respondendo a essa heterogeneidade de anseios, desejos e grupos que constituem a grande comunidade urbana, apresenta-se como possibilidade à expressão e representação da variedade urbana.

No entanto, a cidadania e a vivência plena do espaço público encontra-se na cidade contemporânea ameaçada por sentimentos de agorafobia urbana, ou como afirma G. Amendola (1997), pelo terror à violência. A realidade urbana na sua complexidade de códigos e de lugares especializados ou reclamados por um grupo em concreto, despoletam fenómenos de não identificação ou de degeneração, acarretando o desenvolvimento de medos e estigmas em relação ao espaço público. O medo tem, em parte, origem na excessiva fragmentação da cidade. A desagregação dos valores semânticos, que possibilitam o reconhecimento e conferem conforto em quem experimenta o espaço, implica a perda de reconhecimento e logo uma falta de controlo sobre o espaço. De acordo com Marc Augé (1992) é nessa mesma perda de capacidade de reconhecimento semântico que se constata a existência de não-lugares.

Na cidade contemporânea o cidadão "*vai de carro desde a casa blindada ao shopping ou ao festival vigiado, de aqui ao escritório onde cada movimento é vigiado e gravado, ao clube exclusivo ou ao restaurante onde o ingresso é filtrado por telecâmaras. Quando está em casa procura deter à distância a violência do mundo exterior – da cidade não domesticada – blindando tanto a habitação como a própria vida.*"[26] O medo ao espaço público na cidade contemporânea origina fenómenos de guetização voluntária como os preconizados pelos imensos condomínios fechados e os equipamentos urbanos de admissão reservada. No centro da cidade esse medo preconiza estigmas sobre o estado físico de determinadas zonas ou sobre a população residente, afastando-as dos hábitos de frequência da comunidade.

Assiste-se a uma falha no reconhecimento sobre os espaços da cidade histórica, que à semelhança do que se passa com a globalidade da cidade, contribui para acentuar processos numa espiral degenerativa. Refira-se como exemplo o caso do Bairro da Sé no Porto ou, mais actualmente, as baixas de Lisboa e Porto onde, principalmente em determinados horários, este tipo de sentimento se generaliza.

Como resposta, os grandes "espaços públicos" de gerência privada, apresentam a incoerência de um pretenso "espaço público" controlado onde, além da artificialização das condições ambientais (luz, temperatura, fachadas e ruas interiores), se incute um comportamento homogéneo e pacífico aos seus usuários. Oferece-se

[26] AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna*. Celeste ediciones, Madrid, 2000, pp. 318.

uma "cidade domesticada" baseada no princípio do cidadão estereotipado. Todo esse controlo, que vai também avançando sobre a esfera pública urbana, é baseado numa pretensa segurança do cidadão usuário criando forças de homogeneização da natureza e expressão humana e de retorno a um mundo não urbanizado.

Acentua-se a tendência de um discurso de "morte das cidade", que exige como resposta uma política urbana activa e permanente. Uma gestão participada e descentralizada seria capaz de limitar estes processos, que invadem já as áreas antigas das cidades. Possibilitar-se-ia deste modo a manutenção de espaços com capacidade de suporte conseguindo a manutenção do espaço público como lugar de expressão cívica.

O grande entrave à reactivação do espaço público urbano reside assim nos estigmas criados sobre este. E não é o espaço público que cria estes perigos, este é apenas o lugar onde se reflectem, evidenciam e acentuam problemas de fundo da estrutura da sociedade como a justiça económica e social. O medo do espaço público resulta assim de uma série de factores ao nível das políticas estruturais (sociais, económicas, culturais), ao nível das políticas de segurança (preventivas, dissuasoras, repressivas), mas também ao nível da qualidade da intervenção sobre a cidade e do desenho de espaço público. Problemas derivados da falta de qualidade na manutenção do espaço, da ruptura das suas relações físicas e funcionais com a envolvente promovendo descontinuidades e desintegração urbana. Na intervenção e activação do espaço público na cidade antiga a relação com a envolvente pode ser determinante. Refira-se o caso da construção da nova praça junto à viela do anjo no bairro da Sé do Porto com problemas de ocupação e funcionamento devido a falhas no projecto e principalmente às disfunções da envolvente.

Só existe uma efectiva preservação urbana se a intervenção se dotar de instrumentos de transformação que contrastem com as dinâmicas degenerativas. Nesse aspecto, em muito tem contribuído a consciencialização sobre a ocupação e uso do espaço urbano, englobando a sua dimensão enquanto elemento de expressão comunitária e lugar de expressão da cidadania. O desenvolvimento da cidadania tem contribuído nos últimos trinta anos para a revalorização dos espaços urbanos enquanto *Lugar*, aumentar níveis de exigência fomentados por processos participativos e pela inclusão do cidadão nas decisões, de fomentar uma ocupação e vivência efectiva do espaço público e do edificado combatendo a tendência de desertificação e museulização das áreas antigas. Muito do potencial de realização da cidade encontra-se subjacente ao seu capital social.[27]

[27] Entende-se por Capital Social a capacidade que cada comunidade - representada por um conjunto de instituições, formais e informais, e indivíduos - tem de, em função de um conjunto de conhecimentos que possui e da rede de relações sociais nas quais está inserida, se organizar e mobilizar, gerando valor, em função de uma *inteligência colectiva*. Definição *In PAULINO, Raquel. Da estratégia de valorização ao processo de regeneração urbana?* Dissertação de mestrado em planeamento e projecto do ambiente urbano, Universidade do Porto, FAUP/FEUP, 2004.

2.2 O efémero como arquitectura e património.

De entre o conjunto de factos que constrói e caracteriza a cidade importa aqui distinguir do edificado, ao qual se associa a ideia de estabilidade e perenidade, os factos de carácter **efémero**. Centrando-se o estudo em espaços públicos polivalentes, interessa a avaliação do conjunto de factos efémeros que se referem e motivam a condição de variabilidade e reversibilidade sobre o uso, apropriação e percepção desses espaços. O efémero na sua condição temporal suporta e valida a ciclicidade inerente aos eventos e reconhecimento desenvolvidos sobre o espaço. Porém, por efémero, como se viu anteriormente, não se denomina apenas o conjunto das arquitecturas ou elementos móveis que suportam a realização dos eventos, mas também os pequenos elementos ou dispositivos usados na marcação e instituição de espaços sobre o espaço público no quotidiano. Pode-se incluir dentro deste conjunto os elementos de improviso para a realização de jogos (a marcação de uma baliza, a base para o jogo da malha) ou ainda o mobiliário móvel capaz de organizar espaço e instituir dinâmicas dentro do espaço.

Na *agora* grega, espaço de discussão e argumentação, de encontro, confronto e de participação cívica, encontra-se já contemplado o confronto de elementos perenes com factos efémeros. É aliás constante ao longo da história a consideração de um duplo conjunto de elementos dependentes da consideração do tempo, criando-se e recriando-se sempre na ambivalência entre perene e efémero. Na *agora* de Atenas encontra-se subjacente à organização dos elementos físicos perenes (templo, *stoa*, tribunal, altar, fonte) a marcação de um percurso diagonal destinado à realização cíclica do desfile das panateneias. Embora não se conheçam elementos plásticos e espaciais ligados à realização do evento, a marcação do percurso constitui já um princípio na valorização dos eventos cíclicos na vida e forma urbana.

O efémero e os seus elementos (físicos e rituais), pertencem conjuntamente ao campo da mistificação da cidade e a uma esfera mais prosaica do habitar a cidade e de viver os seus espaços. A associação dos eventos e consequentemente do efémero à arquitectura, podendo ainda alargar-se integrando a escultura e artes

performativas, contribuem para a forma da própria cidade constituindo-se como factor de desenvolvimento do imaginário e da imagem de cidade e respectiva cultura urbana. No entanto, o interesse sobre a arquitectura efémera não reside apenas na produção de **factos físicos** mas também no **ritual** associado a essa mesma realização. Além dos factos físicos produzidos deve-se consagrar a importância cultural dos rituais e ciclicidade a si associada. A mais valia do efémero resulta da ambivalência entre facto produzido e da sua dimensão enquanto acto, atitude e momento criativo.

Desde o renascimento que a sociedade ocidental coloca a ênfase da sua memória individual e colectiva sobre os factos materiais. As sociedades que encerram a sua memória em factos materiais têm tendência a, segundo Paul Connerton (1989), retirar importância à perpetuação da memória envolvendo actos, rituais e normativas de comportamento social, basta pensar na diferença com que se encara a defesa do património monumental em culturas tão dispares quanto a Europa e o Japão[28]. Embora os mecanismos da memória permaneçam incertos, nomeadamente na compreensão da relação entre bem material e memória colectiva, os factos materiais, quer os naturais ou artificiais, continuam a deter na sociedade ocidental um valor análogo à memória humana.

A deposição de valor sobre elementos efémeros é, segundo Susanne Küchler (1999), um acto mais característico das sociedades não ocidentais, onde os artefactos desempenham aparentemente propósitos memorativos. Em sociedades primitivas o efémero detinha o mesmo valor de mortalidade dos indivíduos da comunidade. Em algumas sociedades tribais africanas o monumento era deixado ao acaso, abandonado ao tempo, sendo a sua extinção física um acto paralelo à extinção da memória dos indivíduos que presenciaram o acontecimento ou conheceram o homenageado. Paralelismo entre a decomposição física/memorial e a ciclicidade da natureza no seu carácter mortal e renovador.

Embora a ênfase da memória individual e colectiva se tenha colocado sobre a preservação dos factos físicos, o ritual e efémero, pelo modo como participam activamente na construção do ambiente físico e cultural, têm vindo a ser reclamados como parte importante da cultura das sociedades. Dadas as profundas alterações de hábitos e relações que a sociedade ocidental tem assistido desde a revolução industrial no século XIX, e ainda mais com a revolução tecnológica do pós-guerra este campo da cultura encontra-se hoje em estudo, nomeadamente pela UNESCO, visando o seu registo e possibilidade de classificação de actos, rituais e tradições.

O efémero contém assim uma dimensão física, o conjunto dos factos produzidos para um tempo determinado, e uma outra dimensão espiritual que se liga à ritualidade, à participação na produção dos factos. O efémero entende-se assim como um ***work in progress***. À semelhança da cidade que não é uma obra finita e encerrada, o efémero, a uma escala temporal circunscrita, entende-se como um trabalho contínuo que não corresponde a um sucessivo acrescento de matéria e acções, mas a sucessivos avanços e recuos, a ciclos, intrínsecos à natureza temporal do construído e que expressam de modo convicto a relação entre os ciclos da colectividade e os ciclos da natureza.

---

[28] Contraposição entre a o pensamento patrimonial ocidental assente na valorização da matéria (impondo princípios de conservação e restauro baseados na irrepetibilidade da peça), e o Japão onde a conservação se realiza por meio da reconstrução ritual (não concebia os património como facto do passado, senão como acto vivo). Veja-se CHOAY, Françoise. *A alegoria do património*. Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000, pp. 13.

A associação do efémero e do evento pelo conjunto das alterações introduzidas ao espaço da cidade, mais do que acontecimentos momentâneos, permitem transformar a cidade real e quotidiana num lugar imaginário. "*O objectivo fundamental (...) é contribuir para que a cidade crie fantasias, um imaginário que seja inspirador, identificador da cidade e aglutinador dos seus habitantes.*"[29] A variabilidade e polivalência do espaço público aparecem assim como momentos libertadores capazes de proporcionar a discussão e reflexão sobre o urbano e fomentar a experiência. O efémero assume-se como território de expressão da tradição, de hábitos, usos e técnicas e simultaneamente como suporte para testar novas capacidades sobre o espaço urbano e os organismos arquitectónicos que o formalizam. Enquanto lugar de manifestação da cultura urbana colectiva, e da sua complexidade relacional, espaço público e efémero validam-se como território aberto contemporaneamente à espontaneidade e experimentação.

2.2.1 Pertinência patrimonial do efémero.

A arquitectura constitui, juntamente com a língua e as tradições, a demonstração inequívoca da vitalidade cultural de uma sociedade. Impõe-se como legado material, sedimentador de memórias e identidade(s), com o qual o cidadão se relaciona quotidianamente. Porém, o efémero, face a uma arquitectura *perene*[30], coloca questões especificas no campo das relações com a cidade e os indivíduos, assim como no campo da construção e composição, a par da sua capacidade para a inclusão de memória. No campo das metodologias de intervenção sobre o património arquitectónico, a arquitectura efémera destaca-se pela sua condicionante temporal.

Qual a validade de conservação de um elemento concebido para ter uma existência física limitada no tempo?

À arquitectura associa-se quase sempre uma ideia de permanência, de perenidade da construção e dos valores por si representados. No entanto, os factos arquitectónicos efémeros rompem com esta ideia, impondo uma existência temporalmente limitada e que eventualmente se pode revelar como cíclica.

Desde o renascimento, com a valorização da cultura clássica pela elite do *quattrocento*, que a sociedade ocidental coloca especial ênfase na conservação da sua memória através dos factos materiais produzidos ao longo da história. Esta concentração sobre a materialidade relega para segundo plano o reconhecimento sobre a dimensão cultural e memorativa intrínseca aos rituais e processos desenvolvidos pela sociedade. Toda a discussão ocidental centra-se mais na conservação da matéria do que nos processos. Já noutras sociedades como no oriente a concepção patrimonial assenta no pressuposto da repetição de rituais e participação por parte da comunidade no seu desenvolvimento.

No Japão, ao contrário da Europa, a conservação do património cultural, assenta na ciclicidade de construção/reconstrução dos edifícios monumentais. A validade de um bem patrimonial perante a comunidade encerra-se não somente na sua materialidade, mas na possibilidade de participação. Mais de que um facto intocável e irrepetível, a transcendência dos bens arquitectónicos encontra-se no seu processo de

---

[29] RIBEIRO, António Pinto. *Cidade em performance. Performing the city. In* "Prototypo", nº 7, Lisboa, 2002, pp. 76.

[30] Óbvio que o conceito de perene é aqui usado de modo comparativo entre os dois tipos de factos arquitectónicos, como modo de distinguir a sua permanência temporal na cidade, e não para designar eternidade.

construção/execução envolvendo directamente a comunidade que lhe confere valor. Os edifícios contêm assim uma dimensão que os aproxima da própria comunidade, a mortalidade e a renovação, tal como toda a obra natural. Os processos e rituais determinam a especificidade do reconhecimento sobre a obra na qual a colectividade pode experimentar (inclusivamente ao nível da experiência corporal), todas as suas fases: nascimento, maturidade, ruína, morte, renascimento.

É sobre estes aspectos de participação, ciclicidade e experiência que se encontra a justificação para a valorização patrimonial da arquitectura efémera. A ciclicidade implica a transmissão do conhecimento contido nos rituais e uma reavaliação constante da tradição. Existe assim a conservação de uma dimensão cognitiva e cívica intrínseca à ritualidade do efémero. Por outro lado, a ciclicidade associada aos rituais dotam a comunidade de momentos de marcação e referência temporal ao mesmo tempo que se mantêm ciclos de apropriação e uso do espaço da cidade. "*Se a tradições são como se referiu, um dos factores culturais que traduzem a vitalidade de uma cultura perpetuando-lhe a alma, o efémero torna-se eterno enquanto manifestação física cíclica tradutora da perenidade desses mesmos valores.*"[31]

É através destes ciclos que, muitas vezes, elementos contidos nos factos arquitectónicos e urbanos perenes se justificam e adquirem significado. Ao pensar-se na Piazza del Campo em Siena ou na Piazza Santa Maria Novella em Florença, que sentido fariam muitos dos seus elementos sem a realização das corridas de cavalos. Os pilaretes de mármore em Siena separam o espaço central da praça do percurso envolvente ao mesmo tempo que servem de apoio às barreiras temporárias para as corridas do Palio. Por outro, lado os dois obeliscos na praça de Florença marcam o circuito, à semelhança dos circos romanos, em redor do qual os cavalos devem correr.



2.4 Piazza Santa Maria Novella em Florença. 2.4.1 Uso do espaço aquando da realização das corridas de coches (séc. XVIII). 2.4.2 Conjunto de obeliscos, monumentos perenes que consolidam a imagem do lugar e relacionam o quotidiano com o fenómeno cíclico.

O efémero surge assim na sua duplicidade de construção física temporária e de evento associado a rituais cíclicos que determinam e justificam parte do património arquitectónico e urbano perene contido na cidade. A ciclicidade intrínseca à construção das estruturas efémeras acentua o valor de sedimentação na construção da

[31] DUARTE, Rui Barreiros. *A arquitectura efémera*. UTL, Faculdade de Arquitectura, dissertação de doutoramento, 1992, Lisboa, pp.18

cidade. "*Saber utilizar a festa como campo potencial de invenção e intervenção arquitectónica é pesquisar uma região sensível que os arquitectos normalmente não exploram e onde há que saber fascinar, provocando uma participação psicológica de quem vê. É também no plano didáctico que a arquitectura de festa deve ser entendida, enquanto jogo, elemento enriquecedor das relações entre as pessoas, desinibidor e participativo e não um sistema padronizado de comportamentos.*"[32]

O efémero impõe-se como ritual de fuga, como lugar da improvisação sobre matriz temporal e espacial que organiza tempos e ritos da sociedade. A acção e impacto do efémero são proporcionais à importância dos espaços ocupados dentro do sistema urbano, ao grau de organização que lhe é subjacente, ao número de indivíduos envolvidos assim como ao conteúdo simbólico racional e afectivo que lhe é depositado. Enquanto excepção, efémero e evento urbano constituem oportunidades de perturbação da ordem instituída, que pelo desafio proposto aos padrões de tempo e espaço vigente se podem constituir como campo de ensaio, (re)avaliação, provocação e crítica. Pode assim esta arquitectura estabelecer-se como elemento transgressor sobre o *status quo* político e social e principalmente físico.

À arquitectura efémera atribuem-se assim características e funções que a distanciam dos factos perenes e dos condicionalismos que os regem. Constituem-se como factores experimentação e fixação visual, criando imagens e espaços *transitórios* em momentos singulares da colectividade. A sua condição temporal, de obra do momento, possibilita aos factos construídos uma actualização imediata. A arquitectura efémera liga-se à expressão dos momentos colectivos de prazer e fruição onde se confrontam, de modo geral, o sagrado e o profano. A arquitectura do efémero através do seu grande dinamismo e potência visual, articula a dimensão festiva e espectacular dando-lhe impacto e transmitindo a excepcionalidade e magnificência do evento.

As arquitecturas efémeras surgem como "*máquinas provisórias de carácter cenográfico, de decoração fictícia.*"[33] Bonet Correa (1990) aponta como exemplo dessas grandes máquinas efémeras os "monumentos" da Semana Santa de Sevilha, que se montam e desmontam todos os anos guardando-se as suas peças num dos armazéns do Cabido.

O exemplo de Sevilha permite aferir ainda sobre características do efémero contidas no uso/reuso de materiais e das qualidades artísticas, memorativas e referenciais em si depositadas. O caso mais comum e presente é o do elemento efémero produzido e usado para um evento específico. O fim do evento implica a extinção do próprio mecanismo de suporte. Sendo que a destruição faz frequente parte do ritual colectivo, podendo-se referir a título de exemplo a queima do judas pela Páscoa. O ritual passa pela permanente renovação e inovação dos elementos participativos na festa. Por outro lado, encontramos o elemento efémero de uso cíclico, cujo carácter efémero é determinado pelo seu uso e exibição ao público. O elemento central da realização do evento, pela qualidade material e artística que encerra ou pelo valor que entretanto lhe foi sendo conferido, atingindo a condição de monumento. É referência, é reconhecido, mas a sua fruição, o seu uso é condicionado a um momento específico valorizando a sua materialidade, quase que o sacralizando. Podem-se referir os grandes andores andaluzes da Semana Santa de Sevilha ou Cádis, o carro da Páscoa de Florença (com direito a uma grande arca/edifício onde permanece fechado todo o ano), ou nas bancadas e barreiras de

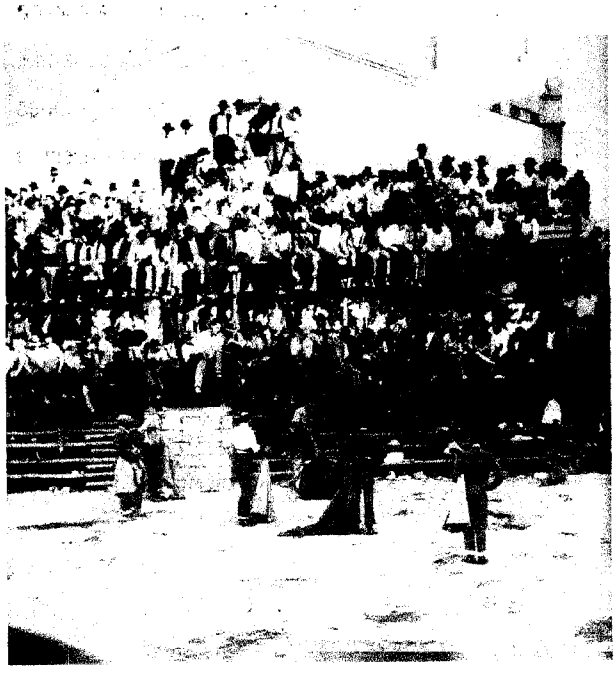
[32] *Idem*, pp.140.
[33] BONET CORREA, Antonio. Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español. AKAL – Arte y estética, 1990, pp. 16.

Barrancos. As estruturas de apoio ás festas de Nossa Senhora da Conceição em Barrancos encontram-se numeradas e inventariadas, o que permite ano após ano a sua montagem exactamente do mesmo modo na praça principal da vila.



2.5 Scoppio Del Carro frente ao Duomo de Florença. O mecanismo central da festa é usado ciclicamente na festa referenciando-se a um tempo e evento específico sobre o espaço público.

Os mecanismos efémeros presentes em espaço público prendem-se assim a questões de ritualidade que permanecem para além da sua existência material. Depositam-se, sobre o próprio ritual de construção destes elementos, princípios de repetição que privilegiam valores associados à participação, transmissão de conhecimento e (re)ciclicidade da comunidade e dos seus bens materiais.



2.6 Bancadas na Praça de barrancos. Os elementos usados na transformação do espaço central desta vila alentejana são usados ciclicamente, marcando fortemente o espaço e a imagem do evento.

Por fim, encontra-se o caso em que o elemento anteriormente efémero é transposto para o campo dos factos perenes. O avanço e desenvolvimento quer dos rituais quer das formas a si associadas, podem, em várias situações, justificar essa transferência perpetuando valores subjacentes ao acontecimento no espaço do quotidiano. Pode-se falar da crescente importância do evento, de um facto particular assinalado, da alteração dos intervalos entre ciclos, da valorização de aspectos ligados à imagem ou ao rito, no fundo circunstancialismos

históricos e particulares a cada facto que determinam essa permuta de *tempos*. O caso mais comum e flagrante é o dos arcos triunfais. Concebidos como peças efémeras, vêem sob a necessidade de perpetuar no espaço da cidade a marca simbólica de factos ou eventos, recebendo uma mutação material que troca o estafe pela pedra. Assiste-se a esta transformação em Roma, sob os imperadores e sob os Papas, assiste-se a esta transformação na Europa absolutista, onde a coroa procura símbolos que legitimem e perpetuem no tempo o reconhecimento e imposição do poder absoluto.

Mais recente é o caso das experiências associadas à realização das grandes exposições industriais e universais. No século XIX as grandes estruturas erguidas, para demonstrar o poder económico e industrial assim como a capacidade empreendedora das nações, estabelecem-se como gigantescos laboratórios para a experimentação de novos materiais e técnicas construtivas. A arquitectura do ferro encontra nestes eventos a possibilidade para o desenvolvimento de uma linguagem espacial e construtiva autónoma. O ambiente eclético, que dominava a arquitectura de então, contraponha-se à adopção das capacidades expressivas desta nova arquitectura relegando-a para um papel meramente utilitário ou estrutural, sendo, por vezes, encoberta por linguagens clássicas em fachadas de pedra. Porém, alguns dos elementos construídos com pressupostos efémeros marcaram de tal modo a imagem da cidade que se tornaram ícones e continuam presentes no espaço das cidades, como é o caso da Torre Eiffel (1889) em Paris. Essa iconização possibilitou a entrada de uma nova linguagem plástica e construtiva na cidade. Até aos tempos de hoje estas exposições desenvolveram-se como amplos laboratórios experimentando-se linguagens, técnicas, espaços. Algumas delas foram deixando marcas ao perpetuar elementos que pelo seu valor icónico se viram consagrados como monumentos como o Palácio da Civilização Italiana em Roma (1939) ou o Atómio de Bruxelas (1958). Mais recentemente encontram-se ainda, experiências como as desenvolvidas pela galeria Serpentine em Londres que convida periodicamente grandes nomes da arquitectura internacional para desenvolver o projecto de pavilhões efémeros. Conquista-se assim a possibilidade de desenvolver o campo da experimentação arquitectónica ao mesmo tempo que a galeria e o Hyde Park (onde esta se encontra) detêm instrumentos que renovam permanentemente a sua imagem e os constituem como pólos de atracção na cidade.



2.7 Serpentine pavillion, Londres, 2005.
Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura

Assim além dos elementos apontados anteriormente na validação de um património efémero deve-se acrescentar a sua importância no entendimento da formulação dos factos perenes. Na sua dimensão

construtiva, compositiva e espacial o efémero vale enquanto parte dos processos de experimentação e desenvolvimento da arquitectura. Este surge assim como condição experimental intrínseca à formação e ensaio sobre o espaço e linguagens da cidade e dos seus factos arquitectónicos.

Sobre o campo específico das metodologias de intervenção no património arquitectónico, além do valor patrimonial intrínseco ao efémero, este interessa sob o ponto de vista de exploração dos usos e apropriação espacial. Qualquer intervenção levanta problemas sobre os usos, memórias e práticas decorrentes sobre o espaço dos quais a manutenção das tradições pode revelar-se uma mais valia na sua activação e dinamização. A compreensão e valorização das práticas culturais na cidade é factor de valorização do espaço e das suas dinâmicas.

2.2.2 Estruturas perenes e efémeras no espaço público.

O espaço público na sua composição detém uma dimensão perene, que se caracteriza pelos factos arquitectónicos e urbanos, e uma outra fugaz, ocasional, efémera que se caracteriza por uma grande variedade de dispositivos que interferem e retiram partido da arquitectura e ambiente urbano. Ao deter capacidades como a variabilidade e polivalência o espaço, através de dispositivos efémeros, valida essa versatilidade e valoriza os eventos que aí têm lugar. A exploração do efémero retira do espaço urbano um aspecto essencialmente experimental, encerrado numa condição temporal momentânea. A experimentação de valores de urbanidade, a expressão de novas abordagens da cidade de novos ideais e utopias, é possibilitada no confronto directo com a cidade e os seus cidadãos.

Ao longo da história o efémero, além do apoio à realização de eventos urbanos, serviu para colmatar "falhas" da arquitectura e do desenho dos lugares, assim como para transformar a sua imagem. Na impossibilidade ou incapacidade para subverter ou transformar a cidade real, o efémero impõem-se como campo de possibilidades e experimentação.

A exploração de mecanismos efémeros surge assim como uma constante no suporte à variação sobre a cidade. A partir do renascimento, com o desenvolvimento de um quadro político onde o evento urbano desempenhava uma função incontornável na demonstração e consagração do poder, assim como devido a uma abrangência cada vez maior da disciplina arquitectónica, os eventos ganham uma maior influência sobre os espaços da cidade. O desenvolvimento de uma iconografia, quer associada ao projecto, quer associada à representação dos eventos, permite reconstituir parte importante dos mecanismos desenvolvidos que, pelo seu carácter de efémero, obviamente desapareceram. O requinte dos eventos urbanos atinge o seu ponto máximo no período barroco onde um exibicionismo extremo do poder absolutista associado a uma vasta experimentação no campo da arquitectura efémera e das artes do espectáculo leva ainda mais longe as capacidades reconhecidas ao efémero. É a partir dos primórdios da idade moderna que os grandes eventos associados ao poder passam de actos pertencentes a uma cultura palaciana para se desenvolverem como actos urbanos destinados à exibição e exaltação pública.

Em Portugal, embora existam relatos sobre a realização de eventos na idade média, é a partir da época moderna que estes adquirem uma implantação mais vincada nos espaços da cidade e um maior cuidado na elaboração dos seus elementos, facto que se prolongou de modo particularmente áureo até aos finais do século XVIII.

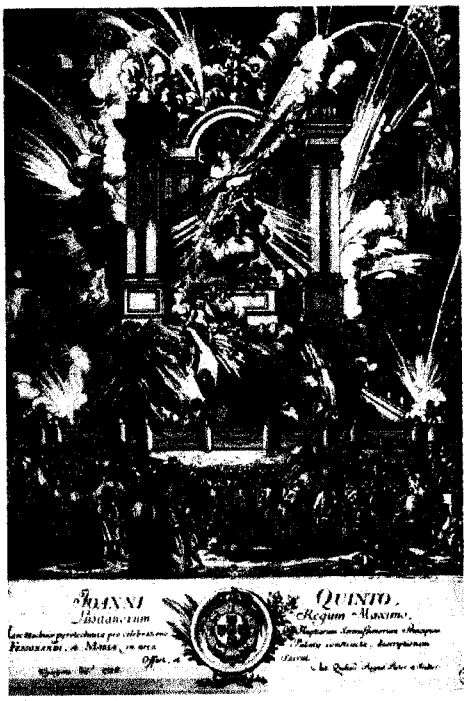
Embora existam relatos já do reinado de D. Afonso V sobre construção de galerias para as festas em honra dos embaixadores de Frederico III, é no reinado de D. João II que se dá início à exploração de uma efectiva arquitectura efémera enquanto evento plástico e ensaio na exploração de novas linguagens e qualidades espaciais. Dada a impossibilidade do palácio de Évora conter todas as cerimónias, por ocasião do casamento do príncipe herdeiro, ergue-se na praça destinada às justas reais (actual Rossio de S. Brás) uma teia bordada montada sobre mastros trazidos propositadamente dos estaleiros de Lisboa. Essa construção, além de albergar o evento, é pela sua peculiaridade construtiva, formal e espacial, um elemento valorizador do evento na sua excepcionalidade. Constrói-se assim uma ampla sala de cobertura translúcida que filtra os raios solares e permite uma franca abertura face aos acontecimentos exteriores como os torneios e corridas.

No reinado de D. João III uma outra importante construção permite ensaiar princípios de um espaço urbano regular, como os divulgados pela tratadística renascentista, indo de encontro aos novos parâmetros geométricos e plásticos da imagem da cidade. Para os torneios, em que se estreia nas armas o filho do monarca, ergue-se sobre a praia de Xabregas uma vasta praça quadrada, construída em madeira, e que se projecta sobre o rio. Esta experiência permite pôr em prática a construção de uma praça regular que, abrindo-se numa das suas frentes sobre o rio, continua temas de relação entre espaço público e território preconizados pelo terreiro do Paço. No entanto, aqui, sem os constrangimentos de uma cidade real e sem as suas condicionantes operativas e económicas, é possível experimentar um espaço correspondente aos teorizados e divulgados nos tratados.

A relação com a água é aliás uma constante nos grandes eventos reais em Portugal, desenvolvendo-se a partir de finais do século XV cortejos e entradas triunfais nas cidades a partir dos rios. Este seria um modo de explorar o imaginário e exotismo de um império baseado no mar e de explorar condições cenográficas proporcionadas pelas cidades com frentes de água. A entrada de D. João II em Santarém dá inicio a essa tradição, construindo-se para tal embarcadoiros efémeros. A construção desses cais de embarque e pontes exploram possibilidades de uma fachada ideal da cidade. Mas o maior vigor destas exibições é atingido com a entrada dos Filipes em Lisboa, onde aos cais de embarque se juntam elementos como arcos triunfais que estendem a realização do evento para o interior da cidade. Na recepção a Filipe I de Portugal, cada corporação e comunidade estrangeira presente na cidade encarrega-se da realização de um arco triunfal. Nestes arcos a arquitectura comanda a sua expressão plástica construindo-se e compondo-se os arcos do mesmo modo que um edifício.

D. João V impulsiona a integração das belas artes nos elementos efémeros para a realização dos grandes eventos reais, convidando inúmeros artistas estrangeiros. Em 1719 o requinte desta arquitectura é levado ao extremo com a construção de uma monumental colunata jónica em todo o percurso das procissões promovidas pelo rei. É também sob o seu reinado que, à semelhança das restantes casas reais europeias, se desenvolvem os espectáculos pirotécnicos.

O ponto máximo do requinte barroco estava na capacidade de *"trocar o dia pela noite, vencendo a obscuridade desta por meio de um puro artifício humano."*[34] Os espectáculos pirotécnicos transformavam o espaço pela iluminação que, subvertendo o ciclo natural entre noite e dia, permitiam estender a festa para lá do pôr-do-sol. Estes espectáculos *"mostram sem sombra de dúvida a vertente do homem corrente (...), que quer ensurdecer-se e deslumbrar-se com a momentânea ilusão de que a festa lhe proporciona de domínio da natureza, de ser espectador privilegiado do seu triunfo."*[35] O fogo de artifício é suportado por gigantescos mecanismos de estafe que exploram uma linguagem arquitectónica e escultórica que em muito se assemelham às monumentais fontes de Roma. Porém, a perenidade da pedra é aqui substituída pela fugacidade do estuque e pasta de papel.



2.8 Fogo de artifício na corte de D. João V. Terreiro do Paço, 26 de Outubro 1728.

A festa barroca estabelece-se como veículo para a expressão do poder e da urbanidade, exigindo a presença e participação de todas as classes sociais na realização da festa. A hierarquia social reflectia-se no espaço, determinando a posição dos "actores" e "espectadores" no cenário urbano. E pode-se falar efectivamente em cenário no que toca ao evento barroco. Tudo, desde as fachadas até aos supostos elementos "naturais", tudo constitui uma grande ilusão. A realidade e verdade da imagem da cidade são subvertidas em função do evento e da sua importância. *"Edifícios, tecidos, textos e música contam em uníssono uma única verdade: que a verdade não está neles, nem tão pouco no poder que paga o artista, e menos ainda no povo que recebe as obras. Supostamente a verdade há-de pertencer a um «outro mundo» (...)"*[36]

---

[34] *Idem*, pp. 23.
[35] *Idem*, pp. 23.
[36] DUQUE, Félix. *Arte público y espacio político*. Ediciones Akal, Madrid, 2004, pp. 73.

A cidade submergia assim em faustosas decorações, teatralizando os espaços públicos e travestindo os seus edifícios. A qualificação do espaço público constitui ela própria evento: realizam-se falsas fachadas urbanas de acordo com princípios de imagem de uma suposta cidade ideal ou utópica, as varandas são engalanadas com colchas e tapetes, o chão decora-se de flores, e ruas ou praças são cobertas com toldos de ricos tecidos ou de elaborados trabalhos de papel. Os eventos contemplavam ainda a colocação de arcos triunfais ou fontes comemorativas que ajudaram a dar forma e desenvolver o desenho urbano de determinados espaços.[37]



2.9 Gravura de Dirk Stroop com imagens do cortejo das cerimónias do casamento de D. Catarina de Bragança. Terreiro do Paço, 1662.

O espaço público, de acordo com os significados subentendidos na sua forma e o desenvolvimento destes mecanismos efémeros, é compreendido como edificação teatral. Pelo modo como se instala dentro do espaço público, a arquitectura do efémero vai ocupando e preenchendo insuficiências do seu desenho, desenvolvendo dinâmicas aos mais diversos níveis: simbólico, reunião, referência, suturação de margens urbanas e dinamização funcional do espaço urbano. A instalação de mecanismos efémeros permite, a partir da matéria e pré-disposição latente estender temporariamente usos e significados do espaço.

A qualificação do evento pode ser levada mais longe com a integração da arte. Mas estar-se-á a falar de arte urbana? Ou será um fenómeno distinto?

A valorização do espaço urbano e dos eventos que aí têm lugar pode revestir-se de um valor pedagógico. De facto, os mecanismos associados ao efémero constituem uma forma de arte urbana, pelo modo como se implantam na cidade e se relacionam com o indivíduo e ainda pela carga comunicacional que contêm. Os factos efémeros estabelecem-se, tal como a cidade, como artefactos comunicacionais, sendo porém a sua condição momentânea, de consumo imediato, subordinada às circunstâncias da sua brevidade temporal e construtiva.

Tendencialmente, existe a ideia romântica de que esses "prodígios" efémeros constituem um escape à tecnologia, representando o saudosismo de um mundo antigo e vernacular mais próximo das raízes culturais da colectividade. Contudo, a tecnologia que invade constantemente as estruturas efémeras e os acontecimentos espontâneos desenvolve o seu potencial de mecanismo artificial permitindo progressivamente um maior desafio às condições naturais, como o ciclo dia/noite. A inclusão de uma vertente etérea cria um domínio de modelação

[37] Exemplo da implantação das fontes no prado de S. Jerónimo que determinaram a evolução e desenho do Passeio do Prado em Madrid, in BONET CORREA, Antonio. *Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español.* AKAL – Arte y estética, 1990.

de ambientes que se traduz numa sensibilidade cinética de saber organizar e gerir tempos e atmosferas, para além do discurso das formas e dos espaços físicos. A inclusão de novas técnicas e tecnologias nos elementos efémeros associados à realização dos eventos urbanos permite assim uma permanente reactualização da tradição. Estabelece-se a ponte entre modos de produção do passado e do presente incluindo novos factores de artificialidade de acordo com os anseios do presente. A questão da maior ou menor novidade sobre os factos efémeros tem obviamente a ver com o investimento cultural depositado sobre estes, o carácter do evento e a relação com os centros de produção cultural.

O espaço das praças, campos e rossios têm-se constituído, ao longo da história das cidades, como lugar privilegiado para a dinamização e desenvolvimento dos eventos urbanos. As suas características físicas e simbólicas, mas acima de tudo o seu papel na articulação das relações urbanas que determinam a importância destes espaços na cidade, consagram-nos como lugar de eleição para a variação. A preferência por estes espaços recai assim no conjunto dos seus aspectos qualitativos e quantitativos que o disponibilizam à transformação. O material físico que configura os espaços é muitas vezes transformado, subvertido ou usado de modo variável de acordo com o evento que se pretende realizar. A distinção mais evidente na apropriação do espaço decorre da oposição entre as manifestações religiosas ou de poder, em contraponto a usos comerciais.

Na realização de um evento referente a valores religiosos, a sacralidade é traduzida por um "altar" quer seja um podium, um pólo ou uma tribuna onde se define o centro. A importância desse centro deve-se à necessidade de estabelecer um ponto focal em redor do qual se organiza todo o evento, sendo ele próprio a expressão do evento em questão. Este centro não existe nas manifestações comerciais, onde, no caso da feira, as tendas vão ocupando de modo mais sistemático o espaço de feira. Existe assim uma atitude de ocupação baseada numa apropriação centralizada, com um ponto focal, e a apropriação baseada numa organização linear, sem centro, contínua e homogénea. O interesse de algumas situações surge da sobreposição destes dois esquemas de organização como acaba por acontecer nas festas religiosas que geram em seu redor dinâmicas comerciais. Casos como o Campo da Senhora da Agonia (Viana do Castelo) sobrepõem à linearidade e regularidade de organização da feira uma estrutura axial ligada a um foco religioso, igreja e percurso da procissão.

As praças eram, essencialmente nas culturas latinas, concebidas como evento dada a sua excepcionalidade dentro da cidade. O recurso a elementos arquitectónicos como pórticos, arcos, varandas, regularidade da fenestrações ou regularidade das cornijas permitiam dotar o espaço de potencialidades latentes que possibilitam à arquitectura desenvolver-se como espectáculo e tornar-se força motriz do espectáculo urbano. O facto do espaço central se encontrar "vazio" permite na sua latência e disponibilidade oferecer campo de manobra suficiente para a realização de eventos. A variabilidade de uso encontra-se assim associada à disponibilidade do "vazio" e instituição de mecanismos complexos de apoio ao evento. De outro modo, poder-se-ia aniquilar a versatilidade do espaço ao encher este com elementos que, não se encontrando activos pela realização do evento, só teriam sentido esporadicamente.

O espaço é tanto ou mais propício à variabilidade de acordo com as possibilidades oferecidas não só pelas características de desenho e conformação da zona central, como pelas características intrínsecas às arquitecturas que as delimitam. A presença de varandas, balcões, miradouros, pórticos, arcos, acentua

possibilidades de uso e variação assentes na exploração ou improvisação de apropriação sobre os elementos expressivos da envolvente.

Durante o barroco, as varandas em redor das Praças eram distribuídas de acordo com um regulamento jurídico que organizava as pessoas em função de privilégios ou propriedade. No caso das praças reais essa distribuição executava-se de acordo com os protocolos da corte. A encenação do evento prolonga-se assim à própria organização dos indivíduos no espaço, acentuando a importância da exibição pública como expressão de poder e hierarquias. À semelhança dos rituais religiosos os ritos associados à expressão do poder consagram a existência de um ponto focal onde se colocam os chefes e representantes máximos das instituições do estado. Com a queda dos regimes absolutistas e com a progressiva ascensão da burguesia, a colocação dos indivíduos passa a basear-se em pressupostos económicos. Praças mais tardias, como a Praça Mayor de San Sebastian, possuem números em cada um dos balcões em seu redor, o que dentro da regularidade das aberturas permite estabelecer regras e facilitar a logística envolvida no aluguer dos espaços.

As características do espaço e das suas arquitecturas determinam a sua optimização, assim como o tipo de controlo sobre os acessos. A construção de grandes bancadas provisórias no perímetro das praças regularizava não só a geometria e imagem do espaço central como simultaneamente respondia a questões como o número de espectadores pretendidos e o controlo sobre o seu acesso. No que toca aos acessos é mais determinante o modo como o espaço do evento se relaciona com a estrutura urbana envolvente. A existência de arcos, passagens sob edifícios, ou a dimensão da rua na chegada ao espaço aberto determinam a constituição de portas que naturalmente ressaltam o carácter encerrado do espaço valorizando a sua excepcionalidade tal como os eventos que em si têm lugar.

Durante o século XIX, a especialização e a construção de grandes equipamentos urbanos retira ao espaço público parte significativa da sua vida, nomeadamente dos seus rituais cíclicos de reunião da comunidade. O crescente sentimento higienista sobre o espaço da cidade, a par da necessária especialização espacial das actividades económicas e lúdicas, leva à construção de recintos ou edifícios próprios para a realização de eventos que anteriormente ocupavam o espaço público.

Em meados do século XVIII surgem em Espanha as primeiras Praças de touros, retirando este espectáculo da esfera pública isolando o evento e controlando o acesso por meio de pagamento. As touradas são interrompidas na Praça Maior de Madrid por Filipe V. O espectáculo que até então era levado a cabo não por ofício mas por nobre exercício (demonstração de status e valentia) passa a ser executado por profissionais. As primeiras praças erguidas eram de madeira e em forma poligonal, conservando a referência às construções efémeras e espaços improvisados na cidade para receber tal espectáculo. As primeiras praças de touros continuavam assim esquemas construtivos e compositivos em tudo semelhantes às bancadas e balcões de montagem ocasional em espaços urbanos. Só com a evolução da tipologia e a adopção de métodos construtivos mais perenes, adoptando a construção em tijolo, é que estas passam a ter a forma circular com que hoje se reconhecem. Porém, ao nível da composição estes organismos perenes continuam os ensaios preconizados pelas estruturas efémeras.

A perda do "*sentido lúdico da festa barroca resultará num estado de atonia urbana, um deserto de vida citadina difícil de recuperar para o homem do nosso século (...)*".[38] No entanto, apesar da perda de parte importante dos eventos dinamizadoras do espaço público, este não perdeu o seu papel central de lugar de encontro e de expressão cultural da comunidade.

Existem núcleos que continuam a recriar o espírito da festa barroca, nomeadamente em comunidades que permanecem assentes em princípios de uma economia agrária e estrutura social ainda presa às antigas hierarquias. Na Andaluzia, a feira de Sevilha, corresponde à recriação desse espírito explorando o lado folclórico, pitoresco e popular da festa semelhante à pintura de costumes andaluza e com restos de nostálgica perpetuação do antigo regime latente nas classes altas dos meios rurais. Por outro lado outros núcleos renovaram os eventos urbanos. Mantendo sempre o papel do acontecimento como manifestação social que visa a perpetuação ou homenagem à tradição, encontraram-se modos de a reavaliar e adaptar aos anseios contemporâneos dos habitantes da cidade. A comemoração relembra ou sacraliza factos e momentos significativos da vida comunitária, sendo porém um momento de reflexão sobre a sua situação actual.

Desenvolvem-se acções de manifestação com o objectivo de alertar a opinião pública: festivais demonstrando o vigor cultural da cidade e a sua dinâmica como plataforma de encontro, discussão e criação; actividades consagrando os espaços da cidade, a sua imagem e a projecção das suas capacidades de organização e realização; montagem de estratégias de rua e de incentivo à participação cívica e consciencialização da sociedade. O factor espectáculo continua presente na cidade e aparece essencialmente em manifestações onde a participação do público é determinante. "*De uma maneira geral, este tipo de concentrações efémeras utilizam o espaço público da cidade como o grande teatro dos acontecimentos, traduzindo a vitalidade da polis enquanto local gerador de encontro.*"[39]

Segundo Patrick Bouchain[40] (1999) o grande evento perpetua no espaço e na colectividade a ideia de acolhimento ao outro. O outro possui aqui um duplo significado. O outro enquanto variedade de indivíduos na colectividade, o outro enquanto possibilidade de variação de uso e de introdução de elementos efémeros que ampliem essa variação. O efémero e o evento preconizam deste modo uma arquitectura de "*alta qualidade humana*" procurando romper e oferecer possibilidades de subverter as regras que restrinjam as liberdades de uso do espaço público.

2.2.3 Significado do efémero na expressão cultural da urbe.

A exploração do efémero traduz-se na construção de uma nova imagem do espaço por intermédio da virtualidade. A introdução de novos elementos determina não só a ocupação e percepção do espaço urbano como também, na maioria das vezes, explora imagens que vão do idealismo à pura ilusão perceptiva. À dificuldade da construção real e concreta, o efémero apresentava-se como possibilidade de construção ideal e experimental.

---

[38] *Idem*, pp. 28.
[39] DUARTE, Rui Barreiros. *A arquitectura efémera*. UTL, Faculdade de Arquitectura, dissertação de doutoramento, 1992, Lisboa, pp.118.
[40] Arquitecto responsável pela organização espacial dos eventos para as comemorações da passagem do ano 2000 nos Campos Elísios em Paris.

O idealismo expresso neste tipo de mecanismos revela, muitas vezes, a ambição de transformação subjacente à cidade, à sua imagem e aos seus espaço, criando processos de revisão e avaliação sobre o existente. As grandes concentrações efémeras, feiras, festivais, exposições, podem efectivamente tornar-se elemento gerador de forma urbana. Tal como Bonet Correa (1990) verificou através da análise dos eventos e evolução da forma urbana e arquitectónica em Espanha, poder-se-á constatar o mesmo nas manifestações colectivas da actualidade. Tem-se obviamente presente a realização dos grandes eventos urbanos como as capitais culturais, as Expôs ou festivais do mais diverso carácter. Essa necessidade de transformação e de recurso ao material urbano existente deve-se ao forçoso sentido de espaço exigido por tais manifestações. Há uma necessidade existencial de estabelecer o acontecimento numa base espacial que se institua enquanto lugar e, simultaneamente, de explorar o passado consubstanciando a intervenção no material cultural existente. As necessidades de forma e organização que visam o enriquecimento do acontecimento tornam-no mais rico e apelativo à participação.

Elemento importante para a avaliação do efémero e do evento urbano são as *"Relaciones"*[41]. Estes documentos possuem ilustrações representando os mecanismos arquitectónicos efémeros e os ornatos erguidos para cada ocasião, assim como os factos móveis usados em cortejos e comitivas que desfilavam pelas ruas e praças da cidade. Apresenta-se não só a exploração iconográfica do evento, mas também os processos de projecto e investigação associados à sua realização e cumprimento dos objectivos a que o evento se proponha. As construções efémeras para as festas, pela investigação e projecto que continham, instituíam-se como possibilidade de projectar ideais ou princípios quer da forma da arquitectura, quer da imagem e espaço da cidade.

O sentido vitalista do efémero, nos espaços potenciadores de variabilidade, assenta no seu valor de apoio sazonal que explora a dimensão teatral, tecnológica e utópica do evento. Rem Koolhas (1994), no seu ensaio *"Delirous New York"*, explora a capacidade que os parques de diversão nova-iorquinos potenciaram na exploração de formas, espaços e imagens que reverteram sobre a construção de Nova Iorque. Os factos efémeros são entendidos como um grande laboratório para a cidade: laboratório sobre as relações urbanas, sobre os seus espaços e os modos de ocupação. Estas arquitecturas revelam-se assim como factor potencializador de encantamento, associando-se à mistificação da imagem da cidade e inclusivamente ao seu marketing.

A dimensão feérica dos eventos urbanos reverte para o campo das possibilidades de evolução e criação urbana, possibilidades de desenvolvimento da grande construção artificial que é a cidade. Segundo Von Moos, *"A arquitectura moderna parece ter esquecido que o teatro – ou, mais precisamente, a arte da cenografia – não era só um importante ramo da prática arquitectónica pelo menos do século XV até ao século XIX, mas era, resumindo, num certo sentido o meio pelo qual a cidade europeia veio a desenvolver uma estética com consciência da sua forma."*[42]

---

[41] Referidas por Bonet Correa, as *"Relaciones"* enumeram os eventos urbanos do antigo regime e descrevem os mecanismo efémeros por si utilizados, permitindo avaliar as suas valências plásticas e espaciais.

[42] VON MOOS, Stanislau. *Venturi, Rauch & Scott Brown.* Office do livre S.A, Fribourg, 1987. *in* DUARTE, Rui Barreiros. *A arquitectura efémera.* Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, dissertação de doutoramento, 1992, Lisboa, pp.196.

Durante a idade moderna, os conceitos de evento e efémero aparecem associados ao valor de festa, de comemoração, de espectáculo urbano. A transposição da expressão do poder para a cidade permite a exploração de um conjunto de instrumentos, que suportando o espectáculo e conferindo cenário, investigam as possibilidades da imagem e espaço da cidade para a demonstração do regime. A escolha dos espaços da cidade para o desenvolvimento destas actividades e o modo como os indivíduos, representantes das instituições de poder, se expõem perante os restantes estratos sociais exprimem a ordem e a manutenção do poder. Os valores de representação e manutenção da ordem baseiam-se assim no regozijo popular, alegria generalizada e loucura colectiva que funcionavam como válvula de escape, servindo a conservação de equilíbrios entre as diferentes classes sociais. O efémero surge na idade moderna associado a questões de sustentáculo e manifestação da ordem social do Antigo Regime. "*A festa com o seu poder mágico, com a capacidade de tornar visível «o real maravilhoso», deixar em suspenso a monotonia obscura da vida quotidiana, criando um espaço e tempo utópicos, proporcionava uma evasão indispensável para aliviar o peso das pressões e obrigações (...)*"[43]

As razões/motivos da festa constituíam-se como a sua própria dinâmica, explorando-se o desejo do lúdico e uma imparável diversão. As lutas, corridas de touros, batalhas entre mouros e cristãos e simulacros militares serviam como antídoto à violência tão frequente na época, ao mesmo tempo que se instituíam como instrumentos de vigilância e controlo público. Vigilância sobre todo o tipo de desvios por parte dos cidadãos, principalmente do ponto de vista dos "desvios intelectuais". As touradas, ligadas a um sem número de ocasiões pagãs ou religiosas, serviam pela sua violência de momentos de descarga tendo em si simbolizada a noção de sacrifício. Por outro lado, eram ainda modo de demonstrar em público a força e destreza dos melhores, isto é, das classes dominantes, no manuseamento de armas e nos princípios de estratégia e domínio.

A festa é composta assim de uma série de factores de ordem racional (razões morais, políticas, económicas) e irracional (vida espontânea da festividade), que determinam o seu valor enquanto facto de agregação e controlo da comunidade. Ao longo da história os grandes eventos, como os jogos ou outras actividades, aparecem como instrumentos de poder que se manifestam na esfera pública urbana. Assim, em Roma surgira o princípio do *pão e circo*, no sentido de controlar a força e descontentamento popular. Os regimes absolutos ibéricos da era moderna recorreram ao princípio de pão e touros, enquanto que as ditaduras do século XX, deixando de lado os jogos mais violentos, exploram o desporto (o desenvolvimento de uma sociedade fisicamente capaz e superior), como instrumento de propaganda.

No século XIX a festa pública viu-se em grande parte substituída pelo espectáculo de acesso condicionado organizando-se em círculos fechados (clubes, casinos, sociedades de recreio), abrigando-se assim das barricadas e desordem sociais, para aparecer mais tarde sob novas roupagens de propaganda nas feiras internacionais criadoras de um optimismo fundado no poder económico e comercial da burguesia triunfante. Assiste-se a uma transformação do evento público, havendo uma transferência de protagonistas e significados entre espaço público e os novos equipamentos urbanos. Da projecção da imagem baseada na glorificação do poder real passa-se à glorificação da indústria, da tecnologia e do poder económico de que se vai erguendo. O

[43] BONET CORREA, Antonio. *Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español.* AKAL – Arte y estética, 1990, pp. 5.

evento urbano passa a construir-se segundo um novo padrão significativo que altera o seu uso dos espaços públicos assim como o conjunto dos mecanismos usados na sua expressão efémera.

As construções efémeras passam de mecanismos de expressão do ideal real e absoluto a potentes veículos de comunicação e expressão do progresso tecnológico. Ainda que não se podendo desligar da expressão do poder e das instituições de decisão na cidade, estas instituem-se como percursoras de modas, introduzindo novidades e chamando a atenção da sociedade. Da imagem reafirmadora da perenidade de um sistema homologado nos mitos e glória de deuses e heróis, onde prevalece a figura real absoluta, passam a instrumentos de marketing da capacidade organizativa e empreendedora das nações. Estas construções e eventos exploram capacidades de mediatização e instauram-se como instrumentos de marketing urbano. Seria Londres a capital da indústria sem a imagem do Cristal Palace? Seria Paris a cidade das Luzes sem os grandes eventos feéricos? Poderiam Nova Iorque e Chicago competir com as cidades europeias sem os eventos industriais e as suas arquitecturas nos finais do século XIX?

O efémero deve ser entendido não como moda ou circunstância reduzida a um contexto específico mas como um valor permanente na história e demonstrador do espírito de competição e progresso. É alvo de patrimonialização enquanto factor reflector de práticas, técnicas e tradições. Facto patrimonial enquanto forma cíclica, questionadora e renovadora de memória, enquanto excepção demonstrativa de novos anseios e desejos da comunidade face à cidade, enquanto factor de investigação e desenvolvimento de uma consciência urbana. O conceito de efémero reflecte a impossibilidade de pensar o mundo em termos definitivos aceitando a ciclicidade, a mutabilidade, o passar do tempo, isto é, o sentido de mudança intrínseco ao material arquitectónico e urbano acumulado na grande construção que é a cidade.

Apesar da afirmação de Von Moos, ao longo de todo o século XX, o efémero e a exploração teatral e cenográfica do evento surgem como um amplo laboratório de experimentação da arquitectura e de consciencialização sobre a cidade. Os enunciados modernistas e as experiências desconstrutivistas foram experimentados em protótipos à escala real sobre a cidade existente, como o protótipo dos Immeubles Villa de Le Corbusier ou as experiências de Vladimir Tatlin. Experiências dadaístas exploraram a capacidade de evolução e transformação constante do espaço, como a *Merzbau*[44] de Kurt Schwitters. O Situacionismo ou o Movimento Radical associam-se a outras formas de expressão plástica e exploração espacial (como as artes performativas), sondando as possibilidades de extensão e subversão de significados e apropriação espacial sobre o ambiente construído.

Existe nestes movimentos uma consciência de que o efémero e *"a análise do espaço urbano ajuda-nos a descobrir como a mínima alteração e transformação revelam um desejo reprimido para a invenção e participação do indivíduo urbanizado"*[45]. A experimentação proporciona um conjunto de *"instrumentos úteis a criar uma nova interpretação do espaço urbano, através da descoberta e definição dos graus de liberdade ainda*

---

[44] Projecto de destruição e construção no interior da casa do artista. Todos os dias eram acrescentados elementos, à semelhança dos processos de *collages*, transformando as propriedades geométricas do espaço. Obra explorada por Yago Conde, *in* CONDE, Yago. *Arquitectura de la indeterminación.* ACTAR, Barcelona, 2000.

[45] LA PIETRA, Ugo. *Gradi di libertà. In* "Casabella", nº 366, 1972. *in* PETTENA, Gianni. *Radicals. Architettura e design 1960/75.* Il Ventilabro, Firenze, 1996.

presentes no interior de sistemas fechados que organizam a ordem urbana."[46] Com base nestes pressupostos as arquitecturas efémeras, nomeadamente ao nível dos abrigos e instalações, é continuadamente explorada pela contra-cultura como modo de propor alternativas aos factos vigentes.

Assentando na suspensão ocasional e temporária das funções inerentes ao espaço, o efémero permite questionar os valores da cidade. Uma suspensão que consagra o espaço urbano como lugar existencial, de comunicação e experimentação arquitectónica; uma suspensão que permite (re)visitar e (re)avaliar o espaço, a sociedade constituindo-se como momento de reflexão. A origem do efémero numa pesquisa espacial ressalta a sua importância na procura de definições teóricas e estruturais da arquitectura, dos espaços urbanos e das suas interacções com a comunidade. Apesar da perda da sua abrangência, nomeadamente ao nível da participação da comunidade, o efémero permanece como base de exploração de modelos numa escala real sobre o material ambiental disponível, como a cidade histórica. A sua permanência como factor de desenvolvimento espacial, estético e de consciência sobre a cidade permanece actual.

2.2.4 O determinismo do efémero na flexibilidade espacial.

Entre o efémero e as possibilidades de variação inerentes ao espaço encontra-se como que uma relação biunívoca. O efémero resulta da simultaneidade entre a exploração de factores latentes e pré-disposições disponibilizadas pelo espaço. Este, à semelhança da intervenção na cidade consolidada, corresponde a uma construção sobre o material existente retirando daí suporte para a construção de uma nova realidade que, no entanto, pelo seu carácter fugaz e passageiro, encontra liberdade para se desembaraçar dos circunstancialismo das restantes construções podendo ser um território de hipóteses e fantasia. Encontra-se assim na condição de trabalho sobre o existente sem ter de responder à continuidade dos seus factos, instituindo-se como momento único e excepcional onde é possível transformar o espaço num outro, *"(...) mais que o uso do espaço, seria o efeito da ausência desse espaço que seria de outro modo."*[47]

As praças, campos, rossios ou terreiros, pela sua forma, envolvência arquitectónica e disponibilidade, possibilitam a recepção de elementos que acentuam as suas valias enquanto espaço estrutural na vida comunitária e forma urbana. O confronto de elementos perenes e efémeros nos espaços de uso variável despoleta fenómenos mais amplos de exploração das capacidades dos espaços assim como do seu reconhecimento.

A variabilidade, na realização de eventos programados ou espontâneos do quotidiano, será tão mais qualificada quanto o for a base espacial de referência, assim como os elementos efémeros ou improvisados para o seu suporte. Há como que uma dupla contaminação qualitativa entre factos perenes e efémeros. Como afirma recorrentemente Bonet Correa (1978), a consolidação de espaços da cidade é muitas vezes decorrente da experiência efémera, assim como a qualidade do efémero é, modo geral, decorrente das qualidades latentes e influentes quer do meio físico, quer social.

---

[46] PETTENA, Gianni. *Radicals. Architettura e design 1960/75.* Il Ventilabro, Firenze, 1996, pp. 135.
[47] GUARDIGLI, Decio. *Festen. Promemoria per il laboratorio Architettura della festa. in* "Urbanistica", nº 125, Roma, 2004, pp. 72.

Como referido anteriormente, o aproveitamento dos espaços de variação implica o despoletar de uma maior diversidade no desenvolvimento de actividades nómadas, assim como uma maior variedade nas possibilidades de uso e apropriação quotidiana. A inclusão do quotidiano na urbanística e intervenção patrimonial é, como identifica Isabel Guerra (2000), a consagração de uma nova escala temporal e geométrica inerente aos factos construídos na cidade. Valoriza-se assim, não só um património físico expresso na configuração urbana, mas também um património intangível expresso nos modos de ocupação do espaço.

Enquanto concentração efémera, a realização de feiras, romarias ou outros eventos culturalmente dinâmicos e significativos distinguem-se na apropriação do espaço público pela questão do desenvolvimento de abrigos e estruturas que configurem espaço no interior do espaço urbano, *" (...) além do abrigo a espectacularidade é uma outra característica das grandes concentrações efémeras onde o universo simbólico se pode por vezes autonomizar, sendo conotada com as manifestações políticas e religiosas."*[48]

A importância do efémero acentua-se enquanto fuga e experiência sobre o espaço do quotidiano, formulando novas relações com a envolvente e ampliando a capacidade integradora, significativa e memorativa do espaço público. De acordo com M. Bachtin (1979) o evento urbano representa uma possibilidade para a inversão da organização quotidiana, desenvolvendo a acção crítica e o reconhecimento de possibilidades. *"Uma cultura que acredita na festa e que através da festa, a música, o ritmo frenético, aquele deambular pela rua, para centenas de milhares ou milhões, como vísceras da cidade inorgânica, pretende aceder a qualquer coisa de profundo, profundíssimo, ínsito."*[49]

A flexibilidade espacial encontra-se ampliada pelo efémero, correspondendo simultaneamente à necessidade de variação e novidade por parte da comunidade que aprofunda as suas relações e constrói uma dimensão crítica dos seus espaços no confronto com a sua transformação cíclica.

[48] DUARTE, Rui Barreiros. *A arquitectura efémera*. UTL, Faculdade de Arquitectura, dissertação de doutoramento, 1992, Lisboa. p.118
[49] GUARDIGLI, Decio. *Festen. Promemoria per il laboratorio Architettura della festa. in* "Urbanistica", nº 125, Roma, 2004, pp. 72.

3 Metodologias de intervenção na cidade
A procura do espaço público

3.1 Teorias de intervenção na cidade
Métodos para a intervenção no espaço público

3.1.1 A formulação dos princípios de intervenção
3.1.2 A evolução da intervenção sobre o património urbano após a 2ª Guerra Mundial
3.1.2.1 A reconstrução: modernismo e reconstrução integral
3.1.2.2 A contestação ao modernismo. A prioridade à salvaguarda patrimonial.
3.1.2.3 Inclusão do espaço urbano na reflexão e instituição de princípios tutelares
3.1.2.4 O regresso à cidade histórica. A cidade como lugar para viver
3.1.3 A revitalização da importância do desenho urbano e do espaço público

3.2 O projecto de espaço público
Resposta ao património arquitectónico e intangível

3.2.1 A resposta à identidade e imagem da cidade
3.2.2 A importância atribuída ao espaço público
3.2.3 Processos de intervenção
3.2.4 Passos metodológicos. A montagem do projecto de intervenção
3.2.4.1 Problema, identificação e análise do contexto. Mecanismo de avaliação
3.2.4.2 Conceito de conservação, qualificação e valorização a aplicar
3.2.4.3 Carácter das estratégias. Estrutura organizativa
3.2.4.4 Mecanismos de desenho
3.2.5 Elementos perenes e efémeros na intervenção sobre o espaço público



3.1 Teorias de intervenção na cidade. Métodos para a intervenção no espaço público.

A construção da cidade, na sua relação com as pré-existências, surge como uma constante ao longo de toda a história da construção e da formação das cidades. Recurso e (re)uso do material disponível, mais do que a consciencialização e formulação do projecto a partir de teorias patrimoniais, aparece como resultado de circunstancialismos derivados do bom senso do projecto, o qual está sempre carregado de forte conhecimento e cultura da construção e de outros mais práticos e correntes como imperativos de ordem económica, temporal, política ou técnica. Esse fenómeno é bem presente na construção dos espaços urbanos quer pela quantidade de intervenientes que nele intervieram, quer pelo tempo que requerem os processos de consolidação urbana.

Os intervenientes na cidade, não deixando de lado a expressão da sua contemporaneidade, demonstram o respeito pela obra anteriormente realizada deixando de lado a tentação de atitudes gratuitas na expressão da diferença e da individualidade. Ainda que sem teorias, sem o refúgio à tratadística, expressa contemporaneamente nas cartas do património, a cidade cresce com base em sucessivos somatórios, morosas sedimentações da prática arquitectónica e urbanística reflectindo o pensamento, cultura e modos de estar; a vida de cada tempo.

O documento urbano que chega ao presente é o resultado da sobreposição de intervenções mais ou menos fortes, mais ou menos determinantes na forma global da cidade, mas acima de tudo de intervenções que paulatinamente foram caracterizando e acrescentando valor à cidade expressando a complexidade da sua identidades.

Como refere Nuno Portas (1984), o conceito de intervenção na cidade existente decorre de um conjunto diversificado de circunstâncias, nomeadamente da ampliação do conceito de património arquitectónico, desde a identificação inicial com o monumento, o quarteirão, a praça ou o conjunto típico a "classificar" para evitar a

demolição ou adulteração e tratar como objecto de restauro (Viollet Le Duc) ou de ambientação (Ruskin, Sitte), até à actual concepção que procura a integração física e social de cada área no conjunto urbano, privilegiando sequências de espaços públicos e sítios mais ou menos heterogéneos mas sempre testemunho de memórias colectivas - mas que não proíbe operações cirúrgicas mais ou menos profundas sobre os tecidos herdados com a consequente marca formal de quem hoje as faz e as usa. Do exposto emerge a evolução, relativamente ao património, de uma tendência exclusiva, que se centrava na preservação de objectos de excepção, preconizada por V. Le Duc, Ruskin e Sitte, para uma tendência inclusiva, que progressivamente integra outros elementos, reconhecendo nomeadamente a importância da temática do ambiente urbano já apontada por Ruskin, a propósito de estudos desenvolvidos sobre o tecido medieval, mas que só em 1931 é formulado por Giovannoni ao referir-se ao contexto dos monumentos.

O debate sobre o património urbano e arquitectónico é uma consequência directa da revolução industrial. Embora a discussão e valorização dos bens arquitectónicos tivesse começado de modo consciente com o renascimento, a valorização da cidade, no conjunto da sua dimensão espacial e edificada, só começa a tomar forma durante o século XIX. O corte radical introduzido pela industrialização nos modos de vida e modos de produzir cidade determina a valorização do património e progressivamente da cidade enquanto valor patrimonial e documental. A alteração dos métodos de produção e a inclusão de novas tecnologias rompem definitivamente com os processos sedimentados ao longo de séculos e que permitiam uma constante transformação da cidade, dos seus espaços e formas arquitectónicas, sem pôr em causa princípios de continuidade. A alteração do quadro tecnológico que regia a intervenção na cidade e a emergência de novas escalas e programas colocavam o dilema sobre a necessidade de transformação e adaptação a uma nova era e a necessidade crescente de preservar a cidade enquanto contentora de cultura e história; a cidade como objecto documental.

Posteriormente a preocupação sobre o património urbano é fruto da tomada de consciência, no período pós-bélico da Segunda Guerra Mundial, dada a destruição infligida aos centros históricos das cidades europeias. A necessidade de recuperar urgentemente as cidades, realojando milhões de pessoas e relançando a dinâmica económica e cultural da Europa, exigiu acções de grande rapidez e pragmatismo no que toca à reconstrução da urbanidade e dos seus elementos simbólicos mais significativos. Em diferentes pontos da Europa foram sendo tomadas diferentes posições que, mais ou menos conscientes, serviram para moldar a cidade do pós-guerra e determinar o estado contemporâneo do património urbano e arquitectónico.

A actualidade sobre a intervenção na cidade esboça-se a partir dos anos 80 com as apostas na qualificação dos sistemas urbanos, baseada em princípios de sustentabilidade, ressaltando definitivamente a importância do espaço público em processos de dinamização e revitalização dos centros históricos. A qualificação do património edificado e do espaço público participam no relançamento da imagem das cidades num mundo cada vez mais urbanizado, competitivo e global. No entanto, a sobrevalorização da imagem da cidade incorre nos perigos da sua elevação a bem de consumo o que, em muitos casos, coloca em risco a possibilidade de contenção de uma vivência efectiva e autónoma dos seus espaços.

O debate sobre o património é permanentemente caracterizado por uma série de divórcios: divórcio entre a elite cultural e as vanguardas profissionais; divórcio entre disciplinas (Planeamento, Projecto, Análise urbana e

Restauro), dada a crescente especialização dos campos de investigação e acção, o que implica o entendimentos de diferentes cronologias e hipóteses nas políticas de gestão.

3.1.1 A formulação dos princípios de intervenção

"O espaço da cidade histórica como património urbano é uma dilatação conceptual ainda muito recente, surgindo quatro séculos depois da invenção do conceito de património histórico, tratando-se, como esclareceu Françoise Choay, de um contributo específico da cultura europeia."[1] A cidade como objecto patrimonial surge das grandes transformações cingidas à cidade pela revolução industrial e foram amplamente empolgadas e divulgadas após as grandes guerras que assolaram a Europa no século XX. A esta preocupação deve-se associar o desenvolvimento do urbanismo enquanto disciplina e cuja primeira síntese é fixada por Cerdá em *Teoria General de la Urbanización* (1867), onde este expõe a sua metodologia e pensamento urbanístico que geriu o caso concreto da expansão de Barcelona. Essa disciplina assenta essencialmente no desenvolvimento e transformação da cidade, enquanto que a preocupação pela salvaguarda da mesma vai crescendo na contracorrente desse mesmo processo de urbanização. Porém, tanto os processos de transformação como os de salvaguarda patrimonial são determinantes para entender intervenções colocadas sobre a cidade existente, assim como para consolidar valores e atitudes perante esta. Dentro da contracorrente aos processos de urbanização, Françoise Choay (1992), classifica o espaço de tempo desde o século XIX à segunda grande guerra como o período de invenção do património urbano e organiza-o em três momentos (memorial, histórico e historial) com três grandes protagonistas (Ruskin, Sitte e Giovannoni). Neste mesmo espaço temporal encontram-se outros três momentos (esventramento, expansão, cidade moderna) que, no entanto, se viram para uma intervenção mais pesada sobre a cidade, visando a sua transformação em função da emergência de uma nova escala urbana e de modos de organização social, politica e económica. Esses últimos momentos referidos determinam a transformação de elementos basilares da cidade como a sua estrutura de espaços colectivos e o cadastro a par de uma nova distribuição das funções e usos em espaço urbano, sendo que o último momento coloca em causa os próprios princípios da cidade canónica. Esta corrente urbanística essencialmente progressista, deixando de lado princípios culturalistas na abordagem da forma urbana, possui como protagonistas Haussman, Cerdá e Le Corbusier.

O momento **memorial** enunciado por Choay[2] assenta na valorização romântica do ambiente urbano. A teorização sobre a inegável importância na preservação dos grandes monumentos estende a condição ou valor de património a preservar ao conjunto urbano dos centros históricos e à arquitectura anónima que ao longo de gerações construiu cidade. Na obra *Stones of Venice* (1897), Ruskin apela ao valor estrutural do tecido urbano enquanto elemento patrimonial. A sua atenção recai sobre a arquitectura doméstica enquanto dominante da imagem da cidade e factor determinador do tipo de vida e relação com o espaço da cidade. Porém *"ao querer viver a cidade histórica no presente, Ruskin encerra-a, de facto, no passado e deixa escapar a cidade historial, a*

---

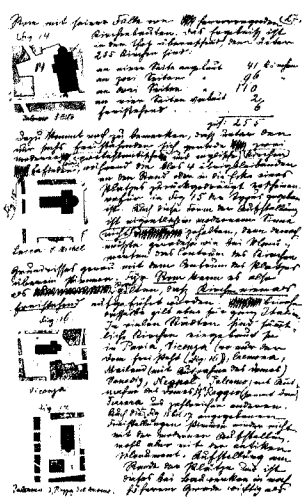
[1] AGUIAR, José. Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património. FAUP publicações, Porto, 2002, pp.81.
[2] Sistematização apresentada para a formulação de princípios de reflexão sobre a intervenção na cidade histórica enunciados em CHOAY, Françoise. *A alegoria do património.* Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000. Edição original de 1992.

que está envolvida no futuro da historicidade."[3] Claro que todo o seu pensamento é construído numa recusa das transformações impostas pela cidade industrial, sendo a cidade antiga um veículo para a apologia de processos produtivos e modo de habitar específicos. É também na sua apologia cultural contra a máquina que se insere o valor da cidade antiga. Ruskin não aceita os novos sistemas e modos de organização saídos da revolução industrial, não reconhecendo a possibilidade de transformação e adaptação da cidade histórica que se cristaliza, representando-a como um monumento histórico.

O pensamento de Ruskin introduz uma teoria de intervenção baseada na conservação e inviolabilidade tanto da imagem, como da matéria do objecto a conservar, deixando de lado toda a possibilidade de projecto e de transformação do edifício e da cidade antiga. Arquitectura e cidade são entendidas sobre o primado da sua artisticidade secundarizando elementos intrínsecos à razão de ser do objecto e do espaço.

Na continuidade da construção do pensamento sobre a salvaguarda dos valores da cidade histórica o momento **histórico** reconhece a cidade enquanto material pedagógico: a cidade enquanto repositório de conhecimento e de modos de fazer arquitectura, a cidade como cultura da construção e do habitar o espaço urbano.

"A cidade pré-industrial surgia então como um objecto pertencente ao passado e a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade é assumida na sua dimensão e positividade."[4] A noção de cidade histórica é esclarecida na obra de Sitte[5] (1889) e, opondo-se a Ruskin, não nega a transformação imposta pela sociedade industrializada, entendendo a cidade como fenómeno contínuo de construção. A cidade histórica é um instrumento de reflexão em que se procura a recuperação de conceitos de "beleza urbana", colocados em risco pelas transformações urbanas suas contemporâneas que descoravam valores de escala, variação, relação e enquadramento das construções. A Sitte interessava a determinação de bases para uma nova e mais motivadora estética urbana apta à resposta de necessidades e representação da nova sociedade nascida com a revolução industrial.



3.1 Camillo Sitte. Estudos planimétricos de praças urbanas numa página do manuscrito original de *"Der städtebau nacht seinen künstlerischen grundsätzen"*.

[3] CHOAY, Françoise. *A alegoria do património*. Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000, pp. 160.
[4] *Idem*, pp. 160.
[5] *"Der städtebau nacht seinen künstlerischen grundsätzen"* (1889) – A urbanização nos seus princípios estéticos, traduzido para português com o título de "A arte de construir cidades".

O estudo de Sitte parte da análise de cidades antigas procurando esquemas espaciais, modos de articulação planimétrica, volumétrica e de vazios usando o material histórico como referência, lição, para as novas construções. Este sistematiza os seus estudos desenvolvendo os princípios de uma análise morfológica urbana que se constitui como instrumento base para a intervenção na cidade.

A preocupação principal de Sitte não recai tanto sobre a salvaguarda da cidade antiga, mas antes no facto de esta conter lições sobre modos de construir passíveis de serem aplicados à cidade industrial. *"Para Sitte, os exemplos históricos não se constituem enquanto modelos, o que procura é a sistemática, os princípios e as regras motrizes que permitam sustentar a nova "beleza urbana" da cidade do futuro."*[6] No entanto, tal como em Ruskin, a valorização da cidade encontra-se ainda muito agarrada a uma preocupação cenográfica para a integração dos monumentos.

Por fim o momento **historial** assume-se como momento integrador, sintetizando ensinamentos e preocupações inerentes a John Ruskin e Camillo Sitte. Gustavo Giovannoni ultrapassa os anteriores momentos conceptuais ao sintetizar o conceito de património urbano e respectiva metodologia de intervenção no seu livro *Vecchie cittá ed edilizia nuova* (1931). Nesta obra é atribuída à cidade "velha" a sua valência histórica e estética a par do seu valor de uso consagrando a possibilidade de integração de novos fenómenos e conceitos de urbanização.

Giovannoni confronta a tendência do urbanismo progressista com a do urbanismo culturalista. A cidade não pode ser cristalizada como se de um museu se tratasse, comprometendo *"o desenvolvimento e fechando o caminho da civilização, encerrando a nova vida entre ruas estreitas e tristes, somente por um entendimento fetichista em relação ao passado. As nossas exigências são completamente diferentes das dos nossos antecessores; e a estas não nos poderemos adaptar, do mesmo modo que não poderemos usar as suas roupas pitorescas mas incómodas."*[7] Simultaneamente, a cidade não deve alhear o indivíduo e a vida colectiva da procura da beleza, a cidade *"deve conter em si elementos de educação moral e estética,"*[8] não podendo prescindir dos valores transmitidos pela tradição.

Para Giovannoni, a cidade "velha" é antes de tudo um objecto de estudo com uma dupla valência: lição de urbanismo e património urbano a respeitar e reusar. Na sua concepção urbanística e quadro de valores específicos para a cidade antiga, o mesmo defende a utilidade dos antigos centros históricos enquanto lugares de utilização diversificada, convivial e de permanência. A cidade deveria configurar-se como lugar de promoção da proximidade e encontro entre os seus cidadãos, função desde sempre associada à cidade histórica pela complexidade e riqueza morfológica da sua estrutura e dos seus espaços. O conjunto urbano antigo é integrado numa concepção geral da organização do território, levando mais adiante o valor propedêutico da cidade histórica sobre a nova cidade.

Nesta linha de ideias a arquitectura menor assume uma condição equivalente à de monumento. Monumento colectivo que deve passar a encontrar-se sob as tutelas de salvaguarda do património histórico, cultural e artístico. Porém, a salvaguarda da cidade não a determina como espaço museológico, ao contrário de Ruskin,

---

[6] AGUIAR, José. Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património. FAUP publicações, Porto, 2002, pp.82.
[7] GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie cittá ed edilizia nuova*. Edizione Cittá Studi, Turim, 1995 (1ª edição 1931), pp.2.
[8] *Idem*, pp.3.

levando em conta o seu estatuto de lugar do quotidiano onde as lógicas de uso fazem parte de si enquanto mais valia patrimonial. No entanto, a intervenção na cidade velha configura-se ainda de acordo com o historicismo e a procura de uma imagem homogénea. As intervenções fazem-se ainda pontuar pelos princípios de Viollet Le Duc onde a modernidade é revestida de roupagens históricas que vão de encontro a um suposto estilo do lugar.

O valor de uso acrescido à cidade histórica é associado a um pensamento global sobre a totalidade da cidade e da sua importância no território. De acordo com a metodologia de Giovannoni, a cidade velha deve renunciar a uma vocação de centralidade única no contexto territorial e urbano, incluindo-se o numa lógica polinuclear. Este modo de enquadrar a cidade histórica na globalidade urbana permite que esta não perca os seus valores patrimoniais e que a cidade possa simultaneamente absorver novas escalas e tipologias caracterizadoras da evolução civilizacional. Por outro lado, os usos do centro histórico devem ser compatibilizados com as suas características morfológicas, escala e capacidade de cadastro existentes de modo a impedir a perturbação dos elementos caracterizadores. No que toca a novas construções e alterações físicas, Giovannoni defende a supressão de construções parasitas, não numa política agressiva de demolições e modernização da cidade, mas numa política de valorização do existente e eliminação de elementos perturbadores, sendo que a introdução de novas construções deva ir de encontro ao respeito absoluto pela tipologia cadastral e pelos condicionamentos da morfologia do existente.

O momento do **esventramento** tem como princípio a intervenção na cidade histórica alterando drasticamente a sua estrutura e transformando, ou mesmo eliminando, parte significativa do material acumulado. Esta transformação assenta as suas premissas em princípios de circulação, higienização e revalorização e enquadramento dos grandes monumentos, segundo princípios de libertação do espaço envolvente.

Baseando-se numa profunda reestruturação fundiária da cidade, os esventramentos transformam drasticamente a cidade histórica, continuando, porém, a concebe-la de acordo com os princípios canónicos da morfologia urbana. A transformação da cidade é uma transformação de escala incluindo entre as suas tipologias novos equipamentos, como a estação de comboios, o mercado central ou os grandes equipamentos culturais destinados a uma burguesia abastada e cada vez mais influente na cidade.

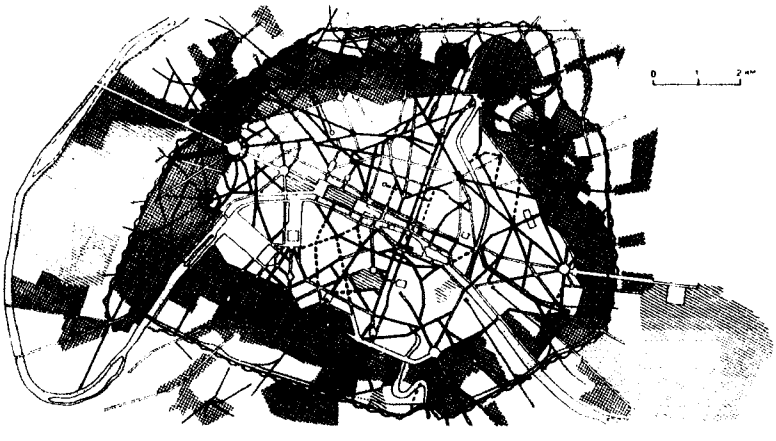
Os esventramentos procuram conferir à cidade uma nova escala condizente com as exigências da nova sociedade industrial. Abrem-se grandes eixos, muitas vezes continuando esquemas já explorados ao longo da idade moderna (os esquemas perspécticos do barroco, assim como as praças para a articulação e desdobramento de eixos), no sentido de facilitar a comunicação no interior da cidade e, nomeadamente, na ligação desta ao novo meio de transporte, o comboio, que relaciona cidade com o território muito para além da sua envolvente directa. Os grandes eixos pretendiam igualmente transformar a velha e apertada malha urbana existente, criando grandes elementos de referência, assim como eliminar a insalubridade e degradação dos antigos bairros. Era necessário "arejar" o interior da densa massa construída abrindo grandes espaços colectivos que com luz, amplitude espacial e arborização conferissem à cidade uma imagem moderna.

Os eixos viários organizavam-se em função dos novos equipamentos urbanos, como a estação ou a ópera burguesa, ou, por sua vez, em função de edifícios existentes, monumentos, de elevado valor referencial para a comunidade. Esses edifícios excepcionais eram deixados no vazio, isolados, exaltando o seu valor enquanto

objecto e marco visível na cidade. Contudo, a agressiva transformação do tecido eliminava muito dos conteúdos patrimoniais acumulados ao longo de séculos de sedimentação e construção urbana.

O exemplo mais emblemático desta atitude de transformação urbana é o conjunto das operações urbanas em Paris levadas a cabo pelo Barão Haussmann. Sucessivas intervenções alteraram definitivamente a imagem da cidade e a natureza dos seus espaços colectivos, construindo um complexo esquema de grandes boulevars e de praças concebidas segundo o princípio de placa giratória. A partir dos novos traçados a cidade reorganiza as suas construções em quarteirões originados pelo reparcelamento dos seus lotes segundo princípios claros de instituição de uma nova ordem urbana. A intervenção sobre a cidade existente não leva em conta o valor da sua estrutura, da articulação dos seus espaços ou das tipologias, cadastro e formas arquitectónicas correntes. A importância sobre o existente é concedida exclusivamente ao monumento enquanto peça. Os edifícios significativos são desligados da estrutura em que se enquadravam originariamente para se colocarem na cidade enquanto elemento de valorização da perspectiva das novas avenidas ou de articulação entre os novos espaços colectivos. Ao corpo da antiga cidade é sobreposta uma rede de novas ruas largas e rectilíneas formando um sistema coerente de espaços públicos unificadores da cidade na sua grande escala.

As intervenções de Haussmann são fortemente criticadas pelos intelectuais e artistas seus contemporâneos dada a destruição do ambiente da velha Paris. A crítica assenta mais sobre valores estetizantes e numa tendência de condenação da sociedade industrial, do que numa abordagem séria e reflectida sobre o material urbano e a sua transformação.



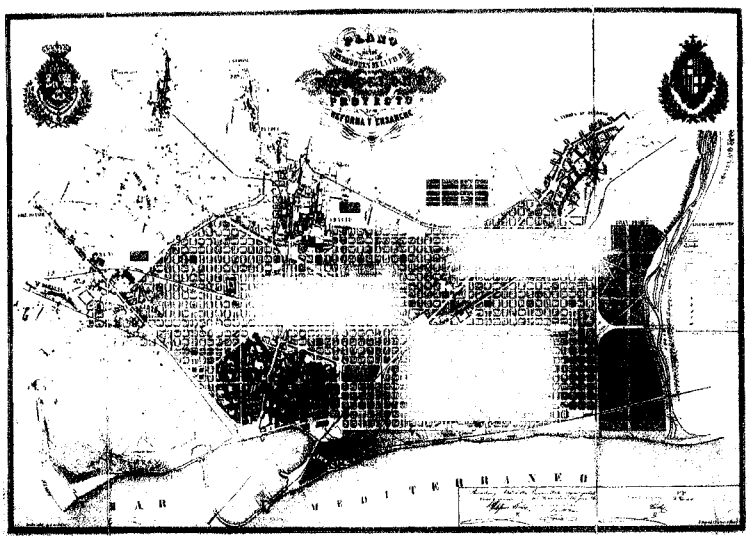
3.2 Mapa das intervenções de Haussmann em Paris. A traço cheio as ruas; a quadriculado as expansões; a raiado os novos parques e jardins

O grande crescimento económico das cidades com a revolução industrial proporcionou a realização de planos de **expansão** urbana que, não só ampliaram a dimensão das cidades, como alteraram definitivamente a relação destas com o território envolvente. Esses planos determinavam a forma e carácter das novas extensões urbanas, ordenando-as a partir do projecto de infra-estruturação, ou projecto de solo, como identifica Secchi (1986), e a partir do qual se estabelecem os princípios de articulação dos espaços colectivos e o desenho do espaço público.

Conquistando novos espaços para a cidade, rompendo os limites anteriormente marcados pelas muralhas e urbanizando novas áreas para além da cidade existente, estas expansões marcam de modo decisivo a nova imagem da cidade mas também a relação entre a globalidade do sistema (cidade nova *versus* cidade antiga). Na

discussão sobre a intervenção na cidade existente, mais do que as formas assumidas em cada plano de expansão (o tipo de malha, traçado, quarteirão, densidades de ocupação, etc.), interessam as relações que se estabelecem no território de charneira entre cidade velha e cidade nova. O espaço de transição interessa pelo modo como se implementam continuidades ou rupturas (tanto ao nível do traçado como ao nível da proporção dos lotes, da escala das novas construções, etc.). Interessam pelo modo como os espaços de interface abertos entre a expansão e a cidade existente se articulam com a lógica global de espaços colectivos. Importa aferir de que modo a concepção destes novos espaços teve em conta a reflexão sobre a cidade existente e a realização de trocas entre ambas as "cidades" (trocas de formas, linguagens, funções).

A expansão das cidades é em grande parte devida à alteração de princípios bélicos e geoestratégicos que permitiram a eliminação das muralhas. O fim deste marco físico da cidade implica a perda de um importante elemento patrimonial da cidade que, no entanto, abre espaço à possibilidade de expansão urbana e à alteração definitiva dos limites e da relação entre dentro e fora anteriormente preconizada entre cidade e território envolvente.

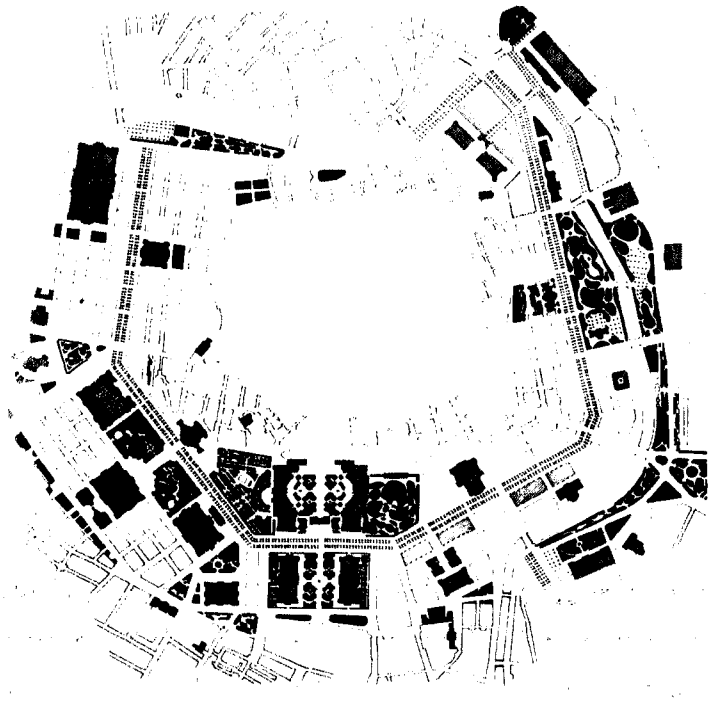


3.3 Plano de Barcelona de Ildefonso Cerda.

Cerdá, no seu ensanche para Barcelona, debate-se com o confronto entre a cidade existente e a vasta expansão proposta. O derrube das muralhas da cidade permite não só a libertação de um vasto espaço para a acção urbanística como favorece a possibilidade ao centro histórico de se abrir à envolvente. Contudo, a irregularidade da cidade antiga, e principalmente a diferença de escalas dos seus espaços e respectivas construções, exige especial atenção no encosto entre uma malha sinuosa e a regularidade da quadrícula imposta pelo plano. Na charneira entre as duas cidades são organizados espaços públicos (articulando diferentes direcções e escalas) e à nova malha estabelecem-se alguns alinhamentos excepcionais, nomeadamente os alinhamentos correspondentes às antigas muralhas, e que implicam o desenho de quarteirões triangulares ou trapezoidais nos espaços de confronto. Por outro lado, algumas unidades da cidade antiga são colmatadas submetendo-se a alinhamentos dos novos quarteirões e à escala construtiva da expansão. Porém, mesmo neste caso, o plano não deixa de lado a possibilidade de esventramentos no centro

na pretensão de conseguir entre os dois tempos da cidade uma maior continuidade visual e clareza de orientação e circulação na globalidade do conjunto.

Ainda que não correspondendo ao espaço de charneira entre a cidade existente e uma expansão programada, casos como o de Viena podem ser aqui incluídos pelo tipo de preocupações entre cidade antiga e cidade nova. O derrube das muralhas, assim como espaço vazio correspondente ao campo de alcance das armas de fogo, permite à cidade o desenvolvimento de um vasto programa habitacional e de equipamentos que através de grandes espaços públicos permitem a articulação dos sistemas de espaços colectivos de ambos os lados do território de charneira. A Ringstrasse de Viena (plano de 1859-1872), proporciona à cidade um complexo conjunto urbano que possibilita a eliminação de um limbo na cidade para que as expansões (ainda que não sendo resultado de um plano global) se relacionem com a cidade segundo princípios de continuidade. O sistema baseia-se num conjunto de largos boulevards que envolvem a cidade articulando amplos espaços públicos que, por sua vez, servem de suporte a um extenso conjunto de equipamentos (museu, parlamento, câmara, faculdade, teatro e teatro de ópera). O Ring de Viena permite assim incluir a cidade antiga no sistema viário da cidade moderna sem esventrar ou destruir o casco antigo.

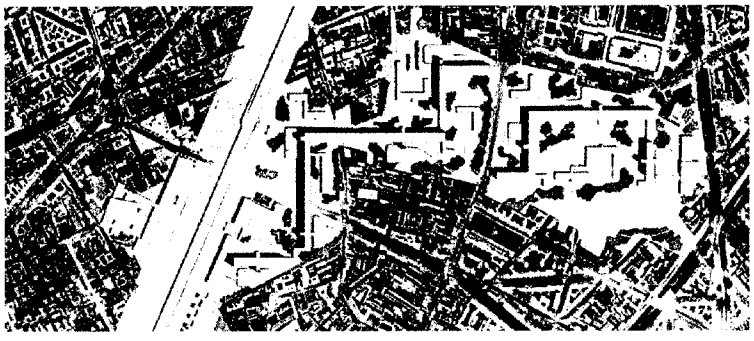


3.4 Plano do Ring de Viena. A branco os edifícios privados, a raiado os edifícios públicos e a negro as zonas verdes.

Ainda que os dois momentos anteriores se debruçassem sobre a cidade canónica, baseando-se nos grandes traçados e princípios compositivos da cidade a partir do quarteirão, a **cidade modernista** desafia esses mesmos valores e consagra um tipo de cidade que rompe com todas as anteriores premissas de cultura e desenho urbano. Além da recusa das morfologias construtoras da cidade no passado, o modernismo pretende ainda fazer tábua rasa da cidade antiga eliminando todo e qualquer vestígio da cidade antiga e da cidade burguesa do século XIX.

A cidade moderna é fruto de uma intensa pesquisa e formulação de experiências conceptuais que só se vêem parcialmente, e mesmo erroneamente, concretizadas com a reconstrução urbana europeia após a Segunda

Guerra Mundial. A pesquisa e propaganda em redor dos princípios do modernismo devem-se em grande parte ao grupo dos arquitectos modernos reunidos nos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna), onde se destaca a figura de Le Corbusier que, já anteriormente à realização dos congressos, desenvolvera extensos estudos e acções de divulgação da nova era da arquitectura e da cidade (pode-se referir o *Plano de Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes* de1922 o *Pavilhão do Espírito Novo* do mesmo ano, o *Plano Voisin* de 1925 e a *Cidade Radiosa* de 1930). Os princípios da cidade modernista são expressos na Carta de Atenas elaborada no CIAM de 1933, sendo reescrita por Le Corbusier que enuncia aí os princípios explorados nos seus planos e estudos.



3.5 Projecto de Le Corbusier para a modernização de área insalubre (6º Bairro)

A formulação da cidade moderna destrói e abandona o quarteirão, a rua e até a praça, propondo novas tipologias assentes em complexas máquinas de habitar e trabalhar, levitando sobre extensos espaços livres. O espaço público perde forma na cidade transformando-se numa extensão (vazio) verde para contemplação a partir do cimo dos modernos edifícios. Por outro lado, grandes estruturas arquitectónicas artificializam no seu interior espaços colectivos como terraços, ruas comerciais, pequenos equipamentos e jardins de Inverno, como aqueles que surgem na *Unité* (1945) em Marselha. A grande unidade de habitação representa o elemento morfológico de organização da cidade subvertendo o sistema tradicional baseado no lote e nos traçados. O espaço colectivo é dominado pela extensão anónima de verde e pelas vias de circulação especializadas que eliminam o encontro ou confronto entre os habitantes da cidade, assim como a variedade de acontecimentos tanto físicos como humanos tão caros ao espaço público urbano. "*Mas, como é evidente, muitas das suas propostas (Le Corbusier) têm um sabor de polémica e manifesto, com a evidente finalidade de agitar os espíritos e motivar o debate, e, com tal são exagerados e provocatórios. O próprio Le Corbusier as considerava como catalisadoras do debate sobre a cidade moderna (...).*"[9]

No capitulo V da Carta de Atenas é abordado um conjunto de questões acerca do património histórico das cidades. No artigo 65 refere-se que "*a vida de uma cidade é um acontecimento contínuo manifestado através de séculos por obras materiais, traçados ou construções, que a dotam com sua personalidade própria e de onde emana pouco a pouco a sua alma.*"[10] Apelando-se à atenção e responsabilidade sobre a sua conservação para a transmissão ao futuro desta "nobre herança", renuncia-se à permanência ou continuação da cidade canónica. Para os modernistas o culto da cidade velha não passava de um culto a valores estéticos e pitorescos que não

9 LAMAS, António Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2000, pp. 354.
10 Grupo CIAM-France. *Carta de Atenas*. 1941.

se poderiam sobrepor, de modo algum, às más condições de salubridade, miséria e promiscuidade abrigadas nestas zonas. A defesa e culto do passado pelo passado constituíam-se como ignorância das regras de justiça social e eram um acto irresponsável sobre "o bem-estar e a saúde moral do indivíduo".

O legado do passado deveria, de acordo com a Carta de Atenas, ser seleccionado segundo o seu carácter excepcional (recaindo mais sobre o monumento do que sobre os bairros ou figuras urbanas), conservando-se alguns a título documental. Consagra-se o isolamento do monumento, podendo-se considerar a sua transplantação. *"Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado ficarão banhados por um novo ambiente, talvez inesperado, mas certamente tolerável, e com o qual, de qualquer forma, beneficiarão largamente os quarteirões vizinhos."*[11]

O Plano Voisin, anterior à Carta, coloca sobre o plano experimental estes valores enunciados propondo-se arrasar o tecido urbano de Paris e substituindo os velhos quarteirões por modernos arranha-céus modelo. Da cidade existente preservar-se-iam apenas alguns monumentos agora, implantados dentro de um extenso vazio, sem qualquer tipo de referencial ou relação urbana com a envolvente. Como afirma F. Choay (2000) *"este inventário anuncia já a concepção mediática de monumentos sinais."*[12] O antigo assume-se como elemento icónico na cidade, objecto da herança do passado da comunidade, que, no entanto, não participa no ambiente e vivência contemporânea da cidade.

3.1.2 A evolução da intervenção sobre o património urbano após a 2ª Guerra Mundial

A escala de destruição infligida pela Segunda Guerra Mundial e a urgência na reconstrução urbana e económica da Europa colocou novas pressões sobre os modos de pensar e projectar cidade, assim como sobre a reflexão e prática de salvaguarda da cidade e do seu património edificado. O colapso do sistema económico com a destruição das grandes infra-estruturas e da própria cidade exigiram uma resposta urgente a necessidades básicas como a habitação, o restabelecimento das comunicações, serviços e indústria, deixando em muitos dos casos a salvaguarda do património e o entendimento mais profundo da qualidade de vida urbana para segundo plano.

No pós-guerra poder-se-ão considerar duas atitudes opostas face à intervenção e reconstrução da cidade: uma romântica e uma outra modernista. Uma baseava-se na manutenção integral da cidade anterior à guerra, mas exigia vastos recursos e prazos alargados, a outra baseava-se na possibilidade concedida pelo grau de destruição ao avanço dos ideais modernistas de revolução urbana que oferecia garantias de rapidez e eficiência participando de modo decisivo no relançamento da Europa enquanto potência económica. Simultaneamente, o vazio legislativo sobre a protecção ao património, assim como o imperativo da resposta às grandes carências (habitacionais e equipamentos) das cidades destruídas pela guerra, criavam as condições para se avançar sobre a cidade existente e modernizá-la definitivamente, sem os condicionalismos das antecedências patrimoniais.

---

11 *Idem*

12 CHOAY, Françoise. *A alegoria do património*. Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000, pp. 168.

3.1.2.1 A reconstrução: modernismo *versus* reconstrução integral

No período imediato ao pós-guerra os defensores do modernismo assumem a supremacia na reconstrução da cidade, sendo constantemente contestados do ponto de vista técnico e ideológico pelos defensores da urbanística clássica. Os modernistas ofereciam nos seus métodos de executar cidade facilidades técnicas e operativas, favorecendo uma construção rápida, económica e em grande quantidade.

O pós-guerra aderiu progressivamente à urbanística moderna rejeitando a cidade tradicional. A cidade modernista, pela ruptura em relação ao método da cidade clássica, exigia uma libertação de anteriores formas (agora em ruína) e a reformulação de toda a organização do cadastro e infra-estruturas transformando, ou mesmo aniquilando, traçados e resíduos culturais de uma ocupação de séculos do território. Encontrava-se completo o quadro para a aplicação dos princípios da Carta de Atenas: a cidade zonificada, do espaço livre e aberto, da grande máquina de habitar referenciada aos pontos cardeais, das estruturas de circulação hierarquizadas e independentes. Cidades como Roterdão, Le Havre ou Coventry permitiram aplicar a uma grande escala ideias que ainda só tinham sido ensaiadas em imagens e conceitos. O elevado nível de destruição permitiu pegar em cidades concretas, embora destruídas, e transformá-las em vastos campos de experimentação.

Apesar da qualidade arquitectónica das obras de alguns mestres e de pequenas parcelas de bairros ou conjuntos, a aplicação das premissas da cidade moderna redundou em respostas burocráticas e operacionais. A construção dos espaços da cidade baseava-se no excessivo funcionalismo, repetição e geometrização cujo fim era construir rapidamente e de modo económico. *"A forma urbana tornava-se assim o resultado da resposta a um somatório de requisitos e obrigações que nada tinham a ver com os problemas do espaço urbano."*[13]

O excessivo abstraccionismo no planeamento da cidade deixava de parte o lugar essencial dos seus cidadãos: possibilidade de participação na reconstrução urbana; possibilidade de instrumentação do espaço urbano como espaço de encontro (o lugar da eventualidade de encontros e acontecimentos tão procurado por Jane Jacobs[14]). A crença excessiva na máquina, no funcionalismo esquemático e no homem moderno, uma humanidade ideal e sem referência à realidade social, levaram à instituição do espaço do anonimato apagando valores ancestrais patentes na dimensão relacional do espaço urbano. *"O planeamento de cidades não pode ficar confinado à «habitação, trabalho, recreação e circulação», definição padronizada do urbanista: a cidade inteira deve ser concebida, antes, principalmente como um teatro de cidadania activa, de educação e de uma vida pessoal vivida e autónoma."*[15]

A eliminação de marcos físicos, expressão da identidade e conteúdo cultural da comunidade, eram reduzidos pelos modernistas a edifícios singulares isolados despojados das relações físicas e semânticas que lhes conferiam capacidades activas no quotidiano urbano, validade cultural e identitária. A cidade moderna e a sua abordagem sobre o património incompatibilizam a conservação dos valores intrínsecos ao património edificado e urbano.

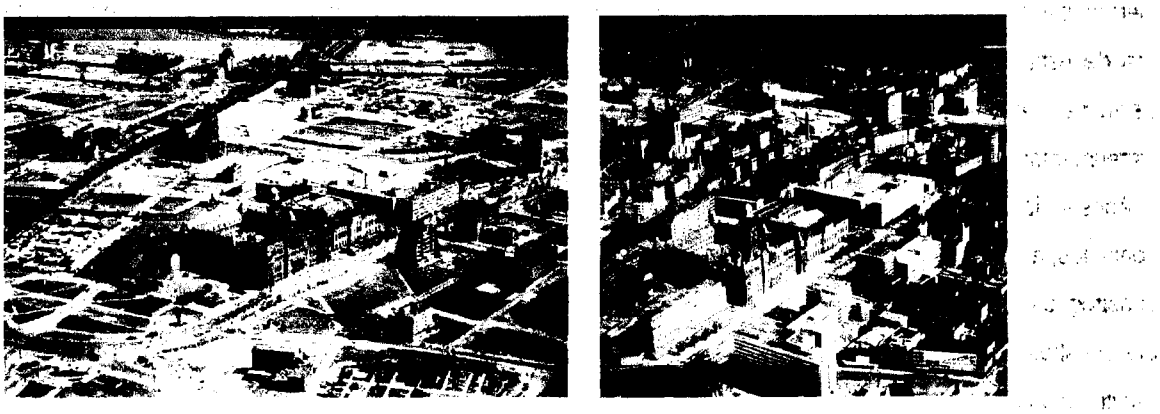
---

[13] LAMAS, António Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2000, pp. 364.

[14] JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* Martins Fontes, São Paulo, 2001. (edição original 1961)

[15] MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. Martins Fontes, São Paulo, 1998, pp. 514.

Em Londres a aplicação do grande plano de Abercombrie, formulado ainda durante a guerra, procura diminuir a densidade no centro da cidade substituindo a residência, entretanto deslocalizada para novas zonas na periferia, pelo terciário, possibilitando a entrada em força de objectos modernistas nas zonas centrais afectadas pela guerra. A crítica sobre a reconstrução do centro de Londres, nomeadamente na City, assenta na negação da escala da massa edificada permanecendo a estrutura espacial presa ao determinismo do traçado e cadastro anterior à guerra. Planos, como o apresentado para a envolvente à Catedral de São Paulo, pretendiam eliminar o suporte urbano do monumento, construindo amplos espaços pontuados por arquitecturas autónomas. O monumento, à semelhança da torre de escritórios ou das unidades de habitação, encontrar-se-ia "liberto" dos constrangimentos do espaço urbano destruindo as possibilidades de enquadramento urbanístico e contextual. O espaço público, para o modernismo, mais do que um espaço determinante na instituição de relações entre o edificado, funciona como um tabuleiro sobre o qual se dispõem objectos.



3.6 Roterdão 3.6.1 Vistas da cidade após os bonbardeamentos (1946). 3.6.2. Cidade após a reconstrução, vista actual (2003).

Em Roterdão, face a um núcleo central completamente destruído pelos bombardeamentos alemães (1940), foi proposta uma reorganização da propriedade, unificando parcelas, o que permitiu uma maior liberdade na (re)planificação do centro. O plano iniciado durante a guerra e aprovado em 1946, impõem à cidade uma nova rede viária independente da anterior e regulariza o mais possível os novos espaços da cidade. A cidade organizou-se em grandes departamentos comerciais e residenciais, que no entanto, pela exploração de variações de escala e tipologia, associada à valorização de um sistema de espaços colectivos, permitiu recuperar a cidade do ponto de vista dos encontros e variedade de usos sobre o espaço urbano. A reestruturação levou em conta três elementos de elevado valor (câmara, igreja de S. Lourenço e a White House), retirando-se partido do seu valor emblemático na organização, perspectivas e orientação no interior da "nova" cidade.

Enquanto momento traumático e violento sobre a cidade, uma perspectiva romântica pretendia a anulação do próprio acontecimento, sarando as feridas e aplicando à cidade uma imagem fiel à existente anteriormente ao conflito. Cidades como Gdansk ou Varsóvia, reduzidas a ruínas apostaram numa reconstrução integral. Em Gdansk a existência de um vasto levantamento, suportado em grande parte na fotografia, permitiu uma "fiel" recuperação do centro histórico, reconstituindo ruas completas com as suas fachadas e contemplando as particularidades expressivas das construções. Este princípio tenta anular o dramatismo do acontecimento,

momento histórico, agarrando-se à imagem da cidade como modo de combater a perda da identidade, autonomia e desagregação da comunidade. Porém, a reconstrução integral de fachada e espaço urbano, nesta época, implica muitas das vezes a subversão do interior do edificado como é o caso da cidade de Varsóvia. Tendo-se destruído 85% da cidade, o regime soviético, reconstruiu a cidade "velha" na sua totalidade, retirando porém muitos dos elementos acessórios acumulados ao longo de séculos. Apesar da controvérsia em redor da estratégia de total reconstrução, criticando-se principalmente a falsidade histórica encarnada na reconstrução da cidade, esta foi galardoada e reconhecida como património da humanidade em 1980 pela UNESCO. A cidade converteu-se em expressão simbólica e física da determinação de retirar o país do estado de aniquilação cultural e identitária pretendido pela guerra.



3.7 Rua Dluga em Gdansk 4.7.1 vista em 1890. 4.7.2 Vista na actualidade

3.1.2.2 A contestação ao modernismo. A prioridade à salvaguarda patrimonial.

O carácter burocrático e operacional da aplicação do modernismo na reconstrução das cidades europeias cedo conheceu frentes críticas que apontam o dedo à falta de reflexão e rigor dos métodos aplicados à intervenção sobre a cidade existente, pondo em causa a acertividade das opções tomadas. O verdadeiro problema colocado à intervenção e salvaguarda do património urbano residia num problema de valores: a revalorização e recuperação não só dos valores físicos da cidade, como também dos valores humanos inerentes à matéria construída. O regresso à cidade clássica e a consequente valorização do stock arquitectónico e urbano existente reemerge assim num contexto de contestação ao movimento moderno e de valorização dos factores locais e contextuais em desfavor da universalidade requerida pelos modernistas.

O grande momento de divulgação de uma nova atitude perante a intervenção na cidade é dado pela XI Triennale (1957) com o título: *"Attualitá urbanística del monumento e dell' ambiente antico"*. Mesmo sobre o entendimento e metodologias a aplicar sobre a cidade, assiste-se já aqui a uma cisão de princípios. Embora muitos autores e teóricos das questões do património defendessem a possibilidade de continuação entre o passado e modernidade, outros advogavam a impossibilidade de convivência entre os dois tempos. Criavam-se assim dois caminhos opostos; um maioritariamente seguido por arquitectos e outro que guiava restauradores numa atitude mais conservadora sobre o património da cidade.

Arquitectos como Zevi, Pane, Muratori, Samona, Quaroni e Rogers davam legitimidade à convivência dos vários tipos de arquitectura e à evolução do espaço urbano defendendo uma das condições básicas que sempre caracterizaram os organismos urbanos: a capacidade de adaptação e evolução. A cidade é abordada numa perspectiva de continuidade temporal, opondo-se à fragmentação urbana de acordo com uma fragmentação temporal da mesma, como se diferentes partes da cidade pudessem funcionar a tempos diferentes. A continuidade temporal na cidade prende-se à contínua sedimentação de artefactos que constroem o seu todo impedindo a consideração da cidade como obra fechada. A esta tendência não pode ser alheio a divulgação e defesa de novos métodos de trabalho sobre a cidade patentes em *Casabella continuitá* a partir dos anos 50.

Rogers, à frente do projecto de *Casabella continuitá* defende princípios como a noção de preexistência ambiental e de historicidade. O mesmo autor apela à valorização dos factos físicos de caracterização da cidade para, informando o processo de projecto, construir pontes entre novo e velho. Porém, o método de projecto defendido distingue-se aqui dos métodos dos arquitectos culturalistas, para quem a questão da integração passava pela adopção de determinado estilo arquitectónico. A obra nova deve ser a clara expressão dos valores contemporâneos devendo inserir-se na sociedade e no espaço, estando profundamente radicada na tradição. Retoma-se assim o valor da tradição, não bastando para a cidade que a intervenção urbana seja apenas uma expressão do seu tempo retirando-lhe toda a sua profundidade e complexidade.

Ao pensamento de Rogers é implícita a necessidade de estabelecer equilíbrio entre o passado e o presente. Deve-se evitar a transformação do ambiente físico num museu como se a cidade se tratasse de um objecto bloqueado no tempo, cristalizado e imutável. Rejeita-se simultaneamente a transformação urbana a partir de uma *tabula rasa* (negando qualquer anterior vestígio físico ou simbólico), defendendo a unidade da cultura e da vida *"(...) tradição é este perpétuo fluir e ser moderno é sentir conscientemente que se participa, como elemento activo, neste mesmo processo."*[16] A intervenção na cidade deve "(...) *criar continuamente novas sínteses harmónicas entre as contradições dialécticas."*[17]

"Este acordo (entre novo e velho) baseia-se, em grande parte, na aceitação dos métodos operativos e valores próprios da tradição; a facilidade com que se instaurou demonstra que os costumes tradicionais se encontram todavia muito presentes, é dizer, que a sociedade italiana se parece ainda muito – neste aspecto – com a antiga."[18] O trabalho iniciado por Rogers é posteriormente continuado por arquitectos como Rossi, Gregotti, Canela, Aymonino e Caniggia, que vão sucessivamente actualizando esta postura de recurso à história para a continuidade na construção da cidade e das suas arquitecturas.

Simultaneamente ao desenvolvimento de uma teoria conciliadora de tradição e modernidade, o crescente conservadorismo das metodologias de intervenção na cidade tendia a sobrevalorizar os aspectos artísticos em detrimento dos aspectos históricos e das capacidades de uso e vivência inerentes à matéria patrimonial. Conceitos e figuras legais como os de sectores de salvaguarda, áreas de conservação e cidades de arte, originam a cisão da cidade em dois tempos. A sobrevalorização dos critérios artísticos e a instituição de zonas especiais de intervenção nos anos 60 conferem uma definitiva importância à salvaguarda baseada em conceitos

[16] ROGERS, Ernesto Nathan. *Esperienza dell'architettura*. Skira, Milano, 1997,pp. 254.
[17] *Idem*, pp. 253.
[18] BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura moderna*. Gustavo Gili, Barcelona, 1996, pp. 850.

de conservação fazendo prevalecer as "pedras" em detrimento da consagração do social e da vida urbana, situação que se inverte nos anos 70 como declara Nuno Portas (1984). As iniciativas centralizam-se em áreas de excelência criando-se perímetros de protecção e regulamentos especiais. A substituição ou preenchimento de vazios são mais do que nunca baseados numa profunda análise do contexto, estabelecendo-se entre a intervenção e a envolvente relações tipomorfologicas que recaem frequentemente num mimetismo gratuito.

Em Itália esta tendência mais conservadora na abordagem do património tem origem no *contextualismo*, do campo da filosofia estética, dando origem ao restauro crítico onde se destacam Giulio Carlo Argan, Renato Bonelli e Cesare Brandi. Esta escola de pensamento reviu as teorias de Boito e de Giovannoni, dando origem a uma nova carta internacional, a Carta de Veneza (1964), e a uma nova carta italiana, Carta do Restauro de (1972). No entanto, uma vez que ao arquitecto se sobrepunha o conservador e ao contrário da abordagem de Boito e Giovannoni, a tendência baseia as suas opções mais no campo da estética e dos valores artísticos do que nas qualidades do sistema arquitectónico e urbano.

É com Brandi que se institui o conceito de restauro como momento cognitivo: *"o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consciência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão ao futuro."*[19] Ainda que a teoria de Brandi seja estruturada em função da conservação dos objectos artísticos, os princípios são estendidos aos factos arquitectónicos.

Mas poder-se-á estender este conceito ao espaço da cidade?

Poder-se-ia, pelo menos, transpor para o campo da metodologia de intervenção sobre o espaço público a lógica operativa criada por Brandi abandonando a actuação segundo uma sequência de procedimentos empíricos. Os processos de actuação propostos por Brandi *"residem num rigoroso processo metodológico que se centra numa cuidadosa análise crítica, de base filológica e científica, da qual resulta o esclarecimento da autenticidade com que a imagem da obra de arte foi transmitida e qual o estado da matéria de que essa imagem resulta."*[20] É desta análise e sobre os seus resultados que se fundamentam as decisões, informando todos os passos num processo de intervenção. A análise da cidade e das suas componentes formais e simbólicas é o ponto de partida para um método de intervenção. No entanto, a complexidade inerente à cidade não pode ser reduzida ao estudo da sua forma e símbolos havendo um outro conjunto de lógicas, contidas nas dimensões físicas e humanas, que interferem na cidade e que, não fazendo parte do âmbito de análise de Brandi, são determinantes para a intervenção na cidade.

Partindo de Giovannoni, a intervenção sobre a cidade e os seus espaços colectivos baseia-se numa *lei da permanência*, no entanto, este princípio não deve dar origem a uma tendência de cristalização da cidade. Para Giovannoni esta "lei" representava a busca da totalidade e unidade urbana e partia de uma atitude de conhecimento da especificidade formal da cidade, incluindo a particularidade da cultura de uso dos seus espaços. A individualização do carácter de cada cidade, a identidade, encontra-se em parte na lei de permanência (que valores são constantes?), e como tal permitem a construção de uma estratégia adequada à especificidade dos factos físicos e humanos em jogo. Giovannoni procurara desenvolver uma intervenção na cidade numa perspectiva cultural. Com o recurso ao conhecimento da história do desenho urbano e da

[19] BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Einaudi, Torino, 1977. pp.6
[20] AGUIAR, José. Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património. FAUP publicações, Porto, 2002. pp.64

especificidade dos elementos construtores da cidade, constrói-se uma metodologia de trabalho adoptada contemporaneamente por Piacentini ao trabalhar na requalificação dos quarteirões do centro de Roma.

A exploração do principio de permanências, reintroduz um discurso mais arquitectónico e urbanístico, que conservador, estabelecendo-se a ponte entre os dois tempos da cidade, procurado pelos *contextualismo* italiano, e que permite efectivamente continuar o processo de síntese iniciado por Giovannoni.

Em França, onde o modernismo conheceu possibilidades de intervenção a uma larga escala, surgem também nos anos 60 um conjunto de posições que, enquadradas por um novo quadro legal, permitem o abrandamento de intervenções abusivas sobre a cidade antiga. Em 1958 uma lei da renovação urbana, ainda no quadro de intervenção a larga escala, permite a substituição de vastas parcelas de cidade, dando origem a episódios como a demolição dos pavilhões de Baltard em Les Halles. No entanto, a lei Malraux de 1962 cria uma nova ferramenta legal que possibilita a instituição de *secteurs sauvegardés*, estendendo ao património urbano as leis de salvaguarda já institucionalizadas para os monumentos. O seu objectivo era o da preservação museológica dos centros urbanos, mas acabou por funcionar como elemento de protecção da cidade às investidas modernistas e higienistas. A metodologia aplicada a partir desta lei implicava a intervenção em zonas excepcionais, intervindo aí a grande profundidade, enfatizando o valor material da área. No interior dos sectores de intervenção procede-se a uma progressiva restrição da reconstrução, demolição e alteração do existente, obrigando à revisão da ocupação de solos e da gestão do construído e respectivos espaços públicos.

Porém, a lei Malraux falha pelo entendimento privilegiado e parcelar de sectores urbanos sem que a globalidade da cidade se qualifique e crie situações de equilíbrio. Cidades como Lyon cedo perceberam a necessidade de equilíbrio no sistema urbano instituindo processos que intervinham simultaneamente em lugares emblemáticos no centro e espaços das periferias, impondo os mesmos padrões de exigência qualitativa nessas intervenções. Perspectivava-se assim uma estratégia de modernização e protecção dos velhos centros com o objectivo de uma valorização global do aglomerado urbano.

Ainda em relação aos *secteurs sauvegardés*, a profundidade da intervenção e os elevados custos implicados na mesma desencadearam processos de gentrificação, alterando drasticamente a vertente humana (funções e usos) inerente ao bairro em foco, como acabou por acontecer no Marais em Paris.

Em Inglaterra as pesadas intervenções modernistas em áreas a reconstruir, dando origem a uma forte descaracterização de áreas emblemáticas da cidade, foram posteriormente alvo de fortes críticas que perduram até hoje. No entanto, já a partir dos anos 60, a intervenção baseada em pressupostos modernos sobre a cidade dá lugar a processos de conservação tutelados pelo *Council for British Archaeology* que inicia um processo de classificação de áreas urbanas. As metodologias de intervenção das *Conservation areas*, instituídas por esse organismo, assentavam na organização e optimização da regulação de tráfego de veículos e pessoas; na preservação de edifícios significativos; controlo dos novos desenvolvimentos urbanos na envolvente; melhoria dos equipamentos existentes; encorajamento da participação popular.

3.1.2.3 Inclusão do espaço urbano na reflexão e instituição de princípios tutelares

Até ao pós-guerra o único documento internacional produzido em defesa do património fora a Carta de Atenas de 1931[21]. Mas que abordagem fazia esta sobre o espaço urbano? De que modo as preocupações sobre cidade e espaço público vão passando da reflexão disciplinar da arquitectura e urbanismo para as preocupações expressas nas cartas e tutelas sobre o património e a cidade?

As recomendações apresentadas neste documento debruçavam-se essencialmente sobre a importância da defesa dos monumentos e dos objectos artísticos em si incluídos. Mesmo quando se desaconselha a remoção dos objectos do seu contexto físico o objecto é referente ao património artístico móvel e esse contexto é referente ao edifício e não à envolvente urbana. Esta carta representa assim um conjunto de intenções estabelecendo critérios base para o restauro de peças arquitectónicas mas não de salvaguarda da cidade e dos seus espaços.

No entanto, nos anos 60 assiste-se a uma crescente reflexão e análise sobre a intervenção na cidade que se traduz na produção de Cartas e ensaios que divulgam métodos e valores a ter em consideração para a intervenção. Em 1960 a Carta de Gubbio expressa a necessidade de combater a perda de valor identitário da cidade histórica evitando processos descontrolados de degradação, de substituição generalizada e de desqualificação da expansão urbana. Ao abordar a qualidade das novas áreas de expansão a carta aponta já referencias no entendimento da globalidade do sistema urbano e da sua inserção no território continuando a busca de Giovannoni no entendimento unitário de monumento, conjunto urbano, cidade e território.

O congresso de Veneza de 1964, com apresentação de uma nova Carta ressalta a emergência da compreensão do ambiente urbano e paisagístico como testemunhos civilizacionais. O documento foi aliás denominado por *Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*[22]. O principal avanço disciplinar da Carta verifica-se logo no 1º capítulo onde é exposta a extensão dos princípios de salvaguarda do monumento aos sítios urbanos ou rurais, considerando as relações entre as componentes que caracterizam determinado contexto.

> Artigo 1.º: A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.[23]

Apesar da menção aos valores de conjunto e à inclusão do património urbano continuam a prevalecer as directrizes sobre a conservação e restauro arquitectónico centrado no edifício singular, sendo as referências ao contexto e conjunto urbano dadas mais como enquadramento da peça do que entendimento e salvaguarda da complexidade de factos (edifícios e espaços abertos) que caracterizam matéria da cidade.

---

[21] Este documento possuia o apoio da Sociedade das Nações, e estabelecia os princípios e critérios aplicáveis à conservação do património, os quais iriam constituir a base de diferentes legislações nacionais europeias de salvaguarda do património arquitectónico.
[22] Em relação à *Carta de Atenas* a sua influência cresceu substancialmente extravasando para além do âmbito europeu.
[23] ICOM; UNESCO. *Carta de Veneza. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios.* Veneza, 1964.

Artigo 6.º: A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer destruição ou qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor devem ser proscritos.[24]

Para colmatar a falha da Carta face ao património urbano, é redigido à parte um documento denominado *Protecção e Reabilitação de Centros Históricos* através do qual se solicitava a entidades nacionais e internacionais que desenvolvessem esforços no sentido de enquadrar legalmente a salvaguarda do património urbano. Esse documento teve como consequência o Lançamento do *Ano do Património Arquitectónico Europeu* (1975), do qual resultou a redacção da *Carta de Amesterdão* (1977) onde se fixaram as bases para o planeamento da conservação das cidades históricas.

A *Carta del Restauro* (1972) incluíra no seu último anexo conceitos específicos sobre os centros históricos. Esta compreende não só os centros históricos como de *"todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentadas (...) possuam particular valor de testemunho histórico, arquitectónico ou urbanístico."*[25] A matéria urbana já não se encontra reduzida à condição de mera envolvente do monumento, procurando-se valores e significados intrínsecos que o validem enquanto testemunho da civilização. A Carta debruça-se igualmente sobre as questões do uso e continuidade na construção da totalidade da estrutura urbana, recuperando princípios desenvolvidos por Giovannoni (1931). A actuação sobre o centro histórico entendia-se numa necessária articulação com a totalidade do sistema urbano implicando que a salvaguarda e recuperação do centro se fizesse a partir do seu exterior. Além do conjunto urbano edificado, esta carta contempla ainda a protecção sobre os espaços públicos assim como elementos ou estruturas significativas na sua configuração.

Anexo D – Instruções para a tutela dos «Centros históricos».

"As intervenções de restauro nos centros históricos têm o fim de garantir – com meios e instrumentos ordinários e extraordinários – a perpetuação temporal dos valores que caracterizam tais complexos. O restauro não é, portanto, limitado a operações com o interesse de conservar apenas o carácter formal de arquitecturas individualizáveis ou de ambientes singulares, mas estende-se à substancial conservação das características de conjunto do inteiro organismo urbanístico e de todos os elementos que concorram a definir tais características."[26]

A Carta defende que a salvaguarda da cidade passa pela renovação do organismo urbano numa atitude de continuidade temporal permitindo o desenvolvimento de um modo de vida contemporâneo. Ao referi-se à globalidade do sistema urbano a Carta advoga que o centro histórico não seja entendido como facto individualizavel, mas como parte de um amplo contexto urbano e territorial, devendo-se entender e fomentar as relações entre centro histórico e os desenvolvimentos contemporâneos. Neste documento dá-se início a uma abordagem da cidade e do contexto humano e natural envolvente como factor determinante na manutenção de princípios essenciais à salvaguarda e caracterização da cidade.

---

[24] *Idem.*
[25] Carta del Restauro – anexo D *in.* BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro.* Einaudi, Torino, 1977. pp.131 a 154
[26] *Idem.*

"Os elementos construtivos que fazem parte da cidade são conservados não só nos seus aspectos formais, que qualificam a expressão arquitectónica ou ambiental, mas também no seus aspectos tipológicos enquanto expressão de funções que caracterizaram no tempo o uso desses mesmos elementos."[27] A abordagem tipológica e funcional cinge-se ainda muito aos factos arquitectónicos e não tanto aos espaços colectivos. Em contrapartida, a Carta refere que além das edificações importa abordar do ponto de vista do restauro os "espaços exteriores" da cidade. As funções subjacentes aos espaços colectivos deveriam ser igualmente defendidas uma vez que a articulação entre espaço colectivo e construção envolvente permite caminhar no sentido do enriquecimento da vida urbana e sustentar processos de qualificação do centro.

Segundo a *Carta Del Restauro,* cada intervenção sobre a cidade deve ser fundamentada sobre uma atenta operação de leitura histórico-crítica, *"(...) os resultados das quais não são usados para determinar uma diferenciação operativa – pois sobre todo o complexo definido como centro histórico se deve operar com critérios homogéneos - quanto mais frequentemente à individualização dos diferentes graus de intervenção, a nível urbanístico e ao nível da construção, qualificando o necessário «risanimento conservativo».*"[28]

Por risanimento conservativo entende-se a manutenção dos elementos gerais do ambiente urbano através de princípios precisos de intervenção baseados na reestruturação urbana. Através da avaliação da importância territorial e funcional do centro histórico *"a intervenção de reestruturação urbanística deverá libertar os centros históricos das funções, tecnologias ou, em geral, de usos, que provoquem um efeito caótico e degradante destes mesmos."*[29] A intervenção pode ser complementada por estudos como o de mobilidade e acerto viário (avaliação da estrutura viária urbana de modo a compatibilizar os fluxos com a escala dos centros urbanos), ou o de revisão do mobiliário urbano (visando homogeneizar relações entre o construído e os espaços abertos). Por sua vez, esse risanimento operativo usava como instrumentos os planos reguladores da cidade, os planos de pormenor para a zona de excelência e inclusivamente o projecto concreto.

A carta é no entanto fortemente criticada como conservadora e excessivamente cautelosa. Como tal, é revista em 1987 propondo-se uma nova Carta, a *Carta da Conservação e de Restauro de objectos de Arte e Cultura.* Este documento abriu as hostilidades entre "conservadores" e "restauradores" o que fez com que esta nova carta não fosse oficializada por parte da tutela. As grandes diferenças entre ambos os documentos, essencialmente de natureza conceptual, visavam a possibilidade de intervenção baseada na conservação *versus* a intervenção de restauro com maior liberdade de projecto e propensa à transformação e adaptção.

"O questionamento da Carta de 1972 assentava essencialmente na constatação crítica de que este documento estendia à arquitectura e ao património urbano princípios de conservação desenvolvidos sobretudo da aplicação em obras de arte móvel, privilegiando os aspectos visuais sobre os construtivos ou estruturais."[30] A nova Carta recusava assim a primazia dos valores estéticos sobre os da matéria defendidos por Brandi, uma vez que tal destruía uma das relações mais importantes na construção arquitectónica: a relação forma/função. A arquitectura não poderia ser entendida apenas na sua dimensão visual e, como tal, o documento acentua a tónica no conceito de arquitectura e cidade como arte de construir.

---

[27] *Idem.*
[28] *Idem.*
[29] *Idem.*
[30] AGUIAR, José. Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património. FAUP publicações, Porto, 2002, pp.69

Nas instruções para a tutela dos centros históricos, presentes na proposta da nova Carta de 1987, soma-se ao centro histórico a noção de habitável, patente nos principais tipos de intervenção como "saneamento estático" e "higiénico dos edifícios" nos quais se procura o equilíbrio entre a manutenção das estruturas e o seu uso. Dá-se particular importância ao respeito pelas qualidades tipológicas, construtivas e funcionais do organismo, destruindo a concepção museológica da cidade.

No entanto, dois modos de operar sobre a cidade começam a disputar terreno entre si. A concepção da cidade como um todo nasce da resposta à progressiva cisão da cidade europeia em duas facções: a do "centro histórico", tendencialmente cristalizado e entendido como entidade intocável, e a dos novos bairros de expansão, vistos como a cidade onde era possível aplicar os novos modelos e ensaios contemporâneos. De Carlo (1975) defende o conceito de unidade morfológica em que novo e velho fazem parte de um todo assim como a cidade e o território (topográfico e paisagístico) formam uma unidade.

3.1.2.4 O regresso à cidade histórica. A cidade como lugar para viver.

Em muitos casos, o problema da conservação e renovação urbana coincidia com o problema da habitação. Tendo sido superada a grande carência de habitação e infra-estruturas do pós-guerra, a atenção virar-se posteriormente para a requalificação do centro da cidade nomeadamente para a recuperação do stock habitacional aí existente. Parte dos problemas em relação ao estado de conservação da massa edificada da cidade, assim como dos seus espaços públicos, encontrava a montante a necessária qualificação das condições de habitabilidade do centro histórico: a taxa de ocupação do stock existente, o nível de qualidade, o nível de interacção entre habitação e espaço colectivo.

Em Itália o programa INA Casa tivera como objectivo o desenvolvimento da indústria da construção e a resolução da carência habitacional do pós-guerra. No entanto, mais do que se debruçar sobre o Stock urbano disponível este programa experimentou novos modelos da urbanística europeia transformando e expandindo a cidade. As operações sobre os centros consolidados recaíam apenas sobre edifícios de elevado interesse, monumentos, deixando de lado o entendimento dos ambientes urbanos que se vinha já consolidando do ponto de vista teórico desde finais do século XIX. Porém, com a contestação à urbanística modernista, baseada em dados concretos dos problemas resultantes da sua aplicação numa vasta escala, reconhece-se o valor dos centros históricos e a necessidade de referência à cidade tradicional com o seu tipo de organização, de tipologias e principalmente as capacidades reconhecidas à dimensão relacional inerente aos seus espaços.

A cidade, além do seu valor físico, passa a consagrar a instância social nos métodos de intervenção. Perante a expansão da cidade colocam-se problemas sobre os centros das cidades (circulação, desagregação, diminuição da qualidade espacial nas periferias, problemas legislativos sobre a intervenção e a propriedade), acentuados pelo abandono progressivo que sofreram essas mesmas zonas. O crescimento a que se assistira nas cidades salientou disparidades no seu interior, enfatizando não só desequilíbrios cada vez maiores entre os sectores ricos e pobres da mesma, mas acima de tudo entre o núcleo histórico e a cidade nova. A gestão urbana é posta em causa por essas disparidades e acentuando-se ainda mais pelo modo em como o centro vai sendo abandonado e pelas opções na construção das periferias. O crescimento urbano desmedido potencia o

abandono do centro da cidade, desocupando-o sem nenhum tipo de destino ou alternativa de uso para o património edificado.

A Carta de Amesterdão 1975 avança na reflexão sobre a intervenção na cidade ao propor o conceito de conservação integrada. As políticas urbanas adoptadas na maioria dos casos durante o pós-guerra puseram em causa a cidade histórica (demolições, operações higienistas, prioridade a esquemas de tráfego, expulsão da população residente), levando em muitos dos casos à destruição de importantes parcelas da sua estrutura e à criação de novos problemas urbanos (descontinuidade do tecido urbano, desertificação, excessiva preponderância do sector terciário, etc.). A tónica excessiva aplicada a partir dos princípios modernistas colocaram à cidade questões difíceis de resolver, por vezes incontornáveis, dada a escala da intervenção, e que se manifestam nas primeiras tentativas de superação da cultura moderna na arquitectura e urbanismo. Estas reacções darão origem a movimentos extremos que defendem a proibição do crescimento da cidade formalizados na reapropriação e requalificação da cidade consolidada.

A reabilitação, conservação integrada, aparece nos anos 70 como protagonista de intervenção na cidade substituindo processos de *restauro filológico*[31]. Reabilitação essa entendida como modo de revitalização das actividades centrais da cidade procurando para o centro da cidade agentes capazes de criar condições dinâmicas para a cidade (actividades comerciais, culturais, educativas, etc.). Este processo de reabilitação coloca questões sobre as acessibilidades ao centro colocando particular importância nas políticas de transportes públicos. Este tipo de operações é associado a políticas de esquerda sobre a cidade (aproveitamento do stock construído para revitalização económica e social da cidade), preferindo valores de uso e reuso de material construído em detrimento da expansão urbana. Resultam daí processos de apoio à habitação evitando fenómenos de gentrificação dos centros antigos e resolvendo igualmente problemas de desequilíbrio entre a qualidade de vida no centro e nas periferias urbanas.

A *Carta de Amesterdão* debruça-se sobre os valores dos centros históricos tendo em conta a especificidade europeia. Estabelece a conservação do património arquitectónico como uma das prioridades no planeamento urbano e de ordenamento do território. Confere maior importância aos factores sociais na conservação patrimonial (importância da educação, cultura e vivência dos espaços e edifícios).

Com a *Carta de Amesterdão* institucionalizam-se importantes princípios operacionais para a conservação urbana, os quais se estabelecem em função de valores monumentais, sociais e urbanos ligados à preocupação de uso e desejo de reapropriação do espaço da cidade histórica. O termo *Reabilitação* toma lugar na *Carta de Amesterdão*. *"Articulando a recuperação dos valores existentes num edifício com a sua beneficiação, a reabilitação surge como uma possibilidade concreta de adaptar as estruturas internas dos edifícios habitacionais antigos às necessidades e exigências de uso contemporâneos, evitando a perda dos valores arquitectónicos e urbanísticos essenciais."*[32] Outro importante princípio tutelar da *Carta de Amesterdão* é a resolução referente à

---

[31] Conceito desenvolvido por Camillo Boito, sustentando-se em estratégias de conservação integral em detrimento das teorias de intervenção baseadas na reconstrução. Aponta a reutilização como factor base de conservação do monumento sendo o restauro uma acção *in extremis* apenas justificada por razões de ordem estrutural da estrutura. No entanto Camillo Boito considera inaceitável toda a depuração estilística do organismo arquitectónico. Sustenta ainda que toda a intervenção deve ser devidamente documentada de modo a distinguir elementos conservados, consolidados, refeitos e renovados.

[32] AGUIAR, José. Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património. FAUP publicações, Porto, 2002, pp.93

"renovação urbana e desenvolvimento urbano" e a resolução do incentivo à "participação do público no processo de ordenamento."

Nos anos 70, devido às alterações na distribuição da habitação, indústria e comércio dentro da cidade, assiste-se, nomeadamente em Itália, a um conjunto de preocupações que visam a reabilitação e salvaguarda dos centros históricos, considerado como bem económico e cultural. N. Portas (1984) invoca a importância do valor social inerente aos centros referindo-se a este como *"um capital social que se articula ao capital edificado através de complexas relações económicas, jurídicas ou afectivas."*[33] Intervir na cidade existente deixa de se entender exclusivamente como uma intervenção sobre o património físico mas também como um processo de regeneração assente em componentes económicas, sociais e ambientais.

Nesse sentido de regresso à cidade e revitalização urbana dos centros históricos destaca-se a experiência de Bolonha orientada por Cervellati, e elogiada por Françoise Choay e Nuno Portas. Nos processos de modernização e necessidade de relançamento da cidade de Bolonha, enquanto centro de indústria e serviços, a cidade aposta fortemente na qualificação dos seus espaços e do seu construído. Dada a dimensão e qualidade do centro urbano é recusado um plano de expansão proposto por Kenzo Tange optando-se pela reabilitação, recuperação e reuso do stock construído.

A intervenção tendo como prioridade o centro da cidade aposta em quatro grandes princípios gerais: manutenção da população residente; inibição da especulação imobiliária; recusa de substituição do edificado impondo o respeito absoluto pela morfotipologia da cidade histórica e sua arquitectura; intervenção no construído baseado num restauro *filológico* do parque habitacional, aceitando contudo alguma adaptação interior a exigências do habitar contemporâneas. Os resultados alcançados assim como a qualidade da experiência estende-se a outros centros principalmente em Itália, como Modena e Ferrara, e a outros países do sul da Europa em cidades como Barcelona e Porto.

Em Bolonha, ao consagrar-se a instância social na intervenção sobre o construído, assume-se definitivamente a importância da participação activa dos cidadãos nos processos de reabilitação, aplicando à estratégia de intervenção e aos respectivos projectos as necessidades e anseios da população. A divisão da cidade de Bolonha em zonas (bairros nos quais é montada uma assembleia para a discussão e representatividade dos cidadãos no conjunto das soluções para a cidade), permite descentralizar os núcleos de discussão sobre o futuro da cidade e possibilitar uma mais ampla abrangência da participação activa dos cidadãos.

A manutenção dos habitantes no centro da cidade permite simultaneamente dar continuidade à vida aí existente, manter níveis mínimos de ocupação e resolver problemas de habitação a par de problemas sociais derivados do tipo de população residente. Cervellati, na estratégia para Bolonha, aponta uma metodologia de intervenção baseada no conhecimento profundo do campo de intervenção. Nenhum plano deverá ser elaborado sem que haja um recenseamento exaustivo sobre o stock edificado existente, que sirva de base para o futuro do planeamento sobre a zona. Como afirma Benevolo (1980) a definição operativa base da intervenção de Bolonha assenta na ordem histórica do lugar: ela forma-se da cidade pré-industrial na medida em que – isolada ou desordenada – ela subsiste no seio do sistema espacial contemporâneo. *"A reconquista dos centros deve*

[33] PORTAS, Nuno, Notas sobre a intervenção na cidade existente, *in* "Sociedade e Território", nº 2, Porto, 1985.

constituir a prioridade absoluta de todo o programa de reorganização urbana baseado sobre a recuperação do património. É necessário construir o futuro da cidade sobre o seu passado. A modernização é assim uma tomada de consciência sobre o meio edificado. É também uma redescoberta da maneira de ser do cidadão (...)"[34]

O programa de intervenção urbana passa assim a incluir lógicas mais profundas do que a recuperação material do edificado ou do que o tratamento das superfícies (fachadas e pavimentos) que determinam a imagem da cidade. O investimento, essencialmente público, passa a contemplar valores como a dimensão social, económica e cultural da intervenção, preocupando-se com uma revitalização efectiva da cidade. A revitalização de usos, actividades, produtividade e reconhecimento do valor ancestral da matéria constitui parte incontornável da identidade urbana.

Apesar da valorização da dimensão social inerentes aos processos de intervenção é raro que o património edificado acolha programas de habitação "social", disponibilizando assim o stock construído e fomentando a variedade de pessoas a quem são destinados os programas de intervenção na cidade (diferenças entre o público alvo da intervenção privada e pública). A aposta num mercado da habitação temporária (estudantes, população jovem ou em "inicio de vida") permite ao centro histórico variar e renovar constantemente os seus ocupantes, caso a gestão aposte numa oferta de tipologias habitacionais apropriadas.

Nos planos para Palermo e Catania, também de Cervellati, perspectiva-se o futuro dos aglomerados a partir da análise do seu estado presente e inclusivamente do estado dos aspectos testemunhais do passado. Cervellati (1997) critica fortemente o modo difuso como a cidade se tem desenvolvido, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento de subúrbios cada vez mais dispersos que, além da falta de qualidade de desenho do seu espaço público, retiram capacidade operativa à intervenção sobre a cidade consolidada. A transferência da população, das suas actividades, os desequilíbrios funcionais na globalidade do sistema urbano a par da pressão da circulação (em grande parte devido aos movimentos pendulares), originam o esvaziamento da vida no centro, essencialmente entregue a uma população idosa e ao sector terciário. A mesma transferência de actividades e população do centro para a periferia determina a perda da dimensão referencial e agregadora da globalidade urbana preconizada pelo centro histórico ampliando problemas de identidade e reconhecimento da cidade, inclusivamente pelos seus cidadãos. Esta crítica não surge da incompreensão sobre o estilo de vida difuso na cidade contemporânea, mas dos erros continuados ao nível do planeamento que criam desequilíbrios na cidade e adiam a resolução profunda dos seus problemas.

Depois das primeiras experiências nos anos 70, os anos 80 marcam na Europa, um processo generalizado de regresso aos centros históricos. Esse regresso encontra-se patente em variadíssimas acções bastante difundidas e tomadas como exemplares na discussão sobre os espaços urbanos consolidados. As operações de Paris (ZAC), a exposição de arquitectura de Berlim (IBA, 1987), o processo de renovação das Docklands em Londres (LDDC, 1982), ou ainda a requalificação de Barcelona serviram como importantes laboratórios de reflexão e experimentação prática da intervenção sobre a cidade. Por outro lado, assiste-se ao desvanecer de projectos assentes no restauro estrito que caracterizaram os anos 60 devido à excessiva rigidez da intervenção

[34] CERVELLATI, pier Luigi; SCANNOVINI, R; ANGELIS, C. de. *La nouvelle culture urbaine – Bologne face à son patrimoine*. Éditions du Seuil, Paris, 1981, pp. 39. (1ª edição 1977)

que aniquilava a vida nos sectores escolhidos como áreas de excelência, assim como aos custos em relação aos quais os objectivos ficavam muito aquém.

Processos de natureza centralizada, como o de Bolonha, que afastavam a iniciativa privada viam os seus recursos esgotados. As estratégias assentes essencialmente em investimentos públicos, apesar do sucesso alcançado, depressa conheceram a limitação de orçamentos exigindo uma redefinição ao nível dos promotores e da concessão de parcerias de intervenção. Programas tão extensos e complexos como os implementados nas grandes capitais europeias, por exemplo a reconversão das Docklands londrinas, não se podiam realizar sem uma parceria entre instituições públicas e privadas. E o estado aqui representa uma função fundamental de gestão e manutenção do interesse público no confronto com os interesses instalados. A articulação eficaz entre instituições privadas e públicas além de viabilizar economicamente os processos de intervenção, pode surtir efeitos francamente positivos ao nível dos resultados, nomeadamente ao nível do dinamismo e vigor económico da cidade.

As grandes intervenções desenvolvidas neste período além de uma procura do restabelecimento de valores arquitectónicos e urbanísticos, vai através da reabilitação de edifícios pontuais, da concretização de novos equipamentos colectivos e de uma coordenação com estudos de mobilidade urbana e de dinamização económica e habitacional, despoletar o desenvolvimento global do sistema urbano.

Permanecia porém o problema da enorme carência de instrumentos urbanísticos eficazes à normalização de práticas de intervenção: adequação de medidas jurídicas, normativas, económicas e financeiras que respondessem às especificidades da conservação e requalificação da cidade existente. O corpo legislativo em vigor, na maioria dos países europeus, concentrava-se essencialmente na promoção de nova edificação e promoção de novas expansões. Em 1981, consagrado como o *ano europeu do renascimento das cidades*, reabre-se a discussão sobre a intervenção na cidade, procurando tutelar e organizar mecanismos legais de intervenção, assim como promover o intercâmbio sobre os resultados obtidos pela aplicação dos princípios enunciados na *Carta de Amesterdão* nos diferentes contextos europeus. Assiste-se simultaneamente a um crescente envolvimento do conselho da Europa nas questões de salvaguarda patrimonial. É sobre esta reflexão que se realiza a *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico europeu* mais conhecida como a *Convenção de Granada* (1985). Os resultados aí obtidos não terminam numa simples enumeração de intenções mas sim num convénio que vincula os estados signatários a adoptar procedimentos legais de protecção, o que implica a criação de uma base legislativa, administrativa e de apoio financeiro dirigidas para o reforço da salvaguarda patrimonial de acordo com os conceitos de *conservação integrada* defendida pela carta de Amesterdão. A convenção de Granada cria também bases para a pesquisa sobre princípios de sustentabilidade que marcaram a viragem do século. Procura-se aferir sobre a influência das condições ambientais (nomeadamente a poluição), sobre os factos patrimoniais, estudar programas de restauro e de manutenção e criar bases de conhecimento teórico e operativo principalmente através de incentivos à investigação e formação de especialistas.

A Carta de Toledo (1987) poderia ser considerada como um alargamento ou complemento da Carta de Veneza (1964). Reforça-se neste documento o conceito de *conservação integrada*, ainda que não se refira a ele directamente. Assim, *"(...) entende-se por salvaguarda das cidades históricas as medidas necessárias à sua*

protecção, conservação ou restauro, assim como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea."[35]

A carta concentra-se nos valores do edificado dando especial importância à conservação da imagem urbana e retoma a importância do conceito de autenticidade (o qual foi posteriormente tema central da conferência de Nara em 1994, que abriu a definição do conceito à relatividade cultural das diferentes realidades locais). A carta defende a integração do conceito de salvaguarda aos mais diversos níveis e escalas do planeamento mas define como instrumento primordial de intervenção o *plano de Salvaguarda*. Aceitando que a defesa dos centros históricos se efectua aos mais diversos níveis, o *plano de salvaguarda* surge como algo contraditório arrastando a valorização do centro histórico como facto exclusivo à semelhança da experiência dos sectores de salvaguarda. Tal como afirma Nuno Portas *"um centro, um bairro histórico, se salva não só desde dentro, mas sobretudo desde fora, a partir do resto da cidade (...) o centro começa por defender-se através da periferia, na forma como estamos deixando crescer as periferias."*[36] Deste modo, a salvaguarda dos centros históricos deveria começar pelos planos directores e planos gerais de urbanização.

A *Carta de Toledo* debruça-se ainda sobre a dimensão funcional inerente ao património, principalmente à cidade, defendendo a manutenção de funções e actividades historicamente instaladas nos centros históricos como um dos princípios de intervenção na cidade consolidada. No entanto, esta posição poderá ser rígida e levar a cidade consolidada a novos problemas. Em primeiro lugar, as intervenções e dinamizações destas não se podem restringir a comércios artesanais, oficinas de artesãos ou *ateliers* de artistas como se proponha nos anos 60. A conservação funcional e de usos do solos pode originar fortes bloqueios da dinamização urbana ou incorrer no risco da monofuncionalidade e não diversidade de usos que dinamizem efectivamente o espaço urbano, impedindo que a cidade histórica se adapte efectivamente às necessidades da vida contemporânea. Por outro lado, a nova economia, sistema de trabalho (afastado das pesadas estruturas industriais) e sistemas de comunicação permitem à cidade antiga um vasto número de novas funções sem pôr em risco a sua estrutura, imagem ou identidade.

3.1.3 A revitalização da importância do desenho urbano e do espaço público

Na transição dos anos 80 para os anos 90 assiste-se à passagem de uma cultura de quantidade a uma cultura de qualidade. Esta mudança reflecte-se na evolução de um urbanismo baseado na expansão da cidade a um urbanismo de (re)qualificação das cidades onde o desenho urbano e o espaço público adquirem uma importância sem precedentes.

Preocupações cada vez maiores sobre o ambiente e os recursos por si disponibilizados reflectem-se de modo significativo em novos hábitos civilizacionais exigindo o controlo, se não mesmo o abandono, de determinadas práticas produtivas. Práticas que se reflectem sobre a intervenção urbana a partir de conceitos como a

[35] Citação da Carta de Toledo in AGUIAR, José. Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património. FAUP publicações, Porto, 2002, pp. 97.
[36] PORTAS, Nuno. *Pasado, Presente y futuro de las ciudades patrimonio de la humanidad. In Urbanismo y conservación de ciudades patrimonio de la humanidad.* Cáceres, 1993.

sustentabilidade e mecanismos de governancia, cada vez mais determinantes no conjunto das estratégias e opções a tomar para a cidade e seu material construído. A sustentabilidade passa a ser entendida a diferentes níveis: ao nível dos meios, financiamento, disponibilizados para a requalificação urbana; ao nível da capacidade da gestão do fruto dessa requalificação; ao nível da capacidade de integração social e resolução de conflitos; ao nível do desgaste e equilíbrio ambiental.

Esta tendência para a requalificação estende-se não só à cidade histórica mas também à totalidade dos espaços que compõem o sistema urbano e territorial, transpondo para a prática o entendimento da cidade como fenómeno de conjunto. A tendência é, por definição de Nuno Portas (1993), como um momento de integração social e física da cidade na sua totalidade (centro histórico e recentes expansões), indo de encontro à premente necessidade de esbater a dicotomia entre cidade velha e subúrbio novo. A *Declaração europeia do direito à cidade* (1992) aponta a necessidade de um reconhecimento simultâneo dos dois tempos da cidade, chamando a atenção ao desenvolvimento de estratégias de unidade e continuidade entre a cidade antiga e contemporânea.

A compatibilização dos dois tempos da cidade é possível na criação de permeabilidades entre as áreas antigas e modernas, considerando-se à partida o sistema de espaços colectivos como elemento determinante nessa suturação e requalificação urbana. No caso concreto da cidade antiga, esta nova atitude exige a abertura a novas actividades e a novos residentes, possibilitando o rejuvenescimento e a animação do centro. Porém, a entrada de novas funções e novas gentes não pode ser abusiva face à especificidade morfotipologica do local, assim como, em relação à sua especificidade social, criar novas situações de conflito ou até mesmo desencadear fenómenos acentuados de gentrificação. Mona Serageldin (2000) critica a reestruturação de zonas urbanas que, ainda que tendo em conta compromissos com o valor patrimonial do edificado e sua estrutura urbana, levam a uma maior afluência de população transitória e turistas em vez de famílias residentes. Isto é, os centros históricos vêem-se ocupados por uma população que não permanece aí e não cria estruturas relacionais e de interacção estáveis com o meio físico e social.

Um dos problemas da conservação urbana passa pela idealização dos espaços antigos ou vernaculares assim como a idealização da comunidade que o ocupava, de tal modo que a recuperação passa muitas das vezes pela recuperação de modos de vida e de relacionamento comunitário entretanto perdidos. A reactivação deve assim, face aos factos culturais e urbanos da cidade, ter em consideração a complexa mistura de necessidades emocionais e pragmáticas neles contidas.

O parque edificado existente apresenta-se, além da importância sócio-cultural reconhecida, como um valor fixo, já investido, cuja perda representa uma importante parcela da economia de qualquer cidade. Demolir um edifício antigo para construir um novo é entendido como um enorme desperdício de matéria e energia, principalmente se ainda não se tiver esgotado o seu valor de uso. No entanto, o valor do edificado em área antiga não se esgota no edifício. Ao seu valor é intrínseca a localização e a infra-estrutura representando a sedimentação de investimentos ao longo de gerações.

Do mesmo modo que as áreas antigas se abrem a novas funções e gentes, estas devem abrir-se à introdução de diferentes atitudes estéticas. A interferência de novas atitudes estéticas, não pode ser entendido como uma corrosão do conjunto edificado, senão como uma expressão do tempo presente e um acréscimo ao conjunto de significados, valores e factos sedimentados no espaço da cidade ao longo da sua história. O que deve ser

exigido é o elevado nível de qualidade das novas arquitecturas. Simultaneamente, esta aceitação de novas linguagens permite criar laços mais coesos: entre áreas antigas e modernas existindo elementos que reportam à globalidade do sistema; havendo novos elementos que questionem e reformulem os valores físicos e identitários da comunidade.

Este conjunto de preocupações vem na continuidade da política dos R's iniciada nos anos 70 e que passa agora a ser dominada por princípios de (re)estruturação e (re)qualificação. Enquanto que anteriormente a preocupação se centrara primeiro na unicidade material e civilizacional de cada facto arquitectónico e urbanístico e posteriormente do seu valor social, passa agora para o campo da sustentabilidade (sintetizando os dois anteriores momentos) e evoluindo no sentido da sua integração na totalidade do sistema urbano. Ao conceito de *conservação integrada, que* surgira já na década de 70 pondo travão a políticas expansionistas e visando o uso dos recursos existentes na cidade (energia, terrenos, e parque edificado), é agora acrescentado o de *desenvolvimento sustentável* apostando, além dos recursos existentes, numa gestão consertada entre os vários intervenientes da cidade mantendo equilíbrios aos mais diversos níveis (económico, social, cultural, etc.). As preocupações associadas a este novo conceito de controlo e desenvolvimento são expressas no *Relatório Brundtland*[37] onde se procura assegurar, através de novos modelos de planeamento e da integração de uma consciência ecológica, a protecção e manutenção dos recursos naturais e patrimoniais para as futuras gerações.

Ao nível Europeu é redigida em 1994 a *Carta de Aalborg*, a *Carta da sustentabilidade das cidades europeias*, onde se aborda a responsabilidade dos actuais modos de vida sobre os desequilíbrios ecológicos e se questionam modelos de planeamento e de gestão das cidades (separação casa/trabalho, uso e ocupação de solos, sistemas de transportes, sistemas de produção, agricultura, níveis de consumo, consumo desenfreado de bens não renováveis, etc.). A carta defende a procura de uma vida sustentável, na qual as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo de hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se na adopção de um estilo de vida baseado no capital da natureza, o qual deve conter factores de justiça social, sustentabilidade económica e equidade. A cidade deve basear o seu desenvolvimento, gestão e manutenção em processos criativos, locais e equilibrado conjugando todos os participantes nos processos de gestão urbana.

A conferência internacional sobre aglomerações urbanas realizada em Istambul, a **Habitat II** (1996), contesta fortemente a insustentabilidade dos projectos de reconversão urbana: insustentabilidade não só ao nível da manutenção de valores físicos e ambientais da cidade como do real proveito social das intervenções. A conferência incide o seu debate sobre a qualidade de vida proporcionada pela cidade: "abrigo adequado para todos" e "sustentabilidade das aglomerações humanas num mundo urbanizado". As novas metodologias sobre a intervenção urbana deveriam integrar definitivamente dimensões culturais, económicas e sociais que interferissem qualitativamente na globalidade urbana. A reforma dos princípios é de tal modo profunda que todo o programa de cooperação e intervenção promovido pela UNESCO conhece um novo dinamismo afastando-se da exclusiva preocupação sobre os valores físicos das áreas antigas até então objecto privilegiado de atenção. As nações presentes comprometeram-se a "*promover a conservação, a reabilitação e manutenção de edifícios,*

[37] Em 1987 a *World commision on envoironment and development* apresentou 8 recomendações no sentido de uma politica de desenvolvimento sustentado através do *Relatório Brundtland.*

monumentos, espaços abertos, paisagens e assentamentos de valor histórico, cultural, arquitectónico, natural, religioso e espiritual."[38]

É perante esta abordagem sobre o património, onde se conjugam simultaneamente valores de qualidade ambiental, social, cívica e de gestão, que a intervenção sobre o conjunto dos espaços colectivos da cidade se coloca a par da importância concedida ao património monumental.

Em 1999, a conferência de Nara reforça essa nova abordagem sobre a cidade, os seus espaços e as suas funções. *"O valor das áreas históricas depende de muito mais do que a qualidade dos seus edifícios singulares – depende da estrutura histórica urbana; numa particular mistura de funções; de materiais característicos; de uma apropriada escala e pormenorização de edifícios contemporâneos; em frentes de comércio (...) e no sentido que o tráfico introduz e limita o uso pedestre dos espaços entre edifícios. A compreensão deste valor ajuda a providenciar uma matriz para o desenvolvimento de princípios de uma política urbana."*[39] Com a reflexão de Nara, significados e usos do matéria patrimonial urbana assumem uma importância acrescida, concedendo-se definitivamente espaço à capacidade de transformação e adaptação do existente às formas e modos como se vai exercendo a vida contemporânea. Tocam-se aqui questões que ultrapassam factos físicos patrimoniais estendendo-se a hábitos culturais, princípios de uso e de ciclicidade.

Na viragem do milénio um dos elementos empolgados nas reflexões promovidas pela UNESCO é o da relação entre património, desenvolvimento social e respeito pela diversidade. O conceito de diversidade assume-se como elemento fundamental da estrutura física e social das cidades, num mundo que se pretende global, aberto e tolerante. A questão da diversidade e da sua importância para o desenvolvimento social sente-se de modo mais premente em relação aos grandes centros urbanos, onde a imigração e confronto de diferentes comunidades se reflecte mais acentuadamente sobre o espaço público. Os "novos" habitantes da cidade depositam novas exigências ou ansiedades face ao espaço público: *"estes utentes fazem frequentemente uso dos espaços públicos de acordo com a sua percepção do espaço público e de acordo com os seus costumes e referencial cultural (...)"*[40]

A mesma diversidade é explorada na polifuncionalidade urbana, procurando uma resposta mais adequada dos espaços da cidade à variedade de cidadãos. Ultrapassa-se definitivamente a sectorização de funções e a instituição de núcleos especializados e monofuncionais procurados pelo modernismo, o ordenamento e desenho urbano procuram a sustentabilidade dos espaços e da vida urbana numa rede mais complexa de funções.

Esta tendência polifuncional reflecte-se obviamente no carácter do espaço público que se assume simultaneamente como elemento centrípeto, das funções da malha urbana que suportam o seu uso no sistema de espaços colectivos envolvente, e como elemento centrífugo, ao despoletar fenómenos que influem os significados e usos atribuídos ao sistema de espaços abertos e do construído em seu redor. Sabendo que a aposta na polifuncionalidade poderá estimular a actividade (económica, cívica, cultural, etc.) na cidade histórica, esta surge como factor determinante na fomentação de um uso efectivo e quotidiano desta importante parcela

---

[38] United nations conference on human settlements (Habitat II), Instambul, Turquia, 3-14 de Junho de 1996.*The Istanbul declaration and the human settlements programme*, 1997, pp. 5.
[39] AAVV. Partnerships for world heritage cities. Culture as a vector for sustainable urban development. World Heritage Papers, UNESCO World Heritage center, Paris, 2003, pp. 12.
[40] *Idem*, pp. 21

de cidade. Evitar-se-ia assim a transformação de zonas de cidade em meros contentores de património e tradições culturais cristalizando o ambiente urbano.

O alargamento definitivo do entendimento patrimonial para além do monumento, estendendo-se à cidade (às suas construções e sistemas de espaços colectivos), e à integração desta na paisagem, exige um conjunto de transformações ao nível das políticas urbanas, e logo, ao nível das metodologias. Estando as cidades sujeitas a níveis de competitividade urbana cada vez mais agressivos a protecção e projecção da sua imagem, aliada à qualidade urbana, deve ser capaz de inspirar confiança potenciadora de atractividade do tecido urbano.

O entendimento da qualidade do espaço da cidade como elemento potenciador de desenvolvimento e competitividade exige uma eficaz coordenação dos seus instrumentos de planeamento criando sólidas estratégias em quatro níveis essenciais: definição e projecção de uma imagem de cidade; acessibilidade; qualificação do tecido social; envolvimento e participação pública. Estas quatro frentes de trabalho não se estabelecem numa mera visão economicista sobre a produtividade e rentabilidade do material urbano, mas sim, numa perspectiva mais completa de sustentabilidade onde se inclui a qualidade do espaço e património edificado. O eficaz funcionamento do sistema deve evitar desgastes (ambientais e económicos) desnecessários melhorando o nível da qualidade de vida e o sentido de apropriação e identidade global da comunidade. Melhoria esta, capaz de fomentar a activação da participação cívica no grande projecto que é a cidade. Segundo Castells e Borja (1997), "*(...) a competitividade do território dependerá sobretudo de: a) Funcionamento eficiente do sistema urbano-regional, especialmente em relação à mobilidade e serviços básicos; b) Inserção nos sistemas de comunicação de carácter global e boa informação dos agentes sociais e económicos dos processos mundiais; c) Qualificação dos recursos humanos; d) Apoio público aos agentes económicos e sociais por meio de políticas de «proteccionismo exportador», favorecendo as sinergias e a inovação continuada; e) Instituições públicas representativas, eficazes e transparentes que actuem segundo normas claras e estáveis nas suas relações com os agentes privados; f) Definição de um projecto de cidade (ou região) e o marketing do mesmo; g) Governabilidade do território baseada na coesão social e na participação cívica*".[41]

De acordo com estes princípios lança-se, ao conjunto das instituições da cidade, o desafio sobre as capacidades gestoras e promotoras de desenvolvimento e regeneração urbana. As instituições (políticas, cívicas, económicas e culturais) devem desenvolver mecanismos de governância apropriados às ambições da cidade, à complexidade de interesses e intervenientes e à necessária montagem de sistemas de desenvolvimento baseados na sustentabilidade. Esses novos mecanismos de governância entrelaçam, em organismos mistos de gestão, a participação pública e privada, com recursos a parcerias, e ligam o poder central com o poder regional ou local, cruzando informação e estratégias. O desenvolvimento de novas metodologias de intervenção exige a clarificação de uma postura operacional (direitos e obrigações de cada um dos intervenientes), a par do suporte numa postura normativa (conjunto de disposições legislativas e de princípios tutelares sobre a intervenção).

A alteração do contexto das cidades numa economia globalizada, que se vem tornando cada vez mais agressiva, infere nos modos como a cidade cresce, se transforma e qualifica. A montagem de parcerias entre

[41] CASTELIS, Manuel, BORJA, Jordi, Local e global: La gestión de las ciudades en la era de la información, TAURUS, 1997, pp. 183.

público e privado, em novos modelos de gestão urbana, permite que se tome rédea sobre as forças económicas e poderes instalados na cidade. Os poderes públicos encontram deste modo oportunidades de gerir e organizar o território, minimizando impactos negativos do excessivo poder privado. "*Desenvolver modos de mobilizar os cidadãos é um primeiro passo para terminar com este desequilíbrio de forças.*"[42]

A intervenção urbana, entendida enquanto processo de forte componente social, reúne várias forças de opinião e interesse que, conjugadas, permitem objectivar o "desenho" de um processo de planeamento e estratégia para a gestão e mudança do quadro espacial da comunidade. A descentralização dos processos de intervenção na cidade, em função da participação directa, de associações e poderes locais, impede a sujeição do edificado e espaços urbanos a um conjunto de regras burocráticas e generalizantes que aniquilam a operatividade dos processos de intervenção.

Na obrigatoriedade de uma resposta mais eficaz, os métodos de intervenção na cidade, reclamam cada vez mais a presença ou desenvolvimento de processos colaborativos. Processos estes que assentam numa mútua aprendizagem da construção institucional e do capital social permitindo, através de soluções potencialmente inovadoras, dar uma resposta mais adequada às necessidades locais e aspirações da população. Esse âmbito metodológico tem como objectivo a concepção de uma interactividade social em processos de construção criando consensos relativos à identificação de assuntos de preocupação comum, à definição e hierarquização de problemas, ao desenho de «knowledge resourses», à articulação de soluções ou ao desenvolvimento de ideias sobre os modos de colocar soluções em prática. A participação surge como uma constante ao longo de todo o processo de intervenção na cidade. Esse valor, um direito intrínseco à condição de cidadão, passa em grande parte pelos seus modos de apropriação do espaço e de manifestação sobre este. Assim poderíamos afirmar que, não só as pessoas fazem o lugar, como a perduração de práticas culturais endémicas fixa população, cria raízes e manifesta identidades. Os modelos de participação desenvolvem-se de diferentes modos, sendo estes, aliás, uma das faces possíveis presentes no objecto de estudo desta dissertação. O protesto enquanto manifestação pública e marcação de posição é um modelo de participação mais amplo, porém, devem-se ainda contemplar o modelo representativo (que na Grécia era directo e tinha lugar na *agora*, o lugar cívico por excelência), ou o modelo cooperativo.

De que modo é entendido o património pelos habitantes da cidade? Quais as prioridades da população? Que tipo de progresso e desenvolvimento pretendem?

O *Green paper on the urban environment* (1990) centraliza os problemas das cidades nas questões do urbanismo, nomeadamente na questão da regeneração urbana. A reorientação das políticas urbanas advém não só da consciencialização da degradação de determinadas áreas urbanas (como os centros das cidades europeias) mas também do reconhecimento da revitalização urbana como factor para a dinamização de todos os sistemas subjacentes à cidade. "*O (in)sucesso de um programa global de regeneração urbana, em determinada área problemática de uma qualquer cidade europeia, está na base do (in)sucesso na resolução dos seus*

[42] SERAGELDIN, Mona. *Preserving the historic urban fabric in a context of fast-paced change. In* AA.VV. *Values and heritage conservation.* Research report. The Getty Conservation institute, Los Angeles, 2000. Disponível em http://www.getty.edu/gci

problemas urbanos (económicos, habitacionais, ambientais, sociais)."[43] A construção de políticas de intervenção e revitalização concorrem para a "*resolução de um conjunto diversificado de problemas específicos decorrentes da degeneração de uma determinada área urbana, por outro lado, as referidas políticas concorrem para a eficácia do sistema urbano em geral.*"[44]

A montagem de metodologias de intervenção pressupõe o conhecimento do "estado" da área de intervenção, mas também o conhecimento dos pressupostos que desencadearam o processo de degeneração, entendendo-se factores endógenos e exógenos (económicos, físicos e sociais) que determinam um amplo conhecimento. De outro modo, de que serviria a cidade ser um repositório de informação se não se lidar ou tratar os dados nela contidos?

Um dos casos mais exemplares das novas atitudes perante a intervenção na cidade poderá ser encontrado em Barcelona, porém, este não se encontra isolado no panorama europeu existindo outras cidades como Lyon, Copenhaga, Estrasburgo, Glasgow, ou até mesmo o Porto com as intervenções para a recepção da Capital Europeia da Cultura (2001).

Em Barcelona toda a estratégia de requalificação da cidade assentava numa melhoria qualitativa dos seus espaços públicos procurando o equilíbrio entre centro e periferia, e a projecção da imagem e capacidade dinâmica (económica e cultural) da cidade. Um conjunto de propostas iniciado pouco após o fim do regime de Franco, permitiu dotar de novas qualidades os espaços da cidade. Este processo culminou ainda na organização de grandes eventos como as olimpíadas de 1992 e o Fórum de 2004 que permitiram rever grande parte das infra-estruturas e dotar a cidade de novos equipamentos, sempre com o pressuposto de um conceito de inclusão na cidade em vez da construção de grandes complexos periféricos, ou novas extensões, que pouco contribuiriam para a efectiva revitalização da cidade.

No início dos anos 80 Oriol Bohigas, consultor de desenho urbano da câmara de Barcelona, demonstra as possibilidades de intervenção através de projectos imediatos, de coisas que poderiam ser realizadas aqui e agora, privilegiando o projecto em detrimento da planificação à grande escala. "*Quando começamos a trabalhar num sentido urbano para Barcelona no início dos anos 80, tentamos eliminar visões do planeamento urbano que se demonstravam demasiado utópicas, substituindo-as por projectos urbanos onde o desenho de pequenas áreas da cidade pudessem ser realizadas de imediato. Abandonando a geral utopia face ao futuro em favor de uma realidade que poderia ser parcialmente construída no presente acabou por se mostrar como uma estratégia eficaz para Barcelona. Parece ter tido igualmente sucesso em outras cidades europeias.*"[45]

O planeamento passa assim da atribuição de função e estabelecimento de áreas para uma política de projecto em numerosos espaços públicos. "*Levar a cabo uma série de actuações concretas que sirvam de focos regeneradores da envolvente, com a percepção de que este processo tem frequentemente resultados mais*

---

[43] VASQUEZ, Isabel, CONCEIÇÃO, Paulo, BATISTA, L. e TEIXEIRA, M., Regeneração Urbana na Região Norte. Câmara Municipal do Porto, 2000, pp,11.

[44] PAULINO, Raquel. *Da estratégia de valorização ao processo de regeneração urbana?* Dissertação de mestrado em planeamento e projecto do ambiente urbano, Universidade do Porto, FAUP / FEUP, 2004, pp. 108.

[45] Entrevista a Oriol Bohigas. Milano, Maio 2002 disponível em http://www.floornature.com

imediatos e mais radicais que a trajectória dedutiva que parte exclusivamente do planeamento sistemático à grande escala"[46]

No entanto, a escala do macro-ordenamento não é completamente esquecida, incluindo-se um conjunto de pressupostos como a revisão do esquema geral de mobilidade. Isto tem como objectivo retirar pressão sobre o centro da cidade e poder enriquecer o próprio espaço público, dilatando funções e equilibrando o trânsito automóvel com outros modos de circulação. O projecto de Barcelona assenta assim num conjunto de pressupostos metodológicos que compatibilizam análise, reflexão teórica e operatividade sobre o projecto, intervenção e objectivos. Estabeleceu-se um conjunto de nove itens que guiaram e possibilitaram uma intervenção integral e sustentada sobre a cidade: análise da situação actual dos espaços público (papel local e metropolitano); proposta de colmatação dos sistemas de espaço públicos iniciados; proposta para os espaços limite entre bairros ou distritos; proposta para espaço limite inter-municipal; acessibilidade aos parques urbanos de montanha; continuidade de reurbanização de polígonos; redefinição de novas secções de ruas e avenidas com capacidade estruturadora do sistema de espaço público e de aumentar a variação de usos, percorrências e relações urbanas; definição teórica do conceito de percursos urbanos como elemento estruturador da política de espaços públicos à escala do bairro e da cidade; estabelecimento de critérios de desenho dos espaços públicos à escala do bairro e da cidade.

Existe na abordagem metodológica sobre a revitalização urbana uma permanência de pensamento em função de uma escala menor e maior ao nível do bairro e cidade, que possibilita a intervenção global sobre a cidade renegando definitivamente a visão sectorial ou excepcional sobre determinado facto urbano.

Com a criação do *Servei de Projectes Urbans* (1982) institui-se um organismo que, não só é responsável pelo desenvolvimento e aplicação de estudos e desenhos sobre os espaços públicos, como permite aprofundar o conhecimento sobre os elementos acessórios ao espaço público. São desenvolvidos estudos sobre iluminação, mobiliário e pormenores tipo, como guias, rampas, etc., o que permite, a par dos projectos excepcionais de praças, jardins, alamedas e frentes de mar, definir critérios para as restantes intervenções de cariz mais prosaico. Existe assim através do desenho de elementos contínuos, constantes e homogeneizadores uma exploração da qualidade do desenho e da construção que se reflectem as ambições de imagem e identidade urbana. Simultaneamente, Barcelona segue um princípio de integração no projecto urbano de uma cultura de arte urbana onde a escultura participa de modo particularmente intensivo. Institui-se o principio de "levar os museus às ruas", enriquecendo o espaço público e determinando a criação de novos elementos, monumentos, que ampliem o conjunto das referências e pontos de agregação do cidadão na cidade.

Sobre o reconhecimento da cidade, e dos dois tempos do material que a constitui (passado e presente), as qualidades inerentes ao chão, ao conjunto dos seus espaços públicos, surge como elemento integrador e unificador do sistema urbano principalmente ao nível da sua imagem. O recurso a elementos contínuos e constantes, como por exemplo o tipo de guias, ajuda a determinar um fundo homogéneo que destaca as excepções, espaços de referência como praças monumentais, e contribui em muito para a unificação de todo o

[46] CÁCERES, Rafael de; FERRER, Montserrat; SERRAT, Carles. *Barcelona espacio público : homenaje a Josep Maria Serra Martí*. Ajuntament de Barcelona, Barcelona, 1993, pp. 14.

sistema e respectiva imagem. Cria-se um fundo capaz de dotar a cidade de coerência conformando a ideia de um território, de uma cidade (unidade e sistematização de elementos).

3.2 O projecto de espaço público. Resposta ao património arquitectónico e intangível.

A contestação ao modernismo e a consequente (re)valorização dos princípios da cidade canónica, que adquire maior dinamismo a partir de finais dos anos 60, implicou uma revisão sobre o entendimento do espaço público. Espaço e vida pública passaram a ser considerados factos significativos no debate e prática da arquitectura, principalmente no campo da intervenção sobre a cidade existente, englobando princípios de protecção patrimonial entendida agora como reunião dos factos físicos e humanos que identificam o ambiente urbano.

A primazia do espaço e vida pública implicou, nos últimos 40 anos, uma revisão completa nos modos de intervir e gerir o espaço da cidade, procurando o (re)estabelecimento de uma relação mais profunda entre cidadão e espaço colectivo. A revisão dos parâmetros de intervenção, ocupação e uso do espaço construído, ao consagrar a urbanidade como uma reacção biunívoca espaço/comunidade, permitiu dotar de um novo fôlego o uso e vivência do sistema de espaços colectivos pelos cidadãos. A reflexão sobre questões subjacentes à circulação e ao distanciamento do habitar dos espaços colectivos foram determinantes para pôr fim ao imperativo da circulação motora sobre o espaço da cidade e da concepção da habitação como elemento solto e independente da estrutura de espaços abertos. A sobrevalorização do tráfego na concepção dos espaços da cidade e a criação de estruturas artificializadas de encontro entre cidadãos afastaram a vida dos espaços tradicionais da cidade aniquilando parte das dinâmicas cívicas e relacionais intrínsecas ao valor de urbano.

Anteriormente já foi percorrido o modo como evoluiu o entendimento e consequente metodologia de intervenção nas áreas antigas da cidade, verificando-se uma progressiva aproximação e valorização ao sistema de espaços colectivos, assim como da sua importância na globalidade da cidade. Agora interessa perceber as particularidades da intervenção, desenho e espaço público, apontando as especificidades metodológicas deste campo de intervenção sobre o património.

A variedade de espaços colectivos deve corresponder à variedade de interacções humanas, porém, há espaços que, pelas suas características formais, simbólicas e de gestão, implicam uma maior acuidade na abordagem metodológica. Enquanto lugares de relação e referência, contendo parcelas importantes da vida pública da cidade, existem espaços que concentram em si parte significativa da diversidade urbana. Um mesmo espaço detém material, sugestões, promessas e propostas suficientes para dar lugar a uma vasta multiplicidade de interacções. As capacidades de variabilidade intrínsecas a dado espaço urbano são demonstradas pela sua aptidão física ao desenvolvimento de actividades cíclicas, efémeras e espontâneas.

No centro da pesquisa, crítica e desenvolvimento interdisciplinar sobre o património encontra-se a noção de património cultural como construção social, o que significa que este resulta de processos sociais e antropológicos específicos circunscritos a um tempo e lugar. Tal entendimento leva à concepção de cultura, não como uma colectânea de objectos, mas como um arsenal de processos: processos de produção, de interacção e vivência. "*A noção de património cultural abrange todo e qualquer aspecto da vida que os indivíduos, na sua variedade de grupos sociais, considerem explícito ou implícito como parte da sua auto-definição*"[47]

Neste âmbito, a abordagem metodológica de intervenção sobre os espaços da variabilidade interessa como suporte material de um complexo conjunto de interacções, em vez da sua consideração como objecto autónomo na cidade entendido numa colectânea de factos construídos. Os espaços predispostos à polivalência e mutação interessam como factos construtores de lugar(es), suportando e propondo processos de uso, ocupação, apropriação e atribuição de significados.

3.2.1 A resposta à identidade e imagem da cidade.

A intervenção na cidade pressupõe uma profunda avaliação dos elementos caracterizadores da sua imagem e que, simultaneamente, inferem na sua identidade. A acelerada transformação da cidade contemporânea, e inclusivamente das suas áreas antigas, incrementou processos de delapidação, se não mesmo de perda, da identidade urbana. Conceitos como homogeneização, estandardização e globalização destroem anteriores fenómenos de reconhecibilidade expressos tanto nos factos físicos que compõem a cidade como no conjunto de hábitos e relações estabelecidas entre cidadãos e espaço. A entrada e adopção de novos modelos ou referentes com base numa aceitação acrítica e descontextualizada, numa tentativa de resolver problemas, não fazem mais do que adiar ou acentuar fenómenos de degeneração urbana em muito consequentes do défice de reconhecimento e de sentido de pertença sobre o património construído.

A importação de modelos (arquitectura, comércio, estilos de vida, gestão ou intervenção na cidade) deve implicar sempre uma revisão à luz dos padrões culturais regentes do contexto receptor, verificando a sua viabilidade e validade, ao mesmo tempo que se aplicam os necessários acertos para a sua integração. Qualquer processo de renovação ou transformação implica uma reflexão profunda sobre o lugar, a sua identidade e os fenómenos da diferença que o caracterizam, impedindo-se a reprodução de modelos alienados do contexto e destruidores dos processos que formam e sustentam a vida e imagem da cidade.

---

[47] PEARCE, Susan. *The making of cultural heritage. in* AA.VV. *Values and heritage conservation.* Research report. The Getty Conservation institute, Los Angeles, 2000, pp.59. Disponível em http://www.getty.edu/gci

A construção de lugares implica uma inflexão dos actuais fenómenos de acção sobre a cidade que tendem a suburbanizar o território, incluindo o próprio centro histórico, através de pretensos processos de renovação autistas à especificidade do contexto. O ensaio de Marc Augé (1992), reflectindo sobre os fenómenos de lugar e não lugar, baseia a dimensão identitária nas capacidades de relacionamento entre os indivíduos e o espaço. Encontra-se presente a noção do outro (entendida tanto como o indivíduo e o espaço) na construção de referências e processos de identificação, sendo que o outro contempla ainda a presença do passado no presente, por meio dos elementos evocativos da memória, do imaginário e passado histórico. *"Se um lugar pode definir-se como identitário, relacional e histórico, um espaço que não possa definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não lugar."*[48]

Sendo a cidade formada por um conjunto de formas significativas, segundo N. Schulz (1979), contentoras de significado, memória e instituindo relações, então a imagem, enquanto factor consequente da forma, é um facto determinante na aferição da identidade. A forma arquitectónica e urbana, enquanto facto referencial, configura simultaneamente a base existencial de cada indivíduo e da comunidade. Assim, a identidade encontra-se na capacidade de figuração inerente ao espaço urbano e ao carácter do ambiente. O *Genius Loci* reside no carácter ambiental cuja determinação se encontra no conjunto dos objectos concretos que o constituem, deixando de lado o abstraccionismo de valores e relações sobre a cidade. A identidade é construída a partir de factos concretos e palpáveis (passíveis de experimentação), valorizando a materialidade e o carácter concreto das formas.

Mas de que modo se estabelece uma relação entre imagem e identidade urbana? Qual o papel específico do espaço público nessa imagem? De que modo este espaço concorre para a formulação da identidade?

A imagem da cidade é resultado da deposição e sedimentação do material produzido pela e na comunidade. No seu trabalho de investigação sobre a cidade, Sitte (1889) desenvolvera já o primado da imagem da cidade a partir do valor estético dos seus monumentos, consagrando simultaneamente as relações entre o monumento e a forma da cidade (perspectiva, percurso e escala das construções e espaço abertos associados).

Lynch (1960) aborda a imagem da cidade através dos mecanismos de percepção. Desligando-se da valorização do monumento liga-se a um discurso que incorpora conceitos como vias, limites, bairros, cruzamentos, elementos marcantes e inter-relação de elementos. O tipo de conceitos abordados implica, não só a movimentação do cidadão na cidade, mas simultaneamente a experimentação de um vasto conjunto de factos. À imagem é intrínseca a ideia de movimento/experiência, permitindo relacionar um conjunto de figurações que se sobrepõem e inter-relacionam. A abordagem da cidade através de esquemas perceptivos reclama a participação do cidadão nos processos de intervenção ao mesmo tempo que subverte o modo esquemático, abstracto e burocrático com que se tinha vindo a intervir na cidade.

Para Cullen (1959) a imagem urbana reside na arte de relacionamento dos elementos que participam na sua construção: *"(...) é a reunião de elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção e interesse. Uma cidade é, antes do mais, uma ocorrência*

[48] AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.* Bertrand Editora, Lisboa, 1998.

emocionante no meio ambiente."[49] Este alarga os elementos participantes na imagem da cidade, considerando não só factos das mais variadas escalas, como contemporaneamente elementos perenes e efémeros.

A emoção e interesse apresentadas por Cullen são consequência do desenho aplicado ao ambiente e ocorrem essencialmente pela percepção dos indivíduos que experimentam o ambiente. As capacidades de leitura, assim como as circunstâncias que determinam a leitura do ambiente, são determinantes para a construção de uma identidade. A identidade urbana surge então como produto de feições (factos físicos) e expressões (factos humanos). Lynch (1960) aponta a identidade como resultado da percepção, ou melhor, como fenómeno do reconhecimento a partir da interpretação do ambiente pelo sujeito.

A *Carta europeia dos direitos à cidade* (1992) exprime a necessidade de garantir uma imagem reconhecível à cidade como espelho da diversidade cultural das sociedades locais, face ao descontrolo dos processos de mutação do ambiente construído. Num momento em que se acentuam os fenómenos de globalização e uma perigosa tendência à homogeneização do ambiente humano, a deposição de importância sobre a imagem e logo sobre os factos que a configuram, acentuam a necessidade de salvaguarda do património e (re)qualificação da cidade pelas suas arquitecturas e espaços colectivos.

A análise da cidade histórica enquanto lugar é fundamental para a definição de meios e métodos adequados à conservação e intervenção sobre a sua imagem e identidade. O conhecimento dos fenómenos caracterizadores do lugar permite consagrar nas metodologias de intervenção o conjunto das relações sedimentadas no lugar, quer ao nível do material físico, quer ao nível das relações humanas. Esta abordagem permite explorar dimensões de uso e continuar processos de reconhecimento sobre o ambiente, podendo-se então conceber a cidade "*(...) como um símbolo em que o cidadão, através de certas experiências palpáveis, como procissões, festas cíclicas e sacrifícios, se identifica com a cidade, com o seu passado e com os seus fundadores.*"[50]

"*A identidade urbana poderia ser lida como a materialização, ou produto acrescentado, de múltiplas memórias, fruto de distintos momentos formativos, resultantes de complexos processos de acrescento e de transformação urbana, produzindo a grande pluralidade de formas, espessamente estratificadas e sedimentadas, a que hoje chamamos cidade histórica.*"[51] É na quantidade e qualidade do material concentrado (factos arquitectónicos), assim como na riqueza das suas relações (espaço público), que os centros históricos se assumem como lugar privilegiado da expressão da identidade urbana

Do mesmo modo, o sistema de espaços públicos, nomeadamente os das áreas antigas, assume-se como campo privilegiado de formalização da imagem da cidade e, simultaneamente, como palco do reconhecimento da sua identidade. O espaço umbral das arquitecturas da cidade dispõem de um duplo mecanismo significativo: a fachada é significante, continente de um espaço interior, e simultaneamente significado do espaço urbano. Além da arquitectura, o espaço público determina a relação entre um grande conjunto de outros elementos (árvores, mobiliário, elementos efémeros como a publicidade ou suportes de eventos, etc.) sobre os quais estipula regras e determina relações. Na imagem do espaço público participam os planos verticais (fachadas), assim como o plano horizontal (pavimentos) que, pela sua materialidade, determinam em grande parte a

---

[49] CULLEM, Gordon. *Paisagem urbana.* Edições 70, Lisboa, 2004, pp. 10. (edição original 1959)
[50] RYKWERT, Joseph. *La ciudad como un mal curable. Ritual e histeria.* Hermann Blume, Madrid, 1985, disponível em http://www.revistacontratiempo.com.ar
[51] AGUIAR, José. *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património.* FAUP publicações, Porto, 2002, pp. 120.

organização dos usos, percursos e possibilidades de apropriação espacial. O espaço público é assim o grande elemento de articulação que estabelece a imagem da cidade através da relação entre os seus elementos.

Porém, o relacionamento em espaço público reveste-se ainda de uma dimensão humana, confrontando os indivíduos entre si, mas, acima de tudo, confrontando o indivíduo face ao espaço conferindo-lhe posição. Enquanto palco de expressão individual e colectiva, espaço de relacionamento, o espaço público assume-se como lugar de reconhecimento da identidade urbana desencadeando processos de pertença.

Mas até que ponto a definição física do lugar importa e afecta o seu significado? De que modo este pode ser preservado? Que tipo de espaços possui a cidade histórica? Como são? O que os caracteriza e como se lêem?

Perceber as formas da identidade, assim como as suas variações, implica mergulhar num conjunto de parâmetros que vai para além da matéria física, enquanto contentor, e se relaciona com as tradições, memórias e simbologias. Da relação biunívoca entre imagem e identidade interessa retirar as suas razões ao nível da vivência quotidiana da cidade, assim como as consequências que uma intervenção acarreta ao nível de ganhos e perdas sobre essa vivência e respectivo reconhecimento. Na formulação da identidade urbana participam uma série de factores (tantos quanto a sua profundidade, riqueza, e complexidade sistémica) que não podem ser isolados. O conceito de identidade urbana abarca: forma; estilo; expressão do lugar; modelo produtivo; destino; vocação; reconhecimento cultural; sentimento de pertença; expressão de diferença;

Parte incontornável da identidade da cidade histórica reside na sua forma. Entendendo-se a identidade como expressão do carácter do lugar construído ou urbanizado, Cervellatti (1981), esta reside nos elementos depositados na cidade e que estabelecem pontes entre passado e presente. A construção da identidade contém assim uma dimensão ancestral sustentada na forma da cidade, nos seus conteúdos e contentores. Sitte (1889) e Rossi (1971) consideram que a identidade é resultante de um estilo. Não de um estilo enquanto expressão artística, mas de um estilo enquanto tipologia, forma e vontade de forma. Isto é, a identidade formal da cidade como resultado de um conjunto de regras culturais que se expressam nas formas da cidade e nos seus modos de construir. Prende-se mais ao resultado de uma pré-disposição cultural, expresso na organização do espaço e privilegiar de relações, do que na imagem concreta e absoluta de um facto específico.

Schultz (1975) transporta a construção da identidade para além dos factos construídos consagrando a relação com o suporte geográfico. Ao ampliar o *Genius Loci* às condições geográficas, o espaço público assume-se como demonstração de uma operação de ocupação e modelação topográfica resultante de saberes, qualificação da mão-de-obra, técnicas e materiais. A identidade exprime o resultado de uma relação entre ambiente físico e ambiente cultural que, evoluindo simultaneamente, partem dos circunstancialismos impostos pelo ambiente natural. O proveito da topografia resulta de processos de formação e intervenção urbana que, operando sobre os valores concretos do terreno, estabelecem uma relação mais coesa com a sua base operativa. Incluem-se no espaço da cidade circunstancialismos do território reforçando as suas particularidades. Por exemplo, o espaço da feira de Ponte de Lima vai para além da área construída na marginal ao rio, estendendo-se sobre o areal. A identidade do lugar reforça-se assim ao estabelecer relação com a paisagem e o rio e recorre aos arcos da ponte e muro da marginal como factos organizativos e icónicos.

Há, tanto na questão do estilo, como na questão da base geográfica, uma exploração de expressões e vocações do contexto que ajudam a estabelecer princípios de permanências. As permanências reportam-se

simultaneamente aos temas de desenho dos espaços públicos e suas arquitecturas, como a processos de produção, uso e manifestação.

A profunda transformação das funções de uma cidade ou de um importante sector desta, como a transformação de zonas residenciais em áreas de terciário ou a inversão do tipo de serviços aí prestados, resulta em perda de parte dos seus significados e reconhecimento. Na sua complexidade de factos e funções, as cidades possuem especial pré-disposição a determinada actividade a qual constitui parte inabalável da sua identidade. Que identidade possuiria Coimbra sem a presença da Universidade? Que identidade teria o Estoril sem as actividades lúdicas? Que identidade teria a Golegã sem a presença da agricultura e criação de cavalos?

A identidade é também resultado do reconhecimento cultural sobre a matéria física e humana da cidade construtora de uma ideia de pertença. Resulta da sequência de reconhecimento e adopção da cidade pelo habitante. Assim, uma cidade pode conter diferentes identidades de acordo com o auto-reconhecimento diferenciado que cada indivíduo efectua. A abordagem e comunicação da cidade pelo indivíduo é baseada numa experiência espacial pessoal, como surge a obra de Lynch (*A imagem da cidade, 1960).* Mas é o espaço público, ao confrontar o indivíduo com a comunidade, que se institui como lugar da criação de uma identidade colectiva. N. Schultz (1975) sintetiza ao definir a identidade urbana como aquele sentimento simultaneamente individual e colectivo que se estabelece entre a cidade e o cidadão.

A cidade, no conjunto do seu edificado e sistema de espaços abertos, coloca um conjunto de problemas face à sua autenticidade, a qual não se esgota na salvaguarda da genuinidade do seu material histórico. A autenticidade do material urbano, nomeadamente do conjunto dos seus espaços colectivos, passa por questões de uso e dinâmicas, assim como no conjunto das relações entre espaço, mecanismos de suporte de modos de viver, ocupar e dotar o espaço de significados. As profundas relações entre factos urbanos e as actividades que nele se exercem reivindicam uma necessária correspondência entre a complexidade da organização espacial das áreas antigas e o uso de cada elemento entendido no conjunto da cidade, revelando-se esta como uma totalidade rica e coerente. Por outro lado, as relações produtivas e culturais entre área antiga, periferia e territórioa devem traduzir-se numa abordagem global da qualidade espacial urbana, demonstrando mais uma vez a pertinência da globalidade do sistema.

A consideração da totalidade urbana implica a compreensão de elementos patrimoniais de base material e intangível que se exprimem no *genius loci* da cidade. A imperativa necessidade de resposta à particularidade "espiritual" da cidade acelera-se com a pressão dos fenómenos de globalização. A influência de novas culturas não implica obrigatoriamente a anulação o carácter identitário das cidades mas, tal como defende Borja (1998), podem acentuar valores e particularidades locais. A conservação da autenticidade não se baseia assim num proteccionismo bacoco, mas numa necessária abertura e flexibilidade nos espaços de expressão cívica, assentes na possibilidade de variabilidade e reversibilidade.

Perante a intervenção no património, a análise da identidade e respectiva autenticidade funcionam como base para a compreensão de fenómenos de degeneração, quer ao nível dos significados, quer ao nível dos usos e capacidade relacional e de reconhecimento. Estes fenómenos de degeneração ameaçam fortemente o carácter e identidade urbana, sendo concomitante o empobrecimento quer da matéria urbana construída, quer da dimensão humana que lhe atribui sentido e relevância. A perda do carácter agregador e referencial do centro,

resultado da sua má gestão, funcionamento e manutenção, implica igualmente a desagregação e o estilhaçar da experiência urbana. Perdem-se os lugares colectivos de encontro e confronto das diferenças, da co-presença, da visibilidade. *"Quando se multiplicam, diversificam e ampliam as experiências espaciais, parece diminuir o sentido de pertença, menos reconhecível é a expressão de uma identidade."*[52] O excesso de mudança, principalmente segundo princípios aleatórios e destituídos de ritualidade, afecta as capacidades de auto-reconhecimento e auto-representação da comunidade nos seus espaços.

Outro perigo sobre a identidade é o da não coincidência entre os lugares de encontro e os lugares de interesse histórico-cultural, originando a desafectação entre as práticas sociais e os símbolos físicos que lhe serviriam de referência. O centro histórico passou a ser o lugar do turista e do encontro de minorias (nomeadamente comunidades estrangeiras), enquanto que os residentes se dispersam pelos novos territórios periféricos e artificiais, como o centro comercial. Este facto é promovido nos centros por más opções estratégicas para a cidade (originando fenómenos de gentrificação – ao nível dos habitantes e usuários), ou pela instrumentalização de edifícios de valor significativo, inclusivamente monumentos (caso do fenómeno das pousadas e edifícios de outras instituições relevantes). Elitiza-se e altera-se profundamente a relação de uso entre património e comunidade perdendo-se elos de união através de um uso efectivo dos símbolos que guiam a comunidade. O desenvolvimento das cidades, das suas áreas antigas, aparece assim como fenómeno indissociável do reconhecimento e reforço da identidade urbana.

3.2.2 A importância atribuída ao espaço público

"O movimento moderno na primeira metade do século (XX) e as políticas públicas na segunda metade, configuraram um urbanismo que se confundiu com a habitação e as obras públicas (vias, pontes, acessos, etc., ou seja, comunicações). A construção de cidade como produto integral e integrador ficou esquecida e com ela o espaço público. Ou pelo menos relegado para um papel secundário".[53]

Ao espaço público, resultante do pensamento modernista, encontra-se subjacente uma ideia de espaço residual, cingindo-se ao sistema viário e a um conjunto de espaços sobrantes, fragmentários, desarticulados. Esta ideia tem origem num processo de concepção e intervenção na cidade assente na sobrevalorização de organismos arquitectónicos entendidos como peças isoladas e não como factores de organizadores de espaços abertos. Os espaços resultantes deste *modos operandis* são desqualificados, não se reconhecendo pela dimensão, forma, localização, valor ou função. A superação do moderno implicou assim uma (re)valorização de princípios espaciais da cidade canónica contidos no material urbano existente. A intervenção na cidade passa a desempenhar-se na possibilidade de construir espaço urbano.

O desafio colocado à intervenção na cidade reside na capacidade de propor novos modelos de construção urbana que, apostando na promoção de intervenções integradoras, permitam dar resposta à complexidade contemporânea e estabeleçam elementos de articulação entre os diversos fragmentos que a compõem. A

---

[52] *Idem*, pp. 128.

[53] BORJA, Jordi, *Ciudadanía y espado público. In* AA.VV. *Ciutat real, ciutat, ideal. Significant i funció a l'espai urbá modern.* Urbanitats, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, Barcelona, 1998. Disponível em http://urban.cccb.org/

concepção dos espaços públicos é tida como factor decisivo, ainda que não seja o único, no tipo de resposta à (re)qualificação da cidade.

Segundo M. Cerasi (1990) o espaço público é simultaneamente o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É sobre essa importância e complexidade relacional que a intervenção sobre os factos públicos deverá dirigir a sua atenção, incluindo os momentos de interesse colectivo e os da vida quotidiana. Como referem M. Castells e J. Boja (1997), os espaços públicos desempenham um papel chave no sentido em que se ajustam como criadores de centralidade e potenciadores de uma dinâmica integradora.

Neste sentido, F. Ascher (1998) defende a necessidade de passar de um urbanismo dos espaços ocupados para o urbanismo dos vazios. Um urbanismo que consagre o espaço colectivo como estruturador da cidade, da sua urbanidade e relação com o território, um urbanismo que eleja o espaço público como referencial base e centralizador da complexidade relacional inerente à cidade. Secchi (1986) e posteriormente Portas (2002) consagraram este urbanismo a partir do "Projecto de Chão", retomando a um modo pré-moderno de pensar a cidade. Portas (2002), denomina de "*projecto do Chão: o projecto do que é necessariamente colectivo no crescimento da cidade, o espaço público ou se se quiser o espaço colectivo, que pode ser público ou pode ser privado ou concessionado mas de uso colectivo. O que é determinante não é a propriedade, mas o estatuto de uso que possui. O espaço público é a base de tudo, e se o tiver traçado posso aplicar regras tradicionais, experimentadíssimas, para controlar as construções e os usos.*"[54]

Se por um lado, o desenho do sistema de espaços públicos permite responder a um conjunto de especificidades que o definem (o seu nível de domínio e gestão pública; o seu uso social e colectivo; e a sua multifuncionalidade), por outro lado, coloca-se um desafio mais vasto que passa pela exploração do seu potencial integrador. A capacidade em se estabelecer como "ligante" que atravessa os diversos fragmentos urbanos e permite estabelecer relações. Importa ainda referir o potencial do sistema de espaços públicos ao nível da (re)avaliação e consolidação da identidade urbana, considerando que a partir da sua matéria, capacidade relacional e potencialidade dinâmica, se permite tornar o espaço urbano identificável.

Cada vez mais se colocam, relativamente à intervenção sobre o património, questões relativas a uma aposta no projecto urbano e, consequentemente, à qualidade do sistema de espaços públicos. A abordagem do património a partir de uma aposta no desenho urbano é tanto ou mais válida consoante o seu grau de integração e interacção com as diferentes escalas do planeamento urbano, consagrando as áreas antigas como parte do sistema global da cidade. Um projecto urbano de requalificação, desenvolvendo e projectando uma imagem de cidade, concretiza-se não por acções extensivas, mas por acções pontuais e estratégicas definidas em função de um conceito de "catálise" urbana. Uma operação assente no princípio de catálise dota cada intervenção de uma forte estratégia e intencionalidade, não podendo esta perder-se ou isolar-se na cidade.

Enquanto parte essencial da estrutura da cidade, o desenvolvimento do espaço público reverte sobre o conjunto das relações físicas, humanas e simbólicas que gerem a cidade. A sua acessibilidade universal incrementa valores como a participação cívica e política, as bases da democracia, constituindo-se assim campo de trabalho privilegiado enquanto concretização formal de interesses colectivos mais amplos. O crescente

---

[54] PORTAS, Nuno. *Depoimento de Nuno Portas (Secretário de Estado da Habitação no 1° e 2° Governo Constitucionais) entrevista de António Fonseca Ferreira*, in 'Sociedade e Território', nº 33, Porto, Fevereiro 2002, pp. 12.

reconhecimento do seu potencial enquanto elemento estruturador das relações urbanas elege-o, segundo Borja (1998), como lugar de relação e de identificação. "*O espaço público define a qualidade da cidade, porque indica a qualidade de vida das pessoas e a qualidade da cidadania dos seus habitantes.*"[55]

J. Borja e Z. Muxí (2003), referem-se ao espaço público como "*(...) instrumento privilegiado da política urbanística para fazer cidade sobre a cidade e para clarificar as periferias, para manter e renovar os centros antigos, e produzir novas centralidades, para suturar os tecidos urbanos e para dar um valor de cidadania às infra-estruturas.*"[56] Portas (1997), reforça a importância do espaço público apontando que as mais recentes estratégias de requalificação, da cidade à rede metropolitana, apostam na sua forte componente catalisadora. Este facto resulta da emergência de uma nova consciência e modelos de concepção da intervenção na cidade, nomeadamente ao nível das preocupações sobre a articulação dos seus factos. Expressa-se aqui a passagem de um conceito de continuidade linear para o de continuidade sequencial, susceptível a interrupções mas devendo garantir a leitura dos factos enquanto parte de uma unidade.

"*Enquanto que durante séculos a qualidade do ambiente urbano foi um resultado do crescimento da economia das cidades, na actualidade a qualidade do espaço urbano tornou-se num pré-requisito para o desenvolvimento económico das cidade; e o desenho urbano tornou um renovado valor como meio de desenvolvimento económico.*"[57] A perda de importância das condições de localização geográfica das cidades implica a valorização de outros factores para o desenvolvimento da competitividade urbana. A renovação da sua imagem e capacidade empreendedora despoleta capacidades para a movimentação de capital, mobilidade global e instituição de centros de intercâmbio físicos e virtuais. Por exemplo, no caso da Golegã a dinamização de um desenho urbano valorizador da principal actividade económica e cultural da zona, assegura-lhe o papel de líder numa prática específica, não só a nível regional como a nível internacional, principalmente ao nível das relações com a Andaluzia. Deste modo, o desenho assegura-lhe o valor dentro de uma tendência que, não sendo nova, tem a mais valia de se relacionar com as tradições locais e como tal garantir a participação da população.

A importância depositada sobre o espaço público, não é alheia à sua instrumentalização enquanto factor de desenvolvimento e matéria essencial no marketing urbano, contribuindo decididamente para o estímulo das suas actividades e (re)posicionamento da cidade num mundo global e competitivo. Muitas das políticas de intervenção apostam na implementação de factores de prestígio, os quais podem ser divididos em duas vertentes: a cidade enquanto objecto singular, ou o desenvolvimento de projectos de prestígio marcantes para a cidade.

Enquanto objecto de prestígio pode-se entender a cidade que pela sua excepcional qualidade se distingue das demais. A sua implementação enquanto objecto de prestígio é fruto não só da excepcional qualidade do seu património construído, depositado e conservado ao longo de gerações, mas também do trabalho desenvolvido sobre esse património. O estado dos bens patrimoniais, a qualidade paisagística envolvente, o uso continuado das estruturas urbanas e arquitectónicas e logo a sua vivacidade, dinâmica e vigor cultural determinam o carácter singular e único de uma cidade. Neste caso, a cidade distingue-se, além da colectânea de factos que possui, pela sua pertinência e continuado vigor cultural. Este tipo de abordagem é consagrado pela UNESCO ao

---

[55] BORJA, Jordi, MUXI, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, Março, 2003, pp. 25.
[56] *Idem*, pp. 219.
[57] GOSPODINI, Aspa. *European cities in competition and the new "uses" of urban design*. Carfax Publishing, Journal of urban design, vol.7, Nº1, 2002.

estabelecer uma listagem e classificação de cidades património mundial.

Por outro lado, o desenvolvimento de projectos de prestígio consiste na promoção de projectos, muitas vezes associados a eventos de curta duração, cuja envergadura é susceptível de gerar um forte impacto local ao nível económico, político e até mesmo social. H. Smyth (1994) refere que os projectos de prestígio além de "*(...) desempenharem uma função de promoção da área em que se localizam podem contribuir para uma promoção mais alargada da cidade*".[58] Deste modo, ainda que estas estratégias se focalizem na sua realização e sua área específica, o seu potencial deve ser encarado ao nível de uma promoção mais alargada.

O desenvolvimento de tais projectos não deve ser encarado de modo fechado, aproveitando-se a energia deste para responder a uma variedade de problemas e desencadear fenómenos paralelos de dinamização. Jean–Louis Cohen (1998) ao referir-se aos grandes projectos de Barcelona menciona a acertividade das estratégias tomadas na realização de projectos e eventos de prestígio. Neste caso, as opções não se esgotaram numa mera resposta burocrática, mas na rentabilização e integração do investimento para requalificar a cidade dotando-a de novos equipamento e infra-estruturas, ao mesmo tempo que se lançava a sua imagem no mercado da qualidade e atractividade urbana. A cidade aproveita assim aos mais diversos níveis a oportunidade dos processos de regeneração para a globalidade do seu sistema metropolitano.

Apostando em novas funcionalidades e adaptando-se às exigências do mundo contemporâneo, os projectos de prestigio fomentam o desenvolvimento económico e infraestrutural da cidade ao mesmo tempo que estimulam a sua imagem e a agregação da comunidade em redor dos seus símbolos (antigos ou novos). Um projecto de prestígio resulta da combinação entre forma e evento que, pela sua excepcionalidade (Jogos Olímpicos, Capitais da Cultura, Bienais, Exposições Universais), se instituem como marcos determinando um ponto de situação sobre os valores da cultura urbana local e projectando a imagem da cidade. A intervenção na cidade através destes projectos é assim determinada pela perenidade dos elementos construídos para o evento e pelos elementos efémeros que suportam o ambiente e enaltecem o seu valor excepcional.

Mas, poder-se-á falar na construção da imagem da cidade para além da forma construída? Poder-se-á falar da construção e estímulo dessa imagem pelo efémero associado aos grandes eventos?

O desenho urbano assume um papel fundamental no desenvolvimento e transformação das cidades. A compreensão de um sistema de espaços públicos permite, por um lado, estruturar os diversos fragmentos que compõem o tecido urbano contemporâneo e, por outro lado, criar condições para despoletar a referida catálise urbana. Assim sendo, a complexidade do espaço público passa a ser objecto fundamental de intervenção específica, a qual podendo não envolver intervenção ao nível da envolvente construída vai além da cosmética urbana. Ao espaço público pede-se, irrecusavelmente, que contribua para proporcionar sentido à vida urbana: sentido através da sua qualidade material, cultural, referencial e relacional.

O espaço público é, como refere J. Borja e Z. Muxí (2003), gente na rua. A intervenção sobre os espaços da cidade, e logo na sua imagem, vai mais longe ao intervir sobre os usos e capacidades de apropriação inerentes ao espaço. Os factos materiais só assumem sentido, de modo completo e reconhecível, quando usados ou ocupados pelas pessoas. A intervenção em áreas centrais e antigas, de confirmado valor patrimonial, têm

[58] SMYTH, Hedley. *Marketing the City: The role of flagship developments in urban regeneration*. E & FN Spon, London, 1994, pp.16.

tendência para a cristalização dos seus factos arquitectónicos, condenando-os à permanência enquanto relíquia arredada da vida contemporânea. Este entendimento museológico dos centros vai de encontro à tendência de desenvolvimento da cidade com base em áreas temáticas (cidades empresariais, condomínios fechados, infra-estruturas ao serviço do veículo privado e individual, zonas residenciais), diferenciando tempos, classes, tipologias e modos de estar. É a partir daqui que se desenvolve o conservadorismo e entendimento parcelar face aos centros e à intervenção sobre o património existente.

O grande desafio das cidades deve passar pela agregação da totalidade dos seus espaços, concebendo-a como fenómeno global e contentor de variedade e multiplicidade. Só numa perspectiva sistémica e baseada na multiplicidade de fenómenos e usuários da cidade se pode evitar a tendência de sobredimensionamento de funções e infra-estruturas que aniquilam uma vida efectiva dos centros. Os espaços latentes e pré-disponíveis à polivalência e mutação podem colmatar muitas dessas falhas desenvolvendo territórios de suturação qualitativa ao nível das relações físicas e humanas na cidade. Imperam assim dois conceitos: polivalência e mutação. Polivalência como capacidade de uso, representação, reconhecimento sobre as capacidades ou latências semânticas intrínsecas ao espaço e que devem permitir a variedade de participação e expressão dos cidadãos no espaço urbano. A mutação, por seu lado, revela a sucessão contínua de usos dando lugar à possibilidade de representação por parte dos cidadãos. Essa mutação é tanto ou mais saudável quanto maior for a sua simultaneidade no reconhecimento e produção de factos ou eventos dentro do espaço público.

O arranjo de superfícies, o desenho de espaço público, não se prende a um mero desenho superficial de pavimentos. Considerando que o espaço público se assume como objecto específico de intervenção pela complexidade de situações, relações e articulações, este toca níveis variados que são profundamente projectuais. O projecto de intervenção em espaço público toca questões que reflectem a imagem, organização e simbolismo do espaço e que são intrínsecas às particularidades do desenho, dos materiais, da sua relação com o construído e com o seu uso ou possibilidades deste. No que toca aos espaços de reconhecido valor patrimonial, estes detêm ainda a responsabilidade de reflexão, avaliação e conservação sobre as especificidades da memória e da matéria acumulada. É um delicado trabalho de confronto com o existente, de reconhecimento da sua matéria física e espiritual. Segundo Portas (2002), o desenho urbano poder-se-ia definir enquanto dimensão projectual do planeamento.

3.2.3 Processos de intervenção.

As cidades são sistemas complexos e dinâmicos que reflectem muitos dos processos que a conduzem física, social, ambiental e economicamente em sucessivas transformações, e como tal, os processos de intervenção na matéria da cidade constituem-se como importantes momentos de reflexão, conhecimento e análise sobre a complexidade da realidade existente. São contemporaneamente oportunidades de escolha e implementação de princípios ou lógicas que condicionarão os seus sistemas, incluindo a própria matéria patrimonial aí presente. Cada operação de intervenção na cidade condiciona o mecanismo urbano na sua matéria, determinando o modo como os factos patrimoniais serão percepcionados, compreendidos, usados e principalmente o modo como

serão transmitidos às gerações futuras. No campo da intervenção patrimonial devem ser consideradas quatro frentes de trabalho, quatro condicionantes, para a montagem de uma metodologia de intervenção: conjuntura física; contexto de gestão; significado cultural; valor social.

A conjuntura física refere-se directamente aos factos físicos que formalizam a cidade, os seus espaços e as suas arquitecturas, sendo necessária a avaliação das suas características e do seu estado. O conhecimento da dimensão material dos factos patrimoniais permite conhecer o estado de facto dos bens, avaliando a sua pertinência e valor patrimonial, percebendo o seu potencial de uso e as suas avarias (ao nível da construção e ocupação). Como tal, é necessário o levantamento das características espaciais, linguísticas e técnicas dos factos procedendo-se a uma apreciação e sistematização sobre a informação recolhida de modo a informar todo o processo de intervenção.

O contexto de gestão prende-se com as opções ao nível das políticas de fomentação e de governância implementadas conjuntamente à intervenção. Este campo de acção pressupõe a avaliação e uso de recursos (financiamento, pessoal habilitado e tecnologia) que determinam a montagem de uma estratégia, procurando a sua sustentabilidade que não termina com a sua implementação, implicando a consagração de um plano de manutenção e gestão para lá da intervenção. Neste âmbito são levadas em consideração condicionantes políticas e legislativas subjacentes ao objecto da intervenção, incluindo condicionamentos tutelares e princípios como o da propriedade, uso e possibilidade de acção. Por outro lado, o campo da gestão deve relacionar os diferentes intervenientes e interessados, instituindo compromissos e responsabilidades sobre o progresso da intervenção e o posterior processo de manutenção.

O trabalho sobre o significado cultural e valor social debruça-se sobre as razões profundas da classificação de dado objecto e lugar. Este avalia a importância dos factos, determinando o tipo de intervenção e sua profundidade ao nível da matéria e dos usos, assim como o impacto da mesma intervenção tanto ao nível físico do bem como ao nível do seu reconhecimento, valor de uso e apropriação. A crescente importância atribuída à intervenção no construído, nomeadamente sobre o sistema de espaços colectivos, é acrescida de responsabilidades pelo modo como se reflecte na realidade, imagem e dinâmica urbana. A intervenção deve ter em conta a rede de inter-relações entre suporte material, referente espacial e o conjunto de comportamentos e hábitos que têm lugar no espaço público, pois a operação sobre a base material da vivência urbana reflecte-se fortemente sobre os comportamentos da comunidade e o conjunto dos seus sistemas organizativos. É necessário considerar a influência dos espaços sobre o conjunto de hábitos e tradições instituídas, assim como a necessária renovação e revisão dos costumes que passa, em muito, através da própria intervenção sobre o espaço.

Existe uma complexa relação de sistemas entre objecto e contexto que o gera, assim como uma profunda relação entre o facto classificado e os rituais que lhe atribuem significado. A desvalorização da importância de uso atribuída ao bem patrimonial tem por base uma abordagem sobre o património de cariz estético, sobrevalorizando conteúdos artísticos, esvaziando-o dos seus valores sociais e prosaicos na participação no quotidiano. A atenção dos conservadores confere mais importância à condição física do bem do que à complexidade dos fenómenos (significativos e uso quotidiano) que participam no seu entendimento. Esta perspectiva (como já foi abordado anteriormente) dominou em certos períodos a intervenção e gestão da cidade,

contribuindo significativamente para a delapidação de parte importante das lógicas inerentes ao património e à cultura dos factos arquitectónicos e urbanos.

O próprio suporte legal de salvaguarda patrimonial, a par das reflexões teóricas e princípios de orientação metodológica, evoluíram no sentido de alargamento dos valores subjacentes à condição de património. De uma teoria exclusiva sobre os valores do monumento, a crítica e reflexão da intervenção sobre o património evoluiu no sentido de inclusão do património urbano e intangível, integrando a complexidade de relações que caracterizam o construído e valorizando as questões da construção do ambiente urbano.

A avaliação, como componente *a priori* de uma metodologia de intervenção, deve servir para atestar o valor patrimonial do objecto ou sistema em foco, determinando logo à partida um conjunto de processos de acordo com o seu valor e especificidade. Toda a metodologia deve assim assentar na avaliação da validade patrimonial do facto em estudo e da sua relevância na complexidade das relações urbanas. A metodologia de intervenção caminha assim entre um princípio e um fim caracterizado pelo processo que se desenrola entre a avaliação (o reconhecimento de valor da matéria existente), a valorização (despoletando fenómenos de revisão que confiram, acrescentem ou restabeleçam o valor do objecto intervencionado) e respectiva confirmação (absorção do facto na sua dimensão identitária, referencial e de uso pela comunidade). Alois Reigl (1903) considera a classificação dos monumentos por categorias de valores como base de conhecimento passível de influenciar as escolhas metodológicas para a intervenção. Porém, este também refere a impossibilidade de elaboração de princípios absolutos de classificação, uma vez que estes se encontram sujeitos ao relativismo cultural e aos requisitos específicos do tempo de produção do facto e do tempo do seu reconhecimento e intervenção.

Sobre a equação destas três frentes é possível partir para a implementação de uma metodologia específica de trabalho e desenvolvimento de processos de intervenção. Permite-se a definição de fases de trabalho a partir da clarificação da globalidade processual, isto é, a partir do esclarecimento na identificação do contexto, estrutura organizativa, da identificação dos objectivos, identificação dos gestores e actores (públicos e privados, colectivos e individuais) intervenientes no processo e implementação de estratégias e mecanismos de desenho.

No panorama actual da organização dos organismos urbanos, a cidade consolidada, ou mais particularmente a cidade histórica, vive profundos problemas de congestão, perda demográfica, degradação física e processos de crise sobre os antigos centros nevrálgicos, as "baixas". Este conjunto de problemas reflecte-se na desagregação das cidades acentuando processos degenerativos sobre os centros (quer ao nível físico, quer humano), reflectindo-se igualmente no seu crescimento extensivo e pouco qualificado. O acentuar deste fenómeno de desagregação e desreferenciação da cidade, assim como dos seus sistemas relacionais, implica que a problemática sobre a intervenção no centro seja necessariamente complementada, articulada e integrada numa concepção global de cidade. É necessário compatibilizar os dois modelos de cidade (aglomerada/dispersa ou centro/periferia), criando complementaridades e continuidades que revertam sobre o planeamento a uma escala mais ampla. *"Reestruturar a cidade com o «espaço público» é garantir continuidades, é relacionar funções que cada «espaço público» específico possui, é incluir na cidade áreas segregadas (...), é reforçar a*

coesão entre as partes dando-lhe sentido de conjunto, é potenciar uma estrutura ecológica urbana, é apostar num crescimento sustentável da cidade."[59]

Os desafios sobre a intervenção no espaço público colocam-se à sua capacidade de ordenar e criar sinais positivos à vida urbana. O espaço público é assim reclamado para a gerência de continuidades articulações e sequências urbanas capazes de responder aos anseios da colectividade, constituindo-se como lugar da sua representação, comunicação e relação. Existem assim estratégias para a intervenção e desenvolvimento de espaços públicos como os processos de reabilitação, revitalização e regeneração, que se confundem entre si usando-se, muitas vezes, quase como sinónimos. As suas diferenças encontram-se na sua abrangência, na escala dos factos considerados e na amplitude sobre os sistemas que concorrem e decorrem do estado do património e da cidade como facto global. Constituem processos integrados, os quais incluem no seu interior operações de restauro e conservação sobre elementos particulares e individualizáveis.

A cidade contemporânea é tendencialmente policêntrica pondo fim à noção clássica de "uma cidade – um centro". Mas que valor assume o centro histórico ou antigo nesta nova polarização dos sistemas urbanos? Intervir na cidade é, segundo J. Borja (2003), reconhecer o direito à cidade para todos. Dentro da nova polarização da cidade é necessário que exista um pólo prevalecente territorialmente, evitando a desagregação do sistema e incorporando valores e significados referentes a toda a comunidade. Os novos centros não são obrigados a acompanhar todas as dinâmicas urbanas, são elementos complementares da complexidade metropolitana, devendo, no entanto, responder a uma forte acção pública evitando efeitos perversos de monofuncionalismo, sectorização e falta de capacidade de representação do cidadão. A importância dos centros não se prende somente ao valor de núcleo nevrálgico da vida urbana, prende-se ao valor de diferença, constituindo-se como factor de distinção entre cidades. Necessidade de correspondência entre velhos centros e novos centros, nas áreas de expansão da cidade, que se relacionem dialecticamente e de modo complementar.

Os processos de intervenção sobre a cidade e o património sofreram alterações significativas ao longo da segunda metade do século XX. Mais do que a implementação de políticas e processos radicalmente novos, estes são resultado de uma evolução de ideias e métodos numa permanente dialéctica com a conjuntura do momento. A formulação de processos é inerente às preocupações, necessidades e anseios próprios de cada tempo, reflectindo capacidades económicas, sociais e culturais.

A uma resposta maciça de reconstrução do espaço urbano europeu no imediato pós guerra, baseada em grandes planos de crescimento respondendo burocraticamente às carências de habitação e equipamento, segue-se um período de crítica e revisão dos processos implementados. Nos anos 60 assiste-se ao desencadear de fenómenos de revitalização onde é já aparente uma forte contestação ao vazio urbano resultante da reconstrução e uma retoma da consciência sobre as capacidades e qualidades dos espaços proporcionados pela cidade canónica. Embora se continuem processos de expansão periférica, baseada em implementação de premissas do movimento moderno, é já patente a valorização da cidade antiga na sua espacialidade e capacidade relacional.

---

[59] LAMEIRAS, José António. Prefácio *in* RAMALHO, António Leite. *Urbanismo: retratos urbanos*. Caleidoscópio, Póvoa do Varzim, 2004.

Os anos 70 proporcionam uma retoma implementando dinâmicas sobre processos de renovação, com uma intensa discussão e intervenção sobre áreas urbanas mais antigas. São consagradas melhorias ambientais, tanto ao nível do construído, nomeadamente sobre o stock habitacional, como ao nível do sistema de espaços colectivos abrindo-se lugar a algum sentido de inovação. As inovações eram essencialmente decorrentes das melhorias das condições de habitabilidade em edifícios antigos, regra geral sobreocupados por uma população pobre e carenciada em cujas casas não existiam condições de habitabilidade adequadas (acesso a infra-estruturas essenciais como saneamento). São igualmente introduzidos, nestas zonas urbanas antigas, alguns equipamentos sociais essenciais para o desenvolvimento e integração dos residentes. Este défice de investimento, infra-estruturas e equipamentos era resultante de um abandono progressivo destas áreas em detrimento das novas expansões urbanas. O investimento continua, à semelhança de anteriores períodos, essencialmente dependente do investimento público, condizendo com um tipo de intervenção fortemente vocacionado por razões sociais em áreas deprimidas. Os processos de renovação tinham uma vocação fundamentalmente local, apostando em muitos casos na intervenção em bairros ou núcleos de vizinhança circunscritos, o que possibilitava e exigia o desenvolvimento de processos organizados de participação cívica, como no caso da intervenção sobre Bolonha ou das experiências do SAAL[60] e de alguns GTL's[61] em Portugal.

Os processos de intervenção iniciados nos anos 70 são, em grande parte, continuados nos anos 80, com alterações significativas ao nível da gestão, organização, financiamento e amplitude da intervenção. Nesta época verifica-se a limitação sobre os financiamentos por parte do estado, assim como a sua incapacidade para gerir a totalidade dos processos de intervenção. Coloca-se então especial ênfase sobre o desenvolvimento de parcerias, vocacionando e regularizando o investimento público e abrindo parte da intervenção ao investimento e procura de benefícios por parte dos privados. Há uma perda da intervenção sobre a cidade ao nível dos seus intuitos sociais, ao nível de um estado providência, para se consagrar um desenvolvimento urbano baseado em princípios comerciais e económicos, como aponta P. Roberts e H. Sykes (2000). Como tal os projectos são desenvolvidos com um intuito de maior visibilidade e de projecção social, política e económica.

Existe uma necessidade e tendência crescente para a implementação de parcerias, alargando consequentemente o número de intervenientes com participação activa no processo, nomeadamente no que toca ao nível das decisões e da conciliação de interesses. A construção de parcerias, quer ao nível do investimento/financiamento, quer ao nível da articulação multidisciplinar, reduz a tendência à formulação e implementação isolada de programas, assim como a resposta a problemas, muitas vezes, perturbadores do necessário nível de entendimento global e colectivo sobre a cidade. Muitos dos problemas sobre o património e a cidade antiga só podem ser resolvidos de acordo com uma acção concertada de uma série de agentes e organismos. *"A comunidade consiste numa multiplicidade de grupos, sistemas, perspectivas, etc. que deverão ser todos activamente aproveitados para efeitos de gestão do ambiente, o que significa que é necessário identificar segmentos da comunidade, adoptando-se uma gama de abordagens para cada segmento.*[62]

---

[60] SAAL – Serviço ambulatório de habitação local
[61] GTL – Gabinete técnico local
[62] Comissão Europeia. Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano. *Cidades europeias sutentáveis.* Comissão europeia, Bruxelas, 1996, pp. 63.

Dos anos 90 até à actualidade, assiste-se a um recuo do ritmo de expansão urbana, quer pela conjuntura económica global, quer pelo necessário reconhecimento de preocupações ambientais e princípios de sustentabilidade urbana aos mais variados níveis. Dá-se a passagem de um entendimento da cidade por sectores ou princípios temáticos (património, stock construído, mobilidade, redes), para um entendimento mais lato das políticas, estratégias e práticas, incorporando uma compreensão sistémica da cidade e ambiente urbano. As parcerias constituem aí uma abordagem fundamental, onde inclusivamente sobre o património monumental e cultural são desenvolvidos princípios como acções e leis de mecenato procurando-se um equilíbrio entre financiamento público, privado e mesmo de acção voluntária por parte da comunidade. A intervenção nos centros e áreas antigas, mais do que um processo de abrangência local, passa a ser entendida de acordo com estratégias e perspectivas de crescimento regional e nacional, chegando em alguns casos a ser instrumento de (re)lançamento da imagem, dinâmica e capacidade empreendedora da cidade a nível internacional, como aconteceu com Barcelona ou Lyon. A intervenção sobre os centros históricos implica o reforço de tendências de patrimonialização e da identidade, indo de encontro à procura de uma melhoria da qualidade de vida e resposta a sectores em expansão, como o turismo e cultura, tão determinantes para a projecção da cidade e dinamização económica.

Essa tendência de valorização do construído exige uma forte e assertiva intervenção sobre o stock construído desenvolvendo complementarmente programas de habitação, serviços e equipamentos, invertendo o sentido de fuga das populações. Contudo, deve haver aqui uma simultaneidade entre programas de cariz social (intervindo sobre o parque habitacional e mantendo as populações residentes, geralmente de classes mais desfavorecidas) e concedendo espaço à intervenção comercial (oferecendo lugar a novas camadas populacionais interessadas em habitar no centro). Permite-se deste modo uma saudável mescla social evitando-se fenómenos acentuados quer de esvaziamento do centro das suas populações, quer da sua gentrificação, alterando radicalmente o tipo de residentes e consequentemente hábitos de ocupação do espaço e tipos de vida associados.

O âmbito das intervenções é mais modesto do que nas décadas de 70 ou 80, onde o processo de intervenção era mais pesado e integral pretendendo abranger a globalidade dos factos construídos. A atenção deposita-se essencialmente sobre as capacidades qualitativas e catalizadoras inerentes ao espaço público, explorando melhorias sobre o modo de vida e capacidade geradora de desenvolvimento. A atenção sobre o espaço público em áreas antigas implica a procura da resolução de modificações induzidas pelo automóvel e novas vivências urbanas, como refere A. Domingues (2003). Há uma tendência para harmonizar usos, controlar pressões (como as respeitantes à mobilidade) e permitir uma ampla variedade de usos sem que estes entrem em confronto directo com as particularidades espaciais e construtivas das áreas históricas.

Como indica J. Borja (1998), a necessária intervenção sobre o espaço público, para o salvar ou recuperar, tendeu em convertê-lo num espaço especializado, um «equipamento» mais na cidade, que com frequência originou espaços segregados e monovalentes. Por exemplo, tende-se a instituir zonas como um espaço para as crianças, outro para os cães, outro para estacionar, outro «monumental», etc. contribuindo-se danosamente para a desagregação formal do conjunto da cidade e extravio da sua capacidade ordenadora das relações entre diferentes tipos de construção e espaços abertos. Os processos de intervenção devem evitar a impossibilidade de uma heterogeneidade funcional, social, etc. "*Não se trata somente de matar a rua, senão de matar a*

multitude, eliminar a mescla democrática. O novo centro está desenhado para assegurar um perfeito continum de trabalho, consumo e recriação da classe média, arredada das desagradáveis ruas da cidade (...)"[63]

A garantia da diversidade compreende uma variação simultânea de funções e usuários, possibilitada por uma intervenção capaz de oferecer margem de manobra na sua gerência e manutenção. À semelhança do que Portas (2003) refere sobre a flexibilidade dos PDM's à macro escala do planeamento seria necessário contemplar o mesmo à escala do desenho urbano. O determinismo de toda a estratégia em função de um só factor, ou de um conjunto de factores consequentes pode, na falha de um, arrastar toda a intervenção para o insucesso.

No entanto, nos anos 90 assiste-se a processos mais arrojados e ambiciosos como os "projectos de excelência" com forte visibilidade e impacto urbano e social. Constituem-se como processos qualificativos e extensivos de intervenção na cidade, operando sobre edifícios ou conjunto urbanos obsoletos ou em processo de degeneração. Grandes equipamentos sem função determinada ou zonas negligenciadas como cascos históricos, frentes de água, parques e áreas naturais incluídas na cidade são revistas e reavaliadas no sentido de desenvolver novas dinâmicas e participarem como factor de desenvolvimento da cidade.

Os anos 90 e as metodologias e processos de regeneração então desenvolvidos colocam uma definitiva ênfase no papel da comunidade, solicitando a sua participação na discussão de estratégias e sua implementação na cidade. O recurso a uma extensa participação constitui-se como factor de motivação face à consciencialização, reconhecimento e apropriação do urbano. A participação cívica não é uma exigência retórica, nem uma formalidade informativa, mas sim um debate político e cultural no qual hão-de intervir vários actores como residentes, trabalhadores, frequentadores, visitantes, investidores, etc.

O âmbito da participação é concomitante ao desenvolvimento e implementação de princípios de governabilidade e gestão de parcerias. Segundo J. Cabral (2003), as questões da governabilidade traduzem-se na gestão dos conflitos de interesses entre público e privado ou colectivo e individual, procurando-se a conquista de consensos e a negociação de parcerias passíveis de legitimar as políticas de intervenção. A aceitação da complexidade de conflitos e densidade dos interesses, a par de uma consciencialização de impossibilidade por parte da administração pública em matéria de organização, desenho, financiamento e execução das intervenções sobre a cidade, reclama novos esquemas de governância e regulamentação. Simultaneamente, o desenvolvimento destes processos prende-se à legitimação democrática, reclamando uma maior discussão e participação activa dos interessados sobre a cidade. Existe assim uma série de questões (políticas, processuais e formais) que se ampliam no campo da sua abrangência. Reflecte-se uma tendência de descentralização dos processos e progressiva aproximação ao conjunto dos interessados e visados pela obra, tornando o processo mais participativo e partilhado. Baseada numa eficaz redistribuição das competências amplia as possibilidades de intervenção e de sucesso da mesma.

A compreensão da intervenção no sentido das oportunidades permite uma efectiva orientação do desenvolvimento urbano com implicações concretas ao nível da qualidade de vida, competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental, reduzindo-se os perigos de uma intervenção assente na previsão de

[63] BORJA, Jordi, MUXI, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, 2003, pp. 64.

factos ou tendências. A intervenção sobre o património urbano e arquitectónico consiste no projecto de cidade sobre a cidade, trabalhando com o material aí existente e tirando proveito do stock construído na sua dimensão cultural, patrimonial e infraestrutural. O trabalho a partir do existente permite, através de pontos ou eixos estratégicos, dar continuidade física e simbólica ao território urbanizado, promovendo-se compromissos entre o tecido histórico e o novo, favorecendo a complementaridade e mescla social e funcional aos mais variados níveis.

Um processo ou projecto de intervenção é uma oportunidade não só para resolver um problema, mas logo uma série deles, tirando partido do âmbito das oportunidades subjacentes ao material existente, às estratégias e ao desenvolvimento do processo. O desenho de espaço público permite articular princípios de continuidade no interior do organismo existente, exigindo simultaneamente a construção de pontes entre material proposto e existente. Actua-se de acordo com padrões de optimização do material existente explorando capacidades dinâmicas e de suturação, trabalha-se sobre as potencialidades inerentes ao lugar na sua conciliação com as necessidades e anseios da comunidade e dos participantes no processo.

As metodologias surgidas deste novo âmbito de relações e processos são sintetizados no quadro seguinte onde se verifica a crescente abertura dos processos de discussão e decisão à parceria e participação activa de interessados e população em geral, abrangência multidisciplinar e flexibilização das estratégias contemplando continuidades, oportunidades e especificidades do contexto.

Metodologia herdada	**Nova metodologia**
Centralização	Descentralização
Intervenção pública monopolista	Intervenção pública subsidiária
Previsão	Oportunidade
Postura Normativa	Postura operativa
Plano	Processo continuo e adaptativo
Plano rígido	Conteúdo estratégico flexível
Participação simbólica	Participação activa
Aprovação do plano	Avaliação do processo
Gestão passiva	Gestão activa negocial
Gestão urbana mono-institucional	Gestão urbana multi-institucional

Quadro 3.I – Comparação entre anteriores e novas metodologias de intervenção na cidade.

3.2.4 Passos metodológicos. A montagem do projecto de intervenção

Uma metodologia adequada, tendo em vista a intervenção sobre a cidade e o seu património, contém em si uma complexidade sequencial de processos que analisam, informam, sistematizam e reflectem sobre os factos e suas capacidades com a finalidade de construir uma resposta que vá de encontro às valências em confronto sobre o espaço da cidade (nomeadamente valências patrimoniais, humanas e de desenvolvimento).

Sobre os centros antigos das cidades acentua-se progressivamente um triplo processo degenerativo caracterizado pela **dissolução**, **fragmentação** e **privatização** dos seus espaços, funções e capacidades relacionais. Os processos de degradação dos centros urbanos estão ligados a problemas funcionais e relacionais que, de acordo com I. Vasquez (2000), resultam de desadequados procedimentos de concepção ao nível do planeamento e gestão. Estes são ainda acentuados pelo desinvestimento ou falência imobiliária nas áreas antigas a par de desajustes funcionais entre o antigo e as exigências contemporâneas. A intervenção nestes espaços corresponde assim a uma operação que, além dos factos físicos, contempla obrigatoriamente uma reestruturação das condições económicas e sócio-funcionais do meio.

Toda a metodologia assenta num processo prévio conhecimento do objecto de intervenção. Um conhecimento que contempla três tempos (passado, presente e futuro), traduzindo a evolução e os anseios colocados sobre esse mesmo facto (origem, estado e expectativas). Há uma necessária abordagem cognitiva sobre os factos patrimoniais (génese, formação, transformação, intervenção) de modo a entender, não só a sua forma, mas também os seus significados e usos. No campo das funções e dos usos quotidianos essa análise é indispensável contribuindo para a clarificação de capacidades latentes no espaço: funções por si desempenhadas e que entretanto foram canceladas, extintas ou transferidas; funções latentes mas carentes de sentido de oportunidade para o seu desenvolvimento; funções exigidas para a sua regeneração e que são passíveis de se compatibilizar com a matéria física e patrimonial existente.

A avaliação do estado presente permite estabelecer tanto um ponto de partida, como objectivos para a intervenção, sendo estimada a sua situação actual que reflecte uma condição original e as sucessivas intervenções. Permite-se avaliar a validade dos seus elementos determinando hierarquias ou, *in extremis*, a existência de factos supérfluos que não funcionam, não servem o espaço ou não contêm valor patrimonial e que se estabelecem como agentes destabilizadores da sua ordem, funcionamento e reconhecimento. No entanto, esta abordagem não deve ser confundida com eliminação de elementos, na busca de uma suposta imagem referencial base, estado original, negando a evolução e percurso histórico patente na sedimentação e aglutinação progressiva de novos factos. O contexto temporal e cultural da obra urbana e arquitectónica não se reduzem ao momento da sua fundação, ele é contínuo, acumulando sucessivamente novas informações e significados. Tal como Brandi (1963) afirma, sobre o restauro da peça de arte, este é o momento metodológico do reconhecimento da obra na sua dimensão física, estética e histórica com vista à sua transmissão. Poder-se-ia então arrastar esse mesmo princípio à intervenção urbana acrescentando-lhe o necessário reconhecimento social, funcional e relacional.

3.2.4.1 Problema, identificação e análise do contexto. Mecanismo de avaliação

Toda a metodologia de intervenção parte da constatação de um problema, o qual pressupõe a identificação do objecto e seu conhecimento assente numa análise exaustiva dos factores (quantitativos, temporais, qualitativos e de localização) que participam na sua caracterização. A avaliação do seu estado permite constatar níveis de degradação e degeneração, aferindo e listando os fenómenos que participaram no decrescimo das suas qualidades física, funcional, social, simbólica, dinâmica e de capacidade de reconhecimento sobre a sua matéria

patrimonial e vivencial. É sobre essa identificação que se estabelece uma série de parâmetros, como os abaixo listados, que permitem criar bases para o seu conhecimento.

- Identificação do problema
- Identificação do objecto de intervenção
- Delimitação da área de intervenção específica
- Delimitação da área de influência
- Enquadramento sistémico local e global
- Avaliação do estado do objecto de intervenção
- Avaliação histórica do objecto
- Avaliação dos factos patrimoniais contidos e relacionantes, assim como da sua validade e pertinência patrimonial
- Avaliação de usos, apropriações, rituais e actos quotidianos desenvolvidos no seu espaço
- Avaliação das necessidades e anseios depositados sobre a intervenção, avaliação de factores latentes
- Avaliação do estado de conservação do objecto e da envolvente

A montagem do processo deve organizar-se de acordo com um método de trabalho preciso e objectivo, partindo de uma abordagem genérica para tomar, progressivamente, caminhos específicos indo de encontro às particularidades do objecto aferidas numa análise mais profunda. Existe assim uma passagem progressiva entre a abrangência de uma primeira abordagem até à casuística decorrente do conhecimento da realidade concreta sobre a qual se intervém.

Pode-se, assim, considerar uma sequência operacional que nasce do entendimento do problema concreto colocado à intervenção. Um dos primeiros pontos passa pela identificação e delimitação da actuação, sendo a partir daí que se estabelecem parâmetros para a análise. A delimitação da actuação deve considerar simultaneamente as condições físicas e relacionais inerentes ao objecto, o que significa assinalar uma área de intervenção específica e uma área de influência do facto em análise. A instituição de limites de análise é sempre mais amplo do que o limite correspondente às necessidades estritas da operação de conservação e renovação. A consagração de uma zona de influência como área de análise reclama a inclusão das interacções do espaço com a envolvente, aferindo sobre a sua abrangência física, social e dinâmica. Existe assim, a necessidade de englobar a área específica da intervenção num entendimento global do contexto, reclamando para junto de si regiões de interface com a envolvente.

A identificação e análise do objecto de intervenção implicam a distinção entre os factores construtores da sua qualidade urbana (factores de articulação espacial, social e funcional) e os factores de consolidação identitária (sistema específico de relações sociais, de cultura e, acima de tudo, de instituições políticas de autogovernação), como distinguem M. Castells e J. Borja (1997). O espaço público, enquanto lugar de depósito e sedimentação, sintetiza na sua matéria a identidade, a história e as capacidades relacionais do ambiente, o que implica necessariamente uma análise abrangente, profunda e interdisciplinar.

A análise dos espaços públicos deve, como tal, respeitar o princípio de uma imagem complexiva do meio. Uma análise deste tipo é semelhante à abordagem do espaço presente na literatura uma vez que aborda não só a descrição dos factos físicos, como os fenómenos que lhe são subjacentes, levando em conta o registo das

impressões. Segundo M. Morandi (1996), incluem-se, na análise dos factos urbanos, as sensações derivadas da sua dimensão física e material, do modo como estes são vividos, e, por outro lado, da história que estes acumulam como memória.

A análise elabora-se assim numa compreensão extensiva dos factos, reunindo e relacionando elementos que de outro modo surgiriam como fragmentos do lugar. A inclusão de uma análise perceptiva permite avançar para além de parâmetros físicos e culturais intrínsecos ao espaço, envolvendo questões mais "nublosas" acerca do seu uso e experiência. Este modo de análise, geralmente associado ao âmbito sociológico da cidade, é reclamado para o cerne da reflexão arquitectónica por autores como Lynch, Cullen, Ittelson e Rapoport, consagrando o campo perceptivo, expressivo e experimental inerente aos factos ambientais.

Uma abordagem perceptiva pode incluir-se, logo à partida, na contemplação de um enquadramento sistémico descortinando sub áreas no interior da área de intervenção. A delimitação de zonas refere-se a factores de reunião ou concordância que se assemelham a conceitos de áreas ambientais, áreas de identidade, áreas de oportunidade visual, etc., tal como as geometrias variáveis que H. Prost (1923) referia na descrição da ocupação do espaço pelas pessoas e suas actividades na *Praça de Djema el Fna* em Marrakech.

A análise dos espaços de uso variável exige a localização das manifestações públicas ao nível da cidade e dos seus espaços públicos. Nessa, a recolha iconografia do lugar reflecte-se de particular importância uma vez que permite aferir sobre a sua evolução física e respectivo valor de uso. Como os momentos de excepção são privilegiados no campo da representação é normal surgirem imagens retendo usos e experiências particulares. Mas o mais relevante dessa iconografia é a representação dos mecanismos efémeros permitindo aferir sobre a sua pertinência na transformação do espaço e verificar vocações funcionais e representativas. Ainda que tendo-se perdido alguns usos, por transformação do contexto, estes permanecem como factos latentes passíveis de se incluir numa possível (re)dinamização do espaço. A recolha de informação iconográfica permite assim não só esclarecer a evolução do ambiente físico, como a sua capacidade de manifestação cultural do contexto.

O conhecimento das manifestações e eventos permite entender os espaços da cidade a vários níveis. A cultura do contexto expressa-se nos seus eventos reflectindo a complexidade organizativa e relacional da comunidade. É possível conhecer o contexto pelos percursos que apoiam as festividades e a hierarquização dos espaços simbólicos, assim como conhecer os elementos que constituem e inferem na caracterização de dado lugar. "*A longa sedimentação das funções e das culturas na cidade comportou quer uma transformação no uso dos edifícios quer a atribuição de diversos papéis às arquitecturas no âmbito geral do espaço urbano.*"[64] A compreensão dos hábitos inflecte ainda sobre o entendimento das formas e seus significados, nomeadamente, ao nível da sua manutenção ou transformação ao longo dos tempos, por exemplo, os palácios comunais e respectivas praças nas cidades medievais italianas mantêm o seu valor e uso perante as comunidades. Contudo, noutros casos essa manutenção não é realizada pela continuação de usos ou apropriações, transferidos ou perdidos nos processos de evolução, mas antes na manutenção de uma analogia de usos. Como referência, em muitas comunidades os edifícios conventuais permanecem como lugares de emanação de cultura, tendo sido transformados em escolas, bibliotecas, museus, etc., ou em espaços de retiro, adaptando-se

[64] MORANDI, Maurizio. La cittá vissuta: significati e valori dello spazio urbano. Allnea editrice, Firenze, 1996, pp. 75.

a pousadas. Por outro lado, à escala da cidade, as praças e grandes largos permanecem como lugares de excelência para os rituais representativos e comemorativos da comunidade. Contudo a consolidação de tendências formais e funcionais podem deslocalizar as suas actividades empobrecendo a sua vivência e importância dinâmica.

Uma das grandes questões sobre o projecto de espaço público assenta na procura de desenvolvimento, a procura de uma vivência contemporânea e informal que, todavia, não seja autista negligenciando o material físico e humano já sedimentado. Assim, sobre o desenho urbano incluem-se, além da compreensão sistémica da cidade, componentes como a identidade, estrutura e significado (Lynch 1960) que exprimem essa complexidade.

A intervenção na cidade, além da resposta a factores da condição patrimonial e sistémica dos seus espaços, responde a factores de desejo e satisfação sobre o espaço. A distância entre estes dois conceitos é preenchida pelo esforço em organizar uma série de fenómenos voltados para uma finalidade pré-determinada. O projecto de intervenção é, tal como a cidade, um produto do desejo humano, exprimindo vontades colectivas de transformação, evolução e superação. Sobre o espaço de uso variável esta questão torna-se mais complexa uma vez que o espaço encerra ainda o desejo de ser diferente daquilo que é, não de acordo com a condição perene dos seus factores de caracterização, mas antes de acordo com uma condição cíclica associada aos rituais. O momento da intervenção implica assim uma avaliação, compatibilizando condicionantes de desejo, projecto e concretização. Na sua aplicação à variedade esse desejo reflecte-se na não implementação de constrangimentos e de mecanismo especializados sobre o espaço, susceptíveis de reduzir a sua abrangência sobre a comunidade.

A análise abarca o conjunto das condições físicas e sociais presentes no objecto ou sistema a intervir. As condições físicas referem-se à particularidade dos edifícios, espaços públicos e infra-estruturas, incluindo factores quantitativos e qualitativos da envolvente como a proporção de habitação no construído, a adequação dos equipamentos, ou o seu estado de conservação (habitação com más condições higiénicas e de habitabilidade; más condições ambientais urbanas; condição física dos elementos patrimoniais). As condições sociais ligam-se à necessidade de ajuste entre a conjuntura física e humana da zona: falta de equipamentos; condições de sobrelotação; proporção de famílias com problemas económicos e de integração; envelhecimento da população; níveis de desemprego; adequação funcional, etc.

A partir das condições físicas e sociais, a análise afere sobre os factores que concorrem na degeneração dos espaços. Dos factores mais evidentes na degradação dos espaços urbanos poder-se-á referir: factores económicos e sociais (uso do solo); incompatibilidade de actividades exercidas; excessiva especialização do espaço ou zona com distribuição deficiente de funções; especulação imobiliária; isolamento do espaço face à envolvente urbana (guetização); desadequação do ordenamento e regras vigentes; excessiva densidade de ocupação; aumento de criminalidade e marginalização social; mau gosto de intervenções ou novas construções não inseridas. É nesta constatação crítica sobre condições e condicionantes que se constrói uma avaliação onde à descrição se soma a capacidade de compreensão dos processos por detrás dos fenómenos de degeneração.

Por exemplo, em relação a uma análise e avaliação sistémica dos factos urbanos, como no caso particular do espaço público, interessa considerar o conjunto das pressões sobre o espaço e que, no caso da mobilidade, não

se reduzem apenas à possibilidade de acesso mas também ao facto de o automóvel e a sua circulação ou estacionamento serem elementos altamente perturbadores sobre o uso e apropriação do espaço. Assim, há não só um problema de mobilidade, como um de apropriação do espaço público, de dinamização dos seus usos, de imagem e de valorização da sua espacialidade e elementos patrimoniais. Mais do que uma resposta especializada sobre a avaliação de um problema, há que verificar a sua repercussão ao nível dos restantes sistemas presentes no espaço público, percebendo as suas variáveis sobre os diferentes elementos de composição urbana. Há que averiguar a origem e destino do trânsito, assim como a razão de congestionamento dos espaços (intensidade de trânsito; zonas de conflito entre os diferentes modos de deslocação e o desenvolvimento de actividades sobre o espaço público). Jan Ghel (2002) refere, na sua avaliação sobre o espaço público, que a invasão deste pelo automóvel se demonstrou ao longo de anos como factor de redução da vida urbana, impossibilitando a variedade de usos sobre o espaço da cidade.

3.2.4.2 Conceito de conservação, qualificação e valorização a aplicar

A montagem do projecto de intervenção implica também uma clarificação e articulação dos critérios de catalogação dos bens patrimoniais, interpretando níveis de protecção, variando entre a integral, estrutural e ambiental. O estabelecimento destes níveis decorre das especificidades do objecto, assim como do seu valor patrimonial e nível de reconhecimento, permitindo reduzir o grau de subjectividade na implementação de estratégias em relação aos elementos físicos que configuram e caracterizam o meio. Há uma hierarquização dos valores prioritários que engloba um conjunto de valores intrínsecos (valor histórico e arquitectónico, assim como o valor permanente e de conjunto), valores ambientais (decorrentes da qualidade da envolvente) e ainda valores relacionais (relativos à sua articulação com a envolvente e a comunidade).

A noção de património tem tendência a alterar-se em função das imagens e informações disponibilizadas num mundo cada vez mais interactivo. Segundo L. Arizpe (2000) tal facto exige a redefinição dos princípios de entendimento do património de acordo com novos padrões globais, sendo que a conceptualização da importância e validade patrimonial se transforma de acordo com o fluir de novos modos de pensar e valores vigentes. A pertinência de determinado facto cultural, como os espaços urbanos, advém, antes de mais, do reconhecimento que cada indivíduo lhe incute.

A abordagem patrimonial dos espaços públicos e dos factos em si contidos ou relacionados deve seguir assim uma série de passos, como os identificados de seguida, para a sua avaliação, reconhecimento, montagem de estratégias e escolhas específicas. Estes passos têm como objectivo fundamentar escolhas e aferir sobre as melhores opções estratégicas a adoptar sobre a intervenção na sua matéria, da qual decorrem igualmente as opções ao nível dos seus usos e significados.

- Identificação, especificidade e valor do objecto a intervir
- Conceitos locais de relevância, autenticidade e identidade
- Correspondência entre classificação e operação de intervenção
- Tipo de operação (conservação, restauro, reconstrução): o edificado
- Tipo de operação (renovação, revitalização, regeneração): a cidade

A abordagem dos factos patrimoniais deve seguir uma tendência positiva em relação às suas circunstâncias, às quais é intrínseca a ideia de parceria desse património com a comunidade e respectiva qualidade ambiental. Actualmente, a valorização do património é um factor crescente, pois nele se encerra toda a informação ancestral da colectividade assemelhando-se a um filão de informação genética do lugar e da sua comunidade. Segundo D. Lowenthal (2000), o património deve-se valorizar na cidade como modo de construção e consolidação de laços comunitários, acentuando os seus circunstancialismos relacionais e participação na complexidade organizadora dos espaços urbanos.

O património constitui o cerne cultural e referencial da sociedade, facultando um vasto entendimento do momento presente e do passado que o determinou. Essa valorização do passado não se deve entender como acção regressora e frívola, confundindo a sua potencialidade referencial e cultural com saudosismo e conservadorismo, mas sim como um factor dialéctico participativo e enriquecedor da construção do presente. O património demove-se assim da ideia de *Heritas damnosa*, redutora da sua importância não a compreendendo nas suas potencialidades benéficas sobre a cidade e os seus vários sistemas, para se integrar na concepção global de cidade e se aproximar da comunidade.

A intervenção sobre o património não pode afastar dos seus processos o público que lhe determina valor efectivo (significado, ritualidade, intercâmbio), devendo-se incluir nas suas metodologias as capacidades de reabilitação dos laços entre património e comunidade. Neste sentido, a imagem associada à preservação, não se deve constituir como um mero instrumento de status ou mero interesse político ou económico. Como tal, a montagem de esquemas de parcerias serve para regular e controlar processos de intervenção, ampliando simultaneamente o número de intervenientes, tendo presente que os objectivos propostos não devem sucumbir a interesses individuais em detrimento do colectivo.

Acerca da conservação patrimonial, a fusão entre os diferentes núcleos de interesse da sociedade e os vários representantes do poder institucional, pode-se constituir como factor de perduração da herança. Por exemplo, a mistura étnica e cultural da sociedade contemporânea, reflecte-se na diversidade de informação produzida sobre a cidade acentuando intercâmbios na crescente abertura das sociedades e sucessivas vagas de imigração. A ampliação da abrangência significativa dos espaços e construções urbanas valoriza estes mesmos, inclusivamente pelo modo como o contexto e respectivos factos físicos se relacionam e se abrem a culturas exteriores que debitam nova informação e modos de entendimento. "*A saúde do património reside na aceitação da mistura como um avanço criativo em lugar daquilo que os puristas deteriam.*"[65]

Esta condição, baseada na mescla e encontro, não se reduz ao campo da significação, ampliando-se ao tempo, aos factos físicos, sociais e funcionais. Em relação ao tempo, essa mistura trata da possibilidade de fundir tempos terminando com a pretensa cristalização do valor de herança e facto patrimonial. A boa conservação e entendimento do passado envolvem o entendimento da cidade e da matéria arquitectónica como um acto de criação contínuo patente nos usos, apropriações e transformações da base espacial individual e colectiva. A revitalização dos legados históricos é mais eficaz quanto mais criativo é o presente, uma vez que à produção contemporânea é intrínseco o conhecimento, crítica e recurso sobre o património. De tal modo, os

[65] LOWENTHAL, David. *Stewarding the past in a perplexing present. In* AA.VV. *Values and heritage conservation.* Research report. The Getty Conservation institute, Los Angeles, 2000, pp. 22. Disponível em http://www.getty.edu/gci

bens patrimoniais só vivem, não pela sua cristalização absoluta, mas antes, pela interacção e confronto com a produção actual. Só desse modo é possível que o seu valor participativo e referencial se estabeleçam de modo efectivo. *"Para que seja devidamente valorizado e merecedor de conservação, o património deve ser verdadeiramente sentido como nosso – não como algo de que se dispõe como bem mas como elemento integrante das nossas vidas. (...) O património nunca é meramente conservado ou protegido; é modificado – tanto melhorando como degradando – por cada nova geração."*[66]

Nessa linha de pensamento amplia-se a ideia de que nenhuma obra de arquitectura é possuidora de um único significado, coexistindo sempre uma dualidade entre significado material e imaterial da arquitectura e da cidade. Uma das características do produto humano, nomeadamente dos artísticos, é a de este se comportar como uma fonte de significados (significados no plano, na transformação, fruição e tempo), assim como de diferentes estratos subjacentes à apreensão por parte do observador. Freud (1895) denomina este fenómeno por "supradeterminações e condensações das formas expressivas," em que as determinações sobre as formas e os espaços não se registam de modo absoluto e unívoco.

A conservação e renovação sobre os factos e conteúdos patrimoniais da cidade dizem respeito ao âmbito social e físico do planeamento, possuindo alguns aspectos polémicos. Uns dizem respeito às opções e interferências com a sua matéria, colocando em causa valores como a sua autenticidade, identidade, etc. Outros prendem-se ao entendimento mais lato do património extravasando a sua matéria para se incluir na complexidade sistémica das relações urbanas e humanas.

No que toca à consideração da matéria, a discussão prende-se ao tipo de interferência sobre a substância patrimonial. É necessário distinguir claramente os diversos tipos de operação como conservação e restauro, diferenciando-as nas suas particulares concepções de interferência sobre a matéria, de graus de liberdade de projecto e de concepção de património. Os tipos de intervenção específicos sobre o património são oriundos de um confronto entre duas atitudes distintas: o restauro, com base na formulação teórica e projectual de Viollet le Duc; e a conservação, assente nas reflexões e espírito romântico e anti-moderno de Ruskin. Ainda hoje, século e meio após a publicação das *sete lâmpadas da arquitectura* (1849) de Ruskin e do *Dictionnaire Raisonné de l'architecture* (1854-1868) de Le Duc, as teorias aí expressas continuam a balizar campos opostos desta discussão, confrontando restauradores a conservadores.

As consequências do pensamento de Ruskin exerceram-se essencialmente sobre uma teoria de intervenção baseada na manutenção e inviolabilidade tanto da imagem, como da matéria do objecto patrimonial. Esta concepção deixa de lado a possibilidade de projecto e logo toda a capacidade de transformação e adaptabilidade do edifício ou até mesmo da cidade. Arquitectura e cidade são entendidas sobre o primado da sua artisticidade, secundarizando elementos intrínsecos à razão de ser do objecto e espaço arquitectónico. Grande parte destes elementos teve como último apostolado da sua evolução as teorias de Brandi (1963), e a Carta de Veneza (1964), imediatamente contestada pelos arquitectos que reclamaram a possibilidade, senão mesmo necessidade, de projecto sobre o edifício e a cidade. A abordagem de qualquer elemento patrimonial não deve no entanto reduzir-se a uma abordagem meramente conservativa. Esta é pertinente e necessária

[66] *Idem*, pp. 23.

sobre a manutenção da construção e das suas aptidões materiais e documentais, não pode é ser um elemento de tal modo imperativo na relação da intervenção com o objecto patrimonial que lese a sua continuidade enquanto elemento funcional, usufruível e simbólico. Uma acção deste tipo arrisca-se a, pela intocabilidade que confere ao facto, condená-lo ao abandono, ou a que este seja apenas mais uma das imagens que constrói o imaginário colectivo sem capacidade de estabelecimento de uma relação dialéctica para com a comunidade.

Por outro lado, as teorias de Viollet-Le-Duc, consolidam a perspectiva do restauro como capacidade de intervenção e trabalho sobre a matéria antiga. Mais do que uma teoria de restauro, desenvolve-se uma teoria de projecto sobre o antigo. Desligando-se do pensamento romântico e conservador, o restauro permite a interferência sobre a matéria incorporando novas técnicas construtivas e novas valências decorrentes da evolução dos usos e das necessidades significativas da gramática arquitectónica. No processo de restauro são incorporadas novas valências ao facto patrimonial compatibilizando-se as características intrínsecas ao facto e a possibilidade de expressão da contemporaneidade. O restauro assenta a sua intervenção numa metodologia com uma ideologia operativa e tecnológica que permite concretizar uma obra que nasce da conjugação de vários tempos.

Este tipo de opções prende-se mais com a apreciação da matéria e possibilidade de projecto sobre organismos e elementos arquitectónicos, do que na consideração da complexidade de factores que participam na caracterização e construção do espaço público e da cidade. Embora revertam sobre a cidade na maior ou menor capacidade de aceitação de transformação e no grau de valorização dos seus elementos construtivos, deixam de lado o entendimento global da amplitude de sistemas e relações intrínsecas à cidade, próximas das questões do planeamento, para se colocarem numa visão exclusiva da condição patrimonial dos factos construídos. Na abertura ao planeamento encontram-se conceitos mais abrangentes como a renovação, reabilitação e revitalização que evoluiu posteriormente, de acordo com o desenvolvimento de um entendimento complexivo e sistémico da cidade, para os actuais processos de regeneração.

A cidade tal como os restantes factos humanos encontra-se sujeito a um "fluxo" permanente (tempo e transformação), que estabelece a reversibilidade da sua matéria como uma impossibilidade. Como tal, toda a operação de reversibilidade sobre a cidade é uma artificialização da matéria e subversão ilógica do tempo.

A transformação deve ser entendida como facto construtor da herança, reflectindo momentos, decisões e contextos específicos relativos ao passado. A reconquista de integridade formal, funcional e significativa do objecto, nomeadamente no caso da cidade e dos seus espaços públicos, constitui-se como um desafio impossível. A iconização de objectos e imagens como factos absolutos e terminados deixa de lado as suas lesões, as quais se devem incluir como elemento de informação cultural e histórica.

A complexidade das operações de intervenção sobre espaços de uso variável de relevante carácter patrimonial possui argumentos nitidamente favoráveis e outros que exigem uma ponderação adequada de níveis de transformação na montagem do processo de intervenção. A favor encontra-se sempre o objectivo de conservação do valor histórico e cultural do património construído, mantendo referentes capazes de fixar imagem, identidade e memória. A optimização e recuperação eficaz do stock construído existente são, de acordo com Portas (1981), uma solução eficaz do ponto de vista da rentabilização de infra-estruturas existentes e das soluções económicas, para a manutenção dos centros urbanos.

No entanto, a conservação é tida muitas vezes, nomeadamente pela tomada de posições extremas, como impedimento ao progresso e mudança, embargando o natural crescimento e mudança essencial na evolução do meio face a novas exigências derivadas da vida moderna. Por outro lado, a conservação é tida como factor de injustiça social no sentido em que as condições dos bens patrimoniais são insuficientes face às exigências e padrão de vida vigente, assim como o elevado valor que se despende na conservação e reabilitação de áreas que não correspondem à efectiva localização das pessoas na cidade. Simultaneamente a não promoção de uma eficaz política de habitação, ocupação e dinamização das áreas antigas tende a transformá-las em *bairros-museu*, esvaziando-os de toda a vida e relação espaço/comunidade.

O processo de conservação não deve atingir atitudes extremas e dogmáticas, sobrevalorizando a matéria patrimonial em detrimento do entendimento sistémico dos factos na cidade, aniquilando a efectiva renovação ou regeneração dos centros urbanos. O processo de intervenção, mais do que uma operação de conservação ou restauro, deve-se basear em equilíbrios, por vezes mais complexos do que os subjacentes à forma arquitectónica, que evitem a cristalização funcional e vivencial de partes da cidade. A cristalização sectorial é elemento fomentador de desequilíbrios urbanos, passível de originar bolsas de elites, marginalizando a efectiva vivência urbana baseada no confronto da diversidade e no entendimento da urbe como um organismo unitário. A intervenção no património urbano deve apostar assim num eficiente funcionamento das suas partes, desenvolvendo articulações e interdependências sistémicas entre os seus elementos. A melhoria do espaço público deve não só responder a questões de sustentação do seu património e valor referencial, como simultaneamente conciliá-las com a resposta a novas exigências colocadas sobre si. A melhoria das zonas degradadas deve assim consagrar nas suas metodologias a concertação de operações de conservação, reabilitação e renovação, adequadas à especificidade de cada elemento em si incluído.

O crescimento urbano é um processo contínuo que associa a si um conjunto de operações simultâneas: construção, reparação, correcção, substituição e eliminação. "*A «conservação», dentro deste processo de mudança, trata de salvar o meio urbano no seu conjunto, da degradação física e da ruína, inscrevendo-se no processo como um instrumento capaz de salvar aqueles elementos, sejam edifícios ou espaços urbanos, que mereçam ser conservados, evitando o seu desaparecimento e integrá-los no processo de renovação*"[67] O conjunto de valores que se ergue sobre o património, não parece consistente em relação a uma negação da sua pertinência, resultando mais da carência de uma política capaz de equilibrar ambos os lados, cidade velha e cidade nova, geradora de uma metodologia com um entendimento complexivo, eficaz e realista sobre a intervenção na globalidade da cidade. "*Essa atitude, nostálgica e de veneração pelo antigo, terá de ser modificada para se integrar, numa análise global e ponderada, com outros factores, tanto sociais como económicos, com uma valorização artística mais rigorosa dos elementos a conservar.*"[68]

3.2.4.3 Carácter das estratégias. Estrutura organizativa

Que atenção tem sido depositada aos centros, nomeadamente na sua relação com a globalidade da cidade? Que objectivos têm sido considerados sobre o sistema de espaços públicos das áreas antigas? Que funções

[67] CANDEIRA, José A. López. *Diseño urbano. Teoria y pratica*. Munilla-Leria, Madrid, 1999, pp. 77.
[68] *Idem*. 78.

têm desempenhado esses espaços? Que actividades se podem aí desenvolver? Quais as perspectivas de evolução futura?

A compreensão da cidade implica o conhecimento das mais diversas transformações operadas, cuidando de que estas não afectam somente a materialidade dos seus factos, mas também a cultura, economia, comunicação e instituições políticas num sistema interdependente. O impacto destas transformações faz-se sentir sobre a estrutura espacial e social da intervenção, contudo, os seus efeitos de alteração da estrutura sócio-espacial variam de acordo com o nível de desenvolvimento, história urbana, cultura e instituições de cada meio. Secchi (2000) refere, acerca da cidade contemporânea, uma noção de confusão originada pela variabilidade das regras e ordens empregues na organização do ambiente urbano. Confusão no sentido em que as regras não são coerentes sobre um entendimento global da cidade e, como tal, o espaço público nas áreas antigas, não é tomado como elemento integrante da globalidade urbana. Por exemplo, as praças, largos, ruas e jardins de avultado valor patrimonial são consagrados, pelas tutelas, como peças isoladas retirando-lhe a expressão da sua influência e relação entre uma multiplicidade de outros factos.

De modo semelhante, o entendimento dos equipamentos na cidade perderam a sua capacidade de factor de integração e gerador de cidade, isolando-se e convertendo-se em lugares especializados e exclusivos. Hospitais, escolas e outros equipamentos são símbolos de destaque e referência na cidade constituindo-se como lugares altamente especializados e aos quais o acesso é fortemente condicionado, afastando-os da vivência e interactividade urbana. Os grandes equipamentos colectivos tornam-se assim ilhas apartadas do resto do tecido urbano que *"em muitos casos sendo grandes atractores de população não constituem centralidades,"*[69]perdendo o seu valor enquanto elementos capazes de formular, organizar e qualificar espaço público e cidade. A perda da expressão arquitectónica das instituições estende-se de igual modo à cidade e ao sistema de espaços públicos que se desagrega, perdendo valor de referência e capacidade relacional.

As áreas antigas da cidade detêm ainda parte relevante da possibilidade de expressão das instituições no seu sistema de espaços públicos, constituindo-se como efectivos lugares de encontro e confronto entre os vários grupos e indivíduos que formam a comunidade. Na linha de pensamento de J. Borja (2003) os equipamentos, pela sua posição, acessibilidade e visibilidade urbana, constituem significativos pontos de formação, referência e expressão para a cidadania. A expressão da instituição não se restringe ao objecto arquitectónico como facto isolado, a sua carga simbólica e até mesmo funcional são apoiadas ou mesmo prolongadas ao espaço público que lhe empresta suporte. Nos espaços de uso variável é evidente essa condição com algumas das instituições que frequentemente se prologam sobre o espaço aberto, chegando mesmo a desenvolver aí algumas das práticas que as sustentam, como acontece com as procissões, comemorações ou outro tipo de eventos.

A presença e representação das instituições no espaço público reflecte-se igualmente nas políticas de intervenção na cidade que, especializando-se em sectores, se autonomizam e afastam dos cidadãos. A organização de uma intervenção em espaço público, pelas abrangências que esta inclui, tanto ao nível da consideração dos sistemas relevantes na análise, como ao nível da abrangência de reconhecimento, exige um elevado nível de organização e de abertura à participação.

---

[69] SECCHI, Bernardo. *Prima lezione di urbanistica*. Editori Laterza, Roma, 2000, pp. 89.

A construção de uma metodologia de intervenção deve ter em conta o modo como se organizam competências e responsabilidades, assentando aí as bases para a sua operacionalidade. Os novos modos de intervenção na cidade exigem a construção de um complexo quadro de parcerias derivado da incapacidade da administração pública em comportar os avultados investimentos, assim como da necessidade de regular grupos de pressão e interesses sobre a cidade. Esse quadro de parcerias pretende não só resolver problemas de financiamento, como incluir no processo de intervenção beneficiários e interessados no desenvolvimento do mesmo. Deste modo, amplia-se o nível de participação e estabelecem-se partilhas de responsabilidades entre os vários intervenientes, possibilitando a subida de níveis de exigência.

Num complexo quadro de parcerias e competências, a administração central possui um papel regulador, defendendo o interesse colectivo da acção e estabelecendo-se como agente de articulação entre os vários interesses aí movimentados. Uma partilha dos financiamentos pelos vários interessados permite canalizar o investimento por parte dos poderes públicos e administrativos (estado, municípios e organismos públicos), para intervenções onde o seu papel é mais pertinente como a acção social. Além de regular processos e canalizar investimentos, a administração pública pode ainda incluir sobre o âmbito das suas competências a realização do projecto, podendo este ser resultado de gabinete próprio de desenho, como acontece com os GTL, ou então, estabelece-se como organizador ou até decisor na organização de concursos ou encomenda directa. Além de controlar os interesses, o investimento e a gestão, a administração sob a figura específica criada para o processo de intervenção, controla ainda o desenho estabelecendo níveis de exigência sobre a sua qualidade e adequação aos princípios estratégicos e metodológicos da intervenção.

As comissões ou agências, respondendo a este tipo de esquemas de governância, ampliam assim possibilidades de intervenção abrindo áreas de oportunidade. Acções de mecenato, organização de fundações abertas a investidores e a criação de agências de intervenção sobre o património e a cidade permitem desenvolver parcerias entre interesses públicos e privados com mútuos benefícios que concorrem assim para o interesse colectivo. Não só no âmbito de intervenção sobre a cidade e o património se têm fomentado este tipo de acções, como também ao nível da dinamização das actividades, nomeadamente das actividades culturais, estas parcerias têm permitido desenvolver bases sólidas para sustentar a intervenção e a dinamização da cultura e património urbano.

A montagem de esquemas de parcerias obedecem a uma série de parâmetros, como os abaixo referidos, procurando ampliar a sua abrangência, legitimar o processo estabelecer níveis de confiança entre as partes e condicionar a eficácia da concepção e implementação dos processos de intervenção.

- Atribuição de competências
- Quadro de parcerias
- Estabelecimento de princípios de gestão
- Negociação de interesses e valias

A elaboração da estratégia surge na sequência da análise, conhecimento e processo de consulta sobre os interessados (grupos de interesse e população em geral) e simultaneamente à montagem de uma estrutura

organizativa que deterá a responsabilidade da gestão e implementação de todo o processo. Esta deve ponderar sobre uma série de problemas que reunidos sedimentam a estratégia atestando a sua validade. Mais do que uma listagem de intenções, a montagem de uma estratégia deve esclarecer e estabelecer princípios orientadores sobre a condução dos processos de intervenção.

Antecedendo o projecto, o programa deve ser adequado ao contexto físico e sócio-cultural percebendo as especificidades do lugar e balizando os intervenientes necessários para a participação cívica (estabelecem-se os utilizadores, benfeitores e actores para quem o processo de reabilitação possua significado).

A montagem do programa a partir dos esquemas de parcerias segue assim uma série de premissas que exigem a sua verificação e validação, frente à observação do contexto e das oportunidades por si suscitadas.

- Estabelecimento de objectivos: programa
- Viabilidade
- Interesses
- Coerência
- Sustentabilidade
- Comunicação

A implementação de **objectivos estratégicos** em relação às acções decorrentes do processo de intervenção, a par da montagem de um programa, é o momento de interpretação da decisão política. É este o primeiro factor de avaliação da intervenção encontrando-se o sucesso desta dependente da solidez e eficiência da proposta programática. A argumentação da sua montagem pressupõe o recurso à identificação, delimitação e avaliação dos diferentes componentes apontados anteriormente.

É sobre o conjunto das avaliações e observações das componentes do espaço procurando apetências, significados latentes e hábitos culturais ou institucionais, que se estabelece uma estratégia que dita linhas gerais da intervenção e se exprimem posições sobre o espaço da cidade, o entendimento das suas actividades e o valor atribuído aos factos patrimoniais. A construção do programa deve-se realizar em estrita relação com a compreensão da sua viabilidade, considerando as possibilidades da matéria sobre a qual se intervém e capacidades do espaço da cidade, assim como, a capacidade financeira e de gestão para a conclusão da intervenção.

A clarificação dos objectivos passa pelas esferas política e económica, pela compreensão dos pressupostos sociais inerentes ao projecto conjugando-se aí os anseios dos promotores e os desejos dos reais utilizadores. "*A construção do programa deverá, obviamente, encontrar a sua fundamentação no estudo analítico das dimensões humanas do espaço público a intervir.*"[70] A construção deste caracteriza-se por seis requisitos que correm as várias fases desde a formulação do projecto até à posterior gestão da obra realizada: classificação de objectivos; identificação das necessidades especificas da área; definição dos direitos espaciais (acessibilidade, apropriação, utilização, gestão, direito de propriedade); descrição das actividades e lugares pretendidos (comércio, recreação ambulante, recreação polivalente, esplanadas); atribuição de valores ao espaço a partir de

[70] ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço urbano. Proposta metodológica.* Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2003, pp. 265.

uma relação significado/significante (sentido de vizinhança, festividade, culto, etc.); descrição do sistema de gestão/manutenção desejável (condomínio, cooperativa, associação, etc.).

A construção do programa para a intervenção pode balançar entre os requisitos de um **programa quantitativo** (resposta estrita a necessidades, equipamentos, infra-estruturas, quantificação de áreas e estrutura esquemática de relações), e um outro **programa qualitativo** (com uma aproximação mais detalhada aos requisitos e anseios dos utilizadores, às actividades específicas a desenvolver, etc.). A abordagem de um programa qualitativo estabelece níveis de exigência sobre a obra que ultrapassam a quantificação e a resposta às exigências esquemáticas sobre o espaço. São procurados, apontados e investigados níveis de qualidade como: conforto; envolvimento activo; envolvimento passivo; descoberta; acesso; liberdade de acção; fruição; mudança/transformação; clareza de leitura; individuais ou em grupo; ligações biológicas e psicológicas; programação; meios humanos e tecnológicos; materiais; plantio, irrigação e drenagem, etc.

A formulação de um programa qualitativo implica a identificação e envolvimento dos utilizadores em processos de discussão do programa, assim como do desenvolvimento de um desenho participado. Esse programa engloba igualmente questões relativas à gestão, manutenção, avaliação, acompanhamento e ajustamento. A qualidade não se reduz somente à matéria resultante da concepção e execução do projecto mas também ao modo como se implementam decisões (como o estaleiro de obra interfere na vivência do espaço), ou como se gerem questões tão prosaicas como a limpeza e manutenção das condições de uso, após a realização da obra.

As propostas de intervenção na cidade devem contemplar, na construção da sua estratégia e objectivos programáticos, **áreas de oportunidade**, explorando pré-disposições do espaço ou do contexto social e desenvolvendo dinâmicas de regeneração e sustentabilidade. O problema colocado para a intervenção e a montagem de uma resposta deve procurar temas e características específicas cujo potencial se constitua na oportunidade de melhoria do ambiente geral. Existe assim a procura de potencialidades capazes de se desenvolver como **efeito catalizador**, contribuindo para a desenvolvimento pleno da intervenção e que esta se repercuta positivamente sobre a envolvente. Tal como foi explorado no processo de renovação de Barcelona, em finais dos anos 70, cada intervenção, por pequena que fosse, era concebida estrategicamente como factor de inversão de fenómenos degenerativos e com capacidade de criar dinâmicas positivas sobre o lugar e a cidade.

Nos lugares de uso variável na cidade consolidada, esse efeito pode ser obtido num primeiro passo através de pequenas conquistas sobre a imagem e dinamização de uso, que se revertem na (re)dinamização da envolvente. A retirada de elementos constrangedores à polivalência, liberta possibilidades de uso dinamizando automaticamente a envolvente ao nível do desenvolvimento do comércio e ao nível da apropriação do espaço pela população, iniciando dinâmicas que podem reverter para uma mais profunda intervenção. Por exemplo, o tratamento do solo dinamiza usos e afluência, aumentando factores de avaliação qualitativa que se revertem, posteriormente, num aumento de investimento sobre as construções da envolvente.

A **viabilidade** dos processos deve ser contemplada aos mais variados níveis atendendo a condicionantes físicas, económicas, temporais, culturais e financeiras sobre a implementação de princípios estratégicos, da execução do projecto e posterior gestão e dinâmica do trabalho realizado. Tal como os objectivos estratégicos consagram a importância da intervenção local na gestão do global, o mesmo sucede com a avaliação das suas

viabilidades percebendo a interferência de factos exógenos e endógenos. A viabilidade pode ser apreciada em quatro âmbitos principais: a integração e compatibilidade com as pré-existências e seu valor patrimonial; a integração sócio-cultural; a produtividade e competitividade económica; a representação e gestão política.

O estudo das viabilidades sobre a matéria espacial e os factos patrimoniais da cidade consolidada debruçam-se a vários níveis de acordo com a pertinência patrimonial dos elementos presentes e a necessária reactivação e intervenção na sua matéria. A avaliação das viabilidades implica, pelas condicionantes patrimoniais e de abrangências tutelares, uma determinação de compatibilidades respondendo a questões bastante complexas. É necessário aferir sobre a possibilidade de profundidade de intervenção sobre a matéria classificada, reflectindo não só sobre condicionantes disciplinares do restauro e conservação como ainda sobre políticas de protecção geridas e verificadas pelas respectivas tutelas. Por outro lado, sob o ponto de vista dos usos é necessário verificar a compatibilidade entre possibilidades programáticas e a capacidade oferecida pelo edificado e pelo espaço público. A montagem de esquemas de dinamização e (re)activação devem como tal considerar as possibilidades conferidas pelo suporte, tanto a um nível prosaico de possibilidade de encaixe como a um nível mais empírico que trata da correspondência entre os valores do construído e os valores da função.

O estudo das viabilidades exige assim um profundo conhecimento da capacidade do espaço de intervenção ao nível das infra-estruturas, das possibilidades e disponibilidades do stock construído assim como dos valores patrimoniais em jogo.

" (...) Durante 1980 e 1990, as cidades europeias – Montpellier, Nîmes, Grenoble, Rennes, Hamburg, Colónia, Glasgow, Birmingham, Barcelona e Bolonha – preocuparam-se cada vez mais com a noção de que as industrias culturais podiam proporcionar a base para uma regeneração económica preenchendo o vazio deixado pelo desaparecimento de fábricas e armazéns, criando uma nova imagem que as torne mais atractivas para o capital móvel."[71] A dinamização cultural dos centros e dos seus espaços públicos é uma recorrência mais ou menos permanente na abordagem estratégica destas áreas. No entanto, nem só o programa se deve apoiar unicamente num sector de actividade específico, como a viabilidade da sua aplicação se prende com um leque mais alargado de actividades. Casos como o das intervenções sobre o espaço público em Copenhaga ou Estrasburgo evidenciam a viabilização dos processos por uma alargada variedade funcional.

A viabilidade passa ainda por questões de capacidade financeira, de resposta e implementação das propostas obedecendo a tempos. A viabilização passa pela relação entre custo de obra e realidade económica local, criando equilíbrios entre as necessidades e ambições depositadas nos processos com o confronto da realidade. A disponibilidade de recursos não deve porém esgotar-se na realização estrita da intervenção, contabilizando os retornos do investimento e gastos para a gestão e manutenção continuada do produto da intervenção. Num espaço público o financiamento deve contemplar a necessidade de reparações e substituições de elementos à posteriori, assim como as regulares operações de manutenção como a limpeza, manutenção de níveis de qualidade ambiental como a iluminação, etc. Uma das maiores críticas às operações de intervenção urbana reside na *overdose* de investimento sobre determinada área. Esta regista-se tanto no sentido de sobrevalorização de uma área ou espaço em detrimento de outras, acentuando desequilíbrios e défices entre

[71] HALL, Peter. *Cities in civilization.* Forum international, New York, 2001.

parcelas do território urbano, como no sentido da não continuidade de investimentos, criando períodos de estagnação e falhas sobre a gestão e manutenção dos espaços.

A viabilidade temporal da intervenção refere-se, não só à relação entre faseamentos e custos económicos acrescidos da sua não implementação, mas também a incómodos causados sobre a cidade e possível inflexão ou transferência de dinâmicas derivadas de tal facto. O comprometimento de um espaço público por um excessivo período de tempo, quer por inércia de arranque da intervenção, quer pelo arrastar desta no tempo, pode implicar a mudança de níveis de uso. Por exemplo, aquando do incêndio do Chiado, em Lisboa, as ruas, ainda que os edifícios se mantivessem em obras, foram abertas de modo a não interromper ligações urbanas, que não só poderiam colocar em risco o funcionamento da zona aquando da conclusão dos trabalhos, como esse mesmo bloqueio alteraria relações e dinâmicas nos espaços da envolvente. A questão da viabilidade de tempos é imprescindível quer pela resposta ao momento da análise, quer por uma questão de continuidade de uso e manutenção de relações entre o ambiente e a comunidade.

Toda a estratégia e viabilização da intervenção nos espaços da cidade deve assentar numa compatibilização de interesses e manutenção, apesar da ponderação de possíveis ajustes, de princípios de coerência com os objectivos estipulados. No campo dos interesses há uma necessária compatibilização de forças (administrativa, económica e cívica) regulada sobre processos de governância (como referidos anteriormente). Procuram-se atractivos à participação e ao investimento através de respostas abrangentes sobre os vários interesses: quer dos diferentes grupos de pressão; das necessidades e planeamento; dos sentidos de oportunidade colocados sobre a intervenção. No campo da coerência há um claro compromisso quer com os objectivos colocados, quer com a resolução de ajustes decorrentes da intervenção. A coerência reporta também ao campo da viabilidade, uma vez que a implementação da intervenção deve decorrer de uma necessária harmonia lógica com a envolvente aos níveis físicos, económicos, culturais, sociais e ambientais.

Por exemplo, uma intervenção de (re)pavimentação em espaço público, mais concretamente nos de uso variável, não se pode estabelecer sem responder a critérios de coerência entre características físicas do lugar, valores patrimoniais aí registados (inclusivamente ao nível dos pavimentos e desenho urbano global), valores de uso e relação com a envolvente. Toda a actuação sobre o espaço público deve responder rigorosamente a critérios e lógicas decorrentes dos seus mais variados conteúdos, criando relações coerentes entre estratégias locais e globais.

A intervenção em lugares com elevadas capacidades de articulação da sua envolvente exige o cruzamento de estratégias e objectivos com a globalidade do fenómeno urbano. Pela carência de uma compreensão complexiva dos sistemas e relações urbanas, a tentativa de oferta de um nível de vida mais qualificado e apetecível no centro, tem geralmente conduzido a fenómenos de exclusão dentro destas áreas, acentuando fenómenos de gentrificação. Isto no que toca à rentabilização do stock habitacional existente, ou tendência monofuncional, por uma excessiva aposta na capacidade de atracção de serviços baseada principalmente na área do turismo e da cultura. A transformação económica e social reflecte-se inclusivamente ao nível dos espaços produzidos, habitados e abandonados, reflexos da emergência de novos padrões espaciais. A intervenção em espaços de uso variável deve ser assim coerente com uma política de variedade de funcões e de habitantes, resultante de opções estratégicas ao nível das políticas de habitação em áreas antigas, assim

como políticas de desenvolvimento das actividades aí presentes, como por exemplo o apoio e incentivo ao comércio tradicional.

A degradação dos espaços públicos é resultado de um processo simultâneo aos fenómenos de degradação do stock habitacional, dos equipamentos e das dinâmicas da zona, afectando as capacidades de vivência quotidiana e inclusivamente a expressão ritual cíclica sobre os espaços de uso variável. As melhorais do ambiente urbano, e dos espaços públicos em particular, devem ser precedidas de acções que tendam a elevar o nível das condições económicas e sociais dos seus habitantes e utentes. Uma efectiva qualificação das pessoas e da sua qualidade de vida é uma melhoria no espaço público da cidade e no incrementar das suas relações.

A optimização do *stock* habitacional, oferecendo o centro da cidade como lugar para viver e trabalhar, deve responder a questões mais complexas do que a mera reparação de edifícios e a adaptação a novos modos de vida. É necessário que a optimização do stock construído seja equilibrado entre obras de âmbito comercial, colocando casas no mercado, e obras de carácter social, mantendo populações e criando apoios ao seu desenvolvimento. Ainda sobre este aspecto, o espaço público deve-se estruturar em função do habitar a cidade constituindo-se como efectivo suporte da vida nestas áreas. No entanto, com muita frequência estes programas esbarram com as condicionantes da população que reside no centro. O abandono do parque habitacional no centro das cidades deve-se, em muito, a um crescente processo de degeneração do construído concomitante com a degeneração social da população local.

O desenvolvimento e (re)activação do centro passa pela reflexão sobre o conjunto das actividades aí contidas e pela valorização de relações de complementaridade ou subordinação a outras actividades existentes na cidade, designadamente noutras centralidades recentemente formadas. Uma política eficaz neste campo deve correr uma série de factores que vão desde os serviços aí instalados, à qualidade e variedade comercial até ao estado e dinâmica dos grandes equipamentos e infra-estruturas. Deve haver assim uma aposta na: valorização, recuperação e dinamização dos equipamentos; valorização, recuperação e dinamização do património; valorização e reanimação das actividades. Este último inclui o comércio tradicional e mercados a par de um controlo do comércio global podendo ser introduzido à semelhança de eventos âncora criando pólos de atracção. O reflexo dessas dinâmicas faz-se sentir igualmente sobre os rituais e a capacidade de expressão de cultura e cidadania nos espaços públicos.

"*A dissolução de um modelo estruturado em relações de proximidade, pela anulação da distância, enquanto factor determinante no eficaz desenvolvimento de actividades económicas e sociais, permitiu uma aproximação entre estruturas urbanas distantes, gerando novas oportunidades, mas sobretudo criando novas lógicas de estruturação e articulação nos vários domínios, a partir de uma lógica de inter-conexão entre sistemas, dando origem a uma nova forma e estrutura urbana, de geometria variável.*"[72] A cidade contemporânea passou de uma estrutura hierárquica para uma estrutura de fluxos e de redes determinando um quadro urbano de permanente mudança e com uma elevada exigência de capacidade de absorção. A cidade vê-se assim dependente de estratégias com uma elevada complexidade e introdutoras de variáveis baseadas na incerteza dada a complexidade relacional que abarca e a variedade de cidadãos. Como tal, as metodologias de intervenção

[72] PAULINO, Raquel. *Da estratégia de valorização ao processo de regeneração urbana?* Dissertação de mestrado em planeamento e projecto do ambiente urbano, Universidade do Porto, FAUP / FEUP, 2004.

vêem-se assim obrigadas a contemplar factores de flexibilidade e polivalência, deixando espaço à possibilidade. É assim necessário, além de um permanente ajuste das condições de intervenção, a medição da sua coerência com as compatibilidades materiais e conceptuais do lugar e com a correspondência deste com a globalidade urbana. Aos espaços de uso variável, mais importante do que estruturar a intervenção sobre a rigidez de valores (património e previsão do futuro) é a necessidade de uma resposta simultaneamente concreta e flexível que vá de encontro às apetências naturais de flexibilidade inerentes a estes espaços.

A importância da **sustentabilidade** sobre a intervenção na cidade e sobre o património construído decorre do seu reconhecimento enquanto conceito mais lato do que a protecção do ambiente, incluindo considerações de ordem social, económica, moral e política. Documentos, como o relatório *Bruntland* (1987) ou o relatório das *Cidades Europeias Sustentáveis* (1990), apontam a sustentabilidade como dado de inclusão obrigatória nas metodologias de intervenção sobre a cidade. Aplicada aos princípios de intervenção e gestão urbana e patrimonial, a sustentabilidade transporta para a cidade conceitos da ecologia sistémica.

Do ponto de vista da sustentabilidade, as metodologias de intervenção na cidade e seu património espacial e material, não devem servir unicamente a resolução de um problema concreto. Estes devem servir de factores de oportunidade que, numa abordagem sistémica do meio e dos fenómenos paralelos de dinamização desencadeados, sirvam para a resolução simultânea de vários problemas. Existe assim a procura de uma optimização de recursos (políticos, económicos, ambientais e patrimoniais), visando a sustentabilidade global do projecto, assim como um ataque em várias frentes cujos efeitos se reflectem mutuamente entre eles. A intervenção é entendida não só como um fim mas como um meio para um encadeamento sucessivo de melhorias. Como tal, permite-se uma eficaz implementação dos processos a par de uma gestão que, prolongada no tempo, optimiza o investimento e equilibra a qualidade de vida sobre os factos urbanos.

Sobre os princípios da sustentabilidade existe uma procura da ampliação da durabilidade que se coaduna às preocupações patrimoniais de conservação e de prolongamento de uma vida útil para o stock construído da cidade. Simultaneamente, encontram-se aí questões como a equidade na disponibilização de recursos, reflectindo preocupações de garante de igualdade e justiça no interior da sociedade, como os relativos à manutenção e aproveitamento do património e o assegurar dos recursos a gerações futuras, entre os quais se incluem os dispositivos de referência e memória sedimentados na cidade.

Preservar a integridade do ambiente global é, como referido no relatório *Bruntland* (1987), uma condição necessária de todos os aspectos da qualidade de vida. A sustentabilidade inclui aspectos do ambiente como a qualidade estética e cultural das áreas urbanas e da paisagem, assim como aspectos que influem na qualidade de vida referentes ao bem-estar material, saúde e segurança pública, acesso à educação, a assistência médica, ocupações gratificantes, oportunidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, vida comunitária, cultural e social e as actividades recreativas. Esta amplitude de elementos incluídos nas políticas de sustentabilidade abarca ainda considerações acerca da identidade sendo esta, nos relatórios das políticas de sustentabilidade, reclamada como produto de um desenvolvimento sustentável.

Cada cidade é um ecossistema físico, como tal, a análise e abordagem sistémica tratam a complexidade de organizações e relações urbanas como factos globais, mais do que uma soma de partes. A intervenção sobre o património não deve apenas contemplar a intervenção sobre o material físico patrimonial, devendo incluir uma

compreensão extensiva do funcionamento da cidade e das relações presentes nos seus espaços. Por exemplo, não se resolvem as dinâmicas de uso e apropriação de espaço público sem um correcto ajuste de esquemas de mobilidade, sem um apoio de equipamentos ou actividades dinamizadoras e atractoras de utentes, sem uma ajustada resolução da compatibilidade de funções e fluxos com as capacidades dos espaços públicos e do construído.

Quanto mais fechada e tacanha for a abordagem de um problema, visto muitas vezes localmente ou até de modo isolado, maior será o perigo de agravamento de problemas adjacentes por se ignorarem os circuitos e efeitos retroactivos. Quanto mais ampla e estratégica for a definição de um problema, mais probabilidades se encontram para a sua resolução.

Outro dos factores a contemplar como elemento participativo das estratégias prende-se com a **divulgação** e **comunicação** das operações de intervenção. Embora relegado, pela prática, para segundo plano este infere determinantemente sobre o sucesso das apostas concretizadas. Divulgação, adesão, promoção económica e cultural da iniciativa dependem em grande parte da comunicação gerada em torna da construção dos processos, implementação e exibição final.

A importância da **comunicação** e **divulgação** prende-se num primeiro plano com a montagem de esquemas de parcerias e criação de atractivos, quer para os investidores, quer para a abertura dos processos à participação pública. A intervenção sobre o espaço público e os factos patrimoniais da cidade encontram-se associados à identidade urbana e à construção de uma imagem cuja atractividade e competitividade depende muito de uma estratégia de comunicação e divulgação da cidade. Aqui não se trata, porém, da divulgação da cidade como produto de consumo, mas antes, da divulgação de uma imagem que acentue a auto-estima, optimize a sua condição de referente e despolete dinâmicas que lhe permitam criar atractivos, sustentar-se e projectar-se. Essa competitividade pretende a atracção de capital privado de modo a suportar ou dar continuidade aos projectos políticos e objectivos colectivos para a cidade, criando princípios de complementaridade em rede entre os interessados numa efectiva intervenção regeneradora da cidade.

A valorização e divulgação da imagem e das actividades em espaço público, salienta os espaços de uso variável ícones ou símbolos da cidade, não devendo, no entanto, ser esquecida a sua condição articuladora e relacional no funcionamento sistémico urbano. O impacto das estratégias de marketing assume-se como facto necessário ao reconhecimento, apropriação e divulgação da cidade, incluindo ainda o imperativo de apelar à participação da comunidade e criar uma maior sensibilização sobre os problemas e características do seu sistema espacial urbano.

Actualmente, sobre a intervenção na cidade existe uma falta total de consenso, sendo esse défice resultado da fragmentação cultural e da multiplicidade de referências e ideologias sobre a cidade, acentuado por problemas de participação cívica e de comunicação entre os diferentes grupos da cidade e os seus órgãos de administração e representação. Sob a perspectiva do património, essa comunicação e divulgação vai de encontro ao papel que este representa enquanto elemento activo na educação e no desenvolvimento de uma reflexão critica sobre a cidade e a qualidade do seu ambiente por parte dos cidadãos. De acordo com U. Jensen (2000) o património deve englobar um ponto de vista educacional, estabelecendo uma relação dialéctica entre si e a comunidade envolvente e criando referências indispensáveis ao desenvolvimento do cidadão e da cidade ao

nível material, teórico e crítico. "*Num Mundo de globalização a comunicação é essencial para a manutenção de identidades culturais diferenciadas a fim de estimular o sentido de posse quotidiana face a uma sociedade concreta.*"[73]

3.2.4.4 Mecanismos de desenho

De uma estratégia, clarificadora de temas e propósitos visados pela intervenção, é necessário passar à formulação de objectivos de desenho, estabelecendo um conjunto de pontos orientadores do trabalho de projecto. Pretende-se a construção de um conjunto base de elementos que determinarão as escolhas sobre factores qualitativos do espaço de intervenção, respondendo claramente aos problemas colocados. Segundo L. Candeia (1999), estes objectivos podem ser organizados em grandes grupos temáticos que evidenciam, não a consagração de somatórios ou uma escolha aleatória de elementos, mas a compreensão da complexidade sistémica integrando âmbitos de oportunidade. Estabelecem-se assim objectivos específicos sobre a qualificação material da intervenção que se ligam a temas: ambientais; construtivos; de mobilidade; quotidianos.

Sob o campo metodológico da intervenção no património arquitectónico e urbano, a formulação de objectivos de desenho estabelece-se segundo uma sequência confrontando valias patrimoniais e necessidades derivadas da regeneração e transformação dos factores qualitativos de caracterização do espaço.

- Avaliação do desenho urbano existente
- Avaliação da interferência sobre a matéria patrimonial
- Avaliação das necessidades de transformação
- Avaliação de elementos contínuos
- Avaliação das unidades de medida e escala no espaço
- Desenho participado
- Requisitos à qualificação do desenho
- Desenho e construção de uma gestão de manutenção e funcionamento
- Compatibilização do desenho à variabilidade do espaço

A formulação destes objectivos de desenho é decorrente da análise e avaliação efectuada. O levantamento analítico do contexto e suas inter-relações com a envolvente directa ou indirecta, de acordo com as suas características de permeabilidade e influência, contempla um conjunto de factores qualitativos que pode ser determinante na validação do desenho, nomeadamente no que toca à compreensão de factores de continuidade. Existem elementos que, pela sua recorrência, permanência ou carácter de regra sobre a formalização da cidade, são indissociáveis da sua imagem e identidade ou podem, pelo menos, ser factor de estabelecimento de continuidade e unidade. Factores como um dado material, uso desse material ou o carácter métrico e modular de elementos construtivos, constituem-se no campo da composição como componentes caracterizadores do lugar, exprimindo uma determinada relação com o espaço e com o seu contexto cultural.

De acordo com a sua permanência na cidade, esses elementos podem constituir-se como unidades de medida da paisagem, como define Rossi (1971), ou como unidades de escala, segundo Lynch (1960). Estes

[73] CASTELLS, Manuel, BORJA, Jordi. *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. TAURUS, Madrid, 1997, pp. 16.

referiam-se essencialmente a factos edificados e às suas especificidades métricas, construtivas e plásticas. No entanto, a aplicação destes conceitos pode-se estender a um outro conjunto de elementos, também eles presentes no ambiente urbano. Poder-se-á pensar nos pavimentos e na textura e modulação por estes impressa aos planos horizontais do espaço público, na modulação e métrica derivada da arborização e dispositivos de iluminação, nas forças criadas por diferenças de nível dos pavimentos ou na importância de elementos tão presentes e contínuos como as guias (ressaltando destas a importância de um elemento contínuo e criador de limites no plano horizontal e vertical), entre outros elementos. O recurso a estes dados compositivos e caracterizadores de unidades pode-se estabelecer sob preocupações estratégicas de continuidades métricas e materiais.

Mais do que instituir uma matriz compositiva ou métrica rígida, a formulação de objectivos de desenho deve apontar possibilidades de compatibilização entre desenho e realidade construída e necessidades de intervenção, decorrendo daí a validação patrimonial do lugar (um tipo de pavimento específico, inscrições relevantes à memória contida no lugar, peças de valor excepcional, etc.). A aceitação de transformação implica o estabelecimento e clarificação de elementos que convergem na validação patrimonial do lugar e na consolidação do seu ambiente, procurando equilíbrios entre esses e a necessidade de transformação.

Numa metodologia de intervenção patrimonial os objectivos de desenho, mais do que criar referências, devem clarificar a partir da análise quais os elementos detentores de interesse patrimonial. Embora esta questão não seja muito abordada sobre a intervenção em espaço público, ela decorre da própria valorização da relação com o edificado e seus elementos monumentais. O modo como os pavimentos tocam nos edifícios, que transições se efectuam, como se implanta uma estátua ou um cruzeiro no centro de uma praça, que elementos como marcos, árvores, fontes ou iluminação podem ser abarcados, pela sua importância, na caracterização de ambientes como matéria patrimonial, mais do que apontar soluções interessam como reflexão para a construção de um desenho de espaço público.

Em espaços cuja memória, reconhecimento e vivência encontram correspondência com o desenho existente, assim como, com um conjunto de elementos que fazem já parte das referências da comunidade, importa considerar a possibilidade de um desenho participado. Isto no âmbito de compreender os problemas sobre o existente: que factos se instituíram como referência; que qualidades detêm que devam ser continuadas; que anseios se colocam face a falhas ou carências do existente. A participação requer assim um minucioso trabalho de compreensão sobre o registo da apropriação do espaço pelos habitantes, entendendo de que modo é possibilitada a sua continuidade e compatibilização com a qualificação geral do espaço. Existe assim, a necessidade de participação dos potenciais utilizadores do espaço da cidade, não só por se reflectir sobre anseios e necessidades dessa população, mas também devido à necessidade de construção de laços entre o espaço e a comunidade fazendo com que esta se valha do espaço como seu, usando-o e mantendo-o correctamente de acordo com um padrão de exigência e qualidade pretendido.

Os objectivos de desenho devem assim apontar linhas de compatibilização com uma posterior estratégia de gestão do espaço, procurando a manutenção de níveis qualitativos sobre a sua matéria, uso e imagem. Desta gestão resulta, não só o bom funcionamento do espaço, como também se acentua a eficácia da resposta da intervenção, mantendo no tempo as suas qualidades. Como tal, importa conhecer o tipo de utilizadores,

utilização e densidade de ocupação, entre outros factores, de modo a permitir a sustentabilidade do espaço com base numa proposta de desenho apropriada.

A instituição de um processo participado de desenho passa ainda pela valorização de um perfil transdisciplinar, reclamando a presença de outros especialistas para a sua realização. Inclui-se assim uma visão mais completa dos vários sistemas que participam e se relacionam no espaço público. Deve-se, por exemplo, considerar os interesses das instituições envolventes sobre o espaço público, incluir os esquemas de mobilidade no seu desenho, relacionar o desenho com as necessidades infraestruturais ou ainda compatibilizar este com a organização e gestão de políticas de dinamização de rua e criação de eventos.

O projecto de espaço público não passa exclusivamente pelo seu desenho, encontrando-se dependente da intervenção e qualidade das arquitecturas que o envolvem, estabelece-se uma relação dialéctica de (re)qualificação simultânea entre as partes. Mas essa relação está dependente, em grande parte, quer da definição dos sistemas de planificação urbana, quer dos processos, tipos e limites específicos da intervenção. As metodologias de intervenção sobre o espaço público e a elaboração do seu desenho devem incluir uma série de requisitos indispensáveis à qualificação do espaço e ao seu suporte na qualificação da envolvente, devendo-se estabelecer parâmetros qualitativos gerais de escala, adequação, capacidade de articulação e conforto.

Em espaços caracterizados pela variabilidade existe uma condição sobre o seu desenho, da qual depende a sua pré-disposição à variação e alteridade. O excesso de projecto das intervenções aniquila habitualmente capacidades inerentes ao espaço público, eliminando a sua necessária polivalência e conduzindo o espaço na direcção do seu entendimento como não lugar. Promove-se o espaço da cidade a " *(...) não lugares definidos pela superabundância e o excesso. São sempre espaços relacionados com o transporte rápido, o consumo e o ócio.*"[74] A variação surge precisamente do confirmar a possibilidade a (...). O espaço define-se mais a partir de um estado de latência, do que na fixação de todos os elementos e especialização da sua área, retirando ao utente toda a capacidade pessoal de interpretação, apropriação e intervenção sobre o espaço.

É também sobre este aspecto da possibilidade que entra a contemplação da pré-disposição espacial à introdução do efémero, estabelecendo-se no desenho do espaço mecanismos capazes de suportar ou ordenar os eventos rituais e cíclicos que aí têm lugar. Os objectivos de desenho sobre os espaços da variação devem assim contemplar a ritualidade dos seus espaços, absorvendo eventos cíclicos e quotidianos sobre o desenho do espaço. Que cuidados são colocados no projecto para a recepção de estruturas efémeras? Respeitará, o desenho do efémero, objectivos de qualificação e dinamização espacial? Poderão os projectos de arquitecturas e espaços efémeros desempenhar uma função equivalente ao das arquitecturas perenes sobre o espaço público?

3.2.5 Elementos perenes e efémeros na intervenção sobre o espaço público.

Mas de que modo é considerado o efémero pelas metodologias de intervenção no património arquitectónico e urbano? De que modo é consagrado e incluído no projecto de desenho urbano?

---

[74] BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Barcelona, Março, 2003, pp. 31.

Uma metodologia de intervenção sobre os espaços de uso variável deve incluir uma reflexão sobre os condicionamentos ao grau de **liberdade de acção** em espaço público, dentro dos quais se consagra o efémero como expressão dessa mesma liberdade. "*O espaço público tende fundamentalmente à mescla social, fazendo do seu uso cívico um direito prioritário, assim o espaço público deve garantir em termos de igualdade a apropriação por parte dos diferentes colectivos sociais e culturais, de género e idade.*"[75]

Sobre as metodologias deve-se incluir a análise de fenómenos de uso cíclico e quotidiano sobre o espaço, já que são estes que determinam o grau de apropriação e reconhecimento pela comunidade. A identidade deste particular tipo de espaços advém da sua capacidade e pré-disposição à expressão da diferença sob o ponto de vista dos usos e do domínio do espaço. Diferenças acentuadas essencialmente na cidade antiga, pela sedimentação de material e sobreposição de memórias e referências, enquanto que a cidade nova, ou periférica se constrói tendencialmente com base em parâmetros globais e padronizados. O processo de variação, pode-se afirmar, surge como sequência da sedimentação material, memorativa e significativa sendo essa talvez a grande diferença entre a cidade consolidada e antiga e a cidade nova; o tempo para a estruturação da memória e do reconhecimento e adopção da matéria construída. A montagem do efémero participa igualmente nesse processo de formação do lugar, não tanto pela contribuição de matéria, mas pelo posicionamento face à matéria do lugar e construção de referências associadas a movimentos cíclicos e renováveis.

O espaço público oferece-se como fórum aberto à comunidade, para o seu encontro com as artes, para fruir e participar em actividades culturais. Desde festivais organizados a acções espontâneas de rua, levadas a cabo por pequenas organizações ou grupos de rua, os espaços públicos formam e reflectem as dinâmicas subjacentes ao contexto urbano. Os eventos desenvolvidos em espaço público têm a capacidade de alterar e optimizar o uso de espaços, assim como de trazer à comunidade uma variedade de eventos/espaço capazes de a reunir e transportar a um nível positivo de inter-acção social.

A liberdade de acção em espaço público associada ao efémero possibilita o reconhecimento de um conjunto de geometrias variáveis baseadas no uso, nos fluxos e nos encontros proporcionados pela complexidade relacional presentes no espaço. Uma variação de geometrias, que sobre a matriz geométrica fixada pelo conjunto de factos perenes, permitem potenciar e ampliar um conjunto de interacções e uma consciência crítica sobre o espaço. É porventura na cultura de uma arquitectura efémera que reside o motor capaz de despoletar novos usos, abordagens e críticas sobre a cidade, marcando tempo e ritmo e aplicando um conhecimento derivado da tradição de uso sobre espaços de variação.

As estratégias para a regeneração de espaços desactivados ou latentes implicam a urgente compreensão da cidade como habitat "natural do homem." Num contexto de permanente transformação e crescente globalização, as culturas, as cidades, procuram novos modos de estabelecer relações contrariando a possibilidade de perda da sua identidade e memória ou a de serem assimiladas e travestidas por outras culturas globais. A expressão cultural e social sobre os espaços da cidade encontra-se na base do imaginário dos indivíduos e embora se depare cada vez mais invadida por fenómenos globais, a partir das possibilidades disponibilizadas pelos meios multimédia, a cidade enquanto artefacto comunicacional, deve assumir a localidade dessa expressão cultural

[75] *Idem*, pp. 19.

conferindo-lhe espaço qualificado para a sua existência e estabelecimento. É neste âmbito que o evento, a expressão do efémero e as capacidades daí derivadas de relacionamento com a forma da cidade e comunidade entram, acentuando o espaço da cidade como habitat e como manutenção de identidade, cultura, memória e referência à especificidade do contexto.

Uma metodologia que consagre e inclua nas suas preocupações a manutenção de rituais de ocupação ou de dinamização da cidade pelo evento, não o evento episódico e isolado mas o cíclico e reflexo da cultura e preocupações da comunidade, deve incluir no seu conjunto de análises e opções a abordagem dos usos e apropriações do lugar:

- Promoção de inquéritos e participação pública nos processos de criação e gestão urbana
- Conhecimento da área em termos de utilização e anseios da população
- Conhecimento do leque de eventos realizados no espaço
- Conhecimento de formas efémeras recorrentes para suporte dos eventos
- Garantir o equilíbrio entre utilizador e as actividades
- Compatibilidade de funções com o contexto físico e humano
- Variação geométrica decorrente dos usos e apropriações do espaço
- Assegurar parâmetros base de segurança e conforto face ao quotidiano e ao uso cíclico do espaço

Deve-se assim assegurar condições para o direito de fruição do espaço da cidade, que incluam a possibilidade de contenção do quotidiano e dos momentos singulares de uso e activação do espaço associados à variação derivada do evento. Capacidade de fruição que compatibilize momentos tão dispares no que toca à caracterização do espaço nos seus factores quantitativos, temporais e qualitativos.

A intervenção sobre o espaço deve proporcionar níveis individuais de controlo sobre o espaço (abrangência visual e condições de exposição e privacidade do indivíduo), valorizando-se graus de territorialidade e estimulando a identificação do indivíduo com o meio. A pré-disposição à variação de actividades sobre o espaço recorre ao tempo como elemento separador de actividades. A diversidade pode produzir situações de colisão de interesses individuais ou colectivos, pelo que, o tempo e capacidade de polivalência no espaço público se estabelecem como factores de marcação de usos e de negociação de apropriação sobre o espaço. Essa mesma diversidade deve gerir a possibilidade de acesso ao espaço pelos indivíduos equilibrando e controlando as actividades daqueles que tendem a reduzir a liberdade dos outros, ou a perturbar a possibilidade de uso por parte de outrem.

Mais do que parte integrante do projecto de intervenção, o efémero pode-se incluir nas preocupações sobre a disponibilidade do espaço à sua recepção. A inclusão do efémero no projecto seria não só contraditório, em relação à sua natureza, como também à própria intervenção que pretende assegurar a resolução ou melhoria qualitativa do espaço através dos factos perenes. Um projecto de intervenção em espaço público não poderá incluir no seu desenho toda a variedade de eventos e situações implícitas por fenómenos cíclicos e quotidianos. Contudo, este poderá no seu desenho assegurar uma base que sirva a qualificação do espaço e que, simultaneamente, assegure a variabilidade decorrente de processos sucessivos ou cíclicos de ocupação proporcionados no quotidiano ou no evento de excepção.

Sobre os processos de ocupação quotidiana é, no entanto, difícil abarcar a sua variabilidade e necessária abrangência. Porém, face aos fenómenos cíclicos que aí têm lugar, é possível consagrar uma série de elementos a que se recorre sistematicamente para seu suporte. Assim, além da resolução de problemas infraestruturais como drenagens, abastecimentos e ligações a redes é possível dispor um conjunto de mecanismos sobre o espaço que suportem momentos precisos do uso e valorização do espaço público. Por exemplo, é possível dispor, como acontece em campos ou largos destinados a feiras, ligações a redes como electricidade, comunicações e drenagens que permitam a realização de actividades sem o incómodo do ruído de geradores ou o impedimento de escoar detritos. Por outro lado, é ainda possível incluir uma série de elementos para a montagem de tendas, barreiras, arcos, etc. que, não perturbando o quotidiano do espaço, qualificam o evento e funcionam como dispositivo de referência no espaço à sua actividade cíclica.

A compreensão dos espaços públicos de uso variável deve-se realizar através da complexidade de espaços ou sub-espaços derivados da variação geométrica que enriquecem a sua hierarquia espacial e funcional interna. De acordo com as considerações de Brandão Alves (2003) sobre os espaços de vocação cultural e que poder-se-ão estender aos espaços de uso variável, estes possuem um conjunto de características que acentuam o seu valor e suportam a sua apropriação. Segundo o autor, os espaços com esse tipo de vocação possuem um conjunto de valores de singular expressão sobre o espaço como monumentos, edifícios singulares ou espécies vegetais únicos que assinalam a singularidade e identidade do espaço. Possuem elementos artísticos evocativos e didácticos aos quais se pode acrescentar o efémero com a sua capacidade evocativa fugaz e balizada temporalmente associando-se à unicidade do momento.

A configuração e articulação dos elementos perenes (edifícios, mobiliário urbano e equipamentos pré-existentes de elevada expressão histórico/evocativa) potenciam a vocação dos espaços à variabilidade e ao desenvolvimento de actividades cíclicas. Basta pensar no papel que mecanismos como escadarias (as da Praça de Espanha em Roma) ou coretos desempenham sobre a activação do espaço público. Do mesmo modo que essas articulações inferem sobre a actividade do quotidiano, o efémero, na sua articulação com a envolvente, tira partido das suas características espaciais e expressivas, colmata falhas e reflecte-se sobre o evento marcando a sua excepcionalidade e valorizando, ainda que fugazmente, o espaço da cidade. O espaço público converte-se a usos ou expressões que remetem para o conjunto dos elementos construtores do património cultural da cidade e da comunidade.

4 Referências e casos de estudo

4.1 Fundamentação da escolha dos casos de estudo

4.1.1 Elementos comuns e variáveis

4.1.2 Universalidade e casuística na metodologia de investigação e intervenção

4.2 Análise e caracterização de casos

4.2.1 Casos de referência

4.2.2 Espaços de uso variável em Portugal

4.2.3 Casos de estudo

4.2.3.1 Caracterização e dimensão patrimonial do espaço

4.2.3.2 Ciclos de ocupação: Pré-disposição à variabilidade e apropriação cíclica e espontânea

4.2.3.3 Quadro síntese

4.2.4 O desenho: variação e reversibilidade

4.2.5 O excesso de projecto *versus* a ocupação circunstancial e criativa dos utentes no espaço urbano

4.1 Fundamentação da escolha dos casos de estudo

A escolha dos diferentes casos de estudo sofreu ao longo da construção da prova sucessivas alterações de acordo com acertos da investigação, apuramento de factos e da constatação destes sobre os casos concretos. Quer pelo modo como se foi construindo e fundamentando o objecto do trabalho, quer pelas conclusões que se foram retirando dos diferentes casos, os casos de estudo foram-se ajustando e consolidando a sua pertinência no âmbito das proposta e procuras da dissertação.

O caso que despoletou toda a dinâmica e âmbito da investigação foi o Largo Marquês de Pombal, ou do Arneiro, na Golegã. O interesse sobre este espaço surge do confronto entre a sua qualidade física e o seu uso quotidiano e cíclico. Uso esse que, não só demonstra a relação entre o espaço e manifestações da cultura local, patente nas festas de S. Martinho, como a relação do espaço no suporte do quotidiano desta vila ribatejana e suporte da sua principal actividade, a criação de cavalos. De início, os restantes casos circunscreviam-se a essa mesma região procurando restringi-los a uma área geográfica de forte carácter identitário e a um mesmo tipo de uso. Todavia, numa primeira recolha, onde foram analisados casos como a Feira da Chamusca, Corredoura de Salvaterra de Magos, Campo da feira de Vila Franca de Xira e o Largo das corridas de Samora Correia, verificou-se que estes não detinham o dinamismo ou o valor de síntese do Largo do Arneiro. Esses casos surgiam como fragmentos de factores presentes no espaço da Golegã que se demonstrava progressivamente como lugar síntese dos usos, apropriações e qualidades espaciais e patrimoniais patentes nos restantes exemplos. Simultaneamente, a delimitação dos casos de estudo a um único tipo de uso parecia contraditória face à variedade procurada na investigação, assim como, pela sua especialização, se retirava operatividade numa possível aplicação à realidade genérica deste tipo de espaços sobre a abrangência do património arquitectónico e urbano português.

Ainda que pudessem funcionar como um todo, que verificasse a validade de uma metodologia de intervenção, pareciam ao mesmo tempo redutores da universalização pela sua excessiva proximidade. Servindo todos um mesmo conjunto de práticas culturais e inserindo-se numa escala demasiado homogénea, o trabalho perderia parte considerável da complexidade intrínseca à polivalência e mutação em análise. Por outro lado, como a dissertação não pretende defender ou construir um projecto em concreto, perder-se-ia parte considerável da sua operatividade na construção de uma ferramenta na reflexão e montagem de estratégias para a intervenção em espaços análogos.

A selecção passou assim por uma recolha concisa de casos significativos que abrangessem diferentes zonas, escalas, modalidades de uso e capacidades de introdução do efémero, sendo que, dos casos vistos, foi decidido eliminar-se o estudo do lugar da feira de S. Pedro em Sintra, do Campo da Senhora da Agonia em Viana do Castelo e do Largo das festas em Idanha-a-Nova.

Passou-se a incluir o Largo do Exército Libertador em Pedras Rubras, estrutura espacial articuladora de diferentes equipamentos de cariz religioso e onde simultaneamente se realiza feira semanal. A sua escala corresponde à de um espaço de agregação de núcleos rurais, na periferia de uma grande cidade, mas que pela consolidação e conformação do seu espaço não tem sofrido significativas alterações nas regras que o geram, derivadas da pressão de transformação suburbana. O conjunto dos casos de estudo contempla também a Alameda do Sr. da Pedra em Miramar que, no entanto, não se gera como facto exclusivo e encerrado, articulando-se a um nível paisagístico mais amplo, incluindo o mar, derivado da implantação do seu elemento focal, a Igreja do Sr. da Pedra que se localiza sobre os rochedos da praia. A sua escolha decorre, não só da pertinência dos seus factos patrimoniais e da relação uma base natural, mas também por este espaço ter sido alvo de uma recente intervenção permitindo assim aferir dos perigos na incompreensão dos pressupostos de variação e latência em espaço público.

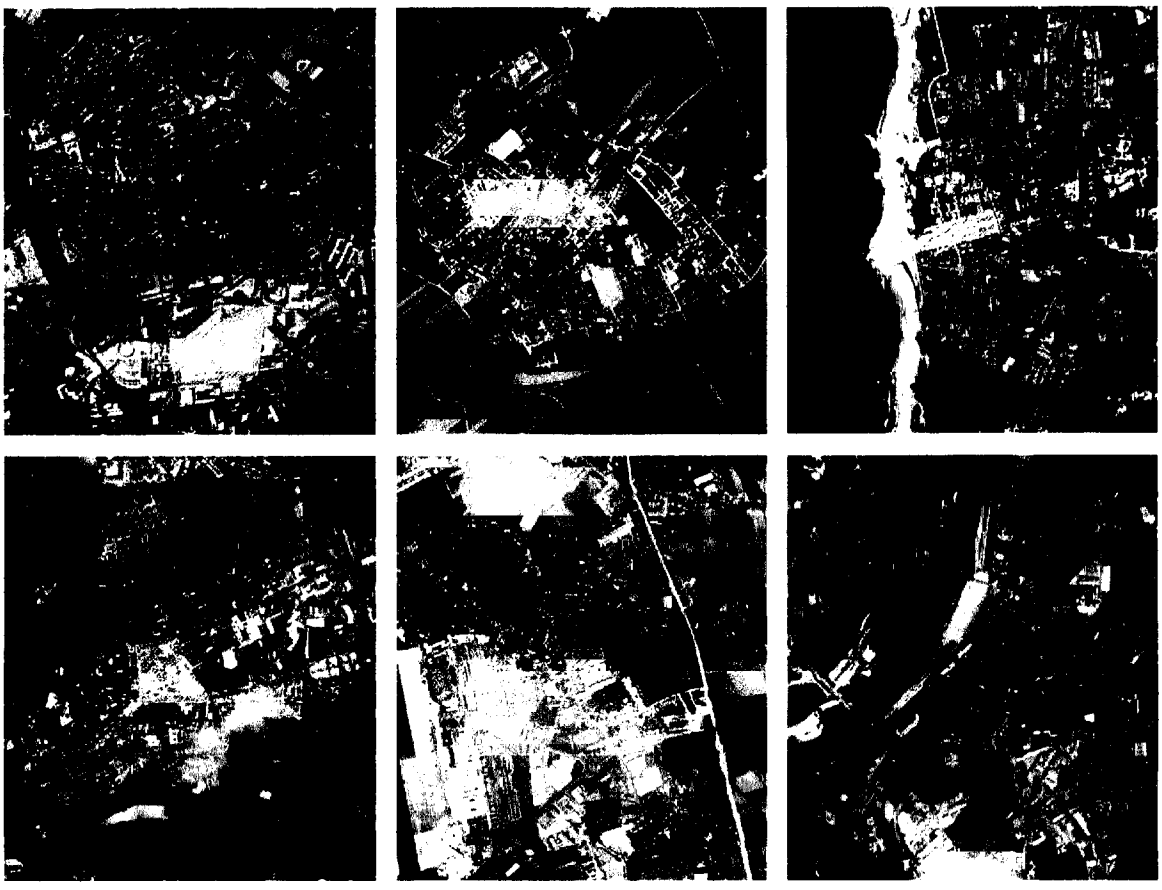
Ainda que relativamente próximos, os casos de Barcelos e Ponte de Lima surgem da simultaneidade entre a riqueza da articulação de bens patrimoniais de valor significativo e da realização de eventos exemplares na manifestação da cultura local. Aí se realizam actividades cíclicas que aliam o seu significado aos patentes nos factos construídos que se articulam no espaço da cidade. Por outro lado, a riqueza de estruturas efémeras e nómadas, decorrentes dos eventos cíclicos, permitem despoletar interpretações mais amplas na reflexão entre a intervenção sobre o espaço urbano e a valorização simultânea dos bens patrimoniais construídos e a manifestação de um património intangível.

Voltando a sul inclui-se ainda o caso do Rossio de S. Brás em Évora. Ao longo da história da cidade, este é consagrado como lugar dos grandes eventos e manifestações tendo reunido aí expressões das mais diversas índoles (religiosas, comerciais, cívicas e das instituições do poder). Sendo espaço de grande variação a sua versatilidade deriva não só dos elementos patrimoniais que se articulam em seu redor, mas também da sua localização na estrutura urbana, enquanto elemento de intermediação entre o interior da cidade amuralhada e o espaço exterior ainda com elevada capacidade de transformação.

4.1.1 Elementos comuns e variáveis

Os casos elegidos para o estudo caracterizam-se no seu conjunto enquanto amplos espaços abertos de elevado valor estrutural, não apenas sobre a configuração do espaço urbano e sua matriz espacial, mas também ao nível patrimonial, social e referencial. Em todos eles se estabelece uma forte relação dialéctica entre edificado e variação de manifestações de uso sobre o seu espaço, havendo como que uma simultaneidade na construção dos dois tipos de elementos. São espaços que na sua latência e dinâmica se instituem como factos referenciais sobre a vivência urbana e manifestação da sua cultura.

Havendo significativas variações entre o tipo específico da sua configuração espacial e o tipo de bens patrimoniais articulados no espaço, todos detêm em comum um relevante papel sobre o conjunto dos hábitos quotidianos da comunidade e, acima de tudo, sobre as manifestações cíclicas que pontuam os tempos dessa comunidade.



4.1 Identificação sumária dos casos de estudo aprofundados na dissertação. 4.1.1 Évora – Rossio de S. Brás. 4.1.2 Barcelos – Campo da República. 4.1.3 Golegã – Largo Marquês de Pombal. 4.1.4 Pedras Rubras – Largo do Exército Libertador. 4.1.5 Miramar – Alameda do Sr. da Pedra. 4.1.6 Ponte de Lima – Zona ribeirinha (Areal, Avenida 5 de Outubro e Alameda de S. João).

Ainda que desempenhando um papel de elevada importância na estruturação urbana e social dos núcleos onde se inserem as suas posições, geometrias e conteúdos patrimoniais são bastante diferenciados. Pretende-se assim constatar a pertinência da integração, numa metodologia de intervenção patrimonial, da relação

portuguesa que, sendo documentada e referenciada a casos externos, permite verificar a aplicabilidade do estudo na diversidade de situações a que se destina. Uma variedade ao nível das escalas dos aglomerados; variedade ao nível das funções dominantes e do conjunto de factores (quantitativos, temporais, qualitativos e de localização) que determinam a sua caracterização e especificidade; variedade ao nível dos valores simbólicos impressos (quer pelos factos perenes e efémeros) ao espaço urbano e que se estabelecem na base da sua identidade e reconhecimento; variedade ao nível das condicionantes que podem inferir numa metodologia de intervenção mais acertada.

A escolha dos casos de estudo compreende assim espaços que se encontram entre si de acordo com o seu valor estruturante na cidade e com a polivalência e capacidade de mutação e reversão a si inerente. Contudo, a generalização a partir de elementos comuns deve ser controlada, uma vez que esta pode ser contrária à obrigatória necessidade de atender às particularidades do objecto sobre o qual se intervém.

4.1.2 Universalidade e casuística na metodologia de investigação e intervenção

A construção de uma metodologia de intervenção sobre factos patrimoniais, além de constantes universais susceptíveis de aplicação, nomeadamente ao nível de uma concepção dos pressupostos de partida para a identificação, delimitação e avaliação dos factos, embate sempre na particularidade intrínseca a cada um dos casos. A construção de uma metodologia de investigação e de intervenção procura permanentemente o estabelecimento de um equilíbrio entre a universalidade do método e as particularidades do objecto.

"A formulação de uma doutrina sobre o princípio do caso a caso não é por nada agnóstica mas sim a única garantia de um juízo construtivo que possa servir de correcção e guia contra os erros ou a instabilidade do sujeito."[1] A não possibilidade de universalização dos modos concretos de intervenção sobre a matéria de cada caso deve-se à necessária particularização da interpretação do contexto onde se intervém e da peculiaridade dos fenómenos que esse mesmo representa. A reflexão sobre a construção e consolidação de pressupostos para um método universal, tanto ao nível de investigação como de intervenção, não deve negar as particularidades de cada caso concreto. Uma intervenção sem esse necessário equilíbrio é redutora, não só para o objecto em estudo, mas também na relação com esse mesmo objecto, sobretudo quando se reflecte e trabalha sobre variações ao nível da percepção e apropriação do espaço.

Sendo o processo de intervenção sobre o património um processo assente no conhecimento dos factos é importante que este, partindo de princípios genéricos, se aprofunde nas particularidades de cada caso. Porém, esse aprofundamento não implica necessariamente a perda de estabelecimento de relações análogas e referenciais, verificando a validade dos factos e das opções tomadas. Sabendo que apesar de regras e de relações teóricas e físicas do objecto em estudo, ora com a tratadística, ora com as linhas de pensamento contemporâneas à sua execução, o seu estudo só será realmente profundo e conhecedor das suas especificidades se este encontrar um equilíbrio entre a universalidade e casuística dos factores que lhe são intrínsecos. A aplicação de uma metodologia universal, numa tentativa de sistematizar todos os casos a partir

[1] ROGERS, Ernesto Nathan. *Esperienza dell'architettura*. Skira, Milano, 1997, pp. 290.

dos mesmos princípios revela-se insuficiente para o desenvolvimento de uma intervenção em concreto, mas é abrangente como apoio e orientação no conjunto das estratégias e opções a tomar na intervenção sobre o património.

Uma metodologia de intervenção construída apenas sobre um conjunto de premissas universais é uma intervenção sobre factos entendidos por defeito. Uma abordagem construída por defeito, generalista e tipificante, deixa de lado um entendimento mais amplo do conjunto de factos visados na intervenção eliminando da sua matéria particularidades determinantes para o seu valor e validade patrimonial. Sendo as metodologias de intervenção resultado, quer da experiência e reflexão sobre o património, quer das relações complexivas com o tempo e a sociedade, será forçosamente uma disciplina que versa sobre a solução de problemas concretos.

Uma metodologia é assim um processo passível de erros, uma vez que a generalização conduz a incongruências, erros e omissões que perturbam não só o entendimento do objecto, mas também a montagem de processos e projecto de intervenção. Ainda que o entendimento de uma obra se possa construir a partir de um sistema passível de comparação à de outros objectos, as particularidades do lugar, do seu tempo e intervenientes informam de modo profundo e específico sobre o elemento concreto.

Sola Morales (1985) defende que é enganosa a concepção de que se possa estabelecer tanto uma doutrina de conhecimento como de intervenção sobre os factos arquitectónicos, uma vez que a interpretação do objecto existente está sujeito aos elementos que lhe são particulares. Contudo, uma metodologia de intervenção, não oferecendo soluções, poderá consagrar um conjunto de orientações, reflexões e dados a verificar de modo a consubstancializar a validade do processo.

O positivismo criado em redor de uma metodologia de conhecimento e investigação prende-se aos valores culturais de dada época e dos significados aferidos por esta aos objectos. Ainda que essa atitude positivista possa servir para estruturar valores e significados, é redutora na profundidade do conhecimento de dado facto ou objecto. Assim, tanto uma metodologia de investigação como de intervenção sobre peças e elementos arquitectónicos não é passível de ser construída como dado absoluto à priori, a partir de um padrão previamente estabelecido e generalizante, senão, somente a partir das exigências e particularidades inerentes ao objecto sobre o qual se debruça.

4.2 Análise e caracterização de casos

A análise dos casos de estudo e referência segue uma sequência lógica que, partindo da observação das suas características físicas e materiais, passa pelo registo das actividades e eventos que aí têm lugar para chegar à compreensão dos intercâmbios e influências dessas duas dimensões sobre a formalização e caracterização do espaço público.

Pretende-se desenvolver uma compreensão sobre os espaços de variação que aponte premissas, relações e potencialidades que sirvam à consolidação e informação de um projecto de intervenção. Uma intervenção sobre o espaço público que, ultrapassando a matéria física construtora da cidade, permita que esta se consolide como lugar, reforçando a sua identidade e referência para a cidade e respectiva comunidade.

Mais do que uma listagem e registo de espaços ou actividades pretende-se através dos casos de referência e dos casos de estudo perceber como se estabelecem premissas passíveis de orientar um método de intervenção sobre o património arquitectónico e urbano, onde se englobe simultaneamente o efémero e a manifestação da comunidade nos seus espaços. A abordagem dos vários casos deve ter em conta diversas escalas de compreensão exigidas pelo contexto em que se debruça o trabalho: relação do espaço, seus usos e eventos com a globalidade da cidade; aferição das características mais importantes na caracterização do espaço; elementos de elevado valor patrimonial e sua interferência na estruturação e identidade; imagem e reconhecimento sobre o espaço; extensão e intercâmbio entre actividade e factos construídos; especificidades e particularidades que inferem de modo determinante na sua caracterização e identidade do espaço.

4.2.1 Casos de referência

Os espaços urbanos de uso variável aparecem como uma permanência na história das cidades e dos seus lugares. Ainda que não se pretenda uma exaustiva historiografia desta modalidade de espaços, assim como dos

usos e significados de si decorrentes, o recurso a referências históricas e uma abordagem, ainda que sucinta, sobre alguns casos ajuda a estabelecer referências e aferir sobre possibilidades metodológicas na sua intervenção. A história é toda ela rica neste tipo de espaços e na construção de elementos significativos, perenes e efémeros, determinantes no estabelecimento de princípios de polivalência, variação e multiplicidade. Simultaneamente, além da história dos factos físicos urbanos, a história das actividades, dos modos de relacionamento e dos hábitos e ritos sociais ajuda a consolidar uma outra dimensão patrimonial expressa sobre o material urbano. Basta pensar nos levantamentos e estudos sobre os usos e costumes de contextos culturais específicos para verificar a sua expressão sobre a cidade e a sua interdependência para com a espacialidade e factos arquitectónicos de cada lugar.

Em relação a um padrão cultural europeu de espaço e sociedade poder-se-ia pensar nas referências clássicas das *ágora* gregas, dos *fóruns* romanos, dos espaços envolventes às grandes catedrais na idade média, nos espaços de mediação entre a cidade limitada pelas suas muralhas e os arrabaldes e território envolvente ou ainda nos mecanismos cénicos urbanos do barroco. Um multiplicidade de referências espaciais que estão na base de modelos e padrões espaciais da cultura ocidental. Portugal, pela sua posição geográfica e alterações políticas e religiosas, ao longo da história engloba ainda, à semelhança de outros países do mediterrâneo, referências espaciais oriundas do norte de África e de uma cultura urbana de referência islâmica. Uma cultura em que porém os referentes abstractos e oriundos de uma ocupação efémera e nómada do espaço se sobrepõem, muitas vezes, a referentes concretos decorrentes da forma construída.

O conjunto das referências abordadas reporta-se ao panorama europeu e mediterrânico, não por um qualquer sentimento eurocêntrico, mas por ser essa a esfera cultural e referencial onde se inscrevem os casos específicos de estudo. Existe nitidamente um modo específico de cultura urbana referente aos países latinos, modos próprios de conceber, usar, apropriar-se do espaço urbano. O território e a cidade portuguesa assentam as suas raízes num referente clássico mediterrânico, por via romana, absorvendo posteriormente outras influências derivadas de invasões ou permutas culturais desencadeadas de acordo com a sua posição estratégica cultural e comercial, assim como pela sua história onde os fenómenos de intercâmbio são relativamente acentuados. Essas características são bem evidentes no território e na cidade onde a uma base clássica se acrescentaram sucessivos pólos de influência a partir do norte de África ou de ambos os lados da Europa (norte e mediterrâneo) devido à sua posição geográfica estratégica.

Na Grécia clássica, as *ágora* possuíam uma grande variedade de actividades distinguindo-as de meros espaços de centralização da forma e vida urbana. Eram o lugar de reunião por excelência dos seus cidadãos, o que acontecia não apenas ocasionalmente mas quotidianamente, sendo o lugar de eleição do cenário social, de negócios e política. Em Atenas, a *ágora* não obedecia a um padrão espacial pré-definido, regido por uma geometria rígida e absoluta sobre os seus factos, caracterizando-se pela abertura à cidade e pela livre composição volumétrica das suas partes. Contudo, no interior do seu espaço encontra-se o percurso das *panateneias*, único facto imposto e pré-definido, que marcava o percurso de uma procissão anual que mobilizava toda a sua população. Encontra-se assim a base para a expressão de ritos e eventos sobre a forma da cidade, tal como a abordagem de princípios de variabilidade sobre os usos do espaço público comandados pela reunião física e espiritual da comunidade.

A matriz referencial da *ágora* atravessa toda a cultura ocidental, havendo contudo períodos de balanço entre a pré-determinação absoluta da geometria e forma construída sobre o espaço e sua ocupação, como em Roma ou na Europa do renascimento, e outros períodos contempladores das possibilidades de uma geometria variável, como os campos da idade média ou o espaço que se fixa com a realização dos torneios e mercados e cessa simultaneamente com o evento.

Será que a cidade contemporânea com a sua especialização, continua a conter espaços de variação e liberdade como a *ágora*? Que legados da herança colectiva possuem ainda essa dupla condição de geometria fixa e variável?

Mais do que percorrer um conjunto de referências tipológicas ou históricas, os casos de referência servem como guia para a compreensão de uma modalidade específica de espaço público, modos de intervenção ou gestão de espaços urbanos, compreendendo condições gerais de abordagem e cruzamento entre factos físicos e cultura urbana de apropriação e variação espacial. De que modo se mantêm as dinâmicas culturais inerentes a determinados espaços públicos? Que características apresentam? De que modo as metodologias de intervenção sobre as estruturas urbanas e arquitectónicas determinam a qualidade e o uso dos espaços? Quais são as metodologias inerentes à intervenção nesses espaços? De que modo pesam esses espaços no planeamento global da cidade?

Pela esfera de influência cultural, os casos mais significativos do conjunto de referências localizam-se em Itália e em Espanha. Locais privilegiados na ênfase de uma vida urbana próxima da realidade concreta abordada. O exemplos citados não se pretendem estabelecer como uma enunciação ou descrição de obras do passado mas como uma valorização crítica do mesmo que permita estabelecer princípios de intervenção na cidade que nos chegou até hoje.

Em Espanha os casos mais emblemáticos deste tipo de espaços onde os eventos efémeros e a expressão da cultura urbana são mais acentuados, são grandes espaços nas franjas dos "cascos velhos" das grandes cidades ou então lugares no seu interior que, pelas sucessivas transformações e grau de qualificação, deram origem às praças maiores. Porém, em pequenos povoados, essa variabilidade concentra-se na praça central onde se cruza uma multiplicidades de funções e referências simbólicas. Essas pequenas praças de província constituem aliás algumas das referências mais interessantes para este estudo, uma vez, que à semelhança dos casos de estudo, não foram sujeitas a um projecto global, regulando, ordenando e homogeneizando a imagem e aspectos peculiares de apropriação como nas praças maiores. O resultado da sua forma decorre de uma longa sedimentação de elementos, pontuada por alguns momentos em que o projecto causou algumas imposições que, no entanto, não lhe retiraram as valências de variação e mutabilidade. Espaços que ao longo do tempo concentraram e suportaram oscilações funcionais ou eventos esporádicos e cuja instalação de elementos efémeros transforma ciclicamente a percepção do espaço original. Tratam-se de casos cuja reversibilidade é levada ao extremo pelo carácter faustoso e feérico colocado no cuidado da festa em Espanha.

As praças maiores espanholas sofreram ao longo dos tempos profundas alterações, não só funcionais mas principalmente morfológicas, perseguindo simultaneamente, quer princípios de polivalência funcional que condicionaram a globalidade do projecto, quer princípios de exaltação da imagem do poder e da cidade. Na idade média os seus espaços eram caracterizados por uma estrutura mais orgânica, que com a introdução dos

enunciados da tratadística renascentista se foram regularizando. A praça maior de planta regular e arquitectura uniforme aparece apenas na idade moderna, elevando-a à condição de ente único concentrador de toda a dinâmica de eventos presentes na cidade. Da praça medieval aberta e centrífuga, periférica e afastando-se do centro, esta passa a lugar centrípeto, concentrando em si a centralidade e a referência sobre os factos urbanos.

Os antecedentes medievais destas praças caracterizavam-se pela abertura, polivalência e informalidade do espaço, constituindo-se como importantes pontos de interface entre o dentro e fora da cidade. Aglomeravam funções díspares como as associadas a ritos religiosos e ao mercado e, embora afastadas da real centralidade urbana, convertiam-se ciclicamente em centros dinâmicos de acordo com o desenvolvimento de actividades próprias. Este espaço era, modo corrente, resultado da aglomeração de funções em áreas amplas junto a portas da cidade ou elementos periféricos de valor singular, conventos das ordens mendicantes, igrejas de peregrinação e romaria, etc. Resultam directamente desses espaços medievais ambientes como a *Alameda de Hércules* em Sevilha, a *Plaza Mayor* de Ciudad Rodrigo e a *Plaza del Arrabal* em Madrid[2]. Este conjunto de espaços é, pela sua origem, mais próxima dos espaços centrais das cidades de província, assim como dos casos de estudo abordados.

Consequente a estes espaços, a Plaza Mayor resulta do domínio da centralidade urbana e de uma tendência inclusiva destes espaços no interior da cidade, a qual não é alheia à valorização da cidade pela cultura renascentista e pelo controlo procurado pelas novas formas de poder que se vão formulando. As novas praças da era moderna tendem a constituir-se como centro da vida urbana e da representação colectiva, servindo necessidades do poder e construindo cenários dignos para festas e cerimónias colectivas controladas e ritualizadas. São assim espaços para a variação dinâmica mas simultaneamente espaços de controlo, estando muito distantes do actual conceito de lugar cívico, de manifestação e de liberdade.

No interior das praças maiores instalam-se rituais que actuam como elementos activos sobre o seu projecto. Acontecimentos como torneios, jogos e touradas reflectem-se na formulação dos espaços, compatibilizando ainda espaço e formalização arquitectónica com a necessidade de expressão do poder, afluência de público e consolidação de cenário. O fim do antigo regime, durante o século XIX, e as alterações políticas e sociais daí derivadas reflectem-se sobre as praças maiores transformando a latência do espaço central livre em jardim com árvores, bancos e quiosques à semelhança de *squares* londrinas. Em Bilbau, ainda hoje, a praça maior permanece como um jardim que, pela unidade da sua construção e encerramento face às figuras urbanas da envolvente, aproxima mais o seu espaço do recolhimento de um claustro do que da vivacidade e interactividades inerente a uma praça urbana. Com o final da guerra civil, o inicio de um regime autoritário e o fecho da Espanha ao exterior, as praças maiores readquirem, sob a ditadura de Franco, a sua antiga importância dado que as suas capacidades cénicas servem bem as ambições da doutrina nacionalista, à semelhança do que serviram para o antigo regime.

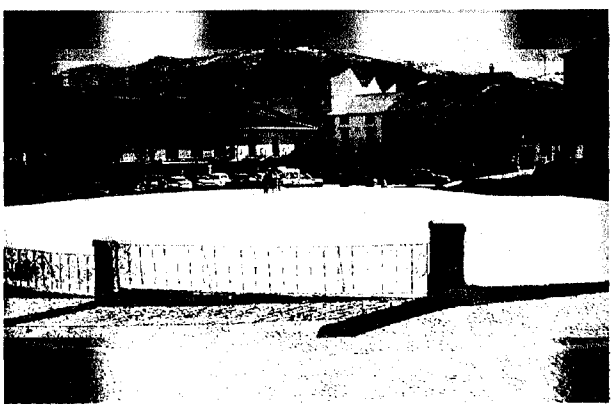
Em Espanha, os casos mais relevantes ao nível da configuração espacial baseada na sedimentação progressiva de elementos encontram-se essencialmente em pequenos povoados, uma vez que nas grandes cidades as praças sofreram transformações mais acentuadas e projectos assentes numa concepção global do

[2] Ver BONET CORREA, Antonio. Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español. AKAL – Arte y estética, 1990.

espaço e das suas arquitecturas. Poder-se-á tomar como referência o caso das Praças Maiores de Riaza (Segóvia) e Chinchón (Madrid).

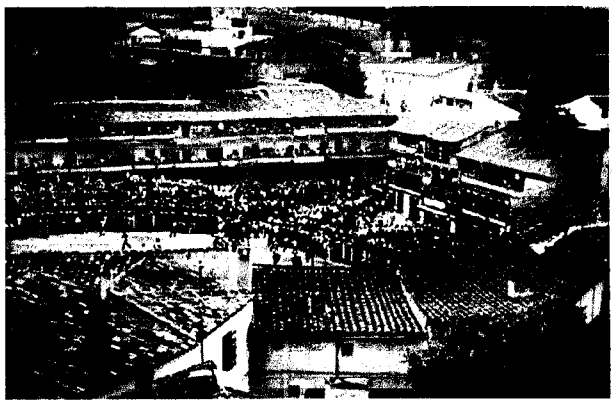
A Praça Maior de Riaza fica situada numa encruzilha entre 5 ruas, caracterizando-se por um polígono irregular cujo centro é definido por uma arena oval. Esta é rodeada por edifícios de dois pisos cujo rés-do-chão é caracterizado por um porticado que estabelece unidade e continuidade à envolvente construída. Sob os porticados funcionam comércios tradicionais cuja dinâmica é incrementada por um mercado semanal realizado todas as segundas-feiras na arena central. Essa arena é periodicamente ocupada por touradas e demais celebrações, em que as varandas das construções envolventes constituem lugares privilegiados para a sua observação.

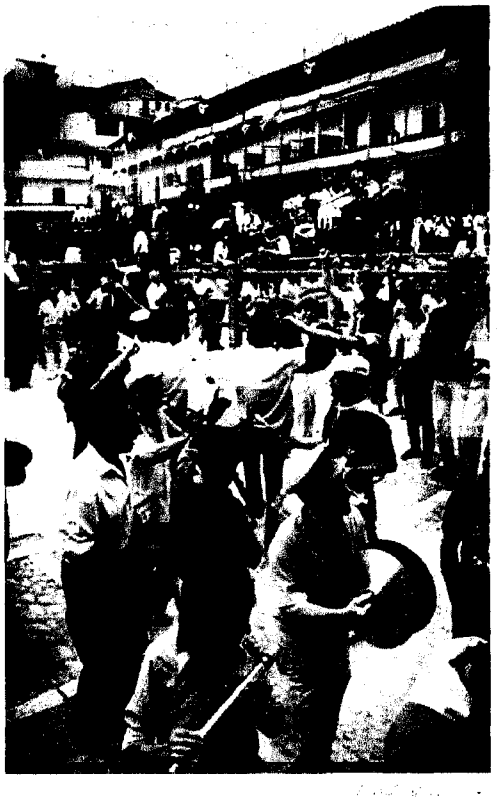
O desenho da praça é assim determinado pela realização de tais actividades cíclicas, sendo a irregularidade do seu espaço corrigida pela autonomia da oval que serve de suporte a mercado, touradas e demais actividades. A arena é em saibro, respondendo assim às exigências das dinâmicas cíclicas e é rematada por uma guia contínua que efectua a transição para o empedrado que reveste o restante espaço. Essa mesma guia transforma-se em degrau resolvendo as diferenças de nível e empenos da envolvente, possibilitando a estabilização do espaço central.



4.2 Plaza Mayor de Riaza. Ao centro a zona em saibro ovaloide que regulariza o espaço e serve de base à sua variação. A figura oval institui uma praça dentro da praça, que se autonomiza com a sua activação e introdução de elementos efémeros.

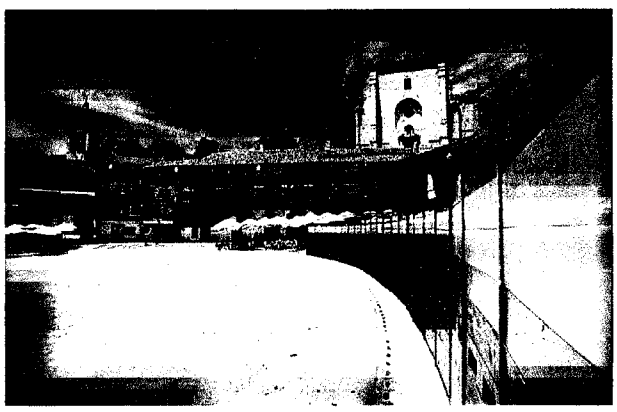
A Plaza Mayor de Chinchón constitui um dos exemplos mais característicos de praças porticadas em Castela, sendo resultado de uma evolução natural e gradual, feita de somatórios e sedimentações, e não resultado de um projecto global como as praças mais famosas. A sua estrutura consolida-se entre os séculos XIV e XV, em que o burgo acastelado se expande para zonas mais baixas e estáveis do ponto de vista topográfico. A praça caracteriza-se por um polígono irregular e por uma arena central circular. A sua envolvente é dominada pela grande mole da igreja paroquial e pelo contínuo de construções de três pisos que paulatinamente se construíram em redor do seu espaço. Todas as construções abrem sobre a praça galerias de madeira que por sua vez configuram sob si um espaço porticado. Em seu redor funciona comércio tradicional, vocacionado essencialmente para a alimentação e o espaço central é periodicamente dinamizado pela realização do mercado, touradas e cerimónias da Semana Santa. Os registos mais antigos das actividades da praça datam de 1502 e descrevem touradas e *juegos de cañas*.





4.3 Plaza Mayor de Chinchón. 4.3.1 O espaço central autonomiza-se com a montagem de mercado ou estruturas de apoio à tourada. Observando-se dois planos que determinam a sua configuração (as barreiras e bancadas e as construções com os seus balcões, logo atrás. 4.3.2 O evento desenvolve um conjunto de geometrias variáveis a partir da base construída. A variação é acentuada pelos mecanismos efémeros e efectivada pela movimentação e agrupamento das pessoas em função de interesses e do decorrer da festa.

À semelhança da praça de Riaza, o espaço central possui um pavimento em saibro cuja transição para o empedrado da envolvente se faz por uma guia contínua que serve ainda para a condução das águas pluviais e que possui incrustações para permitir a montagem das valas e barreiras para a realização de touradas. Este elemento é aliás referido nas descrições de Madoz (1847) sobre o espaço, ressaltando a qualidade técnica e infraestrutural presente na resolução do desenho urbano a par da contemplação que este faz dos fenómenos cíclicos que aí têm lugar.

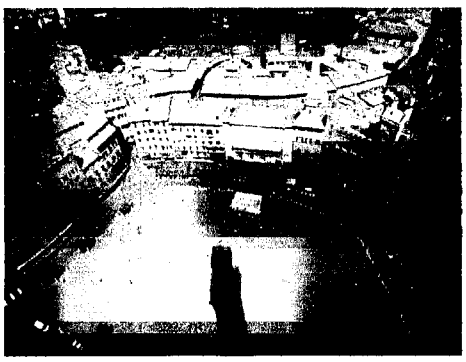


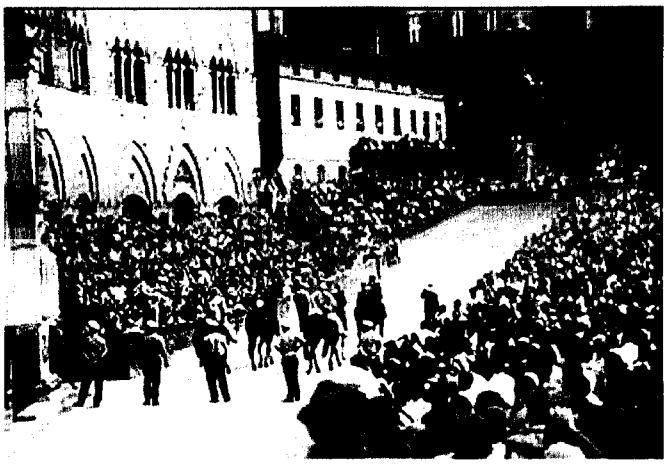
4.4 Plaza Mayor de Chinchón deste o centro com as estruturas da tourada e as tendas de mercado ao fundo.

Em Itália, o grau de desenvolvimento da cultura urbana, assim como a longa sedimentação em sucessivas intervenções de qualificação sobre o espaço urbano, demonstram uma grande diversidade de casos de espaços de variação. Em alguns a importância referencial, quer do espaço, quer do evento, ultrapassou claramente o

âmbito local, o que, fomentado por uma indústria turística baseada no património arquitectónico e cultural, difundiu amplamente algumas imagens de lugares e respectivas actividades.

Um dos casos mais mediáticos é porventura a Piazza del Campo, em Siena. Esta condensa em si a imagem da cidade, tal como as actividades cíclicas concentram em seu redor toda a comunidade. A praça consolida a sua forma e imagem entre os séculos XIII e XIV, sendo com a construção do Palácio Comunal e da Torre da Manga (1338-1349) que se fixa definitivamente a sua imagem e se estabelecem as regras que fecham a sua construção e caracterizam as arquitecturas da envolvente. A praça constrói-se numa zona baixa da cidade onde se articulam as três colinas sobre as quais se ergue a cidade. A mesma praça articula-se ainda com um amplo espaço nas traseiras do palácio comunal que se abre sobre o vale, realizando-se aí o mercado semanal.

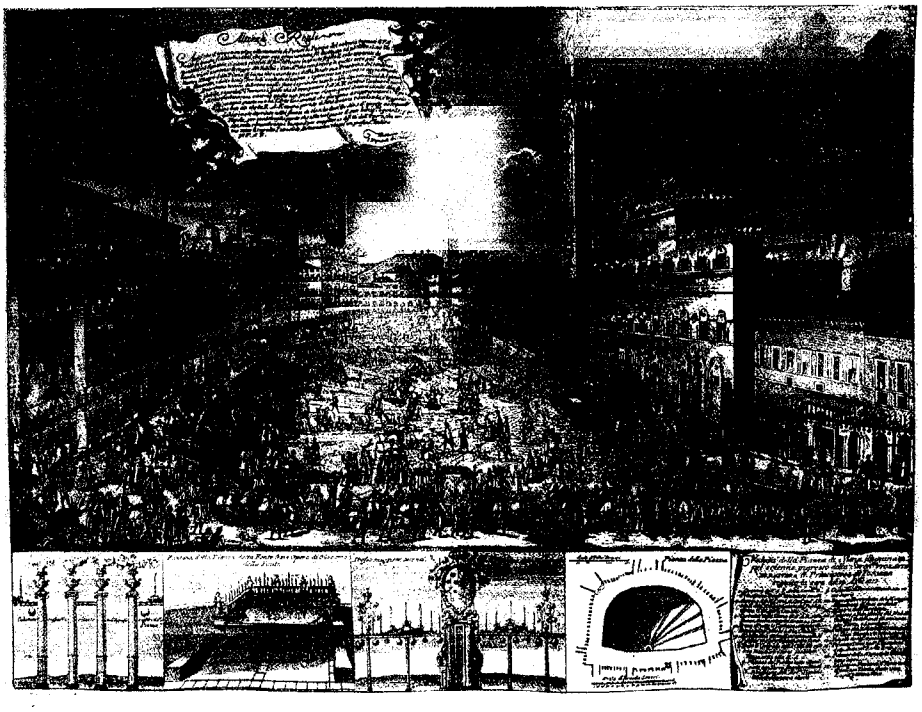




4.5 Piazza del Campo, Siena. 4.5.1 Vista da praça a partir da Torre da Manga 4.5.2 Vista da praça durante a realização das corridas.

A praça possui uma forma de concha, derivada da topografia e acentuada pelo desenho, que reforça os raios e acentua a concentração das perspectivas e dinâmicas sob a entrada do Palácio Comunal e a Torre da Manga. A envolvente, embora não obedecendo a um projecto global, uniformiza-se de acordo com a regularidade das cotas de cornija, pela métrica regrada dos vãos e pela uniformidade dos materiais empregues, o tijolo para os panos de parede e o calcário para cantarias e elementos decorativos de fachada. O percurso envolvente ao espaço central estabelece uma constante no encontro com as construções do lado norte da praça e permite estabelecer, segundo cotas estáveis, um plano de nível que apoia as construções e o desenvolvimento de actividades comerciais. Com o desenvolvimento da indústria turística, as actividades comerciais têm-se convertido em serviços de restauração que aproveitam o arruamento para estabelecer esplanadas e aproveitar a cenografia da praça. O espaço central concentra em si a resolução da compatibilização de cotas no interior da praça, dividindo-se em segmentos, segundo os raios da concha. Estes são salientados por fiadas de pedra calcária, preenchidos com tijolo, uniformizando a excepcionalidade do seu desenho com o material de construção da envolvente. A transição com o percurso envolvente estabelece-se por uma fiada contínua de calcário ao longo da qual se implantam colunas do mesmo material. Estas colunas estabelecem, não só uma separação entre zona de estar e zona de circulação, como também servem de apoio às estruturas efémeras de suporte à realização das corridas do *Palio*. O desenho geral resulta assim de um percurso envolvente de suporte à actividade quotidiana e ao evento, e de um espaço central de estar e de observação, que no desenho dos

segmentos da concha enfatiza a importância referencial do edifício da comuna através da resolução do problema da drenagem do espaço.

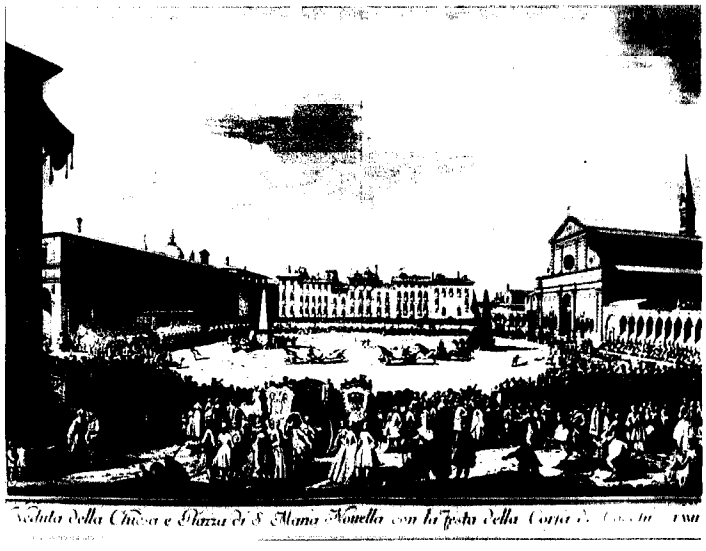


4.6 Representação da entrada da princesa toscana, Violante de Baviera, na Piazza del Campo de Siena na noite de 12 de Abril de 1717. A gravura representa não só o cortejo e a alegria colectiva provocada pela ocasião como o conjunto de elementos efémeros, nomeadamente ao nível da iluminação que retirando partido de elementos existentes valorizam o espaço e o evento.

A Piazza Santa Maria Novella, em Florença, surge como campo às portas da cidade medieval estabelecendo-se aí o mercado e o convento dominicano de Santa Maria Novella. A praça consolida definitivamente a sua estrutura e imagem no século XV com a construção da fachada, projecto de Léon Battista Alberti, e a Loggia no extremo oposto, projecto de Filippo Brunelleschi. Além de mercado, procissões e sermões ao ar livre, promovidos pela comunidade dominicana, realizava-se aí o *Palio dei Cocchi,* uma corrida de coches anual criada por Cosme I em 1563 de acordo com o modelo das corridas da Roma antiga. Realizadas até ao século XIX, esta festa era associada ao santo patrono de Florença, S. João, e incluía procissões e corridas de cavalos berberes à semelhança dos palios de Siena e Arezzo que ainda hoje se realizam. Da mesma época datam os obeliscos, de Giambologna, que marcam os pontos de viragem dos cavalos e carros durante o *Palio.* Tendo surgido como elemento efémero, associado à realização do *Palio*, a sua consolidação consagra o uso e referência da praça acentuando no seu desenho o eixo em redor do qual se desenvolviam os eventos.

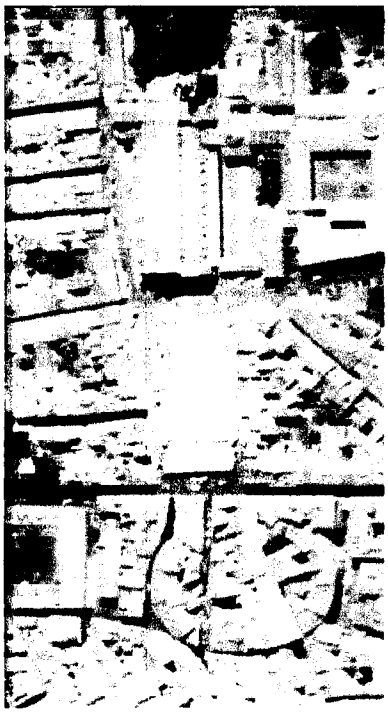
De forma irregular a praça encontra na oposição entre as duas fachadas e no eixo dos obeliscos linhas de força para gerir as suas actividades e referências. No entanto, uma intervenção no início do século XX descaracterizou a plataforma, espartilhando-a com canteiros e diferenças de cota que anularam as anteriores dinâmicas e capacidades de reunião subjacentes ao espaço. O espaço encontra-se como que em estado latente, sendo a sua apropriação perturbada pelo excesso de elementos aleatoriamente acrescentados.





4.7 Piazza Santa Maria Novella. 4.7.1 Vista aérea da praça onde se reconhece a igreja, o edifício oposto com a loggia de Brunelleschi e o eixo formada pelos dois obeliscos. 4.7.2 Figura do século XVIII representando o *Palio dei Cocchi*.

Na mesma cidade, a Piazza Santa Croce detém ainda no seu espaço um conjunto de elementos que possibilitam a realização de actividades cíclicas como o *Calcio Storico* (futebol histórico) que, à semelhança do que acontecia com o *palio* e corrida de carros em Santa Maria Novella, incidem no dia da festa do santo patrono florentino. Este jogo, que pouco tem em comum com o actual futebol, disputa-se em varias eliminatórias nos fins-de-semana que antecedem a festa, onde as equipas dos vários bairros da cidade, acompanhadas por porta-estandartes e fanfarras, entregam-se a acesas lutas na praça.





4.8 Piazza Santa Croce. 4.8.1 Vista aérea da praça onde se reconhece o espaço central em preparação para a realização do *Calcio Storico*. 4.8.2 Figura do século XVIII com a representação do evento. Pela figura o espaço central seria encerrado através das barreiras e bancadas que delimitariam o campo.

Também às portas da cidade medieval, esta praça gera-se em função do conjunto franciscano de Santa Croce (séc. XIII) que sofre profundas alterações e ampliações no século XIV. A forma da praça é um polígono irregular, próximo do rectângulo, e cujo espaço central é salientado pela diferença de cota dada pela guia. Tendo sido anteriormente de saibro e actualmente em pedra serena, o espaço central é ciclicamente coberto com areia para a realização do *Calcio Storico*, esta área repete, no entanto, a irregularidade da envolvente. Existe assim uma guia que resolve as drenagens da envolvente e salienta a ordem da construção da praça a partir da área central. Em seu redor constroem-se palácios que se abrem sobre a praça e cujo pavimento térreo é ocupado por comércio que suporta a vivência quotidiana da praça. Em função do evento, a linha de guia serve de suporte às barreiras e delimitação do campo para a prática do jogo tradicional, sendo erguidas bancadas em seu redor, o que já aparece registado em ilustrações do século XVIII.

4.2.2 Espaços de uso variável em Portugal

A avaliação dos espaços urbanos em Portugal não é de todo pacífica dada a variedade de influências e de circunstancialismos que compõem a complexidade e variedade portuguesa. Segundo Luís Carvalho (1989), o estabelecimento de parâmetros para a avaliação da cidade em Portugal deve ter em conta a diferença entre uma cultura mais urbana no sul de Portugal e uma cultura de cariz rural e dispersa a norte: *"o Portugal nortenho, cristão e rural, e o Portugal sulista, urbano e paganizante, diferença que, longe de agravar antagonismos, forjará o carácter unitário da nacionalidade portuguesa"*.[3] Esta diferença fora já abordada por Orlando Ribeiro (1961) referindo inclusivamente diferenças tecnológicas e materiais sobre a construção da cidade e das suas arquitecturas.

Os espaços com uma utilização efémera e variável surgem como tema urbano já sob a ocupação árabe. As *musaras*, que correspondem ao que se designará mais tarde por rossios, constituíam locais de exercício equestre e divertimentos públicos. Estes eram espaços amplos que, devido à organização e densidade que caracterizam a cidade de matriz espacial árabe, se localizavam junto às portas da cidade. Este tipo de espaços é ainda hoje identificável em cidades do norte de África, como por exemplo a Praça de Djerma-al-fna em Marrakech, já referida anteriormente. Em Portugal, o crescimento das cidades, com uma matriz cultural valorizadora da forma e da construção, fez com que tais espaços fossem incluídos na cidade ou se consolidassem do ponto de vista das construções envolventes.

Com a reconquista, grande parte das estruturas necessárias ao funcionamento da cidade, como locais de troca de produtos ou encontro dos cidadãos, são colocadas no exterior das cidades, sedimentando-se sobre as antigas *musaras* e continuando anteriores estruturas espaciais urbanas árabes. Estes espaços depressa se constituíram como importantes elementos dinâmicos, desenvolvendo actividades e acções de intercâmbio entre cidade e território, consolidando arrabaldes e fazendo crescer a cidade. Os rossios, como passam a ser

[3] CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo.* Livros Horizonte, Lisboa, 1989, pp. 17.

denominados, são espaços amplos, geralmente nas imediações de uma saída, com o objectivo nítido de facilitar o acesso de homens e mercadorias. O seu edificado é caracterizado por construções de apoio à principal actividade, a realização de feiras, assim como por estruturas mendicantes que, não encontrando lugar no interior da cidade, aproveitam estes espaços de elevada concentração e passagem de pessoas para desenvolver a pregação. Passo a passo com o crescimento dos arrabaldes, de acordo com o desenvolvimento de cada cidade, estes vão-se consolidando, agregando os diferentes elementos aí existentes e passam a fechar-se ao território e a incluir-se na malha urbana consolidada. A estes aparecem ainda associados outros espaços que sofrem o mesmo processo de consolidação e que demonstram uma progressiva especialização e consolidação do espaço urbano, como é o caso do espaço da *corredoura*. Este espaço, associado a feiras de gado ou a demonstrações equestres e torneios, caracteriza-se pela sua longitudinalidade sendo mais frequentemente uma zona incluída no Campo da feira ou Rossio do que uma figura autónoma. Segundo Ribeiro Teles (2000), estes diferem-se entre o norte e o sul pela consolidação do espaço canal através de árvores que, de acordo com as diferenças climatéricas entre as mesmas regiões, possibilitava a sombra e a formalização de um espaço. Desenvolvem-se situações tão prosaicas como o canal de árvores em posições laterais aos rossios e campos das cidades alentejanas, ou situações mais elaboradas como a *Corredoura* de Castelo Branco que se consolida com a construção de conjuntos em seu redor como o Paço Episcopal e o Convento da Graça. A mesma *corredoura* é ainda qualificada com a plantação de laranjeiras e a construção de uma ponte que, ligando o jardim do Paço à sua horta, permite estabelecer sobre o espaço da rua uma plataforma de observação sobre as actividades aí desenvolvidas.

Inicialmente, rossio designava um baldio, uma terra inculta (o que se pode explicar pela raiz latina da palavra *residuu,* que designa um elemento remanescente), evoluindo lentamente para um espaço social e posteriormente para um espaço urbano central estruturante. Pela posição face à malha e entrada nas cidades desenvolve-se em seu redor uma série de equipamentos, nomeadamente de cariz religioso, que marcam a sua imagem e progressivamente vão marcando medida e instituindo forma. Por exemplo, o amplo rossio de Estremoz, que posteriormente é convertido em praça de armas, é delimitado por três conventos cujas progressivas transformações marcaram a dimensão, proporção e forma do seu espaço, criando-lhe uma ordem monumental.

No mundo medieval, as manifestações culturais em espaço público aglutinam simultaneamente uma vertente religiosa e uma outra pagã, tal como se regista ainda hoje em manifestações quer nas cidades, quer nos núcleos rurais. Esses momentos (festas, romarias, procissões, o bodo aos pobres, etc.) instituíam-se como eventos significativos e referenciais da vida das cidades e da união entre vida civil e religiosa. Estas manifestações necessitavam, como toda a actividade humana, de uma base e referente espacial, podendo progressivamente adquirir padrões mais qualificados com o investimento em mecanismos efémeros e eventualmente na consolidação de estruturas perenes que assinalavam o evento e respectiva referência espacial no arco temporal entre a sua dinamização e activação. É também mencionado, nesta época, a realização de teatro litúrgico e mascaradas, embora as descrições destes não apontem uma estrutura espacial concreta que lhe sirva de suporte, como aponta E. Oliveira (1995).

Durante a idade média é fomentada a realização de feiras tendo como objectivo, não só o escoamento de produtos, como também o desenvolvimento dos aglomerados urbanos e das relações em rede entre os mesmos. As feiras não seriam por si só um elemento de desenvolvimento da cidade mas constituíam-se como momentos altamente potenciadores da actividade urbana. A activação da vida comercial era ainda acentuada por celebrações religiosas, como romarias, peregrinações e festejos, com um elevado grau de atracção de população e capacidade agregadora da comunidade. Além das festividades apontadas anteriormente temos ainda outras como touradas, torneios, corridas de cavalos, jogas e cortejos históricos. Estes espectáculos eram contudo raros e associavam-se, nas grandes cidades, a festejos da corte ou de figuras relevantes na hierarquia social.

Só tardiamente os grandes espaços abertos, nomeadamente as praças, se implantam com a sua actual importância na cidade. Os espaços que cumpriam o conjunto das suas funções eram habitualmente espaços marginais à estrutura urbana, como os referidos até agora, localizados junto de portas ou adjacentes às muralhas. Durante o século XV grande parte das transformações urbanas ou da consolidação de espaços que passam a desempenhar uma função central deve-se à capacidade transformadora e agregadora de novos equipamentos, como as casas do município e os grandes edifícios das misericórdias (igrejas, hospitais, etc.). A tipologia de praça, regular e desenhada, é um conceito relativamente tardio em Portugal, como sustenta Manuel Teixeira (2000), sendo que muitas dessas praças têm origem a partir dos terreiros ou rossios medievais como é o caso da Praça do Município em Niza, ou da Praça da República em Viana do castelo. "*A praça estruturada de forma regular é um tipo de espaço urbano que só lentamente se implanta na cidade portuguesa. As praças adquirem a sua estruturação formal simultaneamente com a assunção do seu papel como sedes de poder, a partir do século XVI, quando substituem nesta função os sítios topograficamente dominantes, que eram até então os lugares de poder.*"[4]

Em Braga encontra-se o exemplo das ambiciosas estruturações urbanas levadas a cabo por D. Diogo de Sousa (arcebispo da cidade no século XVI). A estruturação levada a cabo pelo Bispo compreende o núcleo consolidado e a expansão para além dos seus muros, articulando diversas praças e campos. A estratégia de construção destes lugares não se baseava na construção plena mas sim na sua pontuação por edifícios ou monumentos de arquitecturas significativas. "*O espaço urbano era estruturado pela colocação de capelas, fontes e de cruzeiros nos centros das novas praças, ou nos alinhamentos das ruas mais importantes, a evidenciar a concepção moderna do espaço urbano e a denotar os ensinamentos colhidos em Itália nas suas Viagens.*"[5] Assim, em redor do núcleo consolidado organizam-se os Campos da Vinha, das Hortas, de S. Miguel, das Carvalheiras, dos Remédios, de São Tiago e de Santana, formando um cordão de espaços significativos capazes de absorver importantes dinâmicas e de acentuar a centralidade da cidade por meio da dinamização de relações com um território de influência envolvente bastante amplo.

A formalização dos campos compatibiliza duas forças: a construção dos grandes equipamentos religiosos (como os conventos mendicantes que se estabelecem em seu redor) e o determinismo implícito em actividades cíclicas aí realizadas (nas quais se inclui o recurso à conformação temporária do espaço por elementos

[4] TEIXEIRA, Manuel C. *A praça na cidade portuguesa*. Livros horizonte, Lisboa, 2000, pp. 12
[5] *Idem*, pp. 79.

efémeros). Enquanto os grandes equipamentos se ligam à formalização da envolvente construída, estabelecendo limites, frentes, pontos de enfoque e configurando entradas e saídas, as actividades e os elementos efémeros de suporte determinam o tipo de ocupação e desenho do grande espaço central. O alinhamento e medida de tendas de venda estabelecem percursos e conferem regra a eventuais plantações de árvores. As procissões libertam percursos, à semelhança do percurso das *panateneias* na *agora* de Atenas, pontualmente assinalados por capelas, alminhas ou passos da paixão. As *corredouras* estabelecem eixos, geralmente de nível e, como já referido, podem ser acentuados por árvores. Touradas e torneios estabelecem grandes clareiras e dada a sua importância são, em muitos casos, associados a edifícios civis que aproveitam o evento para abrir o interior ao exterior através de varandas ou generosas aberturas.

Existem assim três grandes grupos que ordenam o desenho urbano dos grandes espaços: o comércio; a religião; as actividades civis que concentram ritos e jogos tradicionais e a exibição do poder. Estes três factores cruzam-se no espaço público acentuando a sua variabilidade e impondo regras sobre o desenho do espaço.

As estruturas urbanas portuguesas correspondem, de modo genérico, a estruturas não planeadas caracterizadas por uma sedimentação e consolidação progressiva de formas. Enquadram-se mais no âmbito da cidade espontânea, explorado por S. Kostof (1992), onde, segundo o mesmo, o determinismo da artificialização e da geometria sucumbe aos acasos da história e às condicionantes da natureza. Existe assim uma lógica na sua formação que não se prende com a força pré-determinada e propositiva de um projecto global. Este facto é determinante na formulação de uma metodologia de intervenção, entendendo o espaço, não como resultado de uma intervenção única, mas como resultado de uma evolução baseada em progressivas qualificações. Tal facto pode, não só viabilizar um maior grau de liberdade ao projecto de intervenção, como também permitir que a contemporaneidade se instale entre os factos que caracterizam o espaço e eventualmente tomar opções diferenciadas de acordo com o valor patrimonial especializado de cada um dos elementos da envolvente.

Tal como o fenómeno que gerou o espaço, o projecto para a sua intervenção visando a unidade global não sucumbe necessariamente ao imperativo da uniformização e proposição sobre os seus espaços.

4.2.3 Casos de estudo

A apresentação dos casos de estudo parte da abordagem dos elementos físicos mais relevantes e que determinam em grande parte a sua forma e imagem. Verifica-se o jogo de forças entre o espaço aberto e as construções envolventes aferindo sobre a sua evolução sintomática e reflectindo sobre a simultaneidade da sua importância patrimonial. Mais do que uma exaustiva análise evolutiva, apresentam-se alguns elementos e determinações que contribuem para a percepção da forma actual desses espaços. A apresentação dos casos de estudo centra-se essencialmente no seu estado actual percebendo de que modo espaço e envolvente construída se moldaram mutuamente. A particularização de alguns bens patrimoniais de elevada importância, mais do que focagem de particulares objectos, procura a compreensão do tipo de factos e relevância patrimonial que se gerem sobre estes espaços, possibilitando à posteriori perceber ciclos da sua ocupação.

Segue-se a exploração dos ciclos de ocupação e mutação sobre o espaço aferindo sobre a sua importância referencial e caracterizadora do contexto cultural. Ao mesmo tempo, introduz-se um conjunto de factos efémeros que suporta esses eventos e contribui decididamente para a mutação do espaço e alteração perceptiva das suas qualidades físicas e simbólicas.

É sobre este conjunto, englobando factos físicos e intangíveis participantes na caracterização e dinamização dos espaços de uso variável, que se pondera sobre a sua pré-disposição à variação, transformação e reversibilidade inerente a este conjunto de factos urbanos. Avaliam-se intercâmbios entre forma e uso, interferências e contaminações entre factos perenes e efémeros. Deste grupo de dados recolhidos e relações aferidas, estabelece-se um conjunto de princípios que possibilitam a elaboração de quadros síntese verificando de modo mais profundo elementos comuns e variáveis ao conjunto dos espaços passíveis de se incluir numa metodologia de intervenção sobre estes espaços.

4.2.3.1 Caracterização e dimensão patrimonial dos espaços

Évora – Rossio de S. Brás

O espaço actualmente denominado por Rossio de S. Brás corresponde ao antigo *Rossio da Corredoura*, também conhecido por *Curral do Concelho*. Pelas suas anteriores denominações é possível esclarecer um pouco das suas funções e modos de ocupação. Localizando-se no exterior da cidade amuralhada era espaço propício, dada a sua amplitude e estabilidade, ao desenvolvimento de actividades como feira, festas e corridas de cavalos. O termo corredoura, além das corridas ou provas equestres, associa-se igualmente ao suporte de mercados de gado, como refere Ribeiro Teles (2000), sendo a corredoura lugar de demonstração e experimentação do gado apresentado para venda.

Desde o século XIII com a ampliação da cerca da cidade, que é referida a realização de feira. Esta, realizando-se até então na Praça Grande (Giraldo) junto à porta de Alcorochel, é transferida para o actual rossio junto à nova porta da cidade usufruindo de um amplo espaço exterior à muralha. Os relatos da sua ocupação intensificam-se a partir de finais do século XV, chegando narrações da ocupação deste espaço por ocasião dos festejos associados ao casamento do futuro Rei D. Manuel. Na época, a cerca nova, a actual muralha corresponde à cerca moderna de 1660, era mais recuada e o torreão do palácio real debruçava-se sobre este espaço que se constituía assim como lugar para um natural prolongamento das actividades representativas e festivas associadas à vida palaciana. É também nessa mesma época que se consolidam as primeiras estruturas monumentais que vão estabelecendo regras, formalizando e criando referências sobre o rossio. A igreja de S. Brás (1482) é construída no local da antiga gafaria de S. Bartolomeu e, pela sua implantação, estabelece um limite sul para o rossio, zona a partir da qual o terreno começa a descer, marcando igualmente posição junto ao antigo caminho que circundava exteriormente a cidade. O grande rossio estabelece-se assim como plataforma estável potenciadora do desenvolvimento de actividades de intermediação entre a cidade e o território, como a feira, e de actividades que atraíam parte significativa da sua população, como torneios ou manifestações do poder instituído. Nos inícios do século XVII é acrescentado o chafariz qualificando o espaço e servindo de ponto de apoio na ocupação e desenvolvimento de eventos. Neste tipo de espaços a presença da água é um

importante elemento na organização da sua ocupação, não só por questões elementares de abastecimento, mas também se valorizar como facto centralizador e gerador da sua organização efémera.

Após este período inicial, a grande transformação do espaço dá-se com a modernização da muralha moderna (1660) inserida no contexto das guerras da restauração. Erguem-se assim os baluartes do Príncipe, do Conde Lippe e o do Castelo seguindo, um esquema do tipo *Vauban*. Esta nova infra-estrutura militar marca definitivamente a imagem da frente norte do rossio, assim como, pelos espaços derivados do desenho tipo *Vauban*, condicionará a ocupação instituindo zonas distintas nos vazios entre os baluartes. Este novo conjunto desenvolve assim um extenso parapeito por baixo da cerca dos jardins reais (actual parque municipal) que se estendem até ao limite da nova muralha e funcionam como terraço sobre o rossio.

É contudo, ao longo do século XX, que se efectuam as transformações que lhe conferem a actual configuração. Na viragem do século é construída a praça de touros, marcando o rossio com a sua mole, e em 1920 é apresentado um ante-projecto onde se definem zonas de habitação, indústria e espaço de feira. Desse projecto são executados apenas alguns dos seus elementos como o novo Bairro do Cenáculo (que ocupa uma parcela a oriente do rossio), o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, o alargamento da Avenida Dr. Barahona, via aberta anteriormente para ligação da Praça do Giraldo à estação de caminhos-de-ferro, e a abertura da Avenida dos Combatentes ligando directamente a Porta do Rossio à mesma estação. A envolvente da igreja de S. Brás é alterada com estas obras, sendo o seu afastamento em relação ao rossio e ampliação do seu adro determinado pela implantação da fábrica do gás (actual quarteirão do hotel). O afastamento deste marco em relação ao rossio é ainda acentuado pela construção de uma plataforma com escadaria e gradeado em redor. A igreja e o respectivo adro deixam assim de participar como extensão do grande rossio para se assumirem como elementos autónomos, distantes e destacados.

Os planos de 1937/39 e posteriormente o de 1945, de Étienne de Gröer, propõem a integração do rossio numa ampla expansão da cidade, incluindo-o como área de intermediação entre o centro e a nova malha urbana. Consolidam-se definitivamente os quatro quarteirões que delimitam o rossio a poente e o separam da praça de touros, assim como o alinhamento da Avenida Dinis Machado que separa definitivamente o espaço central do rossio do adro da igreja de S. Brás. Em 1946 é construído o parque infantil na antiga Horta dos Soldados, localizado entre os baluartes do Príncipe e do Conde Lippe. Este novo parque pela sua posição e pela densidade de arborização distancia-se assim da configuração e abertura do vasto espaço central.

O rossio apresenta-se como um polígono irregular, sendo esta irregularidade derivada essencialmente do desenho das muralhas modernas. O espaço encontra-se definido e delimitado, quer do ponto de vista do traçado, quer do ponto de vista da construção, contudo a frente sul é ainda susceptível à transformação e substituição das suas peças. A grande plataforma central é caracterizada pelo seu pavimento de saibro, sendo este cortado no sentido Norte/Sul pela alameda que, suportando o Monumento aos Mortos na Grande Guerra, liga o rasgo no baluarte do Conde Lippe com a Avenida Dr. Barahona, lateral à igreja de S. Brás e que liga o centro à estação. Entre espaço central e a estrutura viária envolvente implantam-se árvores autonomizando assim o chão de feira dos percursos envolventes ao mesmo tempo se cria um filtro entre o vazio latente, usado pontualmente, e os percursos e construções da envolvente de uso quotidiano. A separação dos pavimentos recorre-se apenas de uma guia que separa o terreiro de saibro das vias em cubo de granito.





4.10 Rossio de S. Brás. 4.10.1 Vista a partir da Muralha. Identifica-se o monumento ao centro e ao fundo a Igreja da S. Brás. 4.10.2 Vista do espaço central.

Face à extensão e vazio do espaço do rossio, o monumento aos Mortos na Grande Guerra funciona como facto referenciador e agregador do espaço. Esta sua capacidade deriva quer da sua dimensão, quer da sua implantação central e axial, num dos eixos mais importantes da estruturação de todo o espaço. Por outro lado, o chafariz, apesar da sua relevância patrimonial, surge como facto secundário na organização e referenciação sobre o espaço, a sua capacidade agregadora é latente emergindo com a realização dos eventos. As relações do grande espaço central com os espaços abrangentes em seu redor encontram-se mais dependentes da activação dos seus eventos do que de uma clara relação sequencial de espaços.

Em redor do rossio dois elementos classificados, a Igreja de S. Brás e o Palácio de D. Manuel (já no interior da muralha), condicionam o espaço do ponto de vista da intervenção, dispondo de Zonas Especiais de Protecção (ZEP). Estas não consagram no entanto a globalidade do espaço, parecendo aleatórios ou burocráticos os alinhamentos que se instituem sobre o espaço não o entendendo como um todo. O chafariz renascentista, aguardando ainda a classificação, introduz uma terceira zona sem que porém esta que se refira a elementos construídos da envolvente.

Barcelos – Campo da República

A actual configuração do Campo da República em Barcelos resulta de um longo trabalho de sedimentação e consolidação que se caracteriza essencialmente por dois grandes momentos: a construção de grandes equipamentos em finais do século XVII e inícios do século XVIII e o desenho urbano aplicado no primeiro quartel do século XX.

O campo consolida-se progressivamente às portas da cidade, Porta Nova, sendo a sua evolução simultânea à evolução da própria actividade que determina a sua configuração, a feira de Barcelos. Da realização da feira de Barcelos existem já registos no século XIII sendo, no entanto, em 1412 que, por carta de D. João I, esta é elevada à condição de feira franca contribuindo decididamente para a sua evolução e estabelecimento como um dos eventos de referência em toda a região. Ao longo dos tempos o lugar de realização da feira altera-se seguindo dinâmicas e ajustes derivados do desenvolvimento urbano. O actual campo, por se localizar às portas da cidade e por se estender numa ampla plataforma, praticamente de nível, parece assentar aí naturalmente. No

entanto, relatos referem que até ao século XVII o sítio principal e preferido dos mercadores era uma calçada que com começo junto à igreja do Sr. da Cruz se alongava na direcção de Ponte de Lima, o que corresponderia à alameda a norte da igreja e rematada pelo Campo 5 de Outubro.

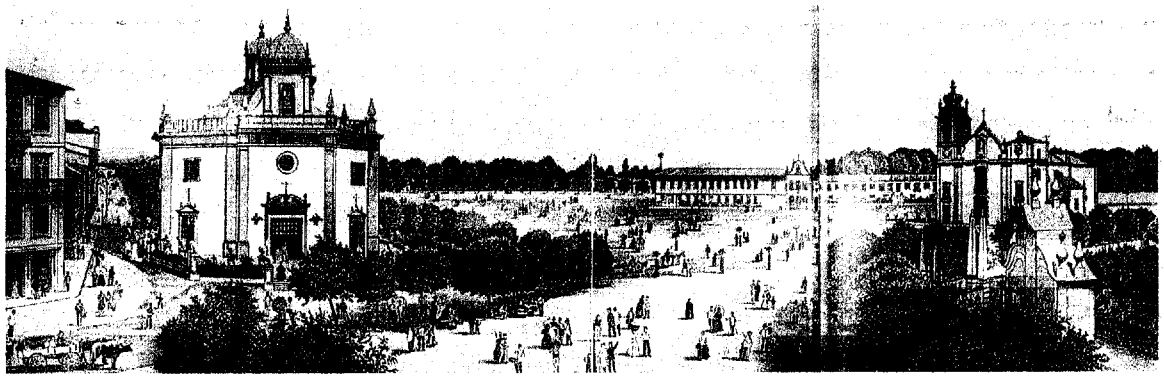
A definitiva fixação do actual espaço é resultado da extensa campanha de obras empreendida após a restauração. A construção dos grandes complexos religiosos aí presentes, foram paulatinamente estabelecendo frentes e dotando o Campo da República da sua actual imagem. No princípio de seiscentos inicia-se, a nascente, a construção de um convento de freiras, que por diversas vicissitudes se arrasta até à restauração, é então entregue aos padres bernardos de Fiães (1641) que tomaram posse do edifício ainda em construção, acabando, no entanto, por aí se instalarem os Capuchos da Franqueira, de 1648 a 1834. O volume da sua construção, juntamente com o limite da cerca do respectivo convento (actual Parque Municipal), delimita toda a frente Nascente do campo. Essa situação é aliás acentuada com as obras que este conjunto sofre posteriormente à extinção das ordens religiosas (1834). Em 1836 é para aí transferida a Misericórdia que em 1875 instala hospital e constrói a ala norte do edifício para estabelecimento de um asilo. A norte deste campo é erguido em 1707 o convento das beneditinas (igreja do terço), a pedido de D. João V. Pela sua implantação esta construção fecha definitivamente o espaço do Campo 5 de Outubro e inicia a configuração da fachada norte do Campo da República.

Enquanto se consolidam estes conjuntos conventuais, que delimitam o grande espaço do Campo, é também reestruturada a igreja do Sr. da Cruz (1704), que se estabelece como facto central na articulação entre o interior da cidade e o grande campo exterior. A igreja ergue-se sobre um pódio que compõe o seu adro e acentua o seu valor de peça de excepção e de elemento de charneira. A sul, o campo delimita-se naturalmente pela quebra do terreno que desce abruptamente até ao rio. No entanto, em finais do século XVIII é ainda construído o jardim das barrocas que consolida o largo da porta nova e o limite sul do Campo da República. Este espaço, através dos seus muros e escadarias, delimita e articula os dois espaços à cota alta ao mesmo tempo que organiza e remata os percursos de chegada a partir da cota baixa, de quem vem do rio e se dirige quer ao campo, quer à igreja do Sr. da Cruz.

No primeiro quartel do século XX o Campo da feira sofre profundas alterações reorganizando-se elementos, consolidando-se a definição de espaços e eixos, explorando capacidades organizativas que emanam dos grandes equipamentos, essencialmente de cariz religioso, que se localizam em seu redor. O projecto da autoria do arquitecto José Marques da Silva redefine o espaço do campo e organiza-o a partir de dois eixos perpendiculares, ditados pela Misericórdia a nascente e pelo convento das Beneditinas a norte. Através do seu desenho e organização interna, o Campo da República autonomiza-se definitivamente da alameda que une a Igreja do Sr. da cruz ao Campo 5 de Outubro. A nova localização do chafariz da feira, peça do século XVII, no cruzamento dos dois eixos marca a centralidade do campo que se organiza em quatro grandes talhões que determinariam igualmente a distribuição dos feirantes. A frente norte recua em relação ao construído (convento das beneditinas), autonomizando o arruamento de acesso à estação de caminhos-de-ferro e estabilizando a plataforma do campo, por intermédio de um muro de contenção que permite estabilizar as cotas do Campo e do arruamento e separar a feira da rua. A medida norte/sul do novo desenho é determinada pela frente construída do complexo da Misericórdia, assim como pelo volume do templo da ordem terceira, entretanto demolido.

O desenho do campo assenta em dois eixos que centralizando a fonte, anteriormente localizada mais a este do que a actual implantação, unem o espaço aos elementos mais significativos das frentes norte e nascente. Da nova localização decorrem alterações sobre a fonte que é colocada sobre um soco octogonal com escadarias em quatro lados, coadunando-a com a sua importância de elemento central e organizador do espaço, e colocam-se quatro tanques na sua base, possibilitando dar de beber ao gado comercializado na feira.

A sul dos quatro grandes talhões, organizados a partir do projecto de Marques da Silva, encontra-se um espaço trapezoidal, resultante do vazio deixado pela demolição do Templo da Ordem Terceira. A sua integração no restante desenho do campo fez-se, não através de um projecto de reorganização do espaço, mas pela extensão dos seus elementos construtivos. Estende-se o pavimento, anteriormente em saibro e actualmente em cubo de granito, e os alinhamentos de árvores que organizam corredores estabelecendo princípios para a implantação das tendas aquando da realização de feira.



4.11 Vista Largo da Porta Nova e Campo da República a partir da torre do cimo da vila em postal dos anos 30. É possível ver do lado direito a igreja da Ordem Terceira entretanto demolida, assim como o campo ainda não arborizado.

A complexidade do campo de Barcelos advém, não só da riqueza do construído na sua envolvente, como também da articulação de espaços abertos em seu redor. É um espaço de elevada riqueza relacional com outros espaços abertos que servem de mediação entre a grandeza de escala do Campo da República e a restante estrutura urbana.

A sudoeste, mediando a relação com o centro histórico, encontra-se o Largo da Porta Nova onde a Torre do Cimo da Vila (século XV), com a presença da sua massa compacta, marca o limite da cidade amuralhada. No enfiamento da Rua Direita a escala do largo medeia a relação entre a amplitude do Campo e o carácter exíguo e compacto do centro. No topo norte deste Largo a Igreja do Sr. da Cruz delimita o espaço e serve de charneira entre este e o grande Campo. Aqui dispõe-se ainda de um grande chafariz ao centro, proveniente do claustro do Mosteiro do Salvador de Vila de Frades, colocado aí em 1966 por ocasião de obras de qualificação do espaço.

A poente do campo encontra-se a alameda que liga a igreja do Sr. da Cruz ao Campo 5 de Outubro que, tendo sofrido obras recentes de requalificação, viu acentuado o seu valor axial e de percurso de suporte a uma frente de comércio bastante activa. A forma e dimensão do Campo 5 de Outubro resultam, não só da sua posição de fecho, do eixo iniciado junto à igreja, e de ponto final antes da saída da cidade em direcção a norte, mas também do conjunto de actividades que aí se desenvolviam. A dimensão e encerramento do espaço

resultam do uso desse campo enquanto praça de touros. Anteriormente denominado Campo dos Touros, aí se realizava a corrida oferecida à população pelo município por ocasião das festas do Corpo de Deus.

A complexidade da articulação de tais espaços relacionava-se com a dimensão e necessidade de organização da feira distribuindo comerciantes e feirantes, agrupando ofícios e estabelecendo intervalos seguindo normas de higiene.

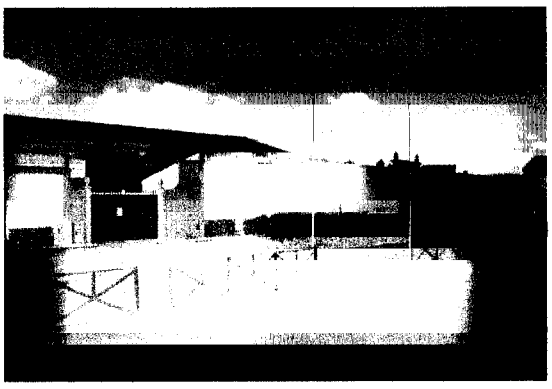
Golegã – Largo Marquês de Pombal

Como a própria denominação comum do Largo Marquês de Pombal indica, Largo do Arneiro, este é um vasto terreiro caracterizado por um pavimento de areia. Com um pavimento com estas características o largo é chão propício ao seu uso enquanto picadeiro que, neste caso, é elemento aberto e participativo no quotidiano da vila cuja principal actividade é a agricultura e a criação de cavalos.

Sobre a origem da formação do espaço, assim como dos seus elementos construídos, a informação é bastante escassa, do mesmo modo, a construção envolvente caracterizada por arquitecturas de raiz vernacular não permite uma datação precisa dos seus elementos. É visível, no entanto, que parte significativa das construções envolventes foram erguidas, ou pelo menos significativamente transformadas, nos inícios do século XX, o que se verifica pela inclusão de elementos de linguagem eclética nas fachadas.

O espaço caracteriza-se por uma planta poligonal irregular, próxima do rectângulo, sendo que os lados mais extensos e aqueles com construções mais significativas são quase paralelos. Essas duas frentes mais extensas são as que contribuem de modo mais significativo para a imagem e caracterização do espaço, quer pela sua extensão, quer por deterem as construções mais qualificadas de todo o perímetro do largo. A frente Nascente, aquela cujo atravessamento comunica de modo mais directo com dois dos eixos estruturantes da vila, caracteriza-se por uma frente contínua de habitações de um e dois pisos, sendo que, as de maiores dimensões possuem amplas passagens entre o largo e os pátios interiores das mesmas. Por outro lado, a frente poente, ainda que possuindo algumas habitações no extremo sul, caracteriza-se essencialmente por extensos panos cegos de fachada que encerram pátios nos quais se instalam estábulos, picadeiros privados e escolas de equitação. Opõe-se assim um plano de fachada caracterizado pela massa e encerramento dos seus muros, a um plano de fachada com aberturas que denotam uma ocupação essencialmente habitacional do seu construído.





4.12 Largo do Arneiro 4.12.1 Frente nascente do largo com as suas habitações do início do século XX. 4.12.2 Frente poente com os seus amplos muros que encerram pátios.

A frente norte caracteriza-se igualmente por construções de um ou dois pisos, sendo que estas não se encontram alinhadas, construindo uma frente recortada. Quer pela exposição a sul, quer pela posição tangencial à Rua João de Deus (que liga o centro da vila a quintas no seu termo), esta frente inclui alguns estabelecimentos comerciais, nomeadamente cafés, sendo no quotidiano do largo o lugar de concentração de pessoas.

Pela importância que a actividade ligada à criação de cavalos desempenha nesta comunidade, assim como as necessidades decorrentes da realização da feira do cavalo. O seu espaço central foi recebendo sucessivas estruturas que apoiam o seu funcionamento como picadeiro. Assim, o grande espaço do terreiro foi sendo dividido por elementos temporários, que progressivamente assumem a condição de permanência, como barreiras, bancadas, etc., e instituem zonas distintas para a exibição dos cavalos e prática de desportos equestres.

Um grande espaço central em areia funciona ciclicamente como base para provas de equitação com obstáculos, em redor desta um corredor envolvente serve de lugar de desfile e exibição de cavalos. Contudo, do confronto da regularidade destes espaços com a irregularidade das frentes norte e sul, surgem pequenos espaços calcetados que servem de lugar de estar e de encontro no quotidiano.

Pedras Rubras – Largo do Exército Libertador

O Campo da Feira de Pedras Rubras (Largo do Exército Libertador) enquanto espaço central de um núcleo de carácter rural é conformado por construções agrícolas. A envolvente caracteriza-se assim por construções maioritariamente de um piso e por muros de fecho de propriedade em granito. O seu lado Nascente é aliás delimitado por muro, no qual se encosta o lavadouro público em betão, o que também acontecia até recentemente com toda a frente sul entretanto transformada pela construção de três blocos de habitação perpendiculares ao alinhamento da rua. Contudo, pela construção de um corpo longitudinal contínuo que liga os diferentes blocos e que permite a instalação de comércio, esta frente permanece fixa não desfazendo o limite e o carácter inclusivo do espaço.

No topo sul do Campo passa o principal eixo de estruturação e distribuição viária da zona, sendo a partir desse mesmo arruamento (Rua da Botica) que se estabelecem os pontos de acesso aos equipamentos religiosos. A capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens (séc. XVIII) e o oratório (séc. XIX) implantam-se assim à face da estrada e é a partir do espaço gerado entre estes dois elementos que se estabelece o eixo de aproximação à igreja do Cristo Rei (séc. XIX) no outro extremo do largo. Contudo, uma recente intervenção sobre os pavimentos desta frente cortou a relação entre a estrada e o interior do largo.

O espaço rectangular caracteriza-se pela homogeneidade, repetição e estabilidade métrica dos seus elementos. O interior do largo surge assim como um grande espaço hipostilo derivado da regra e alinhamento na implantação das árvores, a partir das quais se organizam as actividades que têm lugar no seu interior. Os pavimentos possuem uma distinção entre zonas de percurso e zonas para a instalação das tendas de feira. Assim os percursos no interior do largo são em cubo de granito, continuando o pavimento das circulações periféricas, e as zonas para a instalação de tendas são em saibro, diferenciando-se dos percursos por uma pequena diferença de cota. A medida dos talhões em saibro denuncia a organização da feira, em função do tipo

de produtos comercializados em cada zona, assim como a valorização de elementos construídos como a alameda frente à igreja do Cristo Rei.




4. 13 Largo do Exercito Libertador em Pedras Rubras. 4.13.1 Vista de alameda do largo sem feira. 4.13.2 Vista da mesma alameda com feira.

Miramar – Alameda do Sr. da Pedra

A Ermida hexagonal do Sr. da Pedra foi erguida em 1794, sendo contemporânea a realização das casas dos peregrinos (entretanto bastante descaracterizadas) e do oratório. Não existindo um núcleo significativo, estas construções encontravam-se isoladas o que, ligado à particularidade da sua implantação, acentuava o carácter espiritual e transcendente do lugar. A implementação de planos de urbanização ao longo da orla costeira, já no século XX, incluiu este conjunto como elemento central de uma estrutura ortogonal que se estruturava a partir da linha-férrea até ao mar e incluía como eixo central a estrada que liga a faixa litoral de Gaia com Espinho.

Este conjunto de elementos passa assim a fazer parte de uma alameda urbana, caracterizada por habitações burguesas de veraneio, e vê ampliado o seu espaço que parte agora da Avenida Gago Coutinho, e não do ponto fixado pelo oratório. Contudo, a ermida permanece separada da alameda pela praia, continuando assim a relação de distância face ao espaço de chegada gerado pelo oratório e casas de peregrinos. O espaço regulariza-se permanecendo porém o afunilamento no seu remate a poente que enquadra não só a ermida sobre os rochedos, como protege a alameda dos ventos de norte.




4.14 Miramar. 4.14.1 Casas de apoio aos peregrinos, entretanto bastante descaracterizadas e convertidas em equipamentos de praia. 4.14.2 Ermida do Sr. da Pedra.

No entanto, uma recente intervenção retirou a este espaço o seu valor de terreiro vazio sobre o qual se implantavam elementos singulares que organizavam a apropriação espontânea do espaço. A intervenção desmembrou a totalidade do espaço em distintas parcelas ou plataformas, obedecendo cada uma destas a um esquema e caracterização específica, incluindo elementos de apoio que se sobrepõem à escala das construções pré-existentes e rompem a relação paisagística na qual assentava a sua estruturação. Pela autonomização de cada uma das figuras implementadas sobre a alameda, o espaço deixou de se dispor como percurso de aproximação à ermida e à paisagem para deter em cada uma das figuras um valor inclusivo. Simultaneamente o excesso de desenho e a sua ambição propositiva elimina não só a possibilidade de uma apropriação espontânea como a variação da sua ocupação que assentava no apoio a rituais de celebração religiosa, de devoção do divino e da paisagem.

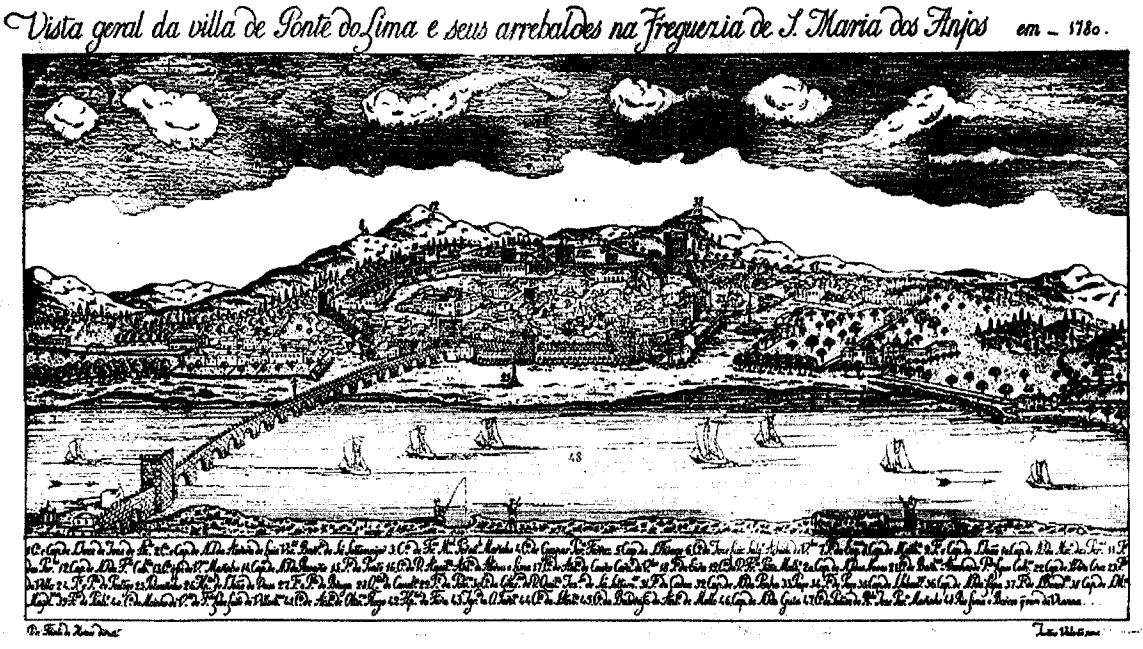
Ponte de Lima – Areal, Avenida 5 de Outubro e Alameda S. João

Ponte de Lima tem como suporte uma estrutura económica baseada na sua dinâmica comercial e mercantil que se verifica na realização de grandes feiras de referência regional e que a instituem como pólo central de uma extensa região agrícola. A feira que ainda hoje se realiza quinzenalmente remonta ao século XII, quando em 1125, ainda antes da fundação da nacionalidade, D. Teresa confere foral à vila e institucionaliza a feira. A sua realização, nomeadamente o seu extenso raio de influência, resulta da benéfica situação territorial de Ponte de Lima. Posicionando-se sobre o rio e no cruzamento de importantes vias estruturantes nas relações da região minhota que, favorecidas pela ponte, aí se encontram instituindo este lugar como ponto central de intercâmbio regional.

Na definição global da cidade tem especial importância quer o rio, quer a ponte, sendo a partir destes elementos que se estruturam os espaços e as dinâmicas associadas ao comércio. A ponte medieval (séc. XIV), reconstruída sobre uma anterior travessia romana, é porventura o elemento estrutural, patrimonial e icónico mais significativo. Contemporânea à reconstrução da ponte é a construção das muralhas, demolidas em 1788 por perda de função e estado avançado de ruína, mas das quais sobram ainda alguns elementos na frente fluvial do aglomerado.

A imagem da frente fluvial de ponte de lima é resultado de uma extensa sedimentação de factos, sendo que a caracterização dos seus espaços é essencialmente resultado das transformações ocorridas após o desmantelamento dos antigos panos de muralhas, convertidas em material para novas construções. Da anterior imagem da cidade fechada sobre o rio restam apenas a torre de S. Paulo, a qual correspondia ao postigo que ligava a praia à rua dos mercadores, principal eixo comercial, e a torre da cadeia.

Com o derrube da muralha, a cidade abre-se ao rio e simultaneamente estende-se, quer a norte, com a construção da alameda de S. João rematada com uma capela dedicada ao mesmo santo, quer a sul, com a Avenida 5 de Outubro (Alameda dos Plátanos) inaugurada em 1901 e que remata na igreja da Lapa. Esses espaços estendem e qualificam simultaneamente os espaços públicos ribeirinhos de Ponte de Lima, assim como os espaços de suporte à realização da feira quinzenal, que assenta essencialmente no espaço disponibilizado pelo areal.



4.15 Vista de Ponte de Lima de 1780. Nesta imagem da cidade, ainda amuralhada, é possível visualizar o pelourinho do areal que se instituía como marco na organização espacial da feira, e um porticado de apoio à realização da mesma que se adossa aos panos de muralha sobre a praia. Ainda à direita é visível o espaço do mercado, com fonte, e onde no século XX se implanta o mercado municipal.

A marginal do Lima caracteriza-se assim em três sectores com elementos e disposições distintas. O central corresponde à frente da cidade antiga, que se relaciona com o rio e a praia através de um generoso passeio a partir do qual se lançam rampas que permitem aceder à cota do areal. O areal, espaço central do desenvolvimento da feira, constitui-se como extensão natural do espaço da cidade, caracterizando-se pela sua singularidade material (pavimento em areia e calhau rolado) assim como pela sua variabilidade geométrica derivada do nível das águas. A norte e a sul, a frente fluvial caracteriza-se por duas extensas alamedas arborizadas que fecham em edifícios singulares de cariz religioso. Contudo, enquanto na alameda de S. João a capela se coloca como elemento focal do percurso, na alameda dos plátanos a igreja da Lapa surge como elemento de bloqueio, já que a sua posição não é axial face ao eixo da alameda. Em ambas as alamedas o espaço não é delimitado por construções, mas sim por muros de quintas (no caso da Alameda de S. João) e por parques (no caso da Alameda dos plátanos). Constituem-se assim como lugares singulares entre o conjunto de espaços da cidade, figuras de fecho e imagem da frente ribeirinha construída.



4.16 Ponte de Lima. 4.16.1 Areal de Ponte de Lima. 4.16.2 Vista do areal a partir da Alameda dos Plátanos. 4.16.3 Vista do interior da Alameda dos plátanos.



Évora - Rossio de S. Brás

Área 98.200 m2

① Rossio de S. Brás
② Jardim Público
③ Parque infantil
④ Largo da Praça de Touros
⑤ Adro da Ermida de S. Brás
⑥ Largo Conde Vila Flor
⑦ Praça do Giraldo
⑧ Rua 5 de Outubro
⑨ Rua da República
⑩ Avenida Barahona
⑪ Avenida Dinis Miranda/Circular
⑫ Avenida dos Combatentes
⑬ Porta do Rossio
⑭ Igreja de S. Brás
⑮ Praça de Touros
⑯ Monumento aos Mortos na Grande Guerra
⑰ Chafariz do Rossio de S. Brás
⑱ Baluarte do Príncipe
⑲ Baluarte do Conde Lippe
⑳ Baluarte do Castelo
㉑ Quiosque

Espaço de uso variável
Espaço adjacente
Espaço de referência
Eixos estruturantes, globais
Eixos estruturantes, locais
Zona especial de Protecção
Monumento
Equipamento subsidiário do espaço de uso variável

Escala 1/10000

5.a Esquema de análise do Rossio de S. Brás em Évora sobre fotografia aérea.



Barcelos - Campo da República

Área 57.505 m2

1. Campo da República
2. Largo da Porta Nova
3. Jardim das Barrocas
4. Alameda das Barrocas
5. Av. da Liberdade
6. Campo 5 de Outubro
7. Parque Municipal
8. Av. Dr. Sidónio Pais
9. Largo Dr. Martins Lima
10. Largo do Município
11. Ponte sobre o Cávado
12. Rua Fernando de Magalhães
13. Rua D. António Barroso
14. Av. dos Combatentes
15. Chafariz do Campo da Feira
16. Torre do Cimo da Vila
17. Chafariz da Porta Nova
18. Igreja do Bom Jesus da Cruz
19. Monumento à Revolução
20. Monumento aos Combatentes na Grande Guerra
21. Convento de São Francisco Hospital da Misericórdia
22. Convento das Beneditinas
23. Igreja de Santo António
24. Cemitério
25. Pavilhão Gimnodesportivo

Espaço de uso variável
Espaço adjacente
Espaço de referência
Eixos estruturantes, globais
Eixos estruturantes, locais
Zona especial de Protecção
Monumento
Equipamento subsidiário do espaço de uso variável

Escala 1/10000

5.b Esquema de análise do Campo da República em Barcelos sobre fotografia aérea



Golegã - Largo Marquês de Pombal

Área 16.100 m2

① Largo Marquês de Pombal
② Complexo Equuspolis
③ Campo de Futebol
Estacionamento Temporário
④ Largo Parque de Campismo
⑤ Largo da Imaculada Conceição
⑥ Rua José Relvas
⑦ Rua D. Afonso Henriques
⑧ Rua D. João IV
⑨ Rua João de Deus
⑩ Rua Infante D. Henrique
⑪ Rua de S. Martinho
⑫ Rua Heróis de Mucaba
⑬ E.R. 243 (Avenida D. João III)
⑭ Pelourinho
⑮ Igreja Matriz
⑯ Escola de equitação
⑰ A.N.T.E
⑱ Picadeiro Lusitanus

Espaço de uso variável
Espaço adjacente
Espaço de referência
Eixos estruturantes, globais
Eixos estruturantes, locais
Zona especial de Protecção
Monumento
Equipamento subsidiário do espaço de uso variável

Escala 1/10000

5.c Esquema de análise do Largo Marquês de Pombal na Golegã sobre fotografia aérea.



Pedras Rubras - Largo do Exército Libertador

Área 13.850 m2

1. Largo do Exército Libertador
2. Largo de Matos
3. Arruamento sem designação
4. Rua da Botica
5. E.N. 107
6. Igreja de Cristo Rei
7. Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens
8. Oratório
9. Estátua
10. Lavadouro
11. Escola Primária

- Espaço de uso variável
- Espaço adjacente
- Espaço de referência
- Eixos estruturantes, globais
- Eixos estruturantes, locais
- Zona especial de Protecção
- Monumento
- Equipamento subsidiário do espaço de uso variável

Escala 1/10000

5.d Esquema de análise do Largo do Exército Libertador em Pedras Rubras sobre fotografia aérea.



Miramar - Alameda do Sr. da Pedra

Área 28.090 m2

1. Alameda do Sr. da Pedra
2. Praia
3. Rua Esplanada de Miramar
4. Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral
5. Igreja do Sr. da Pedra
6. Casas de Peregrinos
7. Oratório
8. Fontanário
9. Espelhos de água
10. Fonte
11. Pórtico
12. Campo de Jogos

- Espaço de uso variável
- Espaço adjacente
- Espaço de referência
- Eixos estruturantes, globais
- Eixos estruturantes, locais
- Zona especial de Protecção
- Monumento
- Equipamento subsidiário do espaço de uso variável

Escala 1/10000

5.e Esquema de análise da Alameda do Sr. da Pedra em Miramar sobre fotografia aérea.



Ponte de Lima - Areal, Alameda dos Plátanos e Alameda S. João

Área 23.080 m2 (areal)
Área 15.130 m2 (Alameda do Plátanos)
Área 5.290 m2 (Alameda S. João)

① Areal
② Alameda dos Plátanos
③ Alameda S. João
④ Largo do Camões
⑤ Passeio 25 de Abril
⑥ Parque de estacionamento
⑦ Passeio Fluvial
⑧ E.N. 203
⑨ Avenida António Feijó
⑩ Ponte do Lima
⑪ Igreja de Santo António
⑫ Capela do Anjo da Guarda
⑬ Capela de S. João
⑭ Chafariz
⑮ Torre de S. Paulo
⑯ Pelourinho da feira
⑰ Torres da Cadeia
⑱ Igreja da Lapa
⑲ Mercado Municipal

Espaço de uso variável
Espaço adjacente
Espaço de referência
Eixos estruturantes, globais
Eixos estruturantes, locais
Zona especial de Protecção
Monumento
Equipamento subsidiário do espaço de uso variável

Escala 1/10000

5.f Esquema de análise dos espaços da marginal de Ponte de Lima sobre fotografia aérea.

4.2.3.2 Ciclos de ocupação: Pré-disposição à variabilidade e apropriação cíclica e espontânea

Os eventos cíclicos registados nos casos de estudo confrontam essencialmente manifestações de carácter religioso, comercial e cívico que exploram capacidades do espaço enquanto elemento estruturante das dinâmicas urbanas e a sua potencialidade referencial resultante da relação entre espaço público, organismos arquitectónicos de excepção e capacidade agregadora do evento. A confluência destas manifestações em espaços significativos explora factores quantitativos no desenvolvimento do comércio e intensificação de relações de troca, comunicação e encontro entre os membros da comunidade.

A pré-disposição do espaço à variação e polivalência reside na correspondência entre a sua forma e rituais, ou desejos de apropriação. Expressa-se então na potencialidade e latência intrínseca tanto aos factos físicos como aos factores intangíveis aí sedimentados. Um espaço público significativo, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista vivencial, implica uma série de relações simultâneas que não se encontram necessariamente activas ao mesmo tempo. Essa variação assenta, quer na força de componentes simbólicos e funcionais, capazes de estabelecer identidade e referência, quer na disposição de factores qualitativos, sobre os quais se permite a ampliação de usos e valores latentes de acordo com interpretações pessoais dos diferentes membros da comunidade.

Sobre os espaços da variação encontra-se uma distinção de zonas correspondentes a cada tipo de manifestação. Contudo, estas zonas são sujeitas a geometrias variáveis, podendo dilatar-se ou concentrar-se consoante o nível de activação dos eventos e de acordo com o recurso aos mecanismos de transformação efémera. Por exemplo, o evento religioso organiza os seus rituais em função de um ponto focal, centrando aí a atenção e o conjunto das perspectivas dos espaços envolventes. Este evento centra-se em construções de elevado valor estrutural e semântico, podendo ainda ampliar a sua importância pelo recurso a elementos efémeros, como arcos, decorações comemorativas nas fachadas e pavimentos ou iluminações, salientando percursos e o elemento focal referenciador dos ritos.

Por outro lado, a feira, obedecendo a princípios de uma organização pragmática, tende a ocupar o espaço de modo linear e repetitivo, como se afere na disposição de tendas e organização dos feirantes por tipos de bens para a venda. A sua relação com o espaço da cidade tende a desligar-se dos mecanismos arquitectónicos de referência implantando-se de acordo com a estabilidade do espaço, acessibilidade e proximidade de modo a dinamizar e potencializar a sua actividade.

A concentração e participam dos indivíduos seguem então as propostas patentes sobre o espaço, de acordo com desenrolar dos ritos. Em oposição, a exploração e apropriação quotidiana do espaço segue outras regras ligadas a questões de conforto, como a exposição solar, o apoio em elementos singulares e referenciais para o encontro, ou inclusivamente equipamentos como cafés, e o apoio em frentes construídas para os percursos de ligação e movimentação no interior da estrutura urbana.

Verificam-se assim duas situações decorrentes da activação do espaço pelo seu tipo de actividades. Uma quotidiana, mais presa à qualidade dos elementos perenes, e uma pontual que, partindo de elementos centrais e de referência, constrói uma nova lógica de ocupação suportada por um conjunto de mecanismos temporários. Ambos partem de acções reflectoras das qualidades inerentes ao desenho urbano, da qual se gerem fluxos, pontos de paragem e encontro, pontos de orientação. É no desenho urbano que residem os elementos

constantes que permitem que, simultaneamente à transformação temporária do espaço, se mantenham referências orientadoras sobre a estabilidade, identidade e solidez do espaço.

A abordagem de ciclos de ocupação e respectivos modos de apropriação refere-se, no essencial, ao modo como os elementos construídos perenes, o evento e os seus mecanismos temporários de suporte, marcam o tempo e a relação de cada comunidade com o seu espaço. Existindo ciclos diferenciados baseados na ocupação pontual e excepcional, com um intervalo anual ou semestral, ou semanais e quinzenais, cuja frequência imprime uma maior repetição no uso e aproximação às latências do espaço, cada um impõe modos de relação distinta com o espaço. Assim, quanto mais longo é o ciclo, maior é a excepcionalidade do evento, o que automaticamente se reflecte no nível de investimento sobre mecanismos de transformação e qualificação efémera do espaço.

Este facto é facilmente verificável na diferenciação entre os eventos semanais e anuais. Pela excepcionalidade do evento anual são instituídas comissões para a preparação do mesmo, envolvendo geralmente parte significativa da comunidade. Por outro lado, a incidência e sobreposição do evento anual com o outro semanal, implica geralmente um reforço e valorização do segundo. Por exemplo, a coincidência de comemorações religiosas com as feiras, resulta numa maior concentração e dinamismo da feira. Tal se verifica em Barcelos, Ponte de Lima e Pedras Rubras onde a coincidência do Corpo de Deus, do S. João, da festa da Virgem das Dores e de Nossa Senhora Mãe dos Homens reforça a dinâmica comercial da feira, reforça os mecanismos de qualificação do espaço por esta utilizados podendo, inclusivamente, prolongar no tempo a sua realização.

A feira anual de S. João, em **Évora** celebra-se oficialmente desde 24 de Junho de 1569, sendo criada por carta régia de D. Sebastião, localizando-se desde então no Rossio de S. Brás, às portas da cidade. Desde o século XIII que se realizavam outras feiras na cidade, no entanto, esta é aquela que permanece como evento determinante e referencial sobre a vivência urbana e facto dinamizador do amplo rossio.

Antes da realização desta feira realizaram-se outras no mesmo espaço, entretanto desaparecidas, assim como eventos relacionados com a disponibilidade e proximidade do rossio ao palácio real (por exemplo, os festejos associados ao casamento do príncipe herdeiro, o futuro rei D. Manuel I). Este espaço era assim palco não só de intensas transacções comerciais ao nível regional, mas também palco de eventos como corridas de cavalos, torneios e celebrações associadas ao culto de S. Brás, ao qual se dedica a igreja no limite sul do rossio.

A feira, pela sua dimensão e importância, encontrava-se amplamente organizada, podendo-se apreciar antigos regulamentos, como o de 1700, onde se estabelecem princípios de ocupação, de pagamento de impostos e inclusivamente a descrição do modo, medida e materiais com que se deveriam construir as bancas de venda. As tendas para esta feira poderiam ser de dois tipos: o modelo corrente seria de pano de linho com seis paus que se distanciavam entre si com a largura de uma ripa (medida apontada); ao outro modelo, destinado essencialmente a ourives ou outros ofícios com produtos de luxo, era, por razões de seguranças, acrescentado um forro na parte de trás executado com tabuado.

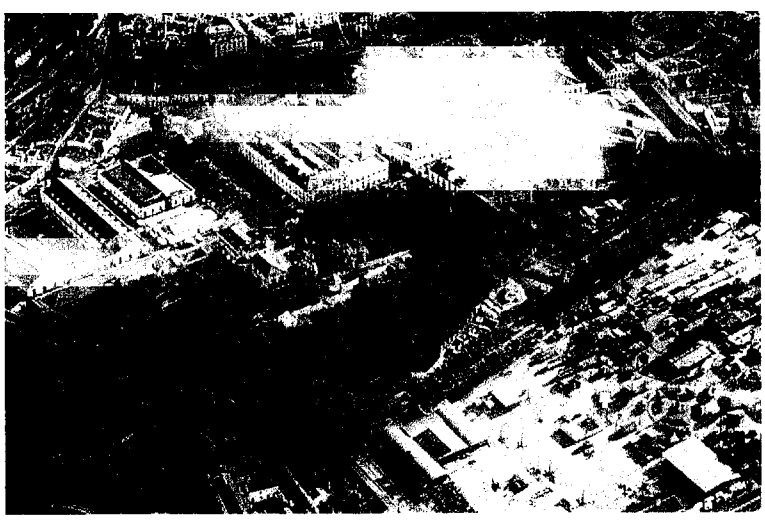
Actualmente a caracterização da feira corresponde a outros pressupostos. Pela sua complexidade poder-se-á falar da instituição de três zonas sobre a grande figura central do rossio. Institui-se uma zona de ocupação linear

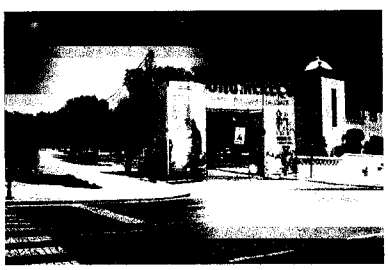
baseada em fileiras paralelas de tendas e construções provisórias, uma zona a poente, caracterizada por grandes pavilhões que repetem a dimensão dos quarteirões adjacentes e um grande espaço vazio na mediação destas duas escalas de ocupação. Esse vazio estabelece-se como espaço articulador de encontro e reunião, instalando-se ainda aí o palco que recebe os espectáculos que animam a festa. Outros espaços à margem do rossio vão sendo igualmente ocupados como a frente das muralhas, onde as tendas e barracas se apoiam sobre a muralha, e os espaços em redor da praça de touros que, potenciando o seu vazio, explora as capacidades de agregação deste grande equipamento.

Toda a frente sul do rossio é ocupada por uma construção linear na qual se abrem pórticos sobre os eixos de acesso. Esta construção resulta da necessidade de instituir limite e de separar o evento da Avenida Dinis Miranda, eixo circular da cidade de Évora, enquanto as outras frentes possuem dispositivos que as limitam e estabelecem filtro entre o espaço central e os arruamentos envolventes. Os pórticos erguidos no perímetro do rossio organizam entradas e fluxos entre esta e a cidade, acentuando simultaneamente a excepcionalidade do evento na cidade.

Ao ciclo anual da feira de S. João sobrepõe-se um outro, a feira de S. Brás, ou mais correntemente, a Feira dos pucarinhos, que tem lugar em Fevereiro. A sua denominação comum deriva da dominância do comércio de olaria à qual se juntou, no século XIX, um grande mercado de gado. No entanto, actualmente a feira é meramente residual persistindo como festa dinamizadora de divertimentos populares.

Pelo modo como se foram estruturando os traçados, as feiras deixaram de ter relação com a ermida de S. Brás, o que denota igualmente uma progressiva separação entre a comemoração civil, comércio e celebração religiosa. Essa separação é ainda mais acentuada pela estrutura efémera erguida como limite sul do rossio que separa visualmente os dois espaços autonomizando-os. O adro da ermida aparece então como antecâmara do grande rossio.



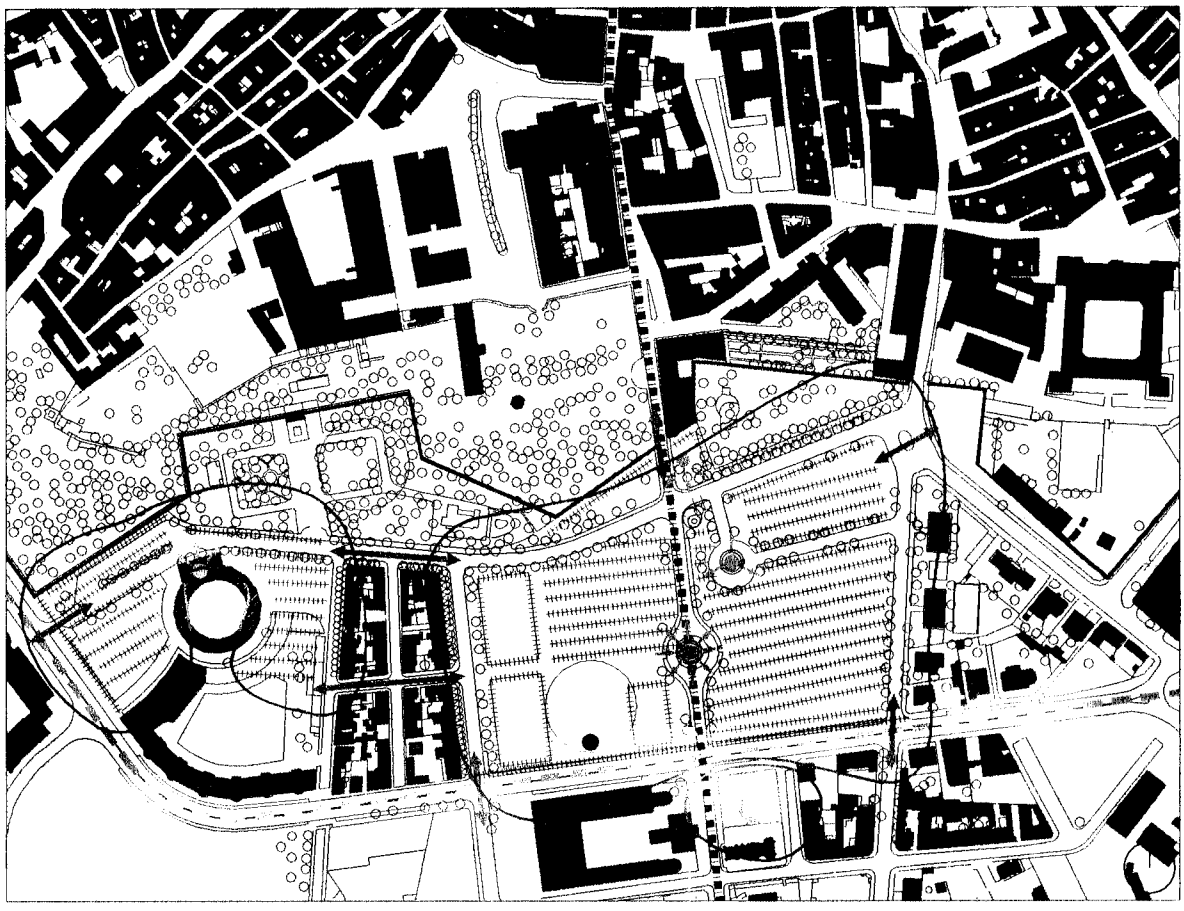


4.17 Rossio de S. Brás. 4.17.1 Vista aérea durante as festas de S. João. 4.17.2 Pórticos em cada uma das entradas executadas para o evento.

Enquanto lugar do quotidiano, a vivência do rossio estabelece-se essencialmente sobre as zonas no seu perímetro. Caracterizando-se a envolvente por alamedas e ruas arborizadas, estabelece-se um filtro que separa estes espaços de circulação do vasto vazio central. O monumento aos Mortos na Grande Guerra impõe-se como

facto referenciador e centralizador do espaço, porém os percursos de atravessamento estabelecem-se no seu perímetro apoiando-se nas frentes construídas e nos alinhamentos de árvores. O grande vazio permanece latente sendo usado pontualmente para jogos por crianças e a faixa norte, mais próxima das entradas para o centro da cidade, como zona de estacionamento.

Na sua escala e localização, o rossio funciona no dia-a-dia como lugar de mediação entre a cidade antiga, amuralhada, e as zonas novas envolventes, sendo ponto de chegada e partida do centro da cidade. Frequentemente encontram-se aqui os autocarros de turistas e excursões escolares que, aproveitam a amplitude do espaço e o facto de existirem espaços verdes adjacentes, estabelecem este lugar como natural plataforma de intermediação entre interior e exterior do espaço amuralhado e classificado patrimonialmente.



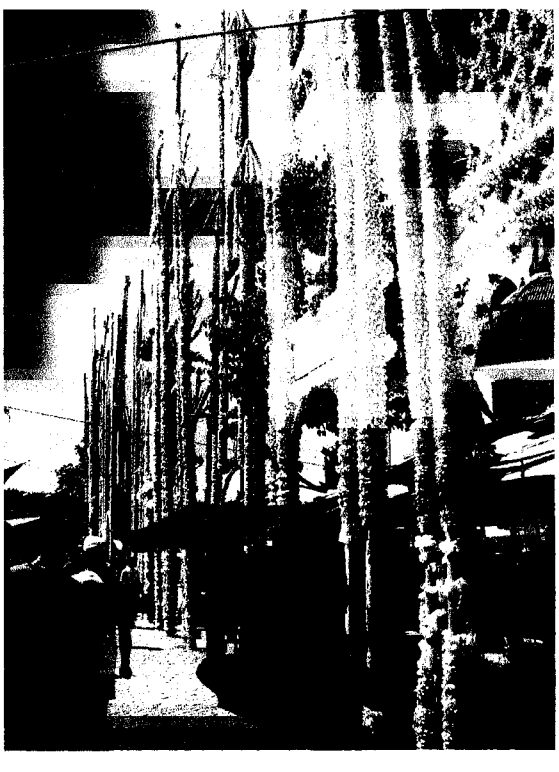
5.g Esquema interpretativo do Rossio de S. Brás em Évora. Escala 1/5000

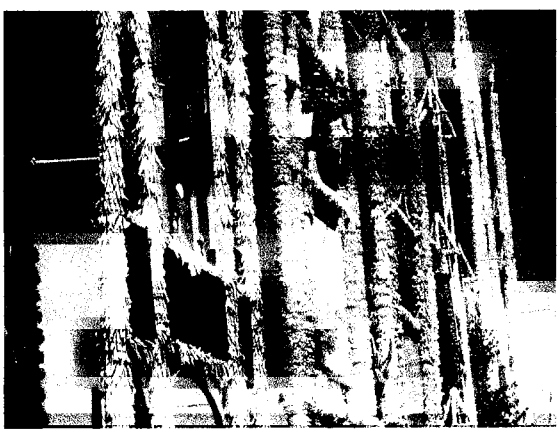
No Campo da República em **Barcelos** sobrepõe-se um ciclo de eventos semanais, a feira, a um outro anual, as festas do Corpo de Deus. Ao longo dos tempos realizaram-se outros eventos, como as festas de S. Salvador (padroeiro local) e a romaria do Sr. da Cruz, que entretanto se condensaram nos festejos do Corpo de Deus, os quais permanecem até à actualidade. A essas celebrações correspondiam igualmente feiras anuais como a feira

das cruzes por ocasião da romaria do Sr. da Cruz, contudo, a partir do século XVII as grandes feiras de Barcelos passam a evento semanal desligando-se da relação de simultaneidade e dependência para com os festejos religiosos.

As festas do Corpo de Deus, enquanto evento anual, despoletam uma série de mecanismos excepcionais que marcam a sua diferença face à feira semanal. Os espaços em redor da Igreja do Sr. da Cruz são ricamente transformados e engalanados com arcos realizados pelas diferentes freguesias do concelho. Este ritual permanece até aos dias de hoje podendo-se constatar a adaptação e revisão de técnicas, materiais e linguagens. Por exemplo, o papel foi, em certos casos, substituído por fitas plásticas (mais resistentes às intempéries) e alguns deles passaram a incluir pequenos circuitos eléctricos, em que a iluminação permite alterar e prolongar o efeito plástico destes mecanismos pela noite, acentuando o carácter feérico do evento. Contudo, outros actos associados à festa foram-se perdendo, como por exemplo a realização de corridas de touros, oferecidas pelo município (até inícios do séc. XX), e que tinham lugar no Campo 5 de Outubro, antigo Campo dos Touros, o que de certo modo ajuda a perceber a peculiar forma deste campo.

Estes mecanismos efémeros, como os arcos ou pórticos dedicados aos santos, ofícios, congregações, são importantes na marcação do momento, valorizando o lugar da festa e enfatizando o elemento centralizador da devoção, neste caso a igreja do Sr. da Cruz. Da sua implantação no espaço urbano ressaltam hierarquias, salientam-se objectos arquitectónicos e monumentais e valorizam-se os percursos de chegada ao elemento central e de passagem das procissões. No caso específico de Barcelos, pelo modo como estes pórticos se implantam no espaço urbano, estabelece-se uma divisão entre lugar da feira e lugar das celebrações religiosas, separando o carácter mundano do comércio do carácter divino e ritual das celebrações eclesiásticas, sem que tal implique uma fragmentação efectiva do espaço da cidade.





4.18 Arcos para as festas do Corpo de Deus. 4.18.1 Pela sua implantação os arcos delimitam o espaço da feira a poente separando assim o espaço do comércio do espaço das celebrações religiosas, ou de suporte ao seu elemento focal (neste caso a igreja do Sr. da Cruz). 4.18.2 Os arcos são resultado de técnicas populares repetidas e renovadas ciclicamente

De acordo com o estudo de Ferreira de Almeida (1990), a feira dentro da cidade de Barcelos organizava-se em três grandes espaços "especializados": a feira do gado a sul da cidade (desactivada), a feira grossista ou de revenda a norte, e a feira tradicional no espaço central do Campo da República. Do mesmo modo, a distribuição de feirantes e actividades relacionadas quer com a feira, quer com as grandes festas, organizava-se segundo princípios de distribuição precisos respondendo à dimensão da feira e à diversidade de produtos transaccionados.

Antes das obras de melhoramentos no início do século XX, a feira não se centrava apenas no Campo da República, estendendo-se ao conjunto de espaços adjacentes. Assim, de acordo com a informação disponível na alameda entre o Sr. da Cruz e o Campo 5 de Outubro alinhavam-se tamanqueiros e sapateiros, seguindo-se as bancas de ferragens, sombreiros e capuceiros, terminando num espaço reservado ao comércio de panos e linhos. No Campo 5 de Outubro vendia-se a louça, localizando-se ainda aí, atrás do arruamento principal organizado pelas tendas, a venda de peixe e hortaliças. Mais distante, junto da misericórdia, onde também se localizava anteriormente o chafariz da feira, realizava-se o comércio de gado, afastado por questões de higiene e exigências específicas de espaço.

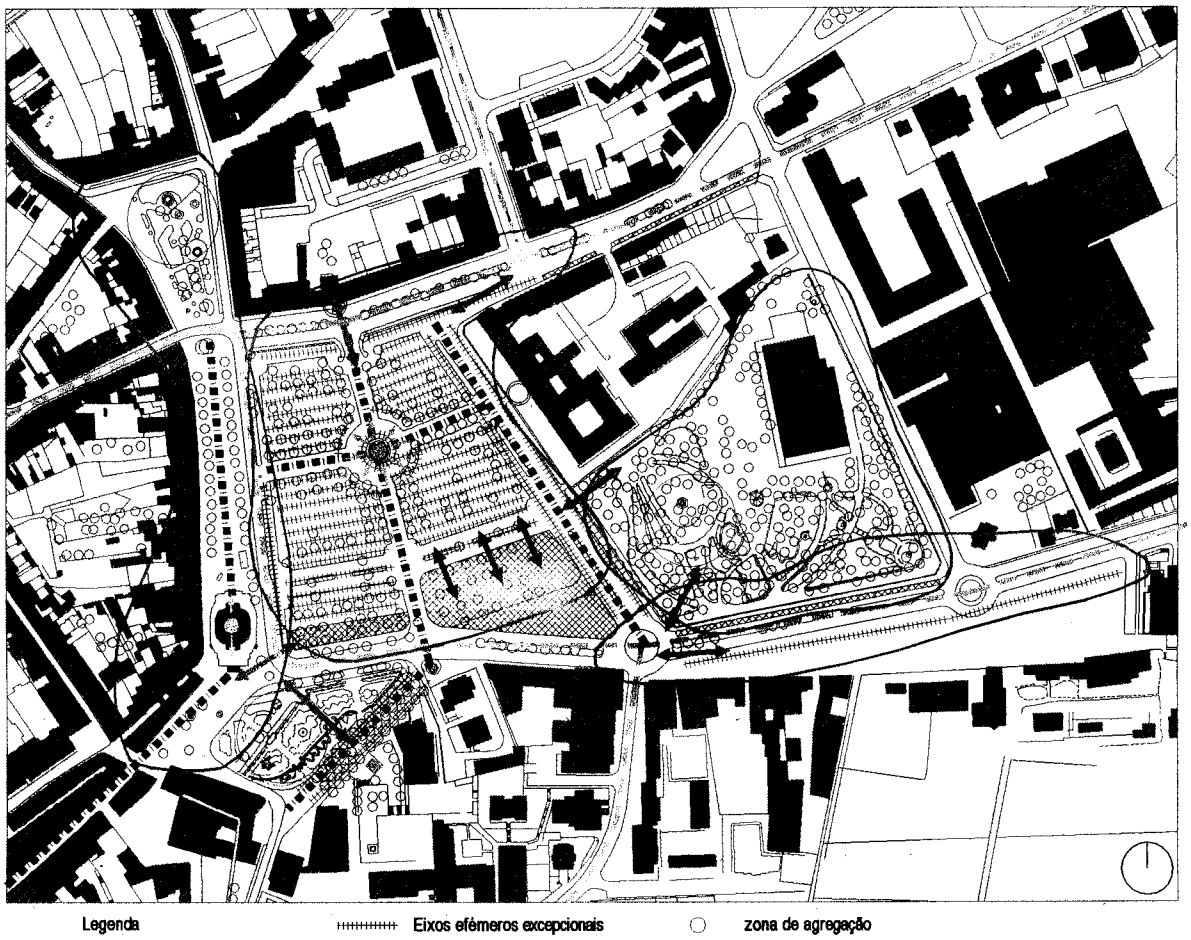
As obras no primeiro quartel do século XX reorganizam a imagem do espaço como também toda esta distribuição, concentrando o comércio no Campo da República e distribuindo os feirantes por talhões de acordo com o tipo de produtos comercializados. Os grandes espaços de articulação entre o Campo da República e a cidade antiga são então libertos da feira passando a espaços de concentração e reunião cívica, de suporte ao comércio tradicional, na frente construída para o Campo da República, e a jardins públicos, como o espaço que vai da Igreja do Sr. da Cruz até ao Campo 5 de Outubro. O seu uso obviamente ainda se anima intensamente com a circulação de pessoas nos dias de feira, mas deixou de ser espaço consagrado à actividade comercial que entretanto se concentra no centro do Campo. Contudo, motivado pela dinâmica impressa pelas festas e a sua centralização em redor da igreja do Sr. da Cruz, estes espaços adquirem especial referência e dinâmica com as festas do Corpo de Deus.



4.19 Interior do Campo da República. 4.19.1 O interior do Campo da República caracteriza-se por um pavimento homogéneo e contínuo sobre o qual se plantam árvores a partir dos eixos centrais 4.19.2 O espaço aberto e contínuo é densificado e encerrado num serpentear de corredores de bancas e tendas.

Dos quatro talhões em que se organiza o Campo da República o de Noroeste é dedicado à venda de legumes frescos, cereais e flores, no talhão nordeste instala-se a venda de fruta, louças e para sul estende-se as filas de vendedores de vestuários e têxteis, seguindo-se as vendas de louças artesanais, cestaria e mobiliário. A venda de ferragens, utensílios agrícolas, animais e aves distanciam-se do centro do Campo, estendendo-se em direcção a nascente ao longo da Av. Sidónio Pais. No estudo de Ferreira de Almeida (1990) sobre as feiras de Barcelos é referido um conjunto de movimentos sazonais associados à feira de acordo com as colheitas, o que evidencia a relação entre os produtos ou tipos de público e os ciclos de produção agrícola.

O grande espaço do campo vê a sua amplitude organizada num serpentear contínuo de bancas e tendas que anula a relação de abertura com a envolvente construída e que, pela densidade e impossibilidade da leitura das diagonais, passa a gerir as suas referências em função dos eixos estruturados a partir da fonte.



5.h Esquema interpretativo do Campo da República em Barcelos. Escala 1/5000

O momento da feira revela-se como momento máximo na interacção entre a cidade e a região envolvente, assim como de interacção entre os seus cidadãos consagrando-se como rito, e como lugar de encontro e de expressão da identidade local. Pela sua importância e influência a feira institui-se não apenas como lugar para a

exibição e venda directa de produtos, mas também como plataforma de transacção entre produtores e vendedores intermediários, o que se reflecte nas muitas transacções aí efectuadas que são apenas *apalavradas*, sem a presença dos produtos destinados assim a outros lugares e feiras.

Um dos espaços adjacentes também activados pelo desenvolvimento das actividades no campo é o parque municipal, onde por ocasião das festas se instala a feira do artesanato. O espaço do parque delimitado e estando numa cota ligeiramente superior à do grande Campo, destaca-se deste. No entanto, a activação por intermédio do evento estabelece ligações estendendo as dinâmicas de um ao outro. Outro espaço também activado e participante nessas dinâmicas é a alameda das barrocas que, como eixo de acesso pedonal a sul do campo, permite a instalação da feira do livro organizada a partir das regras instituídas pela arborização. Esta coloca-se assim mais perto da zona comercial quotidiana (a rua Direita) e do espaço cívico de encontro e reunião da cidade (Largo da Porta Nova).



4.20 Alameda das Barrocas. A sua condição de espaço protegido e arborizado permite a instalação da feira do livro que retira partido da sua organização linear e da métrica da arborização.

Da feira da **Golegã** existem registos da sua celebração já desde 1571. No entanto, é com o apoio do Marquês de Pombal que, em finais do século XVIII, esta começa a adquirir um formato próximo do actual ao incluir-se paralelamente ao comércio do cavalo actividades de cariz competitivo como a realização de concursos hípicos e diversas competições de raças.

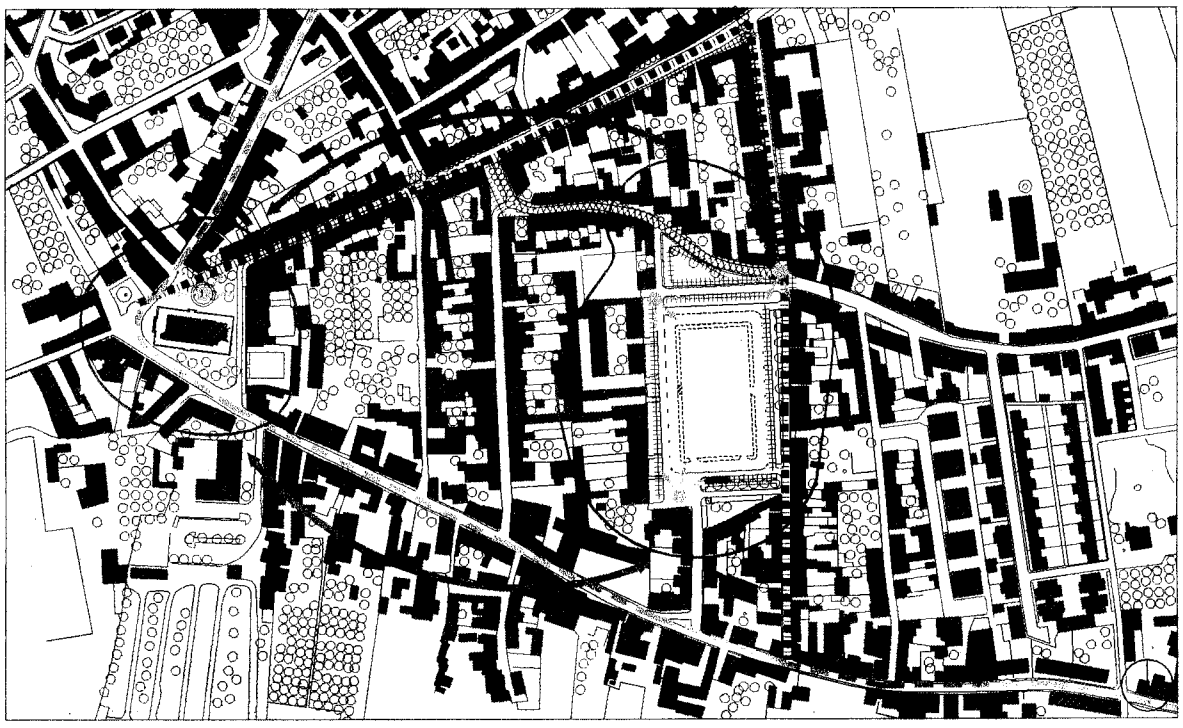
No século XIX, com base na valorização agrária da região, a feira da Golegã volta a assumir um papel preponderante, para qual muito contribuíram as figuras de dois grandes agricultores e estadistas: Carlos Relvas e José Relvas. Tendo a actual feira de S. Martinho origem em meados do século XVIII, é em 1972 que teve oficialmente início a feira da Golegã, que passou a denominar-se Feira Nacional do Cavalo. Sendo este um dos mais importantes certames da especialidade que se realiza em Portugal é equiparado à feira andaluza de Jerez de la Frontera, com a qual se estabelecem importantes laços comerciais e culturais.

Até 1972, antes da supremacia do comércio do cavalo na realização do evento, todas as actividades relativas às competições e demonstrações equestres cessavam no dia de S. Martinho, erguendo-se feira no largo Marquês de Pombal e retomando-se posteriormente as provas e exibições. O dia de S. Martinho, de feira que foi, deu lugar a imponentes espectáculos de exibição equestre que inclui ralis, raids, jogos equestres, campeonatos, maratona de carruagens, entre outras exibições. Dada a actual complexidade do evento as actividades estendem-se a duas quintas localizadas no exterior da vila (quinta de Santo António e quinta da

Labruja) e ao equuspolis, ampliando o raio de influência das suas actividades sobre a quase totalidade do espaço da vila. São ainda reclamados, dada a afluência de público ao evento, os espaços do campo de futebol e parque de campismo para apoio, nomeadamente ao estacionamento.

No Largo do Arneiro, como ponto central de todo o evento, concentram-se as actividades e elementos mais significativos de transformação espacial e identificação do evento. Aí cruzam-se as mais variadas actividades que correspondem simultaneamente a distintos modos de ocupação do espaço, quer durante o evento, quer no quotidiano da vila.

Centrando-se todo o evento no cavalo e elementos complementares à prática equestre, o largo do Arneiro funciona como lugar privilegiado para a exibição dos animais e para a realização de demonstrações e provas das suas qualidades e destreza. Para a exposição dos cavalos são erguidas construções efémeras em madeira, correspondendo cada uma destas a um criador, que aí exibe os seus exemplares. Estas construções erguem-se sobre o perímetro do espaço central do Arneiro, apartando esta zona da circulação e construções envolventes. O espaço é contraído por interposição destes mecanismos efémeros que estabelecem sobre o centro do largo um novo perímetro e uma nova imagem.

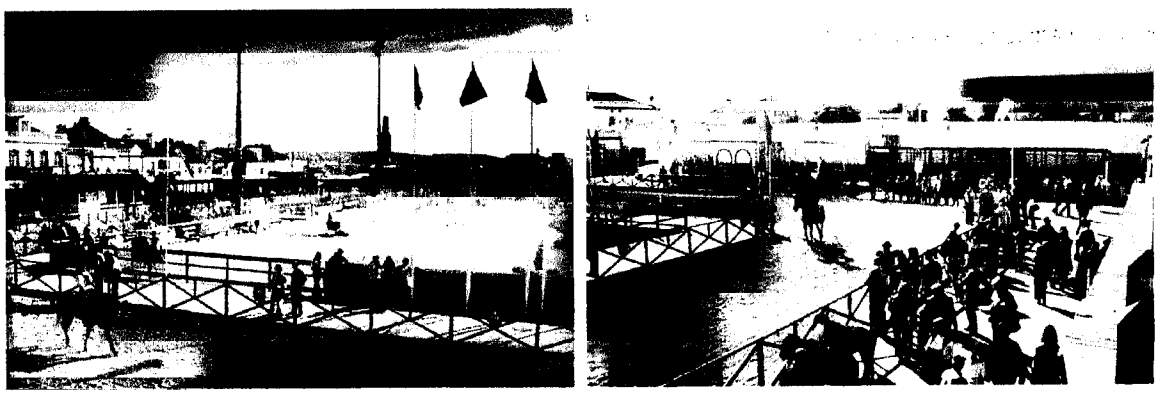


5.i Esquema interpretativo do Largo Marquês de Pombal na Golegã. Escala 1/5000

O centro do Arneiro denomina-se por picadeiro central, sendo a partir deste que se estrutura toda a actividade e organização espacial subjacente à realização da feira. Este espaço implanta-se como figura regular, um

rectângulo de 45X85 metros, a partir da qual se organiza uma série de espaços concêntricos. Ao picadeiro, com um pavimento de areia, segue-se uma faixa calcetada onde se coloca a assistência e onde se incluem estruturas como as bancadas e a tribuna a partir da qual se gere e controla o espaço. De seguida, um anel em redor desta zona correspondente à pista para exibição e desfile dos cavalos, cavaleiros e amazonas, e em seu redor um largo espaço de circulação que serve de mediação para com os pavilhões e estábulos improvisados de madeira, onde se expõem cavalos e se efectuam transacções.

O espaço resultante dos pavilhões implantados a partir da regularidade do picadeiro resulta como espaço sobrante pelo confronto com a envolvente construída irregular. Assim, a frente a nascente, que anteriormente conformava e delimitava o espaço do largo, passa agora a conformar espaço de rua derivado da implantação dos pavilhões, tal como o extremo norte do largo que parece formar um segundo largo autónomo também derivado da implantação dos mesmos. As estruturas efémeras tornam o grande espaço do largo mais inclusivo, separando o espaço central dos eixos de atravessamento e tornando a escala do acesso mais controlada.



4.21 Largo do Arneiro a partir de uma das plataformas de observação na cobertura dos estábulos. 4.21.1 O espaço do picadeiro assume-se como elemento central na dinamização e organização espacial do evento. 4.21.2 As construções da envolvente são secundarizadas pela envolvente efémera erguida em redor do espaço.

Da regularização do espaço a partir da forma do picadeiro central autonomizam-se ainda dois polígonos irregulares a norte e a sul. Estes espaços são igualmente aproveitados erguendo-se, ora estruturas de apoio aos visitantes, como restauração, ora estruturas comerciais, vendendo todo o tipo de artigos relacionados com o cavalo e a prática da equitação.

Mas mais interessante é a interacção que se gere entre a envolvente edificada e a festa. Ainda que todas as construções deixem de participar ou se relacionar com o espaço central do evento, a animação e suporte da festa depende em grande parte das interacções que se desenvolvem a partir daí. Além da entrada e saída de cavalos das casas, geralmente com amplos logradouros ou pátios, esses espaços abrem-se, quer para a exposição de animais, quer para o prolongamento do convívio entre vendedores e interessados organizando-se tertúlias e improvisando-se bares nesses interiores dos quarteirões. As casas de criadores abrem-se não só devido ao comércio de cavalos, mas também para as provas e vendas de água-pé, que durante longos períodos, nomeadamente durante o estado novo, só era permitida por ocasião das festas de S. Martinho.

Pelas ruas da envolvente segue-se o tradicional comércio presente nas festa vendendo toda a variedade de artigos e organizando-se essencialmente sobre as ligações entre o Largo Marquês de Pombal e o Largo da

Imaculada Conceição, centro cívico do quotidiano da vila e em redor do qual se localizam as suas principais instituições, como o café central (lugar de reunião) e o grande elemento físico de referência na vila que é a igreja matriz.

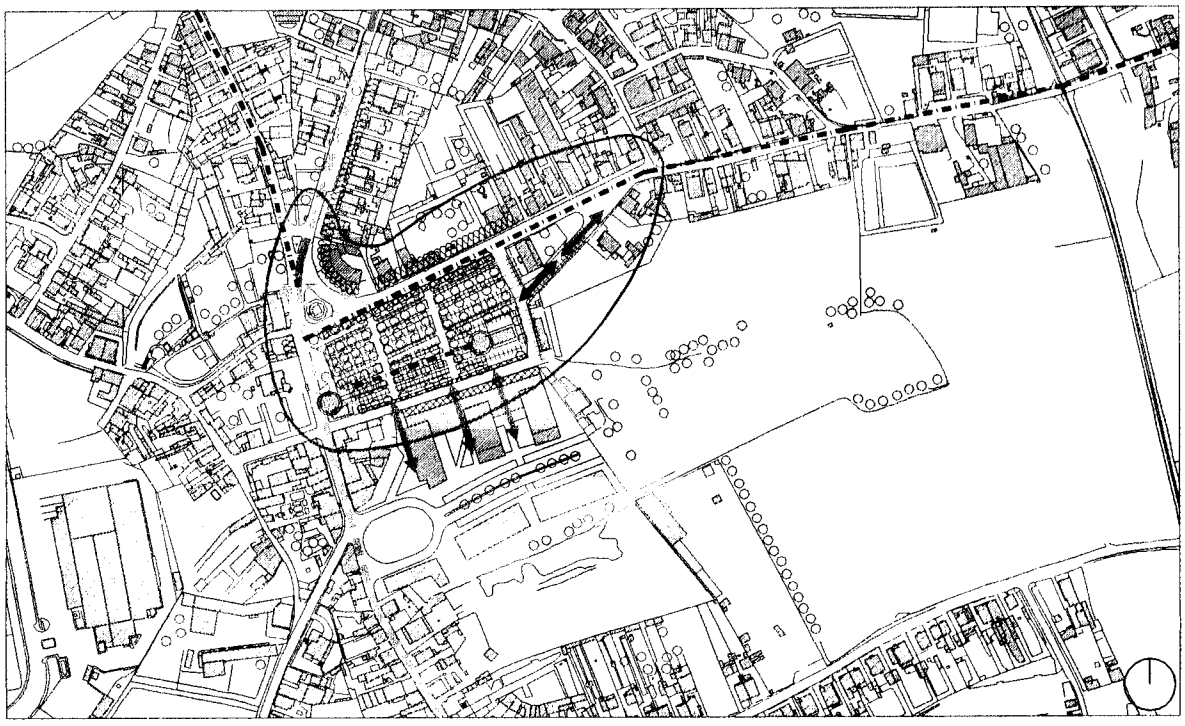
No quotidiano o centro da vivência da vila centra-se sobre o largo da Imaculada Conceição e prolonga-se pela rua D. Afonso Henriques, que constitui o principal eixo comercial. No entanto, o Largo do Arneiro, pela sua posição, é alheado desse movimento. No dia-a-dia este espaço, pelas suas características e permanência de alguns elementos da festa, é usado como picadeiro prolongando usos e referências do evento ainda que com um enquadramento cenográfico e humano bastante diferente.

A feira de **Pedras Rubras**, pela sua dimensão e raio de influência, institui-se essencialmente como mercado de carácter local. O seu ciclo é semanal, realizando-se todas as quintas-feiras, no entanto a sua duração estende-se no tempo aquando da romaria a Nossa Senhora Mãe dos Homens nos finais de Julho. Semanalmente somam-se neste Largo dois pontos máximos de uso, um relacionado com a feira, que ocupa extensivamente o seu espaço e inclusivamente parte da envolvente directa, e outro aos domingos com a realização de cerimónias religiosas, cuja ocupação é pontual cingindo-se ao adro das igrejas e à venda de alguns produtos junto ao oratório do lado da rua da Botica.

No dia-a-dia, o espaço encontra-se em estado de latência apresentando-se como plataforma arborizada disponível ao uso. A vivência quotidiana do largo desenvolve-se essencialmente nas vias que o rodeiam, concentrando-se de modo mais intenso no cruzamento noroeste derivado da existência de pequenos comércios, como cafetarias, e ainda pela paragem de autocarro, consagrando-o como ponto de chegada e partida ao largo. O espaço central permanece assim desocupado durante o resto do tempo, sendo inclusivamente pouco usado como estacionamento que também se concentra ao longo das circulações envolventes, dada a maior proximidade da construção e comércio aí existente, ou eventualmente no Largo de Matos, onde se localizam alguns restaurantes.

Contudo, no dia de feira a lógica de ocupação subverte-se. O ponto de chegada e concentração mantém-se no cruzamento a noroeste, no entanto, todo o dinamismo da zona concentra-se agora na plataforma central do largo que, de espaço amplo organizado pelas árvores, se fragmenta numa sucessão de alamedas caracterizadas pelo contínuo das tendas e bancas de venda. De uma estrutura espacial semelhante a uma sala hipostila, passível de se observar e percorrer em todas as direcções, o espaço, ainda que se organizando a partir dos alinhamentos das árvores, lê-se como um conjunto de corredores paralelos, encerrados e direccionados. O largo deixa de se ler como figura global, para se ler a partir de fragmentos unidos pela cobertura formada pela copa das árvores.

Derivado da necessidade de estacionamento e proximidade das carrinhas dos feirantes, estas formam duas barreiras que fecham a feira sobre os arruamentos a norte e a sul, deixando apenas aberturas correspondentes aos atravessamentos transversais, instituindo pontos precisos de acesso. O espaço do largo passa temporariamente a encerrar-se sobre si mesmo, enfatizando as relações comerciais no seu interior. De estrutura aberta e limitada pela envolvente construída, o largo converte-se em espaço fechado e fragmentado em unidades dentro das quais se organizam diferentes tipos de comércio.



Legenda

- Marcação de Zona
- Bloqueio por elementos móveis
- Eixos estruturantes, globais
- Eixos estruturantes, locais
- Eixos efémeros repetitivos
- Eixos de actividades de apoio
- Intercâmbio, entrada.
- Extensão
- Elemento referencial sem capacidade agregadora
- Elemento referencial com capacidade agregadora
- Ponto de concentração, agregação

5.j Esquema interpretativo do Largo do Exército Libertador em Pedras Rubras sobre levantamento topográfico. Escala 1/5000

A romaria recorre apenas ao espaço do largo como suporte, desenvolvendo-se aí actividades de comércio e lazer que complementam o culto. Ainda que se localizando no largo, a igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, estando virada para o exterior, desenvolve as actividades relativas ao culto no pequeno adro lateral à entrada da igreja e que serve simultaneamente de antecâmara no acesso à feira que suporta a romaria.



4.22 Pedras Rubras. Fecho do espaço interior do largo face à envolvente.

Em **Miramar**, os ciclos de ocupação obedecem a dois usos bastante distintos: um anual, relativo ao culto do Sr. da Pedra, e um sazonal ligado ao uso da praia. Ambos os ciclos detêm no entanto como elemento primordial a paisagem, apesar do entendimento sobre esta divergir significativamente.

O desenvolvimento dos rituais de culto ao Sr. da Pedra não se cinge tanto ao objecto, como facto aglutinador, mas na excepcionalidade da sua relação paisagística traduzida na realização de um percurso iniciático. José Mattoso (2001) refere que existe uma diferença significativa entre os lugares de devoção incluídos na cidade, referentes às qualidades semânticas da peça arquitectónica, e os lugares de devoção na paisagem, em que o ritual de chegada e devoção se centraliza sobre o vazio, na espacialidade do lugar. Neste último, a relação com o transcendente advém da excepção do vazio e não do edificado, privilegiando-se assim capacidades de integração e interacção com a paisagem. Os crentes vão a Miramar porque houve aí uma manifestação do sagrado, valorizando-se a precedência do lugar sobre o edifício.

No entanto, a necessidade de estabelecer factos concretos de suporte aos rituais e de estabelecer espaço na paisagem levou à instituição de alguns elementos que referenciam e identificam o lugar sem, contudo, eliminar a relação com a paisagem ou de se sobrepor a esta. Assim, erguem-se o oratório e as casas dos peregrinos que criam direcção e espaço de suporte, relacionando-se com o elemento distante que é a ermida do Sr. da Pedra. O facto de o penedo sobre o qual se implanta a ermida se localizar no limite da praia, cria-lhe distância e isolamento, conferindo-lhe especial referência mágica, e valoriza a relação com o ambiente natural.

O ritual assenta assim em elementos conformadores de espacialidade, construtores da alameda do Sr. da Pedra, e que criam uma posição de distância entre o terreno (alameda) e o divido (ermida e paisagem). A romaria anual ao Sr. da Pedra tem uma duração de três dias culminado os festejos associados ao culto no último domingo de Maio, domingo da Santíssima Trindade. É nesse dia que se rompe o distanciamento entre os seus elementos realizando-se a procissão para «benzer o mar» na qual se levam as figuras dos padroeiros da festa (Senhor dos Milagres e Senhora do Ó).





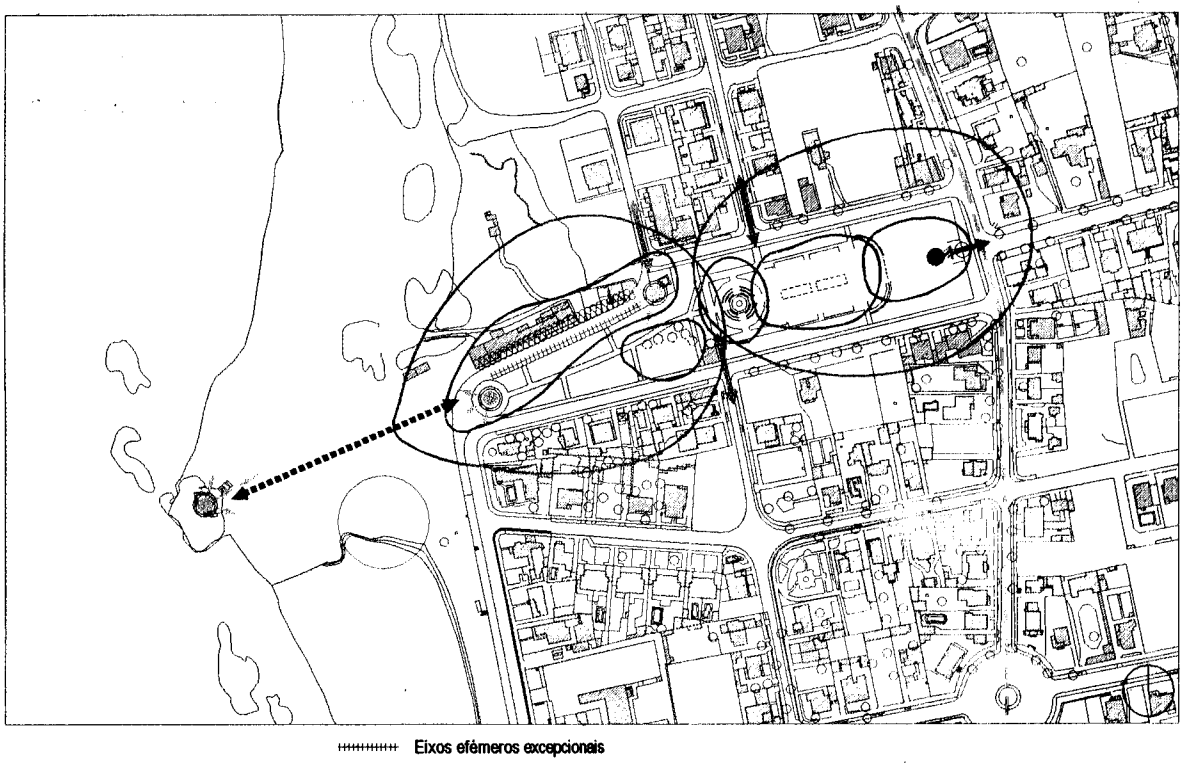
4.23 Miramar. Relação de distância entre os dois pontos que gerem as referências sobre a paisagem e sobre o culto. 4.23.1 Igreja do Sr. da Pedra a partir do fim da alameda, visão sobre o divino. 4.23.2 Praia e alameda a partir da Igreja, visão sobre o terreno.

A posterior consolidação de uma trama construída em redor do lugar de Miramar, não veio romper com essa relação com a paisagem. Esta relação, juntamente com os objectos de apoio ao culto, foi aliás incluída como momento de excepção referenciador e valorizador da nova estrutura urbana. Tendo-se consolidado como lugar de veraneio, coadunava-se o vazio ligado ao transcendente com o vazio requerido no usufruto e disponibilização da paisagem ao descanso e à fuga da cidade. Assim, aos ritos ancestrais de devoção associa-se um novo conjunto de hábitos sobre o espaço, onde os processos de ocupação espontânea e passageira da praia se

assemelham aos processos de ocupação do terreiro pelos peregrinos. A valorização do vazio e da paisagem consagra a ocupação do espaço não segundo a instituição de regras, de zonas ou figuras, mas segundo geometrias variáveis baseadas numa livre relação com a paisagem e numa ocupação espontânea e informal.

Ainda que detendo alguns mecanismos resultantes da organização da concessão das praias, as regras daí resultantes são diluídas por um conjunto espontâneo e variável da sua ocupação alterando-se permanentemente com a actividade de quem o usa e ocupa. A ocupação do espaço, quer pelas actividades ligadas ao culto, quer das actividades ligadas ao lazer, reflecte preocupações de fruição e exploração dos valores paisagísticos, improvisando-se instalações que estão mais próximas de uma ocupação nómada do espaço do que de uma ocupação institucional, efectiva e permanente.

O desenho urbano recentemente imposto sobre o espaço da alameda veio desmontar essa sua dimensão espiritual e ritual baseada no princípio do vazio e na relação com a paisagem. O excesso de elementos e figuras aí colocadas cria sucessivos bloqueios na aproximação ao mar. De um espaço contínuo e homogéneo, susceptível de uma ocupação espontânea, transforma-se a alameda numa sucessão de figuras autónomas com um carácter excessivamente propositivo na ocupação dos espaços. Cada tramo da alameda passa a centrar-se sobre si desligando-se da inclusão da paisagem e quebrando a relação distante entre os elementos que introduziam sugestões de organização.



5.k Esquema interpretativo da Alameda do Sr. da Pedra em Miramar. Escala 1/5000

A alameda passa de espaço variável e aberto à paisagem a espaço fechado, institucionalizando usos a cada uma das figuras e limitando modos de ocupação. Limita inclusivamente a introdução de mecanismos de suporte para a realização da romaria, que se vêem assim delimitados pela rigidez do espaço e subjugados à escala excessiva e valor alheio de alguns dos seus elementos como a sucessão acrítica de fontes e o sobredimensionado pórtico colocado no topo nascente.

Em **Ponte de Lima**, à marcação do tempo pela realização quinzenal da feira sobrepõem-se dois ciclos anuais reservados à realização das Feiras Novas, festa em honra da Virgem das Dores, e às festas de S. João.

A feira quinzenal estende-se ao longo do espaço ribeirinho de Ponte de Lima, delimitado pelas duas travessias sobre o rio, usando o areal como natural extensão do espaço urbano. Ao seu estado latente, a feira institui-lhe organização, estabelecendo corredores paralelos ao passeio 25 de Abril e criando atravessamentos e acessos na direcção perpendicular ao leito do rio, a partir das rampas que relacionam a cota alta do passeio ribeirinho com a praia. Estas rampas encontram-se no enfiamento de arruamentos estabelecendo assim continuidades entre os espaços interiores da cidade, onde a vida comercial e cívica quotidiana é mais intensa, e o areal. A realização e sistematização da feira estabelece-se assim a partir dos espaços construídos da cidade ampliando a sua vivência para um espaço usado quotidianamente como estacionamento. O valor desse espaço advém da sua relação mais ampla com elementos patrimoniais próximos e distantes (ponte, torres, frente construída e igreja de Santo António) e a paisagem.

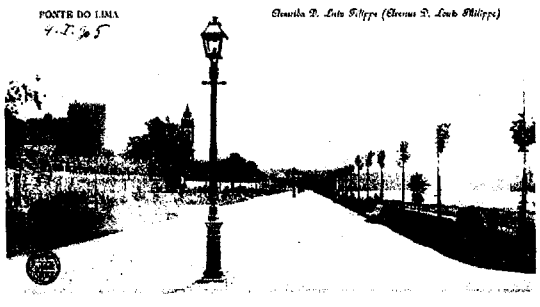
No entanto, ainda sobre os espaços construídos da cidade, a feira provoca algumas transformações estendendo a actividade comercial sobre espaços que funcionam essencialmente como lugares de passeio e fruição da envolvente natural. No passeio 25 de Abril, o levantamento de tendas de feira do lado oposto à frente construída corta a relação do passeio com o rio, passando a conformar-se como rua delimitada de ambos os lados e não como marginal ribeirinha. De espaço de intermediação entre a cidade e o território natural, o passeio passa a figurar como espaço interior da cidade, configurado de um lado por construções perenes e do outro por construções nómadas. A relação deste espaço com o rio passa a estar enquadrada pelas rampas de acesso ao areal, distanciando o rio. Simultaneamente, a alameda dos plátanos converte-se em espaço delimitado, já não por elementos permeáveis como as árvores que estabelecem um filtro entre o percurso e o rio, mas sim pela continuidade e densidade das tendas que acentua a estrutura linear da alameda.

A feira transfere momentaneamente a centralidade comercial e cívica da cidade da rua dos mercadores e rua do souto (eixo norte/sul estruturante da malha medieval) para o espaço ribeirinho. Desliga-se assim do vínculo referencial a elementos no interior da cidade, para se referenciar aos elementos mais amplos dispostos na paisagem e na fachada da cidade sobre o rio.

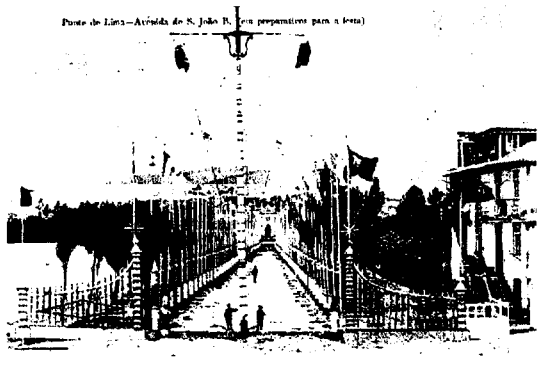
Os dois ciclos anuais que marcam a vivência e dinamização da cidade prolongam a feira quinzenal para além da sua normal duração de um dia. Estabelecem assim uma forte relação entre comemorações religiosas e comércio que, pelas suas datas, se estabelecem como pontos fortes ligados aos dois momentos mais importantes ao nível da produção agrícola. À realização da feira, que dura vários dias, é somado um grande número de eventos onde se cruzam celebrações religiosas com ritos de origem pagã e outros mais recentes,

como a extensa folia nas noites da cidade. A sua realização marca o início do verão, 24 de Julho, tempo das primeiras colheitas, e o fim deste, o terceiro Domingo do mês de Setembro, tempo de colheitas e vindimas.

As festas de S. João focalizam os seus festejos na capela e alameda dedicadas ao santo, realizando as celebrações religiosas no espaço axial e focalizado da alameda que une o centro da vila à capela. Por outro lado, a feira é concentrada no areal juntamente com outras actividade como jogos, divertimentos e touradas, improvisando as condições necessárias à sua realização sobre o areal. À semelhança do que acontece com as feiras novas, este evento estabelece as suas actividades em função de uma relação ancestral com a paisagem, a qual se inclui no evento como factor cénico. Também à semelhança das feiras novas esta termina com fogos de artifício que estendem assim os efeitos da iluminação.



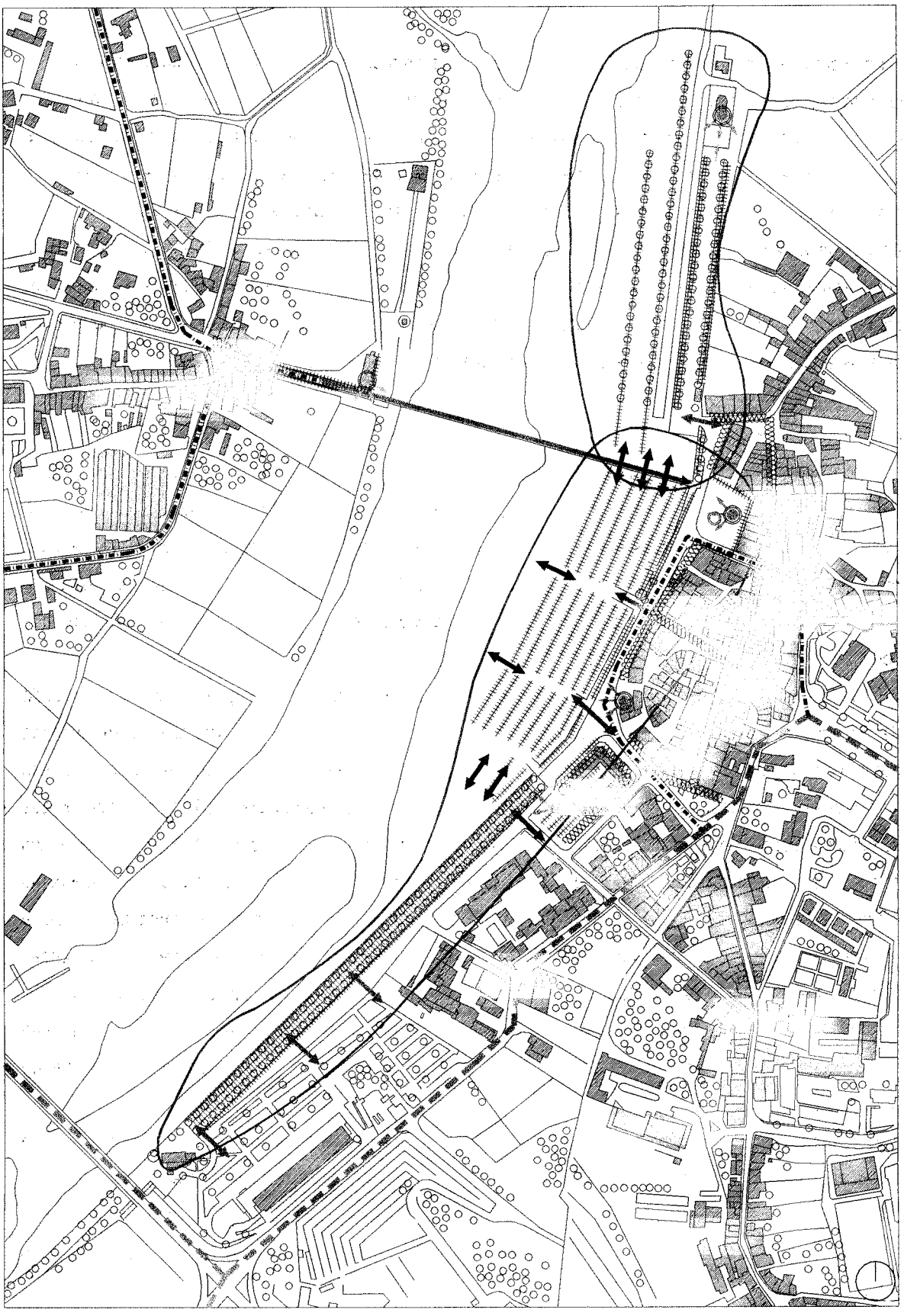




4.24 Alamedas ribeirinhas de Ponte de Lima. 4.24.1 e 4.24.2 Alameda dos plátanos enquanto passeio público e enquanto passeio associados à realização das feiras novas. 4.24.3 Alameda de S. João transformada para a realização das festas de S. João e suporte às cerimónias religiosas. Os dois espaços caracterizando-se por uma estrutura linear distinguem-se pelo valor religioso da alameda de S. João, espaço focal, e pelo valor cívico da Alameda dos Plátanos, espaço linear, passeio público. Embora sendo rematado pela igreja da Lapa, esta, dada a sua orientação, não se institui como elemento focal.

As Feiras Novas constituem o momento mais marcante do tempo em Ponte de Lima. Coincidindo com a época das colheitas e vindimas, é tempo forte de feira pela maior variedade e novidade de produtos, ao mesmo tempo que a disponibilização de um grande número de mecanismos acentua o carácter feérico que se estende por toda a área central da cidade. O momento alto da festa é ao fim de semana, quando se realizam simultaneamente feira e romaria, assim como os festejos que se estendem noite dentro culminando como a saída de bandas e marchas e a realização do fogo de artifício e fogo preso.

Além da ocupação do areal, em que a feira se estende inclusivamente noite dentro, os espaços da vila são transformados pela iluminação nocturna que focaliza elementos referenciais como a ponte e as igrejas, e estabelece percursos na ligação entre os elementos ampliando espaços de encontro e de festa, como acontece com as alamedas ribeirinhas densamente iluminadas. Do mesmo modo, são assinalados os percursos ligados à romaria e que estabelecem ligação entre espaços de devoção significativos, com decorações florais nos pavimentos, que se desfazem à passagem da procissão.



Legenda

Marcação de Zona

Eixos estruturantes, globais

Eixos estruturantes, locais

Eixos efémeros excepcionais

Eixos efémeros repetitivos

Eixos de actividades de apoio

Intercâmbio, entrada.

Extensão

Elemento referencial sem capacidade agregadora

Elemento referencial com capacidade agregadora

Elemento referencial com capacidade agregadora e de orientação

Ponto de concentração, agregação

Ponto de concentração efémero

5.I Esquema interpretativo dos espaços da marginal de Ponte de Lima.

Escala 1/5000

Em Ponte de Lima encontra-se ainda um outro grande evento comercial que devido à sua especialização e localização, não é tão abrangente face à movimentação da comunidade, contudo, a sua dimensão e ocupação do espaço urbano merece igualmente destaque. A feira do gado realiza-se na zona norte da marginal de Ponte de Lima, ocupando a alameda de S. João e a respectiva área do areal. Pela especificidade da feira este espaço afasta-se do centro relacionando-se com este através do largo de Camões junto à saída da ponte. A transformação aplicada sobre o espaço é decorrente da exibição dos animais aplicando-se algumas barreiras que limitam espaços e servem de amarração ao gado. Contudo, recentemente estes são expostos a partir dos camiões sendo a ocupação da zona caracterizada pelo estacionamento linear dos veículos de transporte e não pela instalação de mecanismo efémeros que caracterizariam e organizariam o espaço.

4.2.3.3 Quadros síntese

A elaboração de quadros de análise e classificação sobre os casos de estudo sistematizam três grandes grupos: um relativo a factores de forma, localização, valor patrimonial e estado da matéria construída; outro relativo a factores condicionantes funcionais e semânticos; e um outro que, cruzando os anteriores factores, afere sobre a ocupação e transformação cíclica do espaço. O último quadro pretende assim estabelecer a simultaneidade de relação os factores para a caracterização do espaço e das respectivas dinâmicas que conduzem à ocupação e transformação.

De acordo com Secchi (2000) é difícil de construir uma tabela ou mapa de intervenção nos espaços da cidade dada a variedade de propostas e posturas expressas no material sedimentado. O mesmo autor refere que uma posição de recusa da heterogenia e fragmentação possibilitaria uma tarefa mais fácil, mas impossibilitaria uma compreensão complexiva da cidade tornando a intervenção redundante na parcelarização dos fenómenos que compõem a cidade. Por exemplo, o restauro urbano, pressupondo a recomposição de anteriores procedimentos nos modos de fazer cidade, alheados da actualidade, das suas exigências e dinâmicas, enquadra-se como atitude de fragmentação dos factos urbanos. "*Reproduzir o passado quer sempre dizer confrontar-se com a multiplicidade e anacronismo, violar deliberadamente o curso do tempo.*"[6] Como exemplo de uma intervenção integradora de modos e formas de fazer a cidade, Secchi debruça-se sobre o renascimento que, retomando referências e ideais sobre a produção e acção na cidade, se serve do material do passado para realizar uma construção totalmente nova, ao contrário de uma transposição directa de formas e modelos como se subentende do restauro urbano.

Encontram-se assim, nos modos de entender e intervir sobre a cidade a compatibilização e equilíbrio entre factos patrimoniais e a necessária transformação e avanço, possibilitando uso e reconhecimento da sua validade pela comunidade. O que resulta como significativo desta atitude é a possibilidade de (re)validação de factos que, sobre a matéria e valores do passado, amplia o seu reconhecimento pela transposição crítica de um universo simbólico actualizado perante as ideias e práticas sociais vigentes.

Os quadros síntese resultam assim de um conjunto de preocupações que ultrapassam a constatação de matéria sedimentada, para englobar um conjunto de dinâmicas e apropriações que lhe confirmam a validade

[6] SECCHI, Bernardo. *Prima lezione di urbanistica*. Editori Laterza, Roma, 2000, pp. 108.

cultural e renovam ciclicamente o seu reconhecimento. Como tal, a identidade confirma-se, não como resultado de uma imagem cristalizada no tempo, mas como produto da vivência e dinâmica subjacente aos factos construídos. O valor patrimonial (validade e reconhecimento) dos espaços urbanos e organismos arquitectónicos advém da sua capacidade em se estabelecer como facto participativo no presente, ao mesmo tempo que transporta matéria, informação e referências relativas às bases ancestrais de uma cultura colectiva. Estes quadros, não se constituindo como facto encerrado, são expressão da reflexão promovida por esta dissertação e respectivos casos de estudo, sendo passível de variarem e de se ajustar com introdução de novas variáveis, ou pela transformação dos elementos contemplados.

Interessa começar pela sua relação com a malha urbana envolvente, aferindo acerca da sua posição na globalidade da estrutura e da relação com os eixos estruturantes da sua organização, verificando simultaneamente a sua relação constante e cíclica face ao conjunto das dinâmicas urbanas. Afere-se assim a sua posição entre os factos físicos constituintes e caracterizadores da realidade envolvente a par da sua importância referencial face à formação da identidade e reconhecimento sobre a matéria e vivência urbana. Avaliam-se as suas potencialidades como facto centrífugo ou centrípeto face às dinâmicas do quotidiano e dos fenómenos cíclicos.

A partir da definição da sua posição, verifica-se a caracterização tanto da envolvente como do espaço aberto, determinando-se a sua pertinência patrimonial e estado quer da sua matéria, quer da sua dinâmica de uso. Estabelecem-se graus de classificação de acordo com a sua ordem de importância e relevância na conservação dos elementos depositados, sendo sobre essa ordem que se aprecia a sua importância simbólica, reconhecimento e apropriação dos factores de qualificação do espaço. Impõe-se um conjunto de parâmetros determinados pela reunião entre qualidades físicas e intangíveis inerentes ao espaço e que motivam a sua percepção e apropriação. Nesta linha criam-se relações entre os elementos de suporte físico, suas capacidades de transformação e reversibilidade, e o conjunto de dinâmicas e eventos que atestam a validade das lógicas presentes na construção e reconhecimento do espaço.

Importa ainda incluir que tipos de elementos efémeros são aplicados no espaço, reflectindo sobre as suas consequências sobre o espaço aberto e sobre os factos perenes aí incluídos. Estes demonstram a expressão de fenómenos intangíveis e cíclicos como momentos de acção e transformação, ainda que fugazes, sobre o espaço público.

Quadro 4.I

Factores de caracterização física e patrimonial

	Évora Rossio de S. Brás	**Barcelos** Campo da República	**Golegã** Largo Marquês de Pombal	**Pedras Rubras** Largo do Exército Libertador	**Miramar** Alameda do Sr. da Pedra	**Ponte de Lima** Areal, Alameda dos Plátanos e Alameda S. João
Posicionamento urbano						
Posição central e estruturante no interior do núcleo urbano consolidado		0		0	0	
Posição periférica face à centralidade, mas incluído no núcleo urbano consolidado			0			
Posição de intermediação entre núcleo consolidado e novas expansões	0					
Posição de intermediação entre núcleo urbano e paisagem					0	0
Relacionamento estrutural						
Elemento charneira de eixos estruturantes	0	0		0		
Elemento tangencial face aos eixos estruturantes					0	
Elemento inclusivo, sem relação directa com eixos estruturantes			0			
Posição de bloqueio ou fecho da malha urbana face à paisagem						0
Espaço com elevada relação e extensão sobre figuras espaciais da envolvente		0				
Caracterização e valor patrimonial da envolvente						
Edifícios singulares de grande valor arquitectónico e histórico que devem ser conservados na totalidade	0	0		0	0	0
Edifícios singulares de grande valor arquitectónico que contemplam a possibilidade de transformação.		0			0	0
Edifícios de valor arquitectónico destacado a conservado pelo menos parcialmente			0	0		
Edifícios ou elementos estruturantes na consolidação da forma urbana	0	0	0	0	0	0
Edifícios ou elementos de fundo na consolidação da forma urbana			0	0		
Estado de conservação e activação da envolvente						
Em bom estado de conservação e de funcionamento.	0	0	0	0		0
Presença de elementos degenerativos da qualidade espacial e funcional.					0	
Elementos classificados sob figura legal de defesa patrimonial	0	0				0
Caracterização do espaço aberto						
Espaço aberto vazio.	0					0
Espaço aberto delimitado por elementos construídos ou vegetais.	0	0	0	0		
Espaço aberto ocupado por elementos construídos ou vegetais.		0	0	0	0	
Espaço aberto ocupado por elementos de apoio fixos.	0	0	0	0	0	
Espaço aberto ocupado ciclicamente por equipamentos de apoio móveis.	0	0	0	0	0	0

Valor patrimonial do espaço aberto						
Desenho de grande valor a conservar		0		0		
Desenho passível de transformação parcial	0		0			
Desenho passível de transformação profunda					0	
Estado de conservação e activação do espaço aberto						
Matriz espacial consolidada	0	0	0	0	0	0
Desenho do espaço consolidado	0	0		0	0	
Matriz espacial e desenho indicador de carências e possibilidades de transformação	0		0		0	
Em bom estado de conservação e de funcionamento		0	0	0		0
Presença de elementos degenerativos da qualidade espacial e funcional					0	
Capacidade de transformação e de reversibilidade						
Desenho propositivo sobre a apropriação (valorização e autonomização de figura, função ou símbolo)					0	
Desenho potenciador de variação (não atribuição de regras, funções ou significados exclusivos sobre o uso e apropriação)	0	0	0	0		0
Desenho anulador de anteriores funções, usos e significados					0	
Recurso a elementos efémeros para a transformação e qualificação cíclica do espaço	0	0	0	0	0	0

Quadro 4.II

Factores de caracterização funcional e semântica

	Évora Rossio de S. Brás	**Barcelos** Campo da República	**Golegã** Largo Marquês de Pombal	**Pedras Rubras** Largo do Exército Libertador	**Miramar** Alameda do Sr. da Pedra	**Ponte de Lima** Areal, Alameda dos Plátanos e Alameda S. João
Localização face a dinâmicas urbanas						
Espaço central (centro cívico, comercial, religioso, cultural)		0		0	0	
Espaço complementar face ao centro	0		0			0
Espaço central de acordo com a implementação de eventos cíclicos Extensão centralidade	0		0			0
Relação com as estruturas simbólicas						
Contenção de factos simbólicos significativos. Posição central	0	0				
Contenção de factos simbólicos significativos. Posição lateral	0	0		0	0	0
Contenção de factos simbólicos significativos. Posição de charneira face a outros espaços		0				0
Relação perspectica e de distanciamento com elemento de referência					0	0
Não inclui factos de valor referencial.			0			
Funções inerentes ao espaço aberto em estado activo e de latência						
Activo - Mercado, Feira	0	0		0		0
Activo - Espaço de manifestação religiosa		0		0	0	
Activo - Espectáculos	0	0	0		0	0
Activo - Jogos e actividades tradicionais	0		0		0	0
Activo - Passeio					0	0
Latente - Ocupação precária (estacionamento, depósito)	0	0				0
Latente - Vazio			0	0		0
Valor de uso e valor simbólico						
Área de influência ampla	0	0	0		0	0
Área de influência local				0		
Relação funcional e simbólica entre espaço aberto e construções envolventes						
Relação de intercâmbio funcional		0	0			0
Função diferenciadas	0			0	0	
Extensão funcional entre público e privado.			0			

Quadro 4.III

Factores de caracterização da ocupação e transformação cíclica do espaço

	Évora Rossio de S. Brás	**Barcelos** Campo da República	**Golegã** Largo Marquês de Pombal	**Pedras Rubras** Largo do Exército Libertador	**Miramar** Alameda do Sr. da Pedra	**Ponte de Lima** Areal, Alameda dos Plátanos e Alameda S. João
Dinâmica						
Ciclos curtos (semanal, quinzenal)		0		0		0
Ciclos longos (semestral, anual)	0	0	0	0	0	0
Apropriação quotidiana do espaço central	0	0	0		0	0
Apropriação quotidiana do espaço envolvente	0	0	0	0		0
Suporte físico do evento e do efémero na organização do espaço						
Elemento focal – edifício de elevada relevância (Igreja, câmara, etc.)		0		0	0	
Elemento focal – equipamento de apoio (fonte, coreto, oratórios, capelas etc.)	0	0				
Elemento focal – monumento evocativo	0					
Contorno da envolvente (frente construída, muralha, muros)	0	0		0		0
Eixos no interior do espaço (delimitação de zonas, percurso de procissão, arborização)	0	0	0	0	0	
Eixos de relacionamento com elementos distantes (pontos de vista, valorização perspéctica)					0	0
Modulação e medida do espaço (marcas no pavimento e medida de elementos verticais como iluminação e arborização)		0		0		
Permeabilidade entre equipamento e espaço público (extensão funcional e semântica)	0	0	0	0	0	
Elementos efémeros na organização do espaço						
Organização a partir de elementos efémeros excepcionais (arcos, pórtico, etc.)	0	0		0	0	0
Organização a partir de elementos efémeros repetitivos (bancas, tendas, expositores, barreiras, etc.)	0	0	0	0		0
Tipo de elementos efémeros						
Elementos cenográficos e decorativos (iluminação, arcos, etc.)	0	0		0	0	0
Delimitadores de espaço (barreiras)	0	0	0			
Construções temporárias de carácter linear (tendas, pavilhões, etc.)	0	0	0	0	0	0
Equipamentos de apoio efémero (palco, mobiliário, etc.)	0	0	0		0	0
Elementos de extensão do construído sobre o espaço público (plataformas, arcos salientando eixos, etc.)		0	0			
Consequências dos elementos efémeros sobre o espaço aberto						
Transformação do espaço	0	0	0	0		0
Limitação do acesso ao espaço central			0			
Acentuação de percursos ou eixos relevantes		0			0	0

4.2.4 O desenho: variação e reversibilidade

Da abordagem dos diferentes casos de estudo verifica-se a relação entre o desenho urbano, a capacidade de ocupação do espaço e a possibilidade de resposta a valores patrimoniais, quer os residentes na forma arquitectónica e urbana, quer os implícitos no conjunto de hábitos e dinâmicas que identificam culturalmente a comunidade. A análise dos fenómenos cíclicos sobre o espaço público demonstra que as transformações por si aplicadas se convertem em factos e acções pontuais caracterizadoras de um momento preciso e singular. Assim, a transformação é momentânea possibilitando o regresso instantâneo a uma anterior leitura e relação com o espaço, que lhe confere estabilidade, identidade e se estabelece como referência.

Por exemplo, espaços como o largo da feira em Pedras Rubras incluem bipolaridades significativas e dinâmicas que o caracterizam alternadamente como elemento activo e elemento latente o que, neste caso, reverte ora numa percepção global de espaço amplo e aberto, ora numa percepção do espaço caracterizado por justaposição de unidades lineares. Por outro lado, o areal de Ponte de Lima pontua-se pela extensão e recuo dos elementos naturais (rio) e construídos (cidade), impondo-lhe um elevado grau de variação geométrica e significativa. O facto de se colocar naturalmente como elemento de intermediação entre a cidade e a paisagem, acentua sucessivas extensões e retracções de uma sobre a outra, tornando-se alternadamente em elemento distante e elemento incluído nos espaços e vivência urbana.

As particularidades destes espaços, expressas no desenho e na gestão entre factos construídos, património, manifestações culturais e paisagem, contemplam, na inclusão de fenómenos cíclicos, uma pré-disposição à variação que se exprime na polivalência dos seus usos e mutação espacial, acentuada pela interacção entre elementos perenes e efémeros. Existe um conjunto de formas antagónicas, despoletadas pelas suas dinâmicas, que se compatibilizam na resposta do espaço a fenómenos distintos de ocupação, relação e significação. O desenho exprime disponibilidade à recepção de novos elementos como, simultaneamente, cria uma imagem fixa que serve de base e referência, quer na formação da identidade local, quer no apoio a fenómenos constantes do quotidiano. O quotidiano ainda que incluindo variação e ocupação espontânea, caracteriza-se no essencial por hábitos e ritos constantes, que possibilitam a estabilização de relações e a construção de referências institucionais e afectivas.

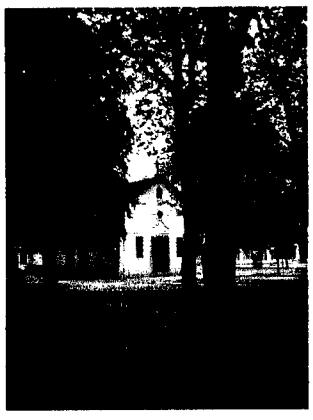
Uma das suas características, aferida a partir dos quadros síntese, prende-se com a localização e centralidade destes espaços na cidade. São modo geral lugares de elevada importância na estruturação física e humana do meio, podendo ser elementos centrais ou importantes elementos de intermediação entre o núcleo ou lugar histórico consolidado e a envolvente. A sua centralidade não é porém efectiva, nomeadamente em núcleos de maiores dimensões, sendo esta resultante da sua activação. Por exemplo, em Évora o rossio não se constitui como centro sobre os espaços de referência ou os hábitos de agregação comunitária. A sua centralidade é cíclica de acordo com a activação dos próprios eventos que conferem lógica e validade ao lugar. O mesmo sucede na Golegã onde, o Largo do Arneiro se o torna factor central na dinamização e expressão identitária da vila de acordo com a activação do espaço pela realização do evento.

O mesmo sucede quando as qualidades do sítio encontram precedência face à consolidação do lugar, como em Miramar ou em Ponte de Lima. Aí a centralidade advém não tanto da valorização estrutural da forma urbana, mas acima de tudo da relevância destes na paisagem.

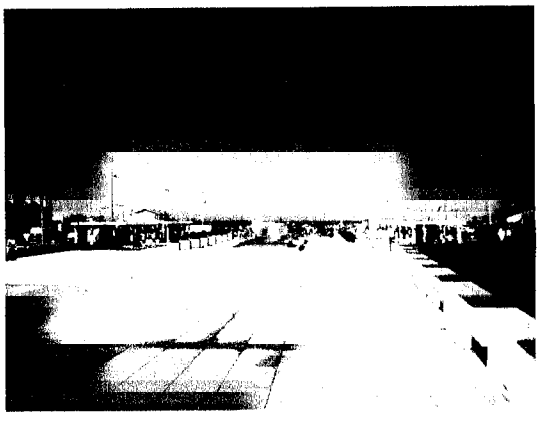
Da centralidade subjacente a estes espaços e da posição de charneira na instituição de relações no espaço urbano, decorre a inclusão de elementos singulares de elevado valor semântico ou evocativo que concorrem na construção da sua imagem, identidade e capacidade de agregação. É a partir destes elementos singulares que se determina o conjunto de princípios motrizes que regraram a formação e consolidação da matriz espacial do lugar. A importância destes factos advém, não só da sua singular qualidade e expressividade arquitectónica, mas também da sua preponderância sobre o desenho global do espaço público. Na sua peculiaridade estes factos constituem-se como elementos dinâmicos na estruturação do lugar, marcando medida e determinando eixos dinâmicos e simbólicos no interior do espaço que revertem sobre o desenho urbano. Por exemplo, as torres na marginal de Ponte de Lima, implantadas sobre o lugar das antigas portas, estabelecem pontos de referência entre o dentro e fora da malha construída, constituindo ponto de amarração das rampas que, ligando à cota baixa do areal, se estabelecem como facto preponderante na sua organização. O mesmo se verifica no Campo da República em Barcelos onde a intervenção de Marques da silva, enquadra os seus elementos organizadores do espaço nos eixos e medidas estabelecidos pelos grandes equipamentos da envolvente, como a fachada da Misericórdia. Estes factos singulares estabelecem um conjunto de princípios de medida e de orientações que consolidam o desenho do espaço do quotidiano e que permitem que a implantação dos mecanismos associados à sistematização de eventos, ou até mesmo o uso espontâneo, se referencie em relação aos marcos físicos e simbólicos da envolvente. O interesse do desenho do Campo de Barcelos decorre precisamente da sua não exclusividade à realização da feira, construindo um amplo espaço público capaz de integrar percursos e usos do quotidiano da cidade e, simultaneamente, valorizar o património construído na envolvente.

Já no caso do largo de Pedras Rubras os elementos singulares e referenciais, como as Igrejas e o oratório, estão contidos no interior do largo, ao contrário de espaços como o de Évora, Barcelos e Ponte de Lima onde estes se encontram no limite, conformando espaço, ou estabelecendo-se como articulação entre esse e outros espaços. Aqui os factos singulares e referenciais encontram-se incluídos dentro do espaço, instituindo apenas pequenas zonas de apoio em frente, ou lateralmente, não rompendo com a homogeneidade e regularidade global do Largo e não agredindo a sua potencialidade ou impondo-se como elementos centralizadores. São construções ordenadas sob as mesmas regras geométricas que caracterizam o desenho global do espaço.

Por outro lado, na alameda do Sr. da Pedra os elementos singulares aí existentes foram construídos, não no sentido da valorização de objectos, mas de uma relação e entendimento da paisagem. Contudo, a recente intervenção de requalificação impôs uma nova regra que, pela sua autonomia e autismo face à envolvente natural e construída não valoriza nem as condições de prefiguração do lugar, nem uma possível autonomia da sua espacialidade. As figuras do desenho implementado, centrando-se sobre si mesmas, quebram a unidade espacial da alameda e inclusivamente atrasam a percepção e inclusão do espaço na paisagem que se efectua apenas na chegada ao areal.



4.25 Capela do Cristo Rei, Pedras Rubras. Elemento de excepção subordinado à regra caracterizadora do espaço.



4.26. Alameda do Sr. da Pedra a partir do extremo nascente, Miramar. A fragmentação da figura global da alameda rompeu a sua relação com a paisagem e com os antecedentes construídos.

É na relação entre factos construídos e vazio que se estabelecem limites e centro determinando o conjunto das sugestões que inferem sobre a livre gestão e apropriação do espaço. A implantação dos elementos de excepção infere nas dinâmicas intrínsecas ao espaço que se repercutem igualmente na organização do evento e dos elementos efémeros que o suportam. Estes podem referenciar-se no espaço como elementos condensadores e agregadores da sua imagem como desencadear ou favorecer relações pela sua posição de charneira entre o espaço e as estruturas espaciais e arquitectónicas envolventes. Em Évora o monumento aos Mortos na Grande Guerra, pela sua implantação e caracterização do espaço envolvente como vazio latente, condensa em si a imagem do lugar e as referências no seu interior. Já um monumento com o mesmo significado reveste-se de uma importância diferente, como se verifica em Barcelos pela posição periférica do monumento aos Mortos na Grande Guerra que se subordina à escala do construído. Em Barcelos, o chafariz da feira é na sua excepcionalidade, enquanto peça patrimonial e elemento de destaque determinado pelo desenho de Marques da Silva, elemento referencial e articulador dos eixos que estruturam o desenho do espaço e a implantação das tendas de feira.

Dessa posição de centro e de factor de charneira infere-se sobre a participação dos elementos patrimoniais na identidade física, orientadora e vivencial dos espaços.

A diferenciação entre facto de excepção e de repetição estabelece-se tanto ao nível dos elementos perenes construtores e consolidadores da espacialidade urbana, como ao nível dos mecanismos efémeros, criando uma relação de reciprocidade. Assim, associados à valorização de factos de excepção erguem-se elementos efémeros igualmente excepcionais valorizando a condição da construção perene, ampliando o seu significado e estendendo a sua influência sobre o espaço urbano. Este factor constata-se nos mecanismos de valorização da Igreja do Sr. da Cruz em Barcelos (o conjunto de pórticos colocados na delimitação entre o espaço da feira e o espaço de suporte à igreja), assim como nos aplicados na Alameda de S. João em Ponte de Lima (os arcos e iluminações que reforçam as capacidades de elemento focal da capela no fecho da alameda) e na Igreja de S. António na mesma cidade (iluminação que destaca a sua condição de objecto no inicio do percurso de acesso à cidade) ou na iluminação da Igreja do Sr. da Pedra (enaltecendo a sua condição de objecto na paisagem). No

fundo, todos os eventos referenciados a objectos de articulação de espaço recorrem à condição de valorização de um ponto estendendo as capacidades expressivas patentes na arquitectura ao espaço ou à paisagem por intermédio de elementos efémeros igualmente excepcionais.

Essa diferenciação do excepcional face aos elementos de fundo, factos repetitivos construtores da unidade urbana, repercute-se tanto sobre a paisagem como na configuração dos seus espaços públicos valorizando hierarquias e centros de referência, passíveis de se ampliarem com base no efémero e nas geometrias variáveis derivadas da mutação e apropriação diferenciada do espaço. Esses elementos centrais, pela sua dimensão referencial, incluem-se no espaço público e na paisagem como elementos divulgadores, factos comunicacionais que marcam tempo e exprimem manifestações culturais, identitárias e memorativas. Expressões de uma identidade e de hábitos cuja validade depende do seu uso e do estabelecimento de uma relação activa e participativa entre factos construídos e manifestação de apropriação por parte da comunidade.



4.27 Arcos junto à Igreja do Sr. da Cruz em Barcelos. O elemento focal, em função do qual se organizam os festejos religiosos é valorizado pelos arcos que, simultaneamente, perpetuam tradições e hábitos que envolvem directamente a população.





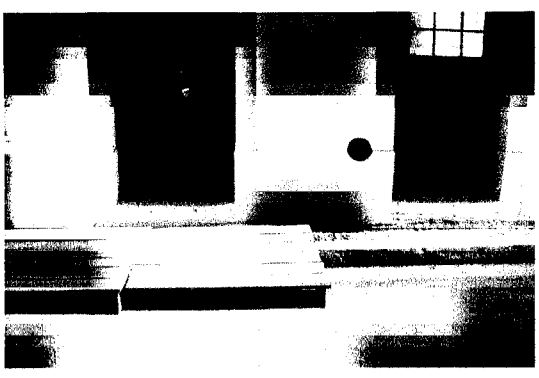
4.28 Vista da Avenida dos Combatentes, Évora. 4.28.1 Vista da Avenida sem feira. 4.28.2 Vista da Avenida com feira em foto dos anos 40. O espaço envolvente que encerra o espaço central do rossio é valorizado pela colocação de arcos consecutivos que enfatizam o percurso e servem de fecho e contenção do grande espaço central.

No entanto, a mutação em espaço público deriva igualmente da repetição de elementos, implementadores de medida e construtores de continuidades, quer a nível do uso, quer ao nível da imagem. A implementação de mecanismos, como as tendas, torna-se, dada a variedade de elementos presentes no espaço factores unificadores de uma imagem particular construindo-se, não como facto de excepção e autónomo, mas como elemento subordinado a uma ordem geral do evento.

A variação não corresponde a uma ausência de regras, mas à sobreposição de uma matriz organizativa efémera a uma matriz base derivada dos factos perenes. Ainda que a festa ou algumas actividades a si associadas possam despoletar esse tipo de comportamentos e apropriações do espaço, a sistematização desta corresponde a uma organização própria e precisa que, no entanto, se vale como excepção face à improvisação sobre o espaço e ruptura com o uso quotidiano.

De acordo com a relação entre o espaço público, envolvente construída e dimensão do evento, surgem pequenos elementos consagrados à extensão e inter-penetração dos diferentes espaços, valorizando a globalidade construída e a fruição do evento. Como refere Gregotti (1986), é nessa articulação entre factos públicos e privados que se poderão desenvolver capacidades de variabilidade do espaço urbano. Nos eventos centralizados em função de um elemento focal é frequente essa relação, porém, outros, como a feira da Golegã, dada a presença de criadores, picadeiros e escolas de equitação na envolvente ampliam igualmente essa relação. Dá-se como que uma relação de mútua parceria entre o evento e o espectáculo público abrindo-se territórios privados, que passam a participar na dinamização do evento. O desenvolvimento de permeabilidades despoleta uma animação mais intensiva do evento prolongando actividades paralelas de apoio ao interior do construído na envolvente.

Essa extensão recíproca, alterando o espaço umbral entre construção e espaço público é potenciada pela alteração das próprias circulações e atribuições do espaço público. A interrupção da circulação nas ruas possibilita a extensão do privado sobre o público, como a extensão do comércio ao exterior, acentuando a excepcionalidade e participação das diferentes actividades na valorização do sentido feérico do evento.





4.29 Extensão do construído sobre o espaço público. Golegã 4.29.1 Estrado estendendo o espaço da taberna sobre a rua. 4.29.2 Cozinha exterior improvisada para a festa. Os espaços comerciais recorrem ao espaço da rua, temporariamente exclusiva para o peão, ocupando-o e acentuando a diferença de uso e relação face ao quotidiano.

Dos elementos de excepção sobre o espaço público verifica-se que os mecanismos de protecção implementados pelas respectivas tutelas aplicam um conjunto de figuras que não reflecte um entendimento complexivo do espaço público e do construído que o consolida. A instituição de zonas de protecção para os imóveis classificados deriva ainda da condição exclusiva e objectual do monumento, sendo a abrangência destas figuras (como a ZEP) sobre o espaço resultado da sua aplicação burocrática e abstracta, sem coerência de enquadramento. Tal facto encontra-se patente em espaços onde a figura derivada da implantação da ZEP se prende a princípios abstractos de delimitação e não a princípios concretos, ora derivados da forma, ora

derivados do uso e conteúdos relacionais. Por exemplo, tanto no Rossio de Évora como no Campo de Barcelos, as figuras das áreas de protecção isolam-se no espaço, erguendo-se a partir da exclusividade da peça patrimonial e desvinculando-se da globalidade ou capacidade inclusiva do espaço. Estas deixam assim de lado referências físicas orientadoras que validariam a percepção dessa figura na sua relação com a estrutura global do espaço. Porventura, o caso mais eficaz é a ZEP correspondente à protecção da ponte sobre o Lima que pela sua abrangência inclui a paisagem (o vale que enquadra a ponte) e a respectiva frente urbana, consagrando assim uma lógica global e complexiva do espaço sobre o facto patrimonial classificado.

O projecto de intervenção sobre o espaço público de uso variável e valor referencial, ligado à manifestação de fenómenos cíclicos, deve assim considerar duas fases no seu processo que compatibilizem uma ordem perene e referencial, residente nos factos construtores e caracterizadores da sua espacialidade perene, e uma ordem variável, que se origina sobre a primeira partindo da capacidade de sugestão e latência contida nos seus elementos. O projecto corresponde assim à reparação de uma imagem constante, construída a partir dos factos pré-existentes que lhe conferem dimensão patrimonial e documental, e à permissividade de criação de imagens sobre esta que validam o património e criam laços e acção crítica e consciencializadora sobre o espaço e os seus elementos.

Nesta abordagem sobre o espaço público transparece uma lógica que se constrói a partir de factos físicos concretos que caracterizam o espaço (forma, construção, articulação, materiais, referencias depositadas sobre a matéria) e que possibilita um envolvimento permanente da comunidade com os elementos patrimoniais aí depositados. Paralelamente a esta abordagem física desenvolve-se uma outra ligada aos aspectos humanos onde a reflexão se centra sobre modos de uso, ocupação e fruição do espaço, valores e significados atribuídos ao lugar, capacidade de relacionamento e de expressão entre os indivíduos da comunidade.

Portas (1990) defende persistentemente a construção de "lugares" como modo de agregação dos fragmentos urbanos (quer do ponto de vista físico, quer social), apontando para isso a necessária aposta na intervenção sobre o espaço público. Essa proposta de construção de lugares surge de modo reforçado, senão mesmo imperativo, na intervenção sobre a cidade consolidada e nos espaços de gestão e confronto de elementos patrimoniais significativos, conciliando simultaneamente a intervenção sobre o património arquitectónico e consciencialização sobre um património intangível através da valorização da cultura e hábitos instituídos sobre os espaços da cidade. A intervenção sobre estes lugares repercute-se, quer na agregação dos elementos físicos e patrimoniais que compõem o espaço urbano, quer nos modos como estes interagem e participam na complexidade relacional intrínseca à cidade. Deste modo, valoriza-se o espaço público na sua capacidade de aglutinação, consagrando e diversidade de possibilidades no espaço como *"escapatória aos problemas urbanos, mas também, porque este espaço comum pode ser mais perene tendo efeitos indutores sobre as actividades que aí se aglutinam e cujos dinamismos podem permitir a ligação centro periferia"*[7].

Na mesma linha de pensamento, Vieira de Faria (1990) defende que as políticas de preservação e revitalização se devem basear, não somente no acto da intervenção, mas também, de modo mais profundo, na tomada de consciência dos valores subjacentes ao lugar e ao património por parte dos cidadãos. A intervenção

[7] PORTAS, Nuno. *Viver na cidade. in* "Viver (n)a Cidade", LNEC, ISCTE, Lisboa, 1990, pp. 3 a 10.

deve estimular a consciência colectiva sobre o património, os seus significados e usos, para que a mesma comunidade se envolva nos processos defendendo o património e o conjunto de hábitos institucionalizados em seu redor, face à degradação e destruição. Resulta assim que o processo de intervenção deve, além da abertura à participação, consagrar uma efectiva integração do património no quotidiano da cidade, desligando-se de uma dimensão meramente documental para se instituir como facto participativo na vivência da cidade.

Por outro lado, autores como Reis cabrita (1990) defendem que a conservação da cidade deve apostar na sua permanente capacidade de mutação, incluindo questões sociais e de mercado, pela identificação de factores positivos ou negativos inerentes ao espaço da cidade e às arquitecturas que o rodeiam. Mais do que a cristalização de factos e hábitos, tendendo à iconização e sobrevalorização de formas e elementos artísticos, pretende-se que a cidade e os seus espaços acompanhem as necessidades da sociedade tendo presente a precedência da matéria patrimonial na consolidação de espaços e da identidade colectiva.

O desaparecimento de actividades cíclicas e rituais contribui de modo significativo para a degeneração, quer do espaço público, quer do edificado a que este serve de suporte, uma vez que é da complexidade dos modos de produção e ocupação sobre o espaço que deriva a validação dos factos patrimoniais.

A intervenção sobre factos arquitectónicos e urbanos deve assim assentar numa complexa interpretação crítica do existente, evitando a tendência para uma distinção retórica dos diferentes tempos construtores da urbanidade. Uma neutralização da pré-existência, *"tomada como pano de fundo, lugar estabilizado e intocável,"*[8] levaria à consagração do espaço como um somatório de factos e tempos em vez da compatibilização destes assentes no bom senso e capacidade de integração e valorização mútua. Alves Costa (2003) refere que a intervenção ao manter-se como processo e facto diferente da antiga, deve contribuir para o esclarecimento da sua condição e mostrá-la.

4.2.5 O excesso de projecto *versus* a ocupação circunstancial e criativa do espaço público

Os perigos de uma intervenção excessiva e autista, face à complexidade de fenómenos permanentes e cíclicos aí presentes, revertem na impossibilidade de uma ocupação criativa do espaço a partir das suas sugestões, podendo estas derivar das características dos factos construtores do espaço ou da sedimentação de memórias e referências sobre este. Simultaneamente incorre-se no risco de desvalorizar e fragmentar a espessura cultural sedimentada no espaço e no conjunto dos factos que o caracterizam.

O desenho urbano detém no seu interior valores de organização espacial, tempo, significado e comunicação, como expõe T. Czarnowsky (1991), importando aferir sobre a matéria construída que elementos interessam à clarificação da precedência patrimonial, assim como à sua validação e continuidade enquanto facto vivo e participativo no quotidiano. É desse conjunto de elementos, da carga comunicacional, identitária e temporal que se estabelecem as variantes sobre a matriz espacial constante.

---

[8] ALVES COSTA, Alexandre. *O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade. In* "Jornal dos arquitectos", nº 213, Lisboa, 2003, pp. 9.

Por diferentes razões poder-se-ão apontar o caso de Miramar, cujo desenho reflecte os perigos do excesso de desenho, de pretensões, de proposições, e o caso da Golegã, em que o espaço se encontra num impasse derivado da elevada dinâmica subjacente ao evento aí realizado. Por outro lado, o rossio de Évora encontra-se, dada a pressão turística e investimento contínuo na qualificação dos espaços da cidade e do seu património, numa situação de incerteza face à necessidade de intervenção, levantando preocupações face à manutenção da sua espacialidade e capacidade de gestão entre os elementos patrimoniais destacados aí presentes e de intermediação entre dentro e fora da muralha.

Em Miramar, um pesado projecto de requalificação do espaço, além de anular factos e relações que se estabelecem na génese do lugar e da sua consolidação, nomeadamente, a sua relação com a paisagem, impõe sobre este um conjunto de figuras que no seu excesso se autonomizam. Colocam-se assim sobre o espaço da alameda elementos autónomos que criam no conjunto um excesso de informação (derivado das formas, dos materiais, da fragmentação e figuração) que anula relações referenciais necessárias à identidade e ocupação do lugar. O excesso e desajuste de escala entre a intervenção e a precedência, sobre a qual esta deveria trabalhar, impede uma leitura global do espaço e nomeadamente a leitura da sua subordinação ao ambiente natural envolvente e significado transcendente. De percurso iniciático de aproximação ao divino e à sua manifestação na natureza, o espaço rompe o percurso estabelecendo sucessivas paragens e figuras que se tornam mais inclusivas do que sujeitas a uma ordem sequencial. Apesar da alameda, o lugar, ter alterado as dinâmicas que estavam na génese da consagração do sítio, este, sendo agora lugar de veraneio de fruição do natural, de apropriação espontânea e informal, não se incompatibilizava com os anteriores pressupostos de aproximação e valorização do natural. A intervenção responde, mais do que às exigências de resposta ao lugar, aos factos sedimentados, valores e usos atribuídos, à necessidade de mostrar obra e marcar posição, indiferente às qualidades e potencialidades expressas no conjunto das precedências naturais e construídas que formam o lugar.

O espaço da Golegã, ainda que detendo usos variados e de a sua ocupação sofrer sucessivos ciclos de ocupação e valorização, encontra-se num impasse derivado da grande dinâmica conquistada pelas as actividades ligadas à criação e comércio de cavalo. O impasse é derivado da necessidade de especialização e de desenvolvimento de actividades equipamentos, como a exigência de um hipódromo, que se tornam incompatíveis com o carácter público do lugar. Contudo, dada a caracterização funcional da envolvente, a retirada de elementos, com a construção de um novo equipamento, não esvaziaria o sentido de uso do Arneiro já que aí se localizam picadeiros, escolas e casas de criadores de cavalos permitindo que este permaneça como picadeiro público no interior da vila. Por outro lado, a permanência no tempo de alguns elementos ligados à feira, parece criar algum embaraço sobre o espaço que não se liberta completamente de factores de transformação cíclica do espaço que permanecem aí expostos.

Em Évora o permanente estado de latência associado ao rossio, assim como a sua posição estratégica na entrada e articulação entre cidade nova e cidade antiga, depositam sobre o espaço expectativas que colocam em perigo a permanência de fenómenos de activação cíclica. Sem estes eventos, ou a destruição de uma latência aberta à variação de usos e apropriações, que sentido terá a escala deste espaço? De que modo se

poderia dar continuidade à narrativa expressa na sua excepcional espacialidade e no confronto de distintos factos patrimoniais, também eles de excepção?

Sobre a ausência de desenho ou do carácter propositivo sobre o uso e a organização espacial o exemplo do areal de Ponte de Lima assume-se como facto singular. Este resulta do confronto entre as formas construídas e os elementos naturais. À conformação de uma frente caracterizada pela plataforma do Passeio 25 de Abril e pelo limite permeável ditado pelos arcos da ponte contrapõe-se um limite variável, decorrente do nível da água e da sua acção de depósito e recolha de material no leito e margem do rio. É nesse espaço de mediação entre uma geometria rígida e uma geometria variável que se encontra possibilidade para a extensão mútua de ambos os lados, extensão das águas do rio, extensão dos espaços da cidade. A inexistência de desenho resulta mais da não existência de um pavimento, construção humana, do que da falta de factores de caracterização, de instituição de limites e consolidação de imagem. O seu desenho, ou melhor, os modos espontâneos de organização e instituição de imagem são decorrentes da envolvente (da paisagem e da cidade) e das sugestões organizativas introduzidas pelo conjunto das rampas e pelourinho da feira. É nesse confronto que se encontra a liberdade e sugestão de ocupação que, sem instituir regras rígidas, valoriza a criatividade e espontaneidade na sua ocupação.

Ainda em Ponte de Lima, a alameda dos plátanos, sendo um espaço desenhado na sua totalidade, é na clareza do seu desenho, relação com a envolvente natural, extensão da marginal urbana e estrutura linear, lugar propício à ocupação variável, formando conjuntamente com o areal, aquando da realização de feira, um contínuo derivado da homogeneidade dos elementos de organização da mesma (tendas e bancas de venda).

À semelhança desta alameda, os espaços de Barcelos e Pedras Rubras encontram na clareza estruturante dos seus elementos (diferenças de cota, alinhamentos de árvores, homogeneidade do desenho e dos materiais), princípios capazes de sugerir uma ocupação ordenada sem que o espaço esteja constrangido ao desenvolvimento de um particular evento ou a um único modo de ocupação. Por exemplo, o Campo da República de Barcelos é usado como parque de estacionamento, pela disposição da sua forma, sem que se caracterize ou se torne exclusivo dessa função. O seu uso está em aberto à actividade da envolvente e à criatividade de quem o ocupa e reconhece como lugar.

É no conjunto de opções sobre a materialização e construção dos factores qualitativos do espaço, na opção ou eleição de modelos de desenho, que se encontra o momento génese passível de incluir as reflexões sobre as antecedências materiais e intangíveis intrínsecas à validação do espaço como lugar. Uma validação construída sobre a verdadeira espessura da carga memorativa e cultural presente nos elementos construídos e expressos em modos de ocupação e relação.

A organização do ambiente urbano é o resultado da aplicação de um conjunto de regras e lógicas (sedimentadas de modo mais ou menos consciente) que reflectem a concepção de um modo de vida.[9] O desenho representa assim um modo, ou melhor um instrumento, que fixa e expressa a imagem do ambiente onde se debatem permanentemente o real (conjunto dos elementos perenes construídos) e o ideal (expresso na experimentação suscitada pelo efémero e pelo sentido feérico ligado à realização de eventos). Este ideal não se

[9] Os modos de vida devem ser entendidos como o conjunto de hábitos, relações e valores que geram o quotidiano de dada comunidade. Estes implicitamente pressupõem um determinado modo de ocupar, viver e atribuir significado aos espaços onde esta se desenvolve.

prende contudo à utopia sobre a cidade mas sim à experimentação e capacidade de suscitar crítica e consciência sobre o material construído e a sua qualidade ambiental.

"(...) porquê toda a arte das nossas obras de arte se perdemos essa arte superior que é a festa?"[10] Ainda que a apropriação espontânea ou organizada do evento e da festa urbana, como resultado de manifestação de cultura, possa ser validada numa perspectiva de activação e validação do património urbano e arquitectónico, esta pode incorrer riscos de perda de genuinidade valorizando-se como acção icónica. Os riscos da sua institucionalização e instrumentalização enquanto bem de consumo, baseado na artificialidade da sua dinâmica, como modo de vender uma imagem de cidade e uma ideia de identidade, são tão gravosos como a cristalização da cidade e dos factos construídos, desvinculando-a de um papel efectivo na vida e dinamização da comunidade.

A perpetuação de hábitos e modos de ocupação e manifestação sobre o espaço público incluem, tanto como os factos arquitectónicos patrimoniais em seu redor, no quotidiano e nos ritmos ancestrais marcação temporal. Essa inclusão reclama-os de um reconhecimento genérico, desligado da sua especificidade cultural e relacional com a comunidade, para os incluir como referência activa. A não cristalização destes acontecimentos impede a sua consideração como vestígio, ou de uma condição meramente documental, para os incluir como factores enriquecedores e agregadores da vivência e manifestação cultural e identitária urbana.

A activação do espaço deve ser encarada, no processo de intervenção, como facto genuíno e expressão de um modo de estar e se relacionar, afastando-se da "folclorização" do fenómeno como atracção turística esvaziando a sua profundidade cultural e relacional. Os fenómenos de alternância são assim parte da marcação cíclica do tempo e elemento presente numa vivência quotidiana da cidade, como apontam as preocupações de Isabel Guerra (2003). Mais do que actividades meramente recreativas ligadas a uma cultura do lazer, as actividades apontadas são reflexos culturais de modos de estar e ocupar o espaço, reflexos de condições de relacionamento entre os indivíduos, o espaço público e o património.

A inclusão do entendimento de uma cultura de apropriação espacial nas metodologias de intervenção sobre a cidade e o seu património corresponde à luta contra a fragmentação, especialização dos espaços da cidade e perda de identidade colectiva. Como tal, inclui-se nas preocupações sobre a intervenção a complexidade de factos construtores do quotidiano, ampliando o valor funcional e referencial conferido aos espaços. *"Há espaços urbanos que reflectem o desejo de poder habitar locais simultaneamente de permanência e passagem, com conhecidos e estranhos, onde se trabalha e se sossega, onde se compra enquanto se brinca e se visita, onde se experimentam alternativas e mudanças poéticas na estabilidade de uma dada matriz urbana. (...) constituem a verdadeira alternativa à perversão dos espaços especializados (...)."*[11]

Existe na reciprocidade entre defesa patrimonial de factos materiais e valores intangíveis uma possibilidade, ou alternativa, à transformação do edificado e da cidade em função de novas premissas mantendo objectos que deixam em suspenso valor e significado anteriores. É sobre a inclusão destes elementos numa metodologia de

---

[10] CORREA, Antonio Bonet. *Arquitectura efímeras, ornatos y mascaras (el lugar y la teatralidad de la fiesta barroca) in*: BORQUE, José Maria Diez. *Teatro y fiesta en el barroco (España y Ibero América)*. Seminario de la universidad internacional Menéndez Pelayo (Sevilla, Octubre 1985). Ediciones del Serbal, 1986

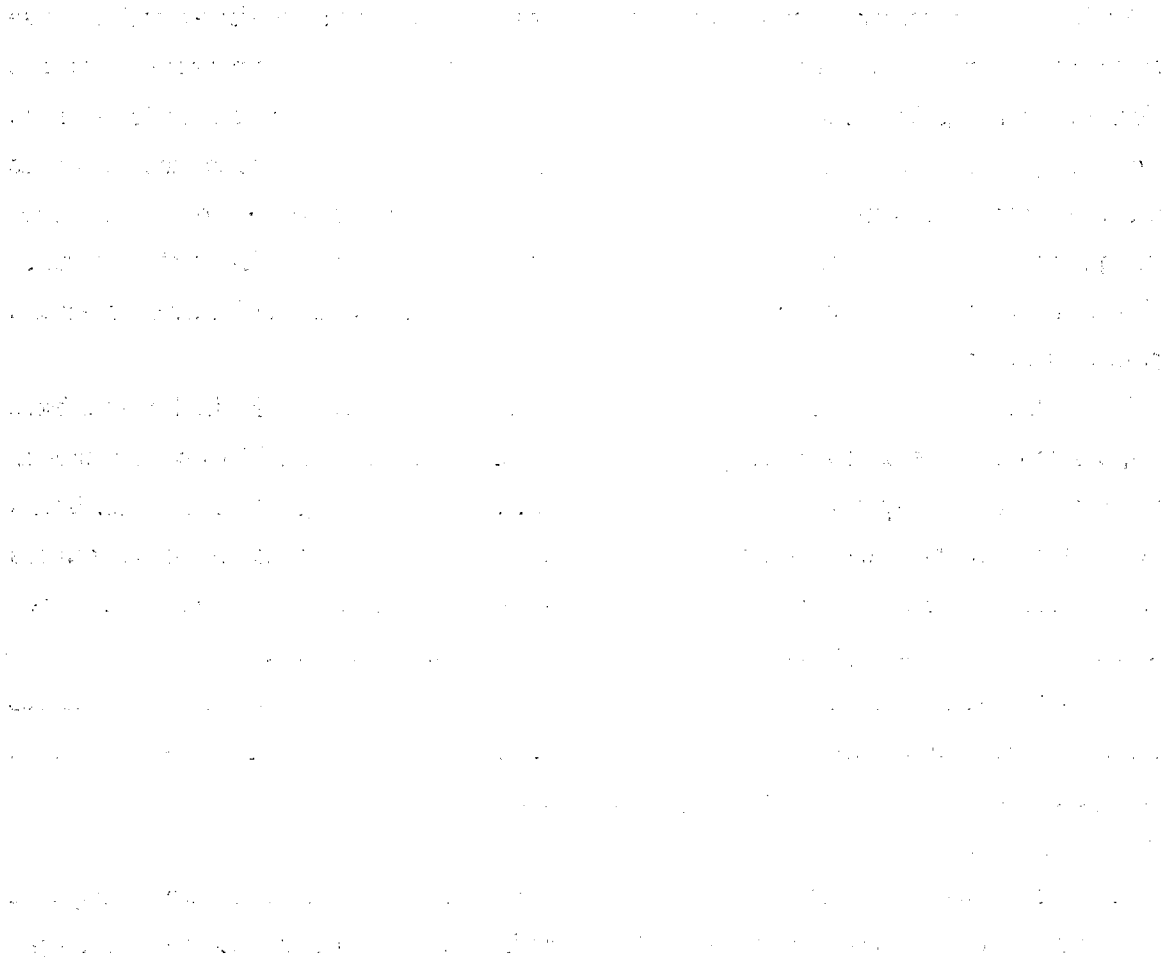
[11] LOURENÇO, Nuno. *Elogio do Lazer. In* "Jornal dos Arquitectos", nº 206, Lisboa, 2002, pp. 60.

intervenção que se estabelecem princípios de combate à transformação instrumental dos valores intrínsecos e do património edificado.

5 Considerações finais

5.1 Reconhecimento e valorização do património construído e intangível

5.2 O território da variação como pressuposto para a intervenção no património



A reflexão aqui apresentada assenta na abordagem de espaços onde às suas qualidades patrimoniais se encontram subjacentes princípios de variabilidade e reversibilidade que expressam valores culturais e identitários de agregação colectiva. A consideração destes espaços não se baseia na exploração de valores morfotipológicos concretos mas nas possibilidades de intervenção sobre o construído incluindo valores relacionais onde se confrontam quer os factos físicos patrimoniais aí presentes, quer um conjunto de factores intangíveis que o validam. É nessa relação de encontro e confronto entre o património físico e intangível que se abordam as capacidades destes espaços enquanto lugar e se determinam as suas qualidades e propensão à polivalência e mutação.

A linha de pensamento aqui desenvolvida assenta nos pressupostos da construção dos lugares públicos enquanto factos complexos onde a sua qualidade patrimonial advém não só do seu intrínseco valor material, mas também das suas capacidades enquanto elemento activo e participativo no quotidiano da colectividade. À reflexão sobre o património e sua validade encontra-se subjacente uma complexa relação de sistemas, derivada da sua inclusão na cidade e no território, objecto e contexto físico, assim como uma profunda relação entre o facto classificado e os rituais que lhe atribuem significado, objecto e contexto sócio-cultural.

A desvalorização dos usos atribuídos ao bem patrimonial tem por base uma abordagem sobrevalorizadora da sua matéria, exacerbando conteúdos artísticos e esvaziando-o dos seus valores sociais e prosaicos da participação no quotidiano, delapida parte significativa das lógicas inerentes aos factos patrimoniais e à sua inclusão na cidade.

Assim, demonstra-se a pertinência da inclusão de valores de uso e de activação cíclica nas metodologias de intervenção sobre o património. Não se apresentando para isso, uma metodologia concreta de intervenção,

nomeadamente na abordagem da matéria, mas antes um conjunto de valores ou passos metodológicos a incluir num processo de intervenção sobre o espaço da cidade.

Do percurso desta dissertação poder-se-ão avaliar três grandes elementos que reflectem sobre: a **validade patrimonial do espaço público**; a **validade patrimonial dos factos construídos** e que se relacionam a partir do espaço público; a **validade patrimonial de ritos e mecanismos efémeros** dinamizadores do espaço público. Entre estes três elementos existe uma relação recíproca e simultânea, sendo que, o reconhecimento da validade de um se repercute sobre os restantes. Logo, a reflexão aqui apresentada percorre o espaço público na sua intrínseca qualidade ambiental, debruçando-se sobre o seu desenho e o desenho dos elementos físicos envolventes, à qual reúne a qualidade de fenómenos intangíveis, num âmbito de produto/produtor do ambiente físico, determinando o reconhecimento, capacidade memorial e patrimonial do espaço.

Os valores de polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada decorrem da íntima relação entre estes três elementos que se qualificam e valorizam mutuamente. Enquanto factos e eventos patrimoniais, testemunhos civilizacionais e culturais, o reconhecimento destes espaços decorre de uma acção simultânea envolvendo a comunidade. Os espaços da variação e as peças arquitectónicas aí presentes desligam-se do nível dos ícones para se colocarem entre os elementos participativos com os quais o cidadão interage.

5.1 Reconhecimento e valorização do património construído e intangível

A validade patrimonial dos espaços e factos construtores da cidade advém de uma tripla conjugação de elementos: matéria, uso e reconhecimento. Embora a discussão sobre a intervenção patrimonial se foque essencialmente na matéria, valorizando o suporte e a sua qualidade construtiva e artística, uma abordagem dos espaços da cidade e da capacidade de perduração da memória e valores latentes na matéria só é possível por meio do estabelecimento de relações entre os factos construídos e a colectividade. Um envolvimento deste tipo, estendendo no tempo usos, confronto e experiência do património, permite que o reconhecimento da herança colectiva não seja apenas uma valorização de figuras mas antes uma valorização de modos de estar e interagir com os lugares. A vida do património e respectiva capacidade memorativa só é possível por meio de uma estrita dialéctica entre factos físicos e sociedade, havendo como que uma construção mútua e contínua dos seus elementos.

Os contextos ditos patrimoniais são estáveis, sendo essa consolidação valor determinante do projecto porque constitui parte perene, irreversível, tão importante e presente por ser ela que molda e prefigura o lugar. A intervenção sobre os lugares constitui-se assim como justaposição, reparação ou ajuste de elementos que continuem a narrativa do lugar. Não se pode cair na conversão do património em relíquia, sobrevalorizando o passado por processos de esvaziamento da sua capacidade participativa e construtora de presente. Como tal, os factos patrimoniais submetem-se a uma valorização mútua, contínua e interdependente aos factos construídos e valores de apropriação subjacentes ao quotidiano e a momentos excepcionais de carácter cíclico.

Nos espaços de uso variável a possibilidade de activação e exercício da variação resultam da pré-disposição patente no grau de liberdade concedido pelo desenho urbano. O excesso de projecto, ou carácter propositivo

das propostas de intervenção sobre estes espaços públicos, como verificado nos casos de estudo, aniquila capacidades e fenómenos latentes contidos na sua materialidade e memória, eliminando a polivalência necessária aos lugares de expressão da cultura, hábitos e ritos da comunidade. O reconhecimento da validade patrimonial destes factos urbanos e respectivos componentes arquitectónicos dependem assim de uma intervenção sobre a matéria construtora do seu ambiente capaz de conciliar os valores pertencentes às dimensões física e intangível caracterizadoras do lugar. A intervenção responde assim às funções de relação, socialização e reconhecimento intrínsecas aos lugares públicos e aos lugares da memória e identidade colectiva.

A inclusão do efémero e dos fenómenos de manifestação cultural, quotidiana e cíclica, exigem uma nova perspectiva das metodologias de intervenção, concedendo margem de manobra a uma ocupação criativa do espaço. Estes incluem-se entre a matéria construída perene como valor acrescido aos seus significados e como materialização dos ritos intrínsecos aos factos patrimoniais presentes no espaço público. A arquitectura e o desenho de espaço público podem dispor de elementos que os integrem no espaço, consagrando assim as manifestações cíclicas como extensão do espaço e suas arquitecturas. Por outro lado, estes mecanismos, associados à variação e transformação da imagem e qualidade do espaço público, devem ser também eles consagrados como elemento patrimonial. Os mecanismos efémeros reflectem práticas e tradições e permitem envolver a colectividade em acções de transformação, crítica e consciencialização sobre os seus espaços e elementos plásticos de referência. Encontra-se implícita uma relação biunívoca entre espaço e actividade, da qual depende atribuição de significado e a sua dimensão relacional, regulada pelo contexto histórico-cultural.

Encontram-se nos modos de entender e intervir ciclicamente sobre a cidade a compatibilização e equilíbrio entre factos patrimoniais e a necessária transformação e avanço, possibilitando uso e reconhecimento da sua validade patrimonial pela comunidade Daí resulta como factor significativo a possibilidade de (re)validação de factos que, sobre a matéria e valores do passado, ampliam o seu reconhecimento através de uma transposição crítica de um universo simbólico actualizado perante as ideias e práticas sociais vigentes. Os espaços de uso variável, espaços de gestão do património físico e imaterial, permitem acompanhar as necessidades da sociedade tendo presente a precedência da matéria patrimonial na consolidação da sua imagem e identidade colectiva.

A abordagem dos espaços urbanos da variação e manifestação cíclica (campos, rossios, terreiros) é frequentemente balizada entre duas atitudes extremas: abandono das suas potencialidades; excesso de figuração de propostas implementadas.

O abandono, ou falta de projecto, prendendo-se à carência de uma consciência sobre o potencial destes espaços na cidade, sobrevalorizando uma das suas funções (geralmente a de feira ou romaria) em detrimento de uma vivência constante e plurifuncional. O espaço é intensamente usado e valorizado em função de determinado evento resultando que no intervalo temporal entre tais actividades estes espaços permanecem como resíduo, um imenso vazio dentro da cidade. Espaços que pela sua dimensão e carência de equipamentos ou mecanismo de agregação em seu redor não se impõem como factos sugestivos, enriquecedores da variedade urbana, não se constituindo como possibilidade de encontro, reunião e manifestação para além do grande evento que determina a sua escala.

A incúria sobre o seu estado e parca dinamização em nada valoriza o seu espaço e os seus elementos patrimoniais, negando a sua potencialidade quer ao nível físico, quer ao nível simbólico e referencial que poderia assumir para os cidadãos. É-lhe negada a capacidade de articulação nas relações entre o ambiente global e a colectividade, mas acima de tudo a possibilidade de se assumirem como elemento centralizador e dinâmico na vida urbana.

Por outro lado, a necessidade de mostrar obra por parte dos poderes públicos e a pretensão de marcar tempo e lugar nos espaços da cidade, que se reflecte em programas eleitorais e programas de regeneração urbana, assiste-se a um fenómeno de excesso de projecto. Este compreende a desmesura de atitudes sobre o espaço como se este abarcasse toda uma série de funções e objectos, numa tentativa de valer tudo e tudo prever. No entanto, é essa mesma atitude que aniquila a sua possibilidade de funcionamento impedindo a realização quer da variedade de eventos associados ao espaço e a equipamentos e peças patrimoniais de valor significativo, quer de possibilidades de representação por parte da comunidade ou de alguns dos seus grupos. A pretensa ocupação do espaço pela sua especialização, determinação e controlo total sobre as suas actividades deixa de lado margem necessária a uma eficaz polivalência e possibilidade de mutação.

Simultaneamente, a especialização e monofuncionalidade dos usos do construído em seu redor aniquilam essa capacidade de mutação e de apropriação efectiva do espaço aberto. Ainda que a metodologia de intervenção sobre o construído seja em muitos aspectos diferente da metodologia de intervenção sobre os espaços abertos só um entendimento global numa estratégia conciliadora destes dois elementos de construção da cidade poderão tornar o projecto de intervenção eficaz em ambos os sentido. De outro modo poder-se-ia correr o risco de o projecto não ser mais do que uma composição de pavimentos sem nenhuma mais valia ou possibilidade de participação e extensão sobre e do património envolvente, assim como da colectividade que o reconhece.

5.2 O território da variação como pressuposto para a intervenção no património

A intervenção sobre os lugares patrimoniais pretende qualificá-los por intermédio de elementos perenes, que estabelecendo-se como base, asseguram a narrativa do lugar e a sua capacidade de suporte ao quotidiano. No entanto, na mútua qualificação entre factos perenes e efémeros, derivada da manifestação de fenómenos cíclicos que expressam características culturais do contexto, o efémero pode-se considerar ele próprio intervenção. Intervenção porque actua sobre os valores da materialidade e espacialidade do lugar, reflectindo-se sobre a sua imagem e reconhecimento.

O projecto de intervenção sobre os lugares da variação contempla assim duas modalidades: uma relativa à operação sobre os valores e factos perenes da sua caracterização; outra relativa aos factos efémeros que, apoiando-se sobre os elementos constantes, alteram a sua configuração determinando novas leituras. As políticas de preservação e revitalização devem assim basear-se não somente no acto da intervenção sobre a matéria do lugar, mas também, na tomada de consciência dos valores subjacentes ao lugar que implicam uma intervenção participada e directa sobre o património por parte dos cidadãos.

A intervenção sobre os lugares da variação é assim capaz de estimular a consciência colectiva sobre o património, os seus significados e usos, levando a que a comunidade se envolva nos processos defendendo o património e o conjunto de hábitos institucionalizados em seu redor, face à degradação e destruição. Do mesmo resulta que os processos de intervenção devem, além da abertura à participação, consagrar uma efectiva integração do património numa vivência quotidiano e continuada da cidade, desligando-se de uma dimensão meramente documental ou icónica para se instituir como facto participativo.

Como tal, a intervenção sobre estes espaços implica o trabalho sobre fenómenos cíclicos, resultantes de eventos e ritos integrados na cultura local, assim como níveis de incerteza, resultantes de actos espontâneos subjacentes ao quotidiano e à capacidade de interpretação e exploração de valores latentes no espaço. Essa incerteza não resulta contudo em indefinição ou desvalorização de valores patrimoniais, senão na exploração de capacidades dinâmicas intrínsecas à interpretação pessoal e colectiva sobre a matéria histórica e memorativa.

Na sua interferência cíclica sobre o espaço público, os mecanismos efémeros constituem-se como intervenção, devendo para tal qualificar as suas estruturas e ampliar relações concedendo lugar à participação da colectividade sobre o seu espaço existencial. Estes permitem uma constante renovação de laços entre a configuração física ambiental e o reconhecimento dos espaços e seus conteúdos (nomeadamente memorativos) pela comunidade, ampliando o sentido de posse sobre o espaço e os seus elementos construídos.

As metodologias apontadas perseguem o ideal de intervenção sobre os factores qualificativos do espaço urbano tendo por base a exploração de capacidades de sugestão do material físico, funcional e simbólico presentes no espaço público. O carácter excessivamente propositivo de uma intervenção, condicionando as possibilidade de relação com tais espaços, infere sobre os modos de ocupação e utilização destes eliminando territórios tão delicados, mas tão necessários, como os da ambiguidade e incerteza. Uma intervenção sobre estes espaços, num entendimento estrito da sua matéria convertendo-os em figuras autónomas, acentua rupturas urbanas e invalida dinâmicas de uso, apropriação e reconhecimento.

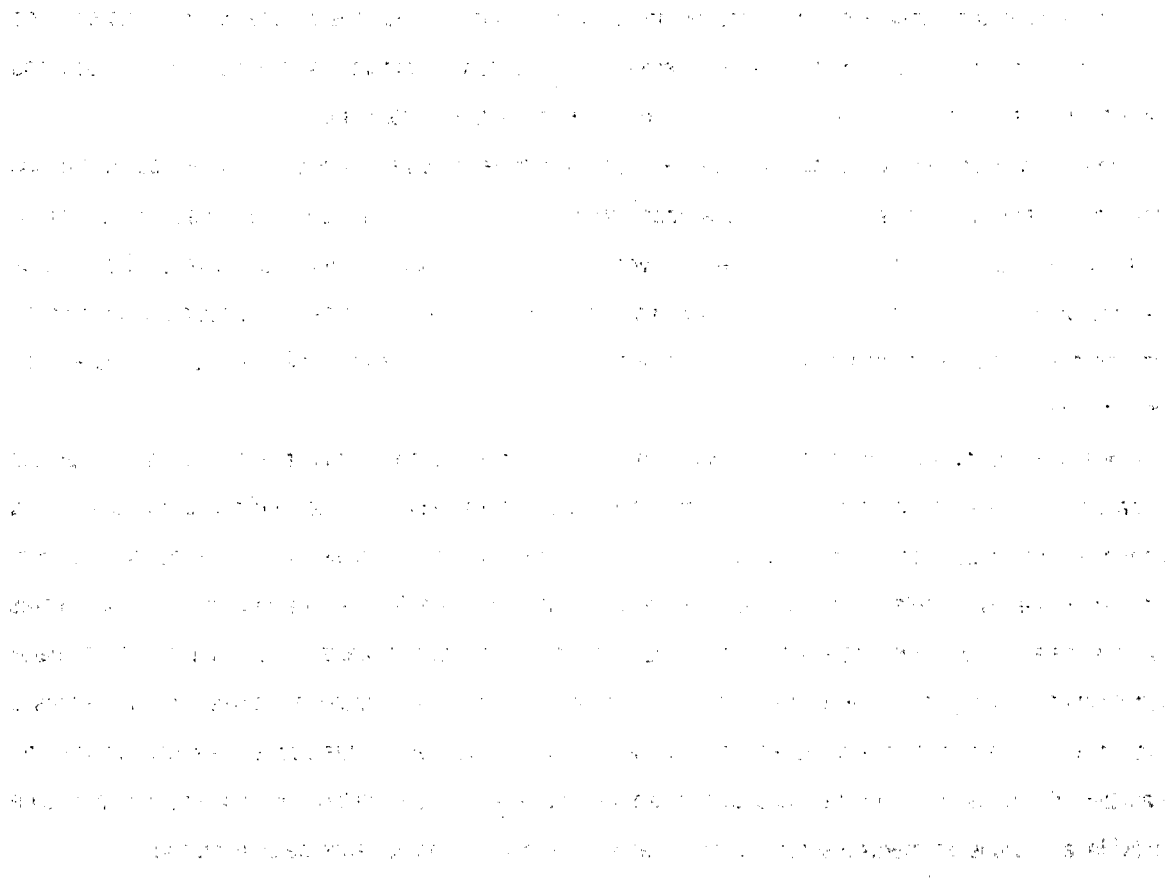
O trabalho sobre as sugestões enunciadas pelo espaço deve assim ser tratado numa relação entre informação e memória contida na matéria construtora do espaço e nos fenómenos de apropriação sobre o espaço. Sugestões ao nível das formas, materiais empregues, modelação da luz, variação funcional e da insubstituível capacidade de se assumir como lugar de representação e reunião dos cidadãos.

A inclusão da relação de valores físicos e intangíveis sobre as metodologias de intervenção patrimonial assenta numa profunda análise e avaliação do lugar, entendendo-o como parte de um sistema complexo que ultrapassa os seus limites físicos. A análise sobre as antecedentes ultrapassa assim a descrição de factos para se converter em instrumento de projecto. A intervenção consiste em projectar sobre o projectado, procurando formas e valores latentes e propostos quer na matéria antecedente, quer nos hábitos instituídos sobre o espaço. Este modo de entender a intervenção desliga-se do carácter cristalizador do restauro urbano para avançar no desenvolvimento e compatibilização entre passado e presente. A intervenção sobre o património coloca-se deste modo como uma relação de conhecimento e construção contínua a partir dos factos e da tradição, em vez de uma relação de obediência e manutenção artificial de pressuposto destituídos de reconhecimento. A intervenção é uma acção de crítica e de consciencialização do construído, sendo mais do que a reinvenção do lugar, uma continuação da sua narrativa conjugada no presente.

A aplicação deste pensamento aos espaços da variação resulta do valor destas lugares enquanto sínteses condensadoras de matéria patrimonial de referência, significados, dinâmicas e modos de apropriação caracterizadores da cultura e identidade dos núcleos urbanos em que se integram.

A intervenção encontra-se assim subjacente a uma descoberta sobre o existente. Uma descoberta dos valores e memorias intrínsecos à sua qualidade formal, funcional e semântica, que constituem os factos patrimoniais como suportes estimulantes e evocativos da expressão cultural da cidade. Os valores sedimentados na cidade são revisitados, reavaliados e (re)usados como factores de acréscimo qualitativo às acções que aí decorrem, desafios ao enriquecimento do património e da dimensão cultural e identitária da comunidade.

A variação sobre as metodologias de intervenção no património, nomeadamente no que se refere aos espaços colectivos, surge como factor de ampliação da sua abrangência e reconhecimento permitindo uma contínua revalidação dos factos construídos e sua adopção, sentido de posse por parte da comunidade. Enquanto lugares de relação e referência, contendo parcelas importantes da vida pública da cidade, estes lugares pela complexidade relacional, memorativa e patrimonial que encerram, concentram em si parte significativa da imagem e identidade urbana. Um mesmo espaço detém material, sugestões, promessas e propostas suficientes para dar *espaço* e *lugar* a uma multiplicidade de interacções. As capacidades de variabilidade intrínsecas a dado espaço urbano são demonstradas na sua aptidão física ao desenvolvimento de actividades cíclicas, efémeras e espontâneas, reclamando a reunião e participação da comunidade.



Fontes

Bibliografia

Índice de figuras, quadros e plantas.

Bibliografia

AAVV. *Arquitectura Popular em Portugal.* Lisboa: Associação dos arquitectos portugueses, 3ª edição, 1988.

AA.VV. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Temas e debates, Lisboa, 2005.

AA.VV. *Diccionario Metapolis, arquitectura avanzada.* ACTAR, Barcelona, 2001.

AA.VV. *Partnerships for world heritage cities. Culture as a vector for sustainable urban development.* World Heritage Papers, UNESCO World Heritage center, Paris, 2003.

AA.VV. *Values and heritage conservation.* Research report. The Getty Conservation institute, Los Angeles, 2000. Disponível em http://www.getty.edu/gci

AA.VV. *III encontro nacional de municípios com centro histórico.* Associação portuguesa de municípios com centro histórico, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

AGUIAR, José. *Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português,* in "sociedade e território", nº 21, Porto, 1995.

AGUIAR, José. *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património.* FAUP publicações, Porto, 2002.

ALMEIDA, Carmén. *Riscos de um século, memórias da evolução urbana de Évora.* Câmara Municipal de Évora, Évora, 2001.

ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço urbano. Proposta metodológica.* Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2003.

ALVES COSTA, Alexandre. O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade. In "Jornal dos arquitectos", nº 213, Lisboa, 2003.

AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna.* Celeste ediciones, Madrid, 2000. (edição original 1997)

AMENDOLA, Giandomenico. Paure in cittá. Liguori editore, 2003.

ANDERSON, Stanford. *On Streets.* The MIT press, Cambridge Massachusetts, 1991.

ANDRADE, Amélia Aguiar. *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima.* Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projecto e destino.* Editora Ática, São Paulo, 2001.

ASCHER, François. *Metapolis. Acerca do futuro da cidade.* Celta, Oeiras, 1996.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.* Bertrand Editora, Lisboa, 1998, (edição original 1992)

BAPTISTA, António J. Mendes; MARTINHO, Maria Albina. *Programas Urban e Reabilitação Urbana. revitalização das áreas em crise.* Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, 1997.

BARATA SALGUEIRO, Teresa. *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana.* Edições Afrontamento, Porto, 1992.

BACHTIN, M. L'*opera di Rabelais e la cultura popolare*. Einaudi, Torino, 1979.

BACON, Edmund N., *Design of Cities,* Thames and Hudson, London, 1992. (edição original 1967)

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha. *Évora na idade média.* Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de investigação ciência e a tecnologia, Lisboa, 1995.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa.* Editorial Presença, Lisboa, 1995.

BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura moderna.* Gustavo Gili, Barcelona, 1996. (Edição original 1960)

BESSER, Howard. *Intellectual Property: the attack on public space in cyberspace.* UCLA, School of Education & Information, 2004. Disponível em http://www.gseis.ucla.edu

BORJA, Jordi, *Ciudadanía y espado público. In* AA.VV. *Ciutat real, ciutat, ideal. Significant i funció a l'espai urbá modern.* Urbanitats, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, Barcelona, 1998. Disponível em http://urban.cccb.org/

BORJA, Jordi, MUXí, Zaida, *El espacio público: ciudad y ciudadanía,* Electa, Barcelona, 2003.

BONET CORREA, Antonio. *Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español.* AKAL – Arte y estética, 1990.

BONET CORREA, Antonio. *Morfología y ciudad : urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en España.* Gustavo Gili, Barcelona, 1978.

BRANDÃO, Pedro; REMEXE, António. *Design de espaço público: deslocação e proximidade.* Edição Centro Português de Design, Lisboa, 2004.

BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro.* Einaudi, Torino, 1963.

CÁCERES, Rafael de; FERRER, Montserrat; SERRAT, Carles. *Barcelona espacio público : homenaje a Josep Maria Serra Martí.* Ajuntament de Barcelona, Barcelona, 1993.

CANDEIRA, José A. López. *Diseño urbano. Teoria y pratica.* Munilla-Leria, Madrid, 1999.

CASTEL-BRANCO PEREIRA, João. *Arte efémera em Portugal.* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.

CASTELLS, Manuel, BORJA, Jordi, *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la infonnación,* TAURUS, Madrid, 1997.

CASTELLS, Manuel. *Espacios públicos en la sociedad informacional. In* AA.VV. *Ciutat real, ciutat, ideal. Significant i funció a l'espai urbá modern.* Urbanitats, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, Barcelona, 1998. Disponível *in* http://urban.cccb.org/

CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo.* Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

CERVELLATI, Pier luigi. *I piani di Pier Luigi Cervellati per Palermo e Catania.* in "Urbanistica", nº 108, Roma, 1997.

CERVELLATI, pier Luigi; SCANNOVINI, R; ANGELIS, C. de. *La nouvelle culture urbaine – Bologne face à son patrimoine.* Éditions du Seuil, Paris, 1981. (1ª edição 1977).

CESARI, Maurice. *El espacio colectivo de la ciudad.* Colección de urbanismo, Oikos-Tau, Barcelona, 1990. (edição original 1976)

CHEUCA GOIMA, Fernando. *Breve história do urbanismo.* Ed. Presença, Lisboa, 1982.

CHOAY, Françoise; MERLIN, P. *diccionnaire de l'urbanisme et de l'amenagement.* PUF, Paris, 1998.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do património.* Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000.

CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie.* Essais, Éditions du Seuil, Paris, 1965.

COELHO, Adolfo. *Festas, costumes e outros materiais para uma etnologia de Portugal.* Publicações D. Quixote, Lisboa, 1993.

COHEN, Jean – Louis. *Learning from Barcelona. In* AA.VV. *Ciutat real, ciutat, ideal. Significant i funció a l'espai urbá modern.* Urbanitats, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, Barcelona, 1998. Disponível em http://urban.cccb.org/

Comissão Europeia. Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano. *Cidades europeias sutentáveis.* Comissão europeia, Bruxelas, 1996.

CONDE, Yago. *Arquitectura de la indeterminacón.* ACTAR, Barcelona, 2000.

CONNERTON, Paul. *How Societies Remenber.* Cambridge University Press, Cambridge, 1989.

VIOQUE CUBERO, R. *Las plazas del casco histórico de Sevilla. Apuntes sobre el origen y evolución morfológica.* Junta de Andalucía. Consejeria de Obras Publicas y Transportes, Sevilla, 1987.

CULLEM, Gordon. *Paisagem urbana.* Edições 70, Lisboa, 2004.(edição original 1959)

DE CARLO, Giancarlo. *Un nuovo piano per Urbino. Tra il piano del 1964 e il piano del 1994.* in "Urbanistica", nº 102, Roma, 1995

DI STEFANO, Roberto. *Il recupero dei valori. Centro storici e monumenti limiti della coservazione e del restauro.* Edizione scientifiche italiane, Napoli, 1979.

DUQUE, Félix. *Arte público y espacio político.* Ediciones Akal, Madrid, 2004.

ECHEVERRIA, Javier. *Cosmopolitas domésticos.* Colección Argumentos, Anagrama, Barcelona, 1995.

FERNANDEZ, Jose Luis Garcia; ROUCO, Lena Saladina Iglesias. *La plaza en la ciudad e otros espacios significativos.* Hermann Blume, Madrid, 1986.

FAVOLE, Paolo. *La plaza en la ciudad contemporánea.* Gustavo Gili, Barcelona, 1995.

FORTIER, Bruno. *L'amour des villes.* Pierre Mardaga, Liége, 1994.

FORTY, Adrian; KÜCHLER, Susanne. *The art of forgetting.* Berg, Oxford, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O pensamento do exterior.* Fim de século, Lisboa, 2001.

GAUSA, Manuel, GERALLART, Vicente, MÜLLER, Willy, SORIANO, Frederico, MORALES, José, PORRAS, Fernando, *Diccionario: Metapolis, Arquitectura Avanzada,* ACTAR, Barcelona, 2001.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. *Novos espaços urbanos.* Gustavo Gili, Barcelona, 2002.

GEHL, Jan. *Winning back the public spaces. In* Conferência no simpósio "(In)visible cities. Spaces of hope, spaces of citizenship". Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona. Disponível em http://urban.cccb.org/

GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie cittá ed edilizia nuova.* Edizione Cittá Studi, Turim, 1995 (1ª edição 1931)

GOMES, Paulino. *Barcelos. Princesa do Cávado.* Anégia editores, Paços de Ferreira, 1998.

GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon. *Splintering Urbanism.* Routledge, London, 2001.

GREGOTTI, Vittorio. *Il disegno degli spazi aperti.* In Casabela nº 527. Electa, Milão, 1986.

GREGOTTI, Vittorio. *Il território dell'achitettura.* Feltrinelli, Milano, 1966.

GUARDIGLI, Decio. *Festen. Promemoria per il laboratorio Architettura della festa. in* "Urbanistica", nº 125, Roma, 2004.

HEITOR, Teresa Valsassina. *A vulnerabilidade do espaço em Chelas. Uma abordagem sintáctica.* Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2001.

HALL, Peter. *Cities in civilization: culture, innovation, and urban order.* Phoenix Giant, London, 1999.

HORTA-CORREIA. *Urbanismo em Portugal.* In Dicionário de história de Portugal, Alfa, Lisboa, 1985.

INDIAS CORDEIRO, Graça. *Sociabilidade e associativismo popular em Lisboa: alguns elementos para a identificação de um terreno urbano.* in "Viver (n)a Cidade", LNEC, ISCTE, Lisboa, 1990.

JACOBS, Allan. *Greats Streets.* The MIT Press, Cambridge Massachusetts, 1995.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* Martins Fontes, São Paulo, 2001. (edição original 1961)

KOSTOF, Spiro. *The city assembled. The elements of urban form through history.* Thames and Hudson, London, 1992.

LAMAS, António Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2000.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade.* Colecção arte & comunicação, Edições 70, Lisboa, 1996. (Edição original 1960)

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade.* Colecção arquitectura & urbanismo, Edições 70, Lisboa, 1999. (Edição original 1981)

LOPES, Flávio. *Património arquitectónico e arqueológico classificado.* IPPAR, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1993.

LOURENÇO, Nuno. *Elogio do Lazer. In* "Jornal dos Arquitectos", nº 206, Lisboa, 2002.

MAMOLI, M.; TREBBI, G. *Storia dell'urbanistica. L'Europa del secondo dopoguerra.* Editori Laterza, Bari, 1988.

MONESTIROLI. Antonio.*La arquitectura de la realidad.* Ediciones del Serbal, Barcelona, 1993.

MONTEZ, Paulino. *As belas artes nas festas públicas em Portugal.* Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1931.

MORANDI, Maurizio. *La cittá vissuta: significati e valori dello spazio urbano.* Alínea editrice, Firenze, 1996.

MORANDI, Maurizio. *Inquietudini e sicurezza nelle architecture e negli spazi della cittá. In.* AMENDOLA, Giandomenico. *Paure in cittá.* Liguori editore, 2003.

MOREIRA, Manuel António Fernandes. *Subsídios para o estudo da economia e sociedade de Ponte de Lima na época de quinhentos.* Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1996.

MORRIS, A. E. J.. *History of urban form. Before the industrial revolutions.* Longman group UK limited, London, 1974.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.* Martins Fontes, São Paulo, 1998.

NORBERG SCHULTZ, Christian. *Existencia, espacio y arquitectura.* Blume, Barcelona, 1975.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. *Festividades ciclicas em Portugal.* Publicações D. Quixote, Lisboa, 1995.

OLSEN, Donald J.. *The city as a work of art: London.* Yale university press, New Haven, 1986.

PAQUOT, T. ; RONCAYOLO, M.. *Villes & civilisation urbaine. Antologia secs XVII-XX.*

PAULHANS, Peter. *La ciudad peatonal.* Colección arquitectura/perspectivas, Gustavo Gili, Barcelona, 1979.

PAULINO, Raquel. *Da estratégia de valorização ao processo de regeneração urbana?* Dissertação de mestrado em planeamento e projecto do ambiente urbano, Universidade do Porto, FAUP / FEUP, 2004.

PEDROSO DE LIMA, Miguel. *O recinto muralhado de Évora.* Estar, Évora, 1996.

PETTENA, Gianni. *Effimero urbano e cittá.* Marsilio, 1979.

PETTENA, Gianni. *Radicals. Architettura e design 1960/75.* Il Ventilabro, Firenze, 1996.

PORTAS, Nuno. *A cidade como arquitectura.* Livros Horizonte, Lisboa, 1969.

PORTAS, Nuno. *Espaço público e cidade emergente. in* Catálogo da exposição "A arquitectura do espaço público", triennale di Milano, Milano, 1997.

PORTAS, Nuno. *Interpretazioni del progetto urbano. in* "Urbanistica", nº 110, Roma, 1998.

PORTAS, Nuno. *Notas sobre a intervenção na cidade existente. in* "Sociedade e Território", nº 2, Porto, 1985.

PORTAS, Nuno. *Viver na cidade.* in "Viver (n)a Cidade", LNEC, ISCTE, Lisboa, 1990.

QUARONI, Ludovico. *Il Progetto per la Cittá. Dieci Lezioni.* Edizioni Kappa, Roma, 1996.

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana.* Colección arquitectura/perspectivas, Gustavo Gili, Barcelona, 1978.

RAU, Virgínia. *Feiras medievais portuguesas.* Presença, Lisboa, 1982.

REIS, António Matos. *Ponte de Lima no tempo e no espaço.* Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2000.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *A cidade: rumo a uma nova definição.* Afrontamento, Porto, 1994.

RIBEIRO, António Pinto. *Cidade em performance. Performing the city. in* "Prototypo", nº 7, Lisboa, 2002.

RIEGL, Alois. *Il culto moderno dei monumento. Il suo carattere e i suoi inizi.* Nuova Alfa Aditoriale, Bologna, 1990. (Edição original 1903)

RINCON, Wifredo. *Plazas de España.* Espasa, Madrid, 1999.

RIVAS SANZ, Juan Luís de las. *El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana.* Secretariado de publicaciones, Valladolid, 1992.

ROBERTS, Peter, SYKES, Hugh, *Urban Regeneration,* A *Handbook,* SAGE, Londres, 2000.

ROGERS, Ernesto Nathan. *Esperienza dell'architettura.* Skira, Milano, 1997.

RONAN, Paddison. *Handbook of urban studies.* SAGE, London, 2001.

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad.* Gustavo Gili, Barcelona, 1995. (Edição original 1971)

RYKWERT, Joseph. *La ciudad como un mal curable. Ritual e histeria.* Hermann Blume, Madrid, 1985, disponível em http://www.revistacontratiempo.com.ar

SALGUEIRO, T.B. *A cidade em Portugal, uma geografia urbana.* Afrontamento, Lisboa, 1992.

SECCHI, Bernardo. *Prima lezione di urbanística.* Editori Laterza, Roma, 2000.

SECCHI, Bernardo. *Progetto di suolo.* in "Casabella", nº 520/521, Milano, 1986.

SICA, Gracia Gobbi; DE CRISTINA, Benedett. *Architettura e rinnovo urbano.* Alinea aditrice, Firenze, 1999.

SITTE, Camillo. *Construccion de Ciudades : sègun principios artisticos.* Editorial Canosa, Barcelona, 1927.

SMITH, Neil, WILLIAMS, Peter. *Gentrification of the city.* Allen & Unwin, Boston, 1986.

SOLÁ-MORALES, Ignacio. *Dal contrasto all'analogia. In* "Lotus international", nº 46, Milano, 1985.

SOLÀ-MORALES, Ignacio. *La reparation des villes. In* AA.VV. *La Ville. Art et architecture en Europe 1870-1993.* Centre Georges Pompidou, Paris, 1993.

SOLÀ-MORALES, Ignacio. *Terrain vague. In* "Quaderns", nº 212. ACTAR, Barcelona, 1996.

SOLA MORALES, Manuel. *Espaços públicos/ Espaços colectivos.* In "Urbanismo", nº4, Lisboa, 1999.

TSIOHIS, Yannis. *Ville – cite des patrimonies européenes,* Picard, Paris, 1998.

TEIXEIRA, M. *A praça na cidade portuguesa.* Livros horizonte, Lisboa, 2000.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII.* Livros horizonte, Lisboa, 1999.

TOMÉ, Miguel. *Património e restauro em Portugal (1920-1995).* FAUP publicações, Porto, 2002.

TRIGUEIRO, António Júlio Limpo. *Barcelos histórica monumental e artística.* Edições APPACDM Distrital de Braga, Braga, 1998.

TUSSI, Laura. *Línterpretazione de Bachtin: Festa espressione de "basso materiale corporeo". La rivoluzione nel popolo.* 2004. Disponível em http://www.edscuola.it

VENTURI, Robert. *Complexidade e contradição em arquitectura.* Martins Fontes, São Paulo, 1995. (1ª edição 1966).

VIEIRA, Amândio de Sousa. *Ponte de Lima: Outros Tempos, 1858-1949.* Foto Lethes, Ponte de Lima, 1994.

VITALE, Daniele. *La questione dell'antico e il destino delle cittá.* Politécnico di Milano, Milano, 1993.

ZAFFAGNINI, Mario. *Progettare nel tessuto urbano.* Alínea editrice, Firenze,

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitectura.* Martins Fontes, São Paulo, 1996.

ZUGNI-TAURO, Anna Paola. *Un laboratorio per i centri storici.* Editoriale Programma, Padova, 1984.

Índice de figuras

Capa

Trayectorias individuales azarosas. Foto de Adriá Goula, Zaragoza, Outubro 1996. *in* AA.VV. *Diccionario Metapolis, arquitectura avanzada.* ACTAR, Barcelona, 2001, pp. 77.

1. Exposição do objecto e conceitos de estudo

2. Espaço público: espaço relacional e construção urbana

2.1 Praça de Espanha, Roma. Os mecanismos arquitectónicos como dispositivo para o encontro, confronto, observação e exibição dos cidadãos na cidade. In

2.2. Piazza della Signoria. 2.2.1 Vista da praça desde a Loggia. 2.2.2 Vista da Loggia Dei Lanzi desde a praça. In Imagens do Filme

2.3 Covent Garden, Londres, três fases da sua evolução. 2.3.1 Vista da Praça urbana rodeada por edifícios regulares cujos porticados oferecem mecanismos de suporte e protecção ao vazio central. In QUARONI, Ludovico. Il Progetto per la Cittá. Dieci Lezioni. Edizioni Kappa, Roma, 1996, pp. 122. 2.3.2 Interior do mercado construído no centro da antiga praça. Disponivel *in* http://WWW.capital-calling.com2.3.3 Com a transferência do mercado em 1974 o edifício e espaços envolventes dão lugar a um novo centro cívico da cidade conjugando comércio, cultura e lazer. Disponível *in* http://WWW.capital-calling.com

2.4 Piazza Santa Maria Novella em Florença. 2.4.1 Uso do espaço aquando da realização das corridas de coches (séc. XVIII). Disponível *in* http://www.firenzelibri.com 2.4.2 Conjunto de obeliscos, monumentos perenes que consolidam a imagem do lugar e relacionam o quotidiano com o fenómeno cíclico. Disponível *in* http://www.florin.ms

2.5 Scoppio Del Carro frente ao Duomo de Florença. O mecanismo central da festa é usado ciclicamente na festa referenciando-se a um tempo e evento específico sobre o espaço público. *In* WIRTZ, Rolf C. Florença. Colecção arte e arquitectura, Könemann, Colónia, 1999, pp. 475.

2.6 Bancadas na Praça de barrancos. Os elementos usados na transformação do espaço central desta vila alentejana são usados ciclicamente, marcando fortemente o espaço e a imagem do evento. *in* AAVV. Arquitectura Popular em Portugal – 3º Volume. Lisboa: Associação dos arquitectos portugueses, 3ª edição, 1988, pp. 116.

2.7 Serpentine pavillion, Londres, 2005. Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura. Disponível *in* http://www.serpentinegallery.org

2.8 Fogo de artifício na corte de D. João V. Terreiro do Paço, 26 de Outubro 1728. *in* HERMANO SARAIVA, José. *História de Portugal.* Publicações alfa, Lisboa, 1983. Volume 3, pp. 57.

2.9 Gravura de Dirk Stroop com imagens do cortejo das cerimónias do casamento de D. Catarina de Bragança. Terreiro do Paço, 1662. *in* HERMANO SARAIVA, José. *História de Portugal.* Publicações alfa, Lisboa, 1983. Volume 3, pp. 30.

3. Metodologias de intervenção em espaço público

3.1 Camillo Sitte. Estudos planimétricos de praças urbanas numa página do manuscrito original de "*Der städtebau nacht seinen künstlerischen grundsätzen*". *in* LAMAS, António Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2000, pp. 250.

3.2 Mapa das intervenções de Haussmann em Paris. A traço cheio as ruas; a quadriculado as expansões; a raiado os novos parques e jardins. *In* LAMAS, António Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2000, pp. 213.

3.3 Plano de Barcelona de Ildefonso Cerda. *In* LAMAS, António Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia, Lisboa, 2000, pp. 217.

3.4 Plano do Ring de Viena. A branco os edifícios privados, a raiado os edifícios públicos e a negro as zonas verdes. *in* BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura moderna.* Gustavo Gili, Barcelona, 1996, pp. 113.

3.5 Projecto de Le Corbusier para a modernização de área insalubre (6º Bairro). *In* BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura moderna.* Gustavo Gili, Barcelona, 1996, pp. 548.

3.6 Roterdão 3.6.1 Vistas da cidade após os bonbardeamentos (1946). Disponível *in* http://www.ilexikon.nl 3.6.2. Cidade após a reconstrução, vista actual (2003). Disponível *in* http://www.4umi.com

3.7 Rua Dluga em Gdansk 3.7.1 vista em 1890. Disponível *in* http://www.gdansk.pl 3.7.2 Vista na actualidade. Disponível *in* http://www.gdansk.pl

Quadro 3.I – Comparação entre anteriores e novas metodologias de intervenção na cidade.

4. Referências e casos de estudo

4.1 Identificação sumária dos casos de estudo aprofundados na dissertação. 4.1.1 Évora – Rossio de S. Brás. 4.1.2 Barcelos – Campo da República. 4.1.3 Golegã – Largo Marquês de Pombal. 4.1.4 Pedras Rubras – Largo do Exército Libertador. 4.1.5 Miramar – Alameda do Sr. da Pedra. 4.1.6 Ponte de Lima – Zona ribeirinha (Areal, Avenida 5 de Outubro e Alameda de S. João). Imagem original.

4.2 Plaza Mayor de Riaza. Ao centro a zona em saibro ovaloide que regulariza o espaço e serve de base à sua variação. Institui uma praça dentro da praça, que se autonomiza com a sua activação e introdução de elementos efémeros. In RINCON, Wifredo. Plazas de España. Espasa, Madrid, 1999, pp. 127.

4.3 Plaza Mayor de Chinchón. 4.3.1 O espaço central autonomiza-se com a montagem de mercado ou estruturas de apoio à tourada. Observando-se dois planos que determinam a sua configuração (as barreiras e bancadas e as construções com os seus balcões, logo atrás. Disponível *in* http://www11.ocn.ne.jp 4.3.2 O evento desenvolve um conjunto de geometrias variáveis a partir da base construída. A variação é acentuada pelos mecanismos efémeros e efectivada pela movimentação e agrupamento das pessoas em função de interesses e do decorrer da festa. Disponível *in* http://www11.ocn.ne.jp

4.4 Plaza Mayor de Chinchón deste o centro com as estruturas da tourada e as tendas de mercado ao fundo. Disponível *in* http://www.manbos.com

4.5 Piazza del Campo, Siena. 4.5.1 Vista da praça a partir da Torre da Manga Disponível *in* http://www.asahi-net.or.jp 4.5.2 Vista da praça durante a realização das corridas. Disponível in http://www.ilpaliodisiena.com

4.6 Representação da entrada da princesa toscana, Violante de Baviera, na Piazza del Campo de Siena na noite de 12 de Abril de 1717. A gravura representa não só o cortejo e as alegria colectiva provocada pela ocasião como o conjunto de elementos efémeros, nomeadamente ao nível da iluminação que retirando partido de elementos existentes valorizam o espaço e o evento. In QUARONI, Ludovico. Il Progetto per la Cittá. Dieci Lezioni. Edizioni Kappa, Roma, 1996, pp. 33.

4.7 Piazza Santa Maria Novella. 4.7.1 Vista aérea da praça onde se reconhece a igreja, o edifício oposto com a loggia de Brunelleschi e o eixo formada pelos dois obeliscos. Disponível in Google 4.7.2 Figura do século XVIII representando o Palio dei Cocchi. Disponível *in* http://www.comune.fi.it

4.8 Piazza Santa Croce. 4.8.1 Vista aérea da praça onde se reconhece o espaço central em preparação para a realização do Calcio Storico. Disponível in Google 4.8.2 Figura do século XVIII com a representação do evento. Pela figura o espaço central seria encerrado através das barreiras e bancadas que delimitariam o campo. Disponível *in* http://www.comune.fi.it

4.9 Planta de Braga com os diferentes Campos em redor da cidade. in TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. O urbanismo português: séculos XIII-XVIII. Livros horizonte, Lisboa, 1999, pp. 87.

4.10 Rossio de S. Brás. 4.10.1 Vista a partir da Muralha. Identifica-se o monumento ao centro e ao fundo a Igreja da S. Brás. In ALMEIDA, Carmén. Riscos de um século, memórias da evolução urbana de Évora. Câmara Municipal de Évora, Évora, 2001, pp. 180. 4.10.2 Vista do espaço central. Imagem original

4.11 Vista Largo da Porta Nova e Campo da República a partir da torre do cimo da vila em postal dos anos 30. É possível ver do lado direito a igreja da Ordem Terceira entretanto demolida, assim como o campo ainda não arborizado. In LOPES, Flávio. Património arquitectónico e arqueológico classificado. IPPAR, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1993, pp. 14.

4.12 Largo do Arneiro 4.12.1 frente nascente do largo com as suas habitações do inicio do século XX. Imagem original. 5.12.2 Frente poente com os seus amplos muros que encerram pátios. Imagem original.

4. 13 Largo do Exercito Libertador em Pedras Rubras. 4.13.1 Vista de alameda do largo sem feira. Imagem original. 4.13.2 Vista da mesma alameda com feira. Imagem original.

4.14 Miramar. 4.14.1 Casas de apoio aos peregrinos, entretanto bastante descaracterizadas e convertidas em equipamentos de praia. Imagem original. 4.14.2 Ermida do Sr. da Pedra. Imagem original.

4.15 Vista de Ponte de Lima de 1780. Nesta vista é visível a cidade ainda amuralhada. No entanto, é possível visualizar o pelourinho no areal que se instituía como marco na organização espacial da feira, e um porticado de apoio à realização da mesma que se adossa aos panos de muralha sobre a praia. Ainda à direita é visível o espaço do mercado, com fonte, e onde no século vinte se implanta o mercado municipal. In REIS, António Matos. Ponte de Lima no tempo e no espaço. Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2000, pp. 88.

4.16 Ponte de Lima. 4.16.1 Areal de Ponte de Lima. Imagem original. 4.16.2 Vista do areal a partir da Alameda dos Plátanos. Imagem original. 4.16.3 Vista do interior da Alameda dos plátanos. Imagem original.

4.17 Rossio de S. Brás. 4.17.1 Vista aérea durante as festas de S. João. PEDROSO DE LIMA, Miguel. O recinto muralhado de Évora. Estar, Évora, 1996, pp. 51. 4.17.2 Pórticos em cada uma das entradas executadas para o evento. Imagem original.

4.18 Arcos para as festas do Corpo de Deus. 4.18.1 Pela sua implantação os arcos delimitam o espaço da feira a poente separando assim o espaço do comércio do espaço das celebrações religiosas, ou de suporte ao seu elemento focal (neste caso a igreja do Sr. da Cruz). Imagem original. 4.18.2 Os arcos são resultado de técnicas populares repetidas e renovadas ciclicamente. Imagem original.

4.19 Interior do Campo da República. 4.19.1 O interior do Campo da República caracteriza-se por um pavimento homogéneo e contínuo sobre o qual se plantam árvores a partir dos eixos centrais. Imagem original. 4.19.2 O espaço aberto e continuo é densificado e encerrado num serpentear de corredores de bancas e tendas. Imagem original.

4.20 Alameda das Barrocas. A sua condição de espaço protegido e arborizado permite a instalação da feira do livro que retira partido da sua organização linear e da métrica da arborização. Imagem original.

4.21 Largo do Arneiro a partir de uma das plataformas de observação na cobertura dos estábulos. 4.21.1 O espaço do picadeiro assume-se como elemento central na dinamização e organização espacial do evento. Imagem original. 4.21.2 As construções da envolvente são secundarizadas pela envolvente efémera erguida em redor do espaço. Imagem original.

4.22 Pedras Rubras. Fecho do espaço interior do largo face à envolvente. Imagem original.

4.23 Miramar. Relação de distancia entre os dois pontos que gerem as referencias sobre a paisagem e sobre o culto. 5.23.1 Igreja do Sr. da Pedra a partir do fim da alameda, visão sobre o divino. Imagem original.5.23.2 Praia e alameda a partir da Igreja, visão sobre o terreno. Imagem original.

4.24 Alamedas ribeirinhas de Ponte de Lima. 4.24.1 e 4.24.2 Alameda dos plátanos enquanto passeio público e enquanto passeio associados à realização das feiras novas. In VIEIRA, Amândio de Sousa. Ponte de Lima: Outros Tempos, 1858-1949. Foto Lethes, Ponte de Lima, 1994, pp. 39 e 40. 4.24.3 Alameda de S. João transformada para a realização das festas de S. João e suporte às cerimónias religiosas. Os dois espaços caracterizando-se por uma estrutura Linear distinguem-se pelo valor religioso da alameda de S. João, espaço focal, e pelo valor cívico da Alameda dos Plátanos, espaço de linear, passeio público. Embora sendo rematado pela igreja da Lapa, esta, dada a sua orientação, não se institui como elemento focal. In VIEIRA, Amândio de Sousa. Ponte de Lima: Outros Tempos, 1858-1949. Foto Lethes, Ponte de Lima, 1994, pp. 91.

4.25 Capela do Cristo Rei, Pedras Rubras. Elemento de excepção subordinado à regra caracterizadora do espaço. Imagem original.

4.26. Alameda do Sr. da Pedra a partir do extremo nascente, Miramar. A fragmentação da figura global da alameda rompeu a sua relação com a paisagem e com os antecedentes construídos. Imagem original.

4.27 Arcos na junto à Igreja do Sr. da Cruz em Barcelos. O elemento focal, em função do qual se organizam os festejos religiosos é valorizado pelos arcos que, simultaneamente, perpetuam tradições e hábitos que envolvem directamente a população. Imagem original.

4.28 Vista da Avenida dos Combatentes, Évora. 4.28.1 Vista da Avenida sem feira. Imagem original. 4.28.2 Vista da Avenida com feira em foto dos anos 40. O espaço envolvente que encerra o espaço central do rossio é valorizado pela colocação de arcos consecutivos que enfatizam o percurso e servem de fecho e contenção do grande espaço central. Disponível in http://www.cm-évora.pt/arquivo fotográfico

4.29 Extensão do construído sobre o espaço público. Golegã 4.29.1 Estrado estendendo o espaço da taberna sobre a rua. Imagem original.4.29.2 Cozinha exterior improvisada para a festa. Os espaços comerciais recorrem ao espaço da rua, temporariamente exclusiva para o peão, ocupando-o e acentuando a diferença de uso e relação face ao quotidiano. Imagem original.

Quadro 4.I – Factores de caracterização física e patrimonial. Quadro original
Quadro 4.II – Factores de caracterização funcional e semântica. Quadro original
Quadro 4.III – Factores de caracterização da ocupação e transformação cíclica do espaço. Quadro original

4.a Esquema de análise do Rossio de S. Brás em Évora sobre fotografia aérea. Foto disponível *in* SNIG.
4.b Esquema de análise do Campo da República em Barcelos sobre fotografia aérea. Foto disponível *in* Google.
4.c Esquema de análise do Largo Marquês de Pombal na Golegã sobre fotografia aérea. Foto disponível in SNIG.
4.d Esquema de análise do Largo do Exército Libertador em Pedras Rubras sobre fotografia aérea. Foto disponível *in* Google.
4.e Esquema de análise da Alameda do Sr. da Pedra em Miramar sobre fotografia aérea. Foto disponível *in* Google.
4.f Esquema de análise dos espaços da marginal de Ponte de Lima sobre fotografia aérea. Foto disponível *in* Google.

4.g Esquema interpretativo do Rossio de S. Brás em Évora sobre levantamento topográfico.
4.h Esquema interpretativo do Campo da República em Barcelos sobre levantamento topográfico.

4.i Esquema interpretativo do Largo Marquês de Pombal na Golegã sobre levantamento topográfico.

4.j Esquema interpretativo do Largo do Exército Libertador em Pedras Rubras sobre levantamento topográfico.

4.k Esquema interpretativo da Alameda do Sr. da Pedra em Miramar sobre levantamento topográfico.

4.l Esquema interpretativo dos espaços da marginal de Ponte de Lima sobre levantamento topográfico.